

**TVR**  
**N.º 502, DE 2021**  
**(Do Poder Executivo)**  
**MSC 530/2021**

Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 234 de 30 de abril de 2012, que outorga permissão à EMPRESA DE RADIODIFUSÃO EXTREMO SUL FM LTDA para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Chuí, Estado do Rio Grande do Sul.

(ÀS COMISSÕES DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA; E DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA (ART. 54, RICD).. REGIME DE TRAMITAÇÃO : ART. 223 CFAPRECIAÇÃO: PROPOSIÇÃO SUJEITA À APRECIAÇÃO CONCLUSIVA(PARECER 09/90 - CCJR))



MENSAGEM Nº 530

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º, do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, o ato constante da Portaria nº 234, de 30 de abril de 2012, que outorga permissão à EMPRESA DE RADIODIFUSÃO EXTREMO SUL FM LTDA., para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Chuí, Estado do Rio Grande do Sul.

Brasília, 19 de outubro de 2021.



Brasília, 14 de Outubro de 2021

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Tratam os autos de outorga de permissão para a execução do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Chuí, estado do Rio Grande do Sul, objeto da Concorrência n.º 037/2000-SSR/MC, deferida à licitante Empresa de Radiodifusão Extremo Sul FM Ltda., pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ nº 03.836.652/0001-59.
2. A Comissão Especial de Licitação, constituída pela Portaria nº 432, de 24 de julho de 2009, publicada no Diário Oficial da União do dia 7 subsequente e suas alterações, depois de analisar a documentação de habilitação e as propostas técnica e de preço pela outorga das entidades proponentes, com observância à Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993, e na legislação específica de radiodifusão, concluiu que a EMPRESA DE RADIODIFUSÃO EXTREMO SUL FM LTDA. Processo no 53790.000211/2000-68, obteve a maior pontuação do valor ponderado, nos termos estabelecidos pelo Edital, tornando-se assim a vencedora da Concorrência, conforme ato da mesma Comissão. O ato de homologação do certame foi publicado no Diário Oficial da União de 10 de fevereiro de 2012, pelo Ministro da época.
3. Ato contínuo, considerando os termos do art. 6º, parágrafo 2º, do Decreto n.º 52.795, de 31 de outubro de 1963, foi editada a Portaria n.º 234, datada em 30 de abril de 2012, publicada no Diário Oficial da União, de 04 de maio de 2012, que outorga permissão à Empresa de Radiodifusão Extremo Sul FM Ltda., para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Chuí, estado do Rio Grande do Sul.
4. Contudo, de acordo com o § 3º do art. 223 da Constituição Federal de 1988, o ato de outorga somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, para onde solicito seja encaminhado o referido ato.



PUBLICADO NO DIÁRIO	
OFICIAL DE	04 / 05 / 12
Página:	60 Seção: 1
ANOTADO POR:	fox



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 234 , DE 30 DE ABRIL DE 2012.

**O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES**, no uso de suas atribuições, em conformidade com o art. 32 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto nº 1.720, de 28 de novembro de 1995, e tendo em vista o que consta do Processo nº 53790.000211/2000, Concorrência nº 037/2000-SSR/MC, resolve:

Art. 1º Outorgar permissão à EMPRESA DE RADIODIFUSÃO EXTREMO SUL FM LTDA. para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, no Município de Chuí, Estado do Rio Grande do Sul.

Parágrafo único. A permissão ora outorgada reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes, regulamentos e obrigações assumidas pela outorgada em suas propostas.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do artigo 223, § 3º, da Constituição.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

  
PAULO BERNARDO SILVA





PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA  
Secretaria-Geral

OFÍCIO Nº 857/2021/SG/PR/SG/PR

A Sua Excelência o Senhor  
Deputado Luciano Bivar  
Primeiro Secretário  
Câmara dos Deputados – Edifício Principal  
70160-900 Brasília/DF

**Assunto: Radiodifusão.**

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria a Mensagem do Senhor Presidente da República na qual submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 234, de 30 de abril de 2012, que outorga permissão à EMPRESA DE RADIODIFUSÃO EXTREMO SUL FM LTDA., para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Chuí, Estado do Rio Grande do Sul.

Atenciosamente,

LUIZ EDUARDO RAMOS  
Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral  
da Presidência da República



Documento assinado com Certificado Digital por **Luiz Eduardo Ramos Baptista Pereira, Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República**, em 20/10/2021, às 16:40, conforme horário oficial de Brasília, com o emprego de certificado digital emitido no âmbito da ICP-Brasil, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).  
Nº de Série do Certificado: 22791



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **2956908** e o código CRC **1F9C1715** no site:  
[https://sei-pr.presidencia.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei-pr.presidencia.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)

**Referência:** Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 53790.000211/2000-68

SEI nº 2956908

Palácio do Planalto - 4º andar sala 402 — Telefone: (61)3411-1447

CEP 70150-900 Brasília/DF - <https://www.gov.br/planalto/pt-br>









**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**  
Gabinete do Ministro das Comunicações

OFÍCIO Nº 21635/2021/MCOM

Ao Senhor  
Subchefe de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais - SAG  
Casa Civil da Presidência da República  
Brasília/DF

**Assunto: Outorga de autorização de radiodifusão - Processo  
nº 53790.000211/2000-68**

Senhor Subchefe,

Encaminho a Vossa Senhoria o presente processo que trata de outorga de autorização de radiodifusão para conhecimento e providências subsequentes.

Atenciosamente,

MARCUS BARBOSA  
Coordenador-Geral do Gabinete do Ministro



Documento assinado eletronicamente por **Marcus Vinicius Queiroz Barbosa, Coordenador-Geral do Gabinete do Ministro**, em 07/10/2021, às 15:00 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **8212886** e o código CRC **E2E34AB0**.





MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
DELEGACIA DO MC NO RS

53790 000211/2000

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
PORTO ALEGRE

INTERESSADO:

EMPRESA DE RÁDIO DIFUSÃO EXTREMO SUL FM  
LTDA

ASSUNTO:

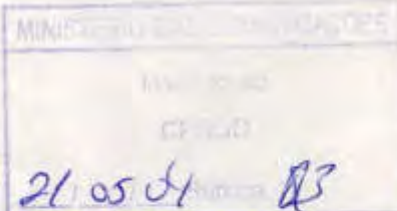
CIDADE:

OUTROS DADOS:

EDITAL DE RÁDIO DIFUSÃO Nº 037/00-  
SSR/MC

CHUI/RS

→ "Vencedora"



### MOVIMENTAÇÕES

SIGLA	CÓDIGO	DATA	Seq.	SIGLA	CÓDIGO	DATA
Sejur		05/07/00	15			/ /
SEAD/CONFUR		26/10/06	16			/ /
SEAM/CONFUR		04/07/08	17			/ /
		/ /	18			/ /
		/ /	19			/ /
		/ /	20			/ /
		/ /	21			/ /
		/ /	22			/ /
		/ /	23			/ /
		/ /	24			/ /
		/ /	25			/ /
		/ /	26			/ /
		/ /	27			/ /
		/ /	28			/ /

AS MOVIMENTAÇÕES DEVERÃO SER COMUNICADAS AO PROTOCOLO

EXOS:



# CARTÃO DE IDENTIFICAÇÃO DO PARTICIPANTE

MC RS 05/07/00 H11 8:33

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
DELEGACIA DO MC NO ESTADO DO  
RIO GRANDE DO SUL  
Porto Alegre, RS

EDITAL DA CONCORRÊNCIA Nº 037/00 SSR/MC

Empresa de Radiodifusão Extrema  
Sul FM Ltda.  
Chui-RS



## ÍNDICE DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

### DOCUMENTO

### PÁGINAS

CONTRATO SOCIAL .....	1 a 3
ASSENTIMENTO PRÉVIO .....	4
DECLARAÇÃO CONFORME ANEXOII .....	5
PROVA DE NACIONALIDADE DOS SÓCIOS E DIRIGENTES --	16 a 7
CERTIDÕES DOS CARTÓRIOS CÍVEIS E CRIMINAIS E DO DE PROTESTOS DE TÍTULOS DOS DIRIGENTES .....	8 a 13
CERTIDÕES FORNECIDAS PELA JUSTIÇA ELEITORAL .....	14 a 15
BALANÇO DE ABERTURA .....	16
CERTIDÃO NEGATIVA DE FALÊNCIAS E CONCORDATAS ---	17
INSCRIÇÃO NO CNPJ .....	18
INSCRIÇÃO ESTADUAL .....	19
INSCRIÇÃO MUNICIPAL – ALVARÁ DE LOCALIZAÇÃO .....	20
CERTIDÃO NEGATIVA DE DEBITO INSS .....	21
CERTIDÃO DE REGULARIDADE DO FGTS .....	22
CERTIDÃO DE REGULARIDADE FISCAL DA RECEITA FEDERAL .....	23
CERTIDÃO DE REGULARIDADE FISCAL DA PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL .....	24
CERTIDÃO DE REGULARIDADE FISCAL DA FAZENDA ESTADUAL .....	25
CERTIDÃO DE REGULARIDADE FISCAL DA FAZENDA MUNICIPAL .....	26

001



1

**CONTRATO SOCIAL**

**JAMIL MOHAMAD JOMAA**, brasileiro, solteiro, maior, comerciante, residente e domiciliado na cidade do Chui, sito à Avenida Uruguai, 1523, Centro, portador da Carteira de Identidade RG nº 4024137368, expedida pela SSP/RS e CIC nº 378.632.400-00;

**LEILA MOHAMAD JOMAA**, brasileira, solteira, maior, comerciante, residente e domiciliada na cidade do Chui, sito à Rua Venezuela, 66, Centro, portador da Carteira de Identidade RG nº 2032465318, expedida pela SSP/RS e CIC nº 500.941.650-68.

Resolvem por este instrumento particular de contrato, constituir uma sociedade mercantil por cotas de responsabilidade limitada, que se regerá pelas cláusulas seguintes:

**PRIMEIRA:** A sociedade gerará sob a denominação social de **EMPRESA DE RADIODIFUSÃO EXTREMO SUL FM LTDA.**, com sede na cidade do Chui, Estado do Rio Grande do Sul, à Rua Costa Rica nº 37.

**SEGUNDA:** A sociedade tem por objetivo mercantil a exploração do Ramo: **RADIODIFUSÃO.**

**TERCEIRA:** O prazo de duração da sociedade é indeterminado, tendo seu início na data de registro deste Contrato Social na Junta Comercial do Rio Grande do Sul.

**QUARTA:** O capital social integralmente subscrito e integralizado na forma prevista neste ato é de R\$ 10.000,00(dez mil reais), divididos em 1.000(hum mil) cotas de valor nominal de R\$ 10,00(dez reais) cada uma, ficando assim distribuídas entre os sócios:

a) **JAMIL MOHAMAD JOMAA:** Subscrive 990(novecentas e noventa) das cotas no valor de R\$ 10,00(dez reais) integralizados, neste ato, em moeda corrente nacional.

b) **LEILA MOHAMAD JOMAA:** Subscrive 10(dez) das cotas no valor de R\$ 10,00(dez reais) integralizados, neste ato, em moeda corrente nacional.

**QUINTA:** A responsabilidade dos sócios é limitada à importância total do capital social nos termos 2º do Decreto 3.708, de 10 de Janeiro de 1919.

**SEXTA:** As deliberações sociais, ainda que impliquem em alteração contratual, poderão ser tomadas pelos sócios que representem a maioria absoluta do capital, consoante a faculdade deferida pelo Artigo 62, Parágrafo 2º do Decreto-Lei nº 57.601 de 19 de Janeiro de 1966.

**SÉTIMA:** As cotas representativas do capital social, em totalidade, pertencerão, sempre, a pessoas físicas brasileiras e são inalienáveis e incaucionáveis, direta ou indiretamente a estrangeiros ou pessoas jurídicas.

**OITAVA:** A sociedade se compromete, por seu diretor e sócios, a não efetuar alterações neste contrato, sem que tenha para isso, obtido plena, legal e prévia autorização do Ministério das Comunicações.

**NONA:** A sociedade se compromete em manter em seu quadro de funcionários, um número mínimo de 2/3(dois terços) de empregados brasileiros.

**DÉCIMA:** A responsabilidade e a orientação intelectual e administrativa da sociedade caberão, somente, a brasileiros natos. Os administradores da entidade serão brasileiros natos e sua investidura no cargo só poderá ocorrer após haverem sido aprovados pelo Ministério das Comunicações, para as permissionárias e concessionárias.



~~Reconheço a veracidade das~~

Reconheço a veracidade das assinaturas retira de Flavio Pereira de Oliveira,  
Luiz André Carlos Farias de Albernaz, Jamil Mohamad Jomaa e Leila Moha-  
mad Jomaa. - Dou fé. x.

Em testemunho da verdade

Chuí, 10 de abril de 2000.-

REGISTRADOR SUBSTITUTO





2

**DÉCIMA PRIMEIRA:** A sociedade será administrada pelo sócio cotista **Jamil Mohamad Jomaa** no exercício das funções de **Diretor-Gerente**, cabendo-lhe as gestões de todos os negócios sociais e comerciais bem como a apresentação da sociedade em juízo ou fora dele, isoladamente, pelo que lhe é dispensada a prestação de caução.

**DÉCIMA SEGUNDA:** A título de Pró-Labore o **Diretor-Gerente Jamil Mohamad Jomaa** terá como remuneração a quantia fixada em comum, até o limite das deduções fiscais previsto na legislação do Imposto de Renda e que será levada à conta de despesas gerais.

**DÉCIMA TERCEIRA:** O sócio que desejar transferir parte ou totalidade de suas cotas deverá notificar, por escrito, à sociedade, discriminando-lhe o preço, forma e prazo de pagamento, para que, através de seus demais sócios, exerça ou renuncie ao direito de preferência, o que deverá fazê-lo no prazo de 60(sessenta) dias a contar da data de recebimento da notificação. Decorrido o prazo de 60(sessenta) dias sem que a sociedade exerça o direito de preferência, as cotas poderão ser transferidas a terceiros, observando-se previamente a anuência do Poder Concedente, para que o ato de transferência possa ter os efeitos legais.

**DÉCIMA QUARTA:** O falecimento ou interdição de qualquer dos sócios não dissolverá, necessariamente, a sociedade, ficando os herdeiros e sucessores ou representantes legais nomeados, sub-rogados nos direitos e obrigações do "DE CUJUS" ou interdido, podendo nela fazerem-se representar enquanto indiviso o quinhão respectivo, por um dentre eles devidamente credenciado pelos demais.

§ 1º - mediante consenso unânime entre os sócios sobreviventes, os herdeiros, ou sucessores poderão ingressar na sociedade, caso não haja impeditivo legal quanto a anuência prévia do Ministério das Comunicações, para que sua admissão seja revestida de todos os efeitos legais:

§ 2º - se os herdeiros ou sucessores não desejarem continuar na sociedade, seus haveres serão apurados em Balanço levantado especialmente para esse fim, e serão pagos em 12(doze) prestações mensais, iguais e sucessivas, sem juros, a quem estiver judicialmente autorizado.

**DÉCIMA QUINTA:** A 31 de Dezembro de cada ano levantar-se-á o balanço das atividades de Empresa. O balanço levará a assinatura de todos os sócios e será acompanhado do Extrato de Contas de Lucros ou Perdas.

§ 1º - os lucros líquidos apurados em Balanço poderão ser distribuídos, proporcionalmente, cabendo a cada sócio as partes correspondentes às cotas que possuírem, atendo, entretanto, preferencialmente aos interesses da sociedade que por decisão, majoritária do capital poderá decidir a incorporação dos lucros do capital social, cabendo nesse aumento a cada sócio as partes proporcionais às cotas que possuírem.

§ 2º - os prejuízos, eventualmente existentes, serão suportados pelos sócios, também proporcionalmente às cotas que possuírem, em prazo de 60(sessenta) dias após o encerramento do Balanço que apurou o prejuízo.

**DÉCIMA SEXTA:** Fica eleito, desde já com renúncia a qualquer outro, o FORUM da Cidade de Santa Vitória do Palmar - Rio Grande do Sul, para solução de qualquer dissídio que eventualmente venha a surgir entre as partes.

**DÉCIMA SETIMA:** Os casos omissos neste Contrato Social serão regidos pelos dispositivos do Decreto 3.708, de 10 de Janeiro de 1919, a cuja e fiel observância, bem como das demais cláusulas deste compromisso, se obrigam o Diretor e os Sócios.







**DÉCIMA OITAVA:** Os sócios **JAMIL MOHAMAD JOMAA** e **LEILA MOHAMAD JOMAA**, declaram sob as penas da Lei que não estão incurso em nenhum dos crimes previstos em Lei que os impeçam de exercer a atividade mercantil.

E, por estarem justos e contratados assinam o presente contrato social, em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas de Lei.

Chui - RS, 03 de Abril de 2000.

Testemunhas:

Flavio Pereira de Oliveira

C.I.C. 153.028.300-00

C.I. RG 7005164211 - Expedida por SSP/RS

Jamil Mohamad Jomaa

CIC 378.632.400-00

C.I. RG 4024137368

Luiz André Cardoso Farias de Albernaz

C.I.C. 957.366.620-00

C.I. RG 1070977771 - Expedida por SJTC/RS

Leila Mohamad Jomaa

CIC 500.941.650-68

C.I. RG 2032465318

RECONHEÇO

Supra de Flavio Pereira de Oliveira e

Luiz André Cardoso Farias de Albernaz

Em Testemunha

CHUI

de Verdade

03 de Abril de 2000

SERVIÇO NOTARIAL DO CHUI

EMOLUMENTOS R\$ 2,60

RECONHEÇO

Supra de Jamil Mohamad Jomaa e

Leila Mohamad Jomaa

Em Testemunha

CHUI

de Verdade

03 de Abril de 2000

SERVIÇO NOTARIAL DO CHUI

EMOLUMENTOS R\$ 2,60

004



MARIA FERNANDA C. MOREIRA  
OAB/RS 46.841



JUNTA COMERCIAL DO RIO GRANDE DO SUL  
CERTIFICO O REGISTRO EM: 25/05/2000  
SOB O NÚMERO:  
43204440403

Karen Stallbaum

Protocolo: 00/085142-6

KAREN STALLBAUM  
SECRETÁRIA-GERAL



000300.



RECEBIMOS DE V. EXA. O VALOR DE R\$ 100,00 (Cem reais) em 10/10/2000, para pagamento de...

RECEBIMOS DE V. EXA. O VALOR DE R\$ 100,00 (Cem reais) em 10/10/2000, para pagamento de...

RECEBIMOS DE V. EXA. O VALOR DE R\$ 100,00 (Cem reais) em 10/10/2000, para pagamento de...



CONFERE COM O ORIGINAL

GEAE - RS

4

SEÇÃO 1

DIÁRIO OFICIAL

Nº 90 QUINTA-FEIRA, 11 MAI 2000

Nº 669, de 10 de maio de 2000. Encaminhamento ao Congresso Nacional do ato constante da Portaria nº 117, de 3 de abril de 2000, do Ministério das Comunicações, que autoriza a Associação Cultural Itaipulândia - ACCI a executar, pelo prazo de três anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itaipulândia, estado do Mato Grosso do Sul.

Nº 670, de 10 de maio de 2000. Encaminhamento ao Congresso Nacional do ato constante da Portaria nº 114, de 3 de abril de 2000, do Ministério das Comunicações, que autoriza a Associação Comunitária de Desenvolvimento Artístico e Cultural de Naviraí - ACONAVI a executar, pelo prazo de três anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Naviraí, estado do Mato Grosso do Sul.

### ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO

PORTARIA Nº 364, DE 10 DE MAIO DE 2000

O **ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO**, no uso das atribuições que lhe confere o art. 4º da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, tendo em vista o art. 14 do Ato nº 2, de 3 de dezembro de 1997 (D.O. de 3.12.97), e o subitem 1.10 do Edital do certame (D.O. de 13.2.98), e considerando que o resultado do concurso em referência foi homologado pela Portaria AGU nº 832, de 16 de novembro de 1999 (D.O. de 17.11.99), resolve:

Prorrogar, por seis meses, o prazo de validade do "Concurso público, de provas e títulos, destinado ao provimento de cargos de Advogado da União de 2ª Categoria, da respectiva Carreira da Advocacia-Geral da União".

GILMAR FERREIRA MENDES

(Of. nº 304/2000)

### CONSELHO DE DEFESA NACIONAL

ATOS DE 9 DE MAIO DE 2000

O Chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, na condição de Secretário-Executivo do Conselho de Defesa Nacional (CDN), nos termos da redação dada pela Medida Provisória nº 1.999-17, de 11 de abril de 2000, aos arts. 2º, parágrafo 3º, e 4º da Lei nº 8.183, de 11 de abril de 1991, e 11, parágrafo Único, da Lei nº 9.649, de 27 de maio de 1998, e com base no que dispõem a Lei nº 6.634, de 2 de maio de 1979, o Decreto nº 25.064, de 26 de agosto de 1980, e a Resolução do CDN nº 1, de 12 de maio de 1999, e, ainda, considerando o Parecer nº 004/94/ANU/SAE/FR, de 24 de maio de 1994, extrato publicado no Diário Oficial da União de 9 de junho de 1994, resolve:

Nº 222 - Dar Assentimento Prévio à empresa **RÁDIO TOP LTDA.**, para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de Iporã do Oeste, na faixa de fronteira do Estado de Santa Catarina, de acordo com a instrução do Processo MC nº 53740.002079/2000 e a proposta do Departamento de Outorga de Serviços de Radiodifusão no Parecer nº 141, de 26 de abril de 2000.

Nº 223 - Dar Assentimento Prévio à empresa **RÁDIO AM ATALAIA LTDA.**, para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de Sete Quedas, na faixa de fronteira do Estado de Mato Grosso do Sul, de acordo com a instrução do Processo MC nº 53760.000339/00 e a proposta do Departamento de Outorga de Serviços de Radiodifusão no Parecer nº 142, de 26 de abril de 2000.

Nº 224 - Dar Assentimento Prévio à empresa **EMPRESA DE RADIODIFUSÃO EXTREMO SUL FM LTDA.**, para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de Chui, na faixa de fronteira do Estado do Rio Grande do Sul, de acordo com a instrução do Processo MC nº 53528.000252/2000 e a proposta do Departamento de Outorga de Serviços de Radiodifusão no Parecer nº 143, de 26 de abril de 2000.

Nº 225 - Dar Assentimento Prévio à empresa **RÁDIO TOP LTDA.**, para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de Dionísio Cerqueira, na faixa de fronteira do Estado de Santa Catarina, de acordo com a instrução do Processo MC nº 53740.002080/2000 e a proposta do Departamento de Outorga de Serviços de Radiodifusão no Parecer nº 144, de 26 de abril de 2000.

Nº 226 - Dar Assentimento Prévio à empresa **RÁDIO TOP LTDA.**, para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de Pinhalzinho, na faixa de fronteira do Estado de Santa Catarina, de acordo com a instrução do Processo MC nº 53740.002078/2000 e a proposta do Departamento de Outorga de Serviços de Radiodifusão no Parecer nº 145, de 26 de abril de 2000.

Nº 227 - Dar Assentimento Prévio à empresa **RÁDIO FM NOVA ONDA LTDA.**, para executar serviço de radiodifusão sonora, no Município de São Miguel do Iguaçu, na faixa de fronteira do Estado do Paraná, de acordo com a instrução do Processo MC nº 53740.000135/00 e a proposta do Departamento de Outorga de Serviços de Radiodifusão no Parecer nº 146, de 27 de abril de 2000.

Nº 228 - Dar Assentimento Prévio à empresa **ORGANIZAÇÕES IMAT LTDA.**, para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de São Miguel do Iguaçu, na faixa de fronteira do Estado do Paraná, de acordo com a instrução do Processo MC nº 53740.000165/00 e a proposta do Departamento de Outorga de Serviços de Radiodifusão no Parecer nº 147, de 27 de abril de 2000.

Nº 229 - Dar Assentimento Prévio à empresa **ORGANIZAÇÕES IMAT LTDA.**, para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de Itaipulândia, na faixa de fronteira do Estado do Paraná, de acordo com a instrução do Processo MC nº 53740.000166/00 e a proposta do Departamento de Outorga de Serviços de Radiodifusão no Parecer nº 148, de 27 de abril de 2000.

Nº 230 - Dar Assentimento Prévio à empresa **EMPRESA DE RADIODIFUSÃO NOVOS TEMPOS LTDA.**, para executar serviço de radiodifusão sonora, no Município de Antônio João, na faixa de fronteira do Estado de Mato Grosso do Sul, de acordo com a instrução do Processo MC nº 53760.000069/2000 e a proposta do Departamento de Outorga de Serviços de Radiodifusão no Parecer nº 149, de 27 de abril de 2000.

Nº 231 - Dar Assentimento Prévio à empresa **RÁDIO NOVA ALIANÇA LTDA.**, para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de Guaraní das Missões, na faixa de fronteira do Estado do Rio Grande do Sul, de acordo com a instrução do Processo MC nº 53528.000270/2000 e a proposta do Departamento de Outorga de Serviços de Radiodifusão no Parecer nº 150, de 27 de abril de 2000.

Nº 232 - Dar Assentimento Prévio à entidade **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE APOIO AS ENTIDADES DE CANDÓI**, para executar serviço de radiodifusão comunitária, no Município de Candói, na faixa de fronteira do Estado do Paraná, de acordo com a instrução do Processo MC nº 53740.000111/00 e a proposta do Departamento de Outorga de Serviços de Radiodifusão no Parecer nº 151, de 27 de abril de 2000.

Nº 233 - Dar Assentimento Prévio à entidade **ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA DE MARCHEL CÂNDIDO MONDON - RADICOMAR**, para executar serviço de radiodifusão comunitária, no Município de Marechal Cândido Mondon, na faixa de fronteira do Estado do Paraná, de acordo com a instrução do Processo MC nº 53740.000809/99 e a proposta do Departamento de Outorga de Serviços de Radiodifusão no Parecer nº 152, de 27 de abril de 2000.

Nº 234 - Dar Assentimento Prévio à empresa **RÁDIO VALE DO JAUÍ LTDA.**, para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de Araputanga, na faixa de fronteira do Estado de Mato Grosso, de acordo com a instrução do Processo MC nº 53670.000342/00 e a proposta do Departamento de Outorga de Serviços de Radiodifusão no Parecer nº 153, de 27 de abril de 2000.

Nº 235 - Dar Assentimento Prévio à empresa **RÁDIO NATIVA FM DE PINHALEIRO LTDA.**, para executar serviço de radiodifusão, no Município de Pinhalzinho, na faixa de fronteira do Estado de Santa Catarina, de acordo com a instrução do Processo MC nº 53740.002076/2000 e a proposta do Departamento de Outorga de Serviços de Radiodifusão no Parecer nº 154, de 27 de abril de 2000.

Nº 236 - Dar Assentimento Prévio à empresa **TAMI - PROMOÇÕES E PROPAGANDA LTDA.**, para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de Tapejara, na faixa de fronteira do Estado do Paraná, de acordo com a instrução do Processo MC nº 53740.000110/00 e a proposta do Departamento de Outorga de Serviços de Radiodifusão no Parecer nº 155, de 27 de abril de 2000.

Nº 237 - Dar Assentimento Prévio à empresa **RÁDIO FLORESTAL FM LTDA.**, para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de Planalto, na faixa de fronteira do Estado do Rio Grande do Sul, de acordo com a instrução do Processo MC nº 53528.000272/2000 e a proposta do Departamento de Outorga de Serviços de Radiodifusão no Parecer nº 159, de 3 de maio de 2000.

Nº 238 - Dar Assentimento Prévio à empresa **SISTEMA TIMBOÁVA DE COMUNICAÇÃO LTDA.**, para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de Barra do Garai, na faixa de fronteira do Estado do Rio Grande do Sul, de acordo com a instrução do Processo MC nº 53528.000285/2000 e a proposta do Departamento de Outorga de Serviços de Radiodifusão no Parecer nº 160, de 3 de maio de 2000.

Nº 239 - Dar Assentimento Prévio à empresa **SOCIEDADE RÁDIO PALMEIRA LTDA.**, para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de Sarandi, na faixa de fronteira do Estado do Rio Grande do Sul, de acordo com a instrução do Processo MC nº 53528.000286/2000 e a proposta do Departamento de Outorga de Serviços de Radiodifusão no Parecer nº 161, de 3 de maio de 2000.

Nº 240 - Dar Assentimento Prévio à empresa **RÁDIO TUNAS AM LTDA.**, para o arquivamento da Primeira e da Segunda Alteração Contratual, datadas de 26 de janeiro de 2000 e de 10 de abril de 2000, respectivamente, objetivando participar de licitação para executar serviço de radiodifusão sonora em onda média, no Município de Tunápolis, na faixa de fronteira do Estado de Santa Catarina, de acordo com a instrução do Processo MC nº 53740.000094/00 e a proposta do Departamento de Outorga de Serviços de Radiodifusão no Parecer nº 162, de 3 de maio de 2000.

ALBERTO MENDES CARDOSO  
Secretário-Executivo do Conselho  
de Defesa Nacional

005



## DECLARAÇÃO

O abaixo assinado, dirigente da EMPRESA DE RADIODIFUSÃO EXTREMO SUL FM LTDA., declara que:

- a) a entidade não possui autorização para explorar o mesmo tipo de serviço, na localidade CHUI, Estado Rio Grande do Sul, e que não excederá os limites fixados no art. 12 do Decreto-lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967, caso venha a ser contemplada com a outorga;
- b) a entidade não se encontra declarada inidônea por qualquer órgão da Administração Direta ou Indireta da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal, ou ainda, não está com direito de licitar e contratar com o Ministério das Comunicações suspenso;
- c) nenhum sócio integra o quadro societário de outra entidade exploradora do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade objeto deste Edital, nem de outras entidades exploradoras de serviços e radiodifusão em localidades diversas, além dos limites fixados no art. 12 do Decreto-lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967;
- d) nenhum dirigente está no exercício de mandato eletivo, que lhe assegure imunidade parlamentar, nem exerce cargo de supervisão ou assessoramento na Administração Pública, do qual decorra foro especial;
- e) nenhum dirigente participa da direção de outra entidade executante de serviço de radiodifusão, nem de outras empresas de radiodifusão, em localidades diversas, em excesso aos limites fixados no art. 12 do Decreto-lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967, mesmo que a proponente venha a ser contemplada com outorga.

**PORTO ALEGRE, RS, 03 de junho de 2000**

  
\_\_\_\_\_  
**JAMIL MOHAMAD JOMAA**  
**CPF Nº 378632400-00**

. 006





REPÚBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL



ESTADO DE SÃO PAULO

DISTRITO, MUNICIPIO E COMARCA DE ANDRADINA

REGISTRO CIVIL

Maria Robert de Carvalho

OFICIAL

Georgina Robert Leme Cardoso

OFICIAL MAIOR

NASCIMENTO N 33368.-

CERTIFICO que a folhas 149, do livro A N. 34 consta o assento de nascimento, de JAMIL MOHAMAD JOMAA.- nascido ao 3 de dezembro.- de 1962, à 21 horas em esta cidade.- do sexo masculino.- de cor branca.- filho de KASSEM MOHAMAD JOMAA.- natural de Hebbarieh - Libano.- e de Dona SOULEIMA KASSEM JOMAA.- natural de Hebbarieh - Libano.- sendo avós paternos Mohamad Jomaa.- e Charaf Choucair.- e maternos Mamod Hajjoul e Charif Baracat.-

Foi declarante o pai.- e serviram de testemunhas as constantes do ato.-

Observações: . . . . .

O referido é verdade e dou fé,

Andradina, 4 de dezembro.- de 1962.-

OFICIAL

Cartorio de Registro Civil

Maria Robert de Carvalho  
Oficial

Georgina Robert L. Cardoso  
Oficial-Maior

Andradina - F. do S. Paulo

MIRMA - São Paulo  
Tabelião José Cyrillo  
Rua Barão de Paranapiacaba, 84-86



RECONHEÇO *jurado* *de* *leitura* *de* *escritura*

*de* *João Roberto de*  
*Carvalho*

a seu

Em 1974

de

LA 307-CHUY

serviço Diaria



Chuy, Enero 4 de 1974

VISTO: Para la legalización de la Firma del  
Oficial Sr: 5661 Mendes Acunha, de Chuy,  
Municipio de Santa Victoria, Do Palmar, Re-  
pública Federativa del Brasil.-

ACTUACION N.º 90

ARANCEL N.º 580 11924

AL CAMBIO DE 1306 x 1.00

TOTAL 7836 *arancel*

Servicio

Reg. C

Decol

P. S. P.



*Maná del Carmen J. Barros*  
*Conceição*



REPÚBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL



ESTADO DE SÃO PAULO

DISTRITO, MUNICIPIO E COMARCA DE ANDRADINA

Maria Robert de Carvalho  
OFICIAL

Georgina Robert Leme Cardoso  
OFICIAL MAIOR

CERTIDÃO DE NASCIMENTO

CERTIFICO que, sob o No -35.979-, a fls -102 do livro A No -37-  
de registro de nascimento, encontra-se o assento de LEILA MOHAMAD JOMAA.  
nascido aos 12 de -Julho- de 19 64.  
às -9- horas e - minutos, em domicílio, à Rua José Bonifácio, 642.  
do sexo -eminino- de cor branca.  
KASSEM MOHAMAD JOMAA.  
e de Dona SOULEIDIA KASSEN JOMAA.  
sendo avós paternos MOHAMAD JOMAA.  
e Dona CHARAF CHONGAIR.  
e maternos MAMOD HAJJOUL.  
e Dona CHARIF BACARAT.  
tendo sido declarante -pai-.  
e testemunhas -as constantes do termo-.

Observações:

O referido é verdade e dou fê.

Andradina, 13 de -Julho- de 19 64

OFICIAL

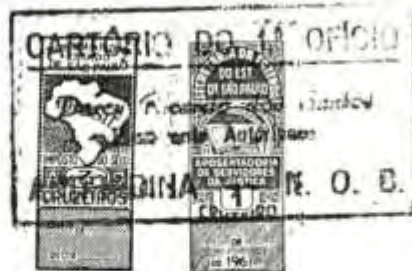


1964, 13 de Julho  
Tabaco 1 - 50  
Rua Barão de Foz de Iguaçu



# INTELLIGENTIA PAIVA

segundo a Acta de 1974  
Manoel Jose A. Robert  
de 1974  
de 1974  
de 1974



MARIA E DE LA MAMA  
 TRADUCCION DIPLOMADA  
 25 DE MARZO 1983  
 41a. p. p. p. 3  
 MONTEVIDEO



Manoel Jose A. Robert

Manoel Jose A. Robert de  
 Carnabro.

Servicio de 1974

Reg. Garcia

Devuelta en



Chuy, Enero 4 de 1974

VISTO: Para la legalización de la Firma  
 del Oficial Sr. Joel Mendes Acunha, del  
 Municipio de Santa Victoria Do Palmira,  
 República Federativa del Brasil.-

ACTUACION N°

ABONCEL N°

MBIO DE

TOTAL







ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PODER JUDICIÁRIO

8

COMARCA DE SANTA VIT PALMAR  
DISTRIBUIDOR DO FORO

CERTIDAO NEGATIVA

01

[Assinatura]

CERTIFICO QUE, REVENDO OS REGISTROS DE DISTRI-  
BUICOES DE MATERIA CIVEL, FALIMENTAR (FALENCIAS E CONCOR-  
DATAS) E DE FAZENDA PUBLICA, CONSTATEI NADA HAVER CONTRA:  
JAMIL MOHAMAD JOMAA, BRASILEIRO, SOLTEIRO, MAIOR, COMERCIAN-  
TE, PORTADOR DA CI NO. 402413/368 E CPF NO. 378632400-00, RE-  
SIDENTE E DOMICILIADO NA AVENIDA URUGUAI, 1523, CHUI-RS-BRA-  
SIL.

A PRESENTE CERTIDAO REFERE-SE, INCLUSIVE, AOS ULTIMOS CINCO  
ANOS.\*\*\*\*\*

\*\*\*\*\*  
\*\*\*\*\*  
\*\*\*\*\*

O REFERIDO E' VERDADE. DOU FE'.

SANTA VIT PALMAR, 31 DE MAIO DE 2000.

[Assinatura]  
Veronica Santini  
Distribuidora

[Assinatura]

C U S T A S : R\$ 1,60 (0,15 URCs)

009

[Assinatura]





ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PODER JUDICIÁRIO

81

COMARCA DE SANTA VIT PALMAR  
DISTRIBUIDOR DO FORO

C E R T I D A O   N E G A T I V A

01

CERTIFICO QUE, REVENDO OS REGISTROS DE DISTRIBUICOES  
A MEU CARGO, NAO ENCONTREI CONDENACAO CRIMINAL CONTRA:  
JAMIL MOHAMAD JOMAA, BRASILEIRO, SOLTEIRO, MAIOR, COMERCI-  
ANTE, FILHO DE KASSEN MAHAMAD JOMAA E SOULEIMA MOHAMAD JO-  
MAA, PORTADOR DA CI NO. 4024137368 E CPF NO. 378632400-00,  
RESIDENTE E DOMICILIADO NA AVENIDA URUGUAI, 1523, CHUI-RS-  
BRASIL.

A PRESENTE CERTIDAO REFERE-SE, INCLUSIVE, AOS ULTIMOS CIN-  
CO ANOS.\*\*\*\*\*  
\*\*\*\*\*  
\*\*\*\*\*  
\*\*\*\*\*

O REFERIDO E' VERDADE. DOU FE'.

SANTA VIT PALMAR, 31 DE MAIO DE 2000.

YU  
Teromiz Santini  
Distribuidora Contadora  
Designada 14059914

C U S T A S : R\$ 1,60 (0,15 URCs)

010

9





ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PODER JUDICIÁRIO

fl

COMARCA DE SANTA VIT PALMAR  
DISTRIBUIDOR DO FORO

C E R T I D A O   N E G A T I V A

01

*[Assinatura]*

CERTIFICO QUE, REVENDO OS REGISTROS DE DISTRI-  
BUICOES DE MATERIA CIVEL, FALIMENTAR(FALENCIAS E CONCOR-  
DATAS) E DE FAZENDA PUBLICA, CONSTATEI NADA HAVER CONTRA:  
LEILA MOHAMAD JOMAA, BRASILEIRA, SOLTEIRA, MAIOR, COMERCIAN-  
TE, PORTADORA DA CI NO. 2032465318 E CPF NO. 500941650-68 ,  
RESIDENTE E DOMICILIADA NA RUA VENEZUELA, 66, CENTRO, CHUI -  
RS - BRASIL.

A PRESENTE CERTIDAO REFERE-SE, INCLUSIVE, AOS ULTIMOS CINCO  
ANOS.\*\*\*\*\*  
\*\*\*\*\*  
\*\*\*\*\*  
\*\*\*\*\*

O REFERIDO E' VERDADE. DOU FE'.

SANTA VIT PALMAR, 31 DE MAIO DE 2000.

*[Assinatura]*  
Verônica Santini  
Distribuidora Contadora  
Designada 14059614

*[Assinatura]*

C U S T A S   :   R\$ 1,60 (0,15 URCs)

011

10





ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PODER JUDICIÁRIO

COMARCA DE SANTA VIT PALMAR  
DISTRIBUIDOR DO FORO


C E R T I D A O   N E G A T I V A

CERTIFICO QUE, REVENDO OS REGISTROS DE D.  
A MEU CARGO, NAO ENCONTREI CONDENACAO CRIMIN  
LEILA MOHAMAD JOMAA, BRASILEIRA, SOLTEIRA, MAIO  
ANTE, FILHA DE KASSEN MOHAMAD JOMAA E SOULEIMA  
MAA, PORTADORA DA CI NO. 2032465318 E CPF NO. 50  
RESIDENTE E DOMICILIADA NA RUA VENEZUELA, 66, CEN  
RS - BRASIL

A PRESENTE CERTIDAO REFERE-SE, INCLUSIVE, AOS ULTIMOS  
CO ANOS.\*\*\*\*\*  
\*\*\*\*\*  
\*\*\*\*\*  
\*\*\*\*\*

O REFERIDO E' VERDADE. DOU FE'.

SANTA VIT PALMAR, 31 DE MAIO DE 2000.

  
Veronice Santini  
Distribuidora  
Designada

C U S T A S   :   R\$ 1,60 (0,15 URCs)

012





Estado do Rio Grande do Sul  
**PODER JUDICIÁRIO**

Registro Civil das Pessoas Naturais  
Registro de Títulos e Documentos  
Registro de Pessoas Jurídicas  
Protesto de Títulos Mercantis

Rua Mal. Deodoro, 1791 Santa Vitória do Palmar - RS. CEP 96230 000 Fone (0532) 63-1569

EDUARDO BACELO, Tabelião designado do  
Registro de Protestos desta Comarca de  
Santa Vitória do Palmar, Estado do Rio  
Grande do Sul, Brasil.

**CERTIDÃO**

CERTIFICO, no uso de minhas atribuições  
legais e a pedido da parte interessada que revendo o arquivo deste Ofício  
dele verifiquei não constar nenhum título protestado contra LEILA MOHAMAD  
JOMAA.C.P.F. 500.941.650-58, nos últimos cinco anos. O referido é  
verdade e dou fé.....

Santa Vitória do Palmar, 20 de maio de 2000.

Dóris Zenaide Conceição Silveira  
-primeira substituta

REG. CIVIL ESP E PROTESTOS  
Eduardo Bacelo  
Tabelião Registrador designado  
Santa Vitória do Palmar





Estado do Rio Grande do Sul  
**PODER JUDICIÁRIO**

Registro Civil das Pessoas Naturais  
Registro de Títulos e Documentos  
Registro de Pessoas Jurídicas  
Protesto de Títulos Mercantis

Rua Mal. Deodoro, 1791 Santa Vitória do Palmar - RS. CEP 96230 000 Fone (0532) 63-1569

EDUARDO BACELO, Tabelião designado do  
Registro de Protestos desta Comarca de  
Santa Vitória do Palmar, Estado do Rio  
Grande do Sul, Brasil.

**CERTIDÃO**

CERTIFICO, no uso de minhas atribuições  
legais e a pedido da parte interessada que revendo o arquivo deste Ofício  
dele verifiquei não constar nenhum título protestado contra JAMIL MOHAMAD  
JOMAA.C.F.F. 378.632.400-00, nos últimos cinco anos. O referido é  
verdade e dou fé.....

Santa Vitória do Palmar, 20 de maio de 2000

Doris Zenaide Cabreira Silveira  
primeira substituta-

REG. CIVIL E PROTESTOS  
Eduardo Bacelo  
Tabelião Registrador designado  
Santa Vitória do Palmar





TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL  
RIO GRANDE DO SUL

**CERTIDÃO**

CERTIFICO QUE, REVENDO NOSSOS ARQUIVOS, NELES ENCONTREI O REGISTRO DE:

**JAMIL MOHAMAD JOMAA**

ONDE CONSTA O SEGUINTE:

Número do Título: 032095980485

Data de Nascimento: 03/12/1962

Filiação: KASSEM MOHAMAD JOMAA  
e SOULEIMA KASSEM JOMAA

Profissão: PROPRIETARIO DE ESTABELECIMENTO COMERCIAL

Vota na Zona: 43 Seção: 32

Residência: RUA VENEZUELA 66 CENTRO

Filiado ao PFL - PARTIDO DA FRENTE LIBERAL desde 25/08/1997

Certifico, mais, que o citado eleitor está quite com a justiça eleitoral.

Constam as seguintes ocorrências:

Data	Situação	Descrição	Complemento
25/08/97	ATIVO	221 - FILIADO A PARTIDO POLITICO	PFL - PARTIDO DA FRENTE LIBERAL
04/10/98	ATIVO	094 - NAO VOTOU NA SECAO	

ISENTO DE EMOLUMENTOS DE ACORDO COM A LEI

SANTA VITORIA DO PALMAR, 31/05/2000

Ariete Pereira Fagundes  
escrivão







TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL  
RIO GRANDE DO SUL

**CERTIDÃO**

CERTIFICO QUE, REVENDO NOSSOS ARQUIVOS, NELES ENCONTREI O REGISTRO DE:

**LEILA MOHAMAD JOMAA**

ONDE CONSTA O SEGUINTE:

Número do Título: 032095780434

Data de Nascimento: 12/07/1964

Filiação: KASSEM MOHAMAD JOMAA  
e SOULEIMA KASSEM JOMAA

Profissão: PROPRIETARIO DE ESTABELECIMENTO COMERCIAL

Vota na Zona: 43 Seção: 32

Residência: RUA VENEZUELA 88 CENTRO

Filiado ao PFL - PARTIDO DA FRENTE LIBERAL desde 13/11/1995

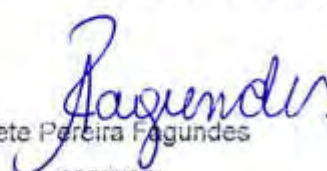
Certifico, mais, que o citado eleitor está quite com a justiça eleitoral.

Constam as seguintes ocorrências:

Data	Situação	Descrição	Complemento
13/11/95	ATIVO	221 - FILIADO A PARTIDO POLITICO	PFL - PARTIDO DA FRENTE LIBERAL
25/10/98	INATIVO	094 - NAO VOTOU NA SECAO	
22/07/99	INATIVO	078 - QUITACAO MEDIANTE MULTA	

ISENTO DE EMOLUMENTOS DE ACORDO COM A LEI

SANTA VITORIA DO PALMAR, 31/05/2000

  
Arlete Pereira Fagundes  
escrivão







**BEL DELANGE BUERA LEÃO - CONTABILIDADE E AUDITORIA**

Rua Gen. Portinho Nr. 20 - Santa Vitória do Palmar - RS

Contador Fone Fax. 0532 631807 CRC.RS 30997 CPF 202419680-20 delange@via-rs.com.br

## **EMPRESA DE RADIODIFUSÃO EXTREMO SUL FM LTDA**

RUA COSTA RICA NR. 37 CENTRO CHUI - RS CNPJ 03.836.652.0001-59

<b>BALANÇO PATRIMONIAL DE ABERTURA - 25.05.2000</b>			
<b>ATIVO</b>		<b>PASSIVO</b>	
<b>ATIVO CIRCULANTE</b>		<b>PATRIMONIO LIQUIDO</b>	
<b>DISPONIBILIDADES</b>		<b>CAPITAL</b>	
<b>CAIXA.....</b>	<b>10.000,00</b>	<b>CAPITAL INTEGRALIZADO...</b>	<b>10.000,00</b>
<b>SOMA DO ATIVO</b>	<b>10.000,00</b>	<b>SOMA DO PASSIVO</b>	<b>10.000,00</b>

**CHUI , 25 DE MAIO DE 2000**

  
**JAMIL MOHAMAD JOMMA**

SOCIO GERENTE CIC 378632400-00

  
**Bel DELANGE BUERA LEÃO**

CONTADOR CRC.RS 30997

**DELANGE BUERA LEÃO**

Rua Barão do Rio Branco, 77b

96230 STA. VITÓRIA DO PALMAR

Contador CRCRS 30997-CIC 202419680-20

017





ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PODER JUDICIÁRIO

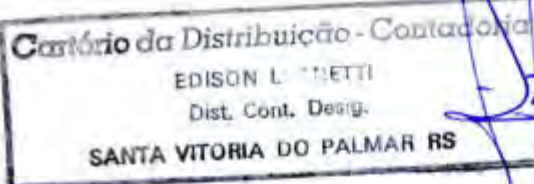
COMARCA DE SANTA VIT PALMAR  
DISTRIBUIDOR DO FORO

C E R T I D A O   N E G A T I V A

CERTIFICO QUE, REVENDO OS REGISTROS DE DISTRIBUIÇÕES DE MATERIA ALIMENTAR (FALÊNCIAS E CONCORDATAS), CONSTATEI NADA HAVER CONTRA: RADIODIFUSAO EXTREMO SUL FM LTDA, INSCRITA NO CNPJ 03.836.652/0001-59, SITUADA A RUA COSTA RICA, 37 NO MUNICIPIO DE CHUI/RS, REPRESENTADA NESTE ATO PELO SEU SOCIO-GERENTE JAMIL MOHAMAD JOMAA, BRASILEIRO, SOLTEIRO, MAIOR, COMERCIANTE, PORTADOR DA C.I. 4024137368 E CIC 378632400-00 RESIDENTE E DOMICILIADO A AV URUGUAI, 1523 NA CIDADE DE CHUI - RIO GRANDE DO SUL - BRASIL. \*\*\*\*\*

O REFERIDO E' VERDADE. DOU FE'.

SANTA VIT PALMAR, 29 DE MAIO DE 2000.



C U S T A S : R\$ 1,60 (0,15 URCs)

-018





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA - CNPJ  
COMPROVANTE PROVISÓRIO DE INSCRIÇÃO

NÚMERO DE INSCRIÇÃO NO CNPJ

03.836.652/0001-59

VÁLIDO ATÉ

01/08/2000

IDENTIFICAÇÃO

NOME EMPRESARIAL (firma, razão social ou denominação comercial)

EMPRESA DE RÁDIODIFUSÃO EXTREMO SUL FM LTDA.

ENDEREÇO

LOGRADOURO (rua, avenida, estrada etc.)

RUA COSTA RICA

NÚMERO

37

COMPLEMENTO (apto, sala, andar)

BAIRRO/DISTRITO

CEP

CENTRO

96255-000

MUNICÍPIO

UF

TELEFONE/CONTATO

CHUI

RS

Este documento só fará prova de inscrição da pessoa jurídica no CNPJ, quando acompanhado do respectivo Ato Constitutivo ou Alterador registrado no órgão competente. O cartão CNPJ será remetido à pessoa jurídica pela Secretaria da Receita Federal.

RESPONSÁVEL PELA EMISSÃO

UNIDADE CADASTRADORA

1015300-CHUI

DATA DE EMISSÃO

02/06/2000

NOME DO RESPONSÁVEL PELA EMISSÃO

VERA LÚCIA PEREIRA RIBEIRO

CARGO

TRF

CPF

466 209 400-30

ASSINATURA

V. Pereira

Aprovado pela IN/SRF nº 82/99



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
SECRETARIA DA FAZENDA  
DEPARTAMENTO DA RECEITA PUBLICA ESTADUAL

DOCUMENTO DE IDENTIFICACAO DE CONTRIBUINTE ( DIC/TE )

Contribuinte .....: EMPRESA DE RADIODIFUSAO EXTREMO SUL FM LTDA

Endereco .....: RUA COSTA RICA , 37  
CENTRO

Município .....: CHUI

Inscricao CGC/TE.: 436/0008049

CNPJ.....: 03.836.652/0001.59

Cf .....: 929010000  
RADIO

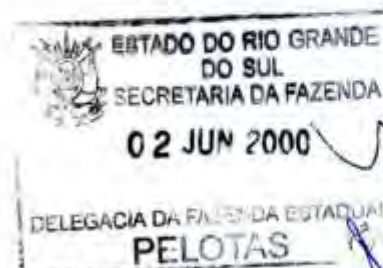
Este documento comprova a inscricao do estabelecimento  
no Cadastro Geral de Contribuintes de Tributos Estaduais ( CGC/TE ) ,  
sendo obrigatoria sua apresentacao nos casos previstos na legislacao  
especifica e sempre que solicitado pelo fisco .

====> VALIDADE DO DIC/TE : 30/06/2001 <====

S. citacao : 02/06/2000

Autenticacao : 00268939

Confira a autenticidade deste documento em <http://www.sefaz.rs.gov.br> (Auto-  
atendimento Eletronico) ou pelo fone 0518002323.









INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL  
DIRETORIA DE ARRECADACAO E FISCALIZACAO

CERTIDAO NEGATIVA DE DEBITO

NO 000742000-19623010

DADOS DO CONTRIBUINTE:

CNPJ: 03.836.652/0001-59  
NOME: EMPRESA DE RAIODIFUSAO EXTREMO SUL FM LTDA  
ENDERECO: RUA COSTA RICA 37  
BAIRRO OU DISTRITO: CENTRO  
MUNICIPIO: CHUI  
ESTADO: RS  
CEP: 96255-000

FINALIDADE DA CERTIDAO:

ITACAO E CONTRATACAO COM O PODER PUBLICO E NO RECEBIMENTO DE BENEFICIO OU INCENTIVO FISCAL OU CREDITICIO POR ELE CONCEDIDO, DESDE QUE NAO IMPLIQUE EM ALIENACAO OU ONERACAO, A QUALQUER TITULO, DE BEM MOVEL OU IMOVEL, OU DIREITO A ELES RELATIVOS.

E CERTIFICADO, NA FORMA DO DISPOSITIVO NA LEI 8.212/1991, E SUAS ALTERACOES, QUE PARA A FINALIDADE DISCRIMINADA, INEXISTE DEBITO IMPEDITIVO A EXPEDICAO DESTA CERTIDAO EM NOME DO CONTRIBUINTE ACIMA IDENTIFICADO, RESSALVANDO AO INSS O DIREITO DE COBRAR QUALQUER IMPORTANCIA QUE VENHA A SER CONSIDERADA DEVIDA.

VALIDA PARA TODOS OS ESTABELECIMENTOS DA EMPRESA, MATRIZ E FILIAIS.

A ACEITACAO DA PRESENTE CERTIDAO ESTA CONDICIONADA A VERIFICACAO DE SUA VALIDADE NA INTERNET NO ENDERECO: [www.mpas.gov.br](http://www.mpas.gov.br), OU EM QUALQUER AGENCIA DA PREVIDENCIA SOCIAL, DEVERA SER OBSERVADA A FINALIDADE PARA QUAL FOI EMITIDA.

EMITIDA EM, 31 DE MAIO DE 2000.  
VALIDA POR 60 DIAS DA DATA DA SUA EMISSAO.

Os dados desta Certidão conferem com os constantes nos Sistemas informatizados do INSS
PAF 19 623.002 em 31/05/2000
TANIA MARIA GOMES PEREIRA
Coordenadora de Serviço de Atendimento ao Contribuinte

PREVIDENCIA SOCIAL.A SEGURADORA DO TRABALHADOR BRASILEIRO.



**CRF - Certificado de Regularidade do FGTS**

Razão Social	Inscrição
EMPRESA DE RADIODIFUSÃO EXTREMO SUL FM LTDA	03.836.652/0001-59
Endereço	Validade
R COSTA RICA 37 CHUI	28/11/2000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7º da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS. O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a recolhimentos que não tenham sido efetuados e que venham a ser apurados pelo Ministério do Trabalho e Emprego.

SANTA VITÓRIA DO PALMAR RS 01 JUNHO 2000

Local e data de emissão

Assinatura e carimbo

Julio César Gaudin  
Matrícula 003.429-3  
Gerente

00680080-5 Este Certificado é válido sem rasuras ou emendas e as cópias somente terão validade mediante apresentação do original.

31.033-6 v01





MINISTÉRIO DA FAZENDA  
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL

NUMERO

3.696.788

CERTIDAO DE QUITACAO DE TRIBUTOS E CONTRIBUICOES FEDERAIS  
ADMINISTRADOS PELA SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL.

CNPJ: 03.836.652/0001-59  
EMPRESA DE RADIODIFUSAO EXTREMO SUL FM LTDA.  
RUA COSTA RICA 37 CENTRO  
CEP: 96255-000 CHUI RS

RESSALVADO O DIREITO DE A FAZENDA NACIONAL COBRAR QUAISQUER  
DIVIDAS DE RESPONSABILIDADE DO CONTRIBUINTE ACIMA, QUE VIEREM A SER  
APURADAS, CERTIFICO QUE NAO CONSTAM, ATE ESTA DATA, NESTA UNIDADE,  
PENDENCIAS EM SEU NOME, RELATIVAS AOS TRIBUTOS E CONTRIBUICOES FEDE-  
RAIS ADMINISTRADOS PELA SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL.

ESTA CERTIDAO REFERE-SE EXCLUSIVAMENTE A SITUACAO DO CON-  
TRIBUINTE NO AMBITO DA SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL, NAO CONSTITUIN-  
DO, POR CONSEQUINTE, PROVA DE INEXISTENCIA DE DEBITOS INSCRITOS EM  
DIVIDA ATIVA DA UNIAO, ADMINISTRADOS PELA PROCURADORIA GERAL DA FA-  
ZENDA NACIONAL.

VALIDADE ATE 29/11/2000- EMITIDA EM 29/05/2000

-----+  
| ESTA CERTIDAO ABRANGE SOMENTE O ESTABELECIMENTO ACIMA IDENTIFICADO |  
+-----+

+-----+  
| EXPEDIDA GRATUITAMENTE |  
+-----+

CARIMBO / ASSINATURA

Vera Lúcia P. Ribeiro  
FTN - Matr. SIPE 65.092





MINISTÉRIO DA FAZENDA

PROCURADORIA GERAL DA FAZENDA NACIONAL

PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL - RIO GRANDE DO SUL

REQUERIMENTO Nº

04759/2000

CERTIDÃO Nº

04118/2000

## CERTIDÃO QUANTO À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

NOME COMPLETO

EMPRESA DE RADIOFUSAO EXTREMO SUL FM LTDA

INSCRIÇÃO NO CGC OU CPF

03.836.652/0001-59

QUANTIDADE DE INSCRIÇÕES ATIVAS

TOTAL DE VALORES ORIGINÁRIOS

TOTAL DE VALORES ATUALIZADOS

EM CUMPRIMENTO AO DESPACHO EXARADO NA PETIÇÃO PROTOCOLADA NESTE ÓRGÃO, SOB O NÚMERO ACIMA INDICADO, E RESSALVADO O DIREITO DA FAZENDA NACIONAL DE INSCREVER E COBRAR AS DÍVIDAS QUE VENHAM A SER APURADAS, CERTIFICO, PARA OS FINS DE DIREITO, QUE, MANDANDO REVER OS REGISTROS DA DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO INSCRITA NAS PROCURADORIAS DA FAZENDA NACIONAL, VERIFICOU-SE

NADA EXISTIR

EM NOME DO CONTRIBUINTE ACIMA IDENTIFICADO. E, PARA CONSTAR, DETERMINEI FOSSE EXTRAÍDA ESTA CERTIDÃO **NEGATIVA**, QUE VAI ASSINADA POR MIM, PROCURADOR DA FAZENDA NACIONAL.

PORTO ALEGRE

02 de JUNHO de 2000

PROCURADOR DA FAZENDA NACIONAL

ESTA CERTIDÃO É FORNECIDA GRATUITAMENTE TENDO VALIDADE POR 180 DIAS  
ART. 3º DO DECRETO 84.702/80.

PAULO AITA GARCIA  
Procurador da Faz. Nac. PFN/RS  
Matricula nº 14275

24

025

9565991



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
Secretaria da Fazenda  
Departamento da Receita Publica Estadual  
Delegacia da Fazenda Estadual de PELOTAS  
CHUI  
Certidao de Situacao Fiscal No. 00095919

Identificacao do titular da certidao  
Nome : EMPRESA DE RADIODIFUSAO EXTREMO SUL FM LTDA  
Endereco: RUA COSTA RICA , 37  
CENTRO - CHUI RS  
CNPJ : 03836652/0001-59

Certifico que , aos 2 dias do mes de JUNHO do ano de 2000 ,  
revendo os bancos de dados e demais registros desta Reparticao, o titular  
acima identificado enquadra-se na seguinte situacao:

CERTIDAO NEGATIVA DE DEBITOS

Descricao dos Debitos

Finalidade desta certidao

CONCORRENCIA PUBLICA.

A presente certidao nao elide o direito de a Fazenda do Estado do  
Rio Grande do Sul proceder a posteriores verificacoes e vir a cobrar,  
a qualquer tempo, credito que seja assim apurado.  
Esta certidao e valida por 90 dias a contar da data de sua expedicao.

AUTORIDADE RESPONSAVEL PELA EXPEDICAO ELETRONICA:  
SONIA MARIA CASANOVA MOROSETTI - Matr. 11090782  
Agente Fiscal do Tesouro do Estado

Autenticacao 00269036

Confira a autenticidade deste documento em <http://www.sefaz.rs.gov.br> (Auto-  
atendimento Eletronico) ou pelo fone 0518002323.

Sonia Maria C. Morosetti  
AGENTE FISCAL DO TESOURO DO ESTADO  
Matr. 11090782

026



PREFEITURA MUNICIPAL DO CHUI  
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

CERTIDÃO

Atendendo ao requerido pela parte interessada conforme processo n.º 694/00, CERTIFICO para os devidos fins que a EMPRESA DE RADIODIFUSÃO EXTREMO SUL FM LTDA, NADA DEVE, a Fazenda Municipal até a presente data, ESTABELECIDÁ na Rua Costa Rica n.º 37, com inscrição Municipal 20000936. E por ser verdade forneço a presente certidão que vai por mim datada e assinada. SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA, DEPARTAMENTO DE TRIBUTAÇÃO E CADASTRO DA PREFEITURA MUNICIPAL DO CHUI, 29 de Maio de 2000.

OBS: Está certidão terá validade de 90 dias após a data de emissão.

COORDENADOR DE TRIBUTAÇÃO  
Prefeitura Municipal do CHUI

PMChui0000034324\*\*\*\*2.00 29/05/2007



**CONJUNTO Nº 1 - DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO**  
**Edital da Concorrência nº 37 / 2000 - SSR/MC**  
**SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO**

Localidades de Prestação do Serviço de Radiodifusão: **CHUI - RS**

Razão Social da Proponente: **Empresa de Radiodifusão Extremo Sul FM Ltda.**

**Conteúdo:**

**Conjunto nº 1 – Documentação de Habilitação:**  
**Habilitação Jurídica**  
**Qualificação Econômico-Financeira**  
**Regularidade Fiscal**

ff. 023









CONCORRÊNCIA Nº 037 / 00 - SSR/MC  
DELEGACIA DO MC NO ESTADO DO RS

LISTA DE PRESENÇA DAS PROPONENTES P/ LOCALIDADE  
DE CHUI

DATA: 05 / 07 / 2.000

SERVIÇO: Frequência Modulada (FM)

UF: RS

Razão social da proponente SISTEMA DE COMUNICACOES LTDA	Assinatura	Rubrica
Nome do representante legal ou procurador Neyen Wolff	RG nº 4.204.105-0 SSP/PR	Sócio/Acionista ( ) Procurador (X)

Razão social da proponente Frequência Brasileira de Comunicações LTDA	Assinatura	Rubrica
Nome do representante legal ou procurador Felipe Raveira	RG nº 7.070-571-0 SSP/PA	Sócio/Acionista ( ) Procurador (X)

Razão social da proponente SISTEMA NATIVA DE COMUNICA- COES LTDA	Assinatura	Rubrica
Nome do representante legal ou procurador CLAUDIO OMAR MORAES HANBAAT	RG nº 1019074317-SIP/PA	Sócio/Acionista ( ) Procurador (X)

Razão social da proponente EMPRESA DE RADIOFISICA EXTREMO SUL FM LTDA	Assinatura	Rubrica
Nome do representante legal ou procurador Jamil MOHAMAD YOMAA	RG nº 4024137368	Sócio/Acionista (X) Procurador ( )

Razão social da proponente Radio Dunes FM / TR	Assinatura	Rubrica
Nome do representante legal ou procurador Yoni Carlos Brazera DE ARÇON	RG nº 1000779833	Sócio/Acionista ( ) Procurador (X)

01210





31

## ATA GERAL DO SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO

### ATA DA REUNIÃO DE RECEBIMENTO DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO, PROPOSTA TÉCNICA E PROPOSTA DE PREÇO PELA OUTORGA REFERENTE AO EDITAL Nº 37/2000 - SSR/MC, SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EM FREQUÊNCIA MODULADA

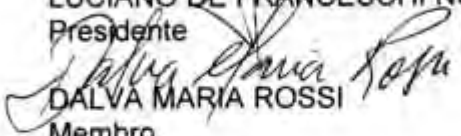
Aos cinco dias do mês de julho do ano de dois mil, às 9h (nove horas), no Auditório da Delegacia do Ministério das Comunicações no Estado do Rio Grande do Sul, situado na Av. Princesa Isabel nº 778, Porto Alegre, sob a supervisão e controle da Comissão Especial de Licitação, constituída pela Portaria do Ministério das Comunicações nº 63, de 05 de fevereiro de 1997, publicada no DOU de 13/02/97, alterada pela Portaria nº 163/99, de 13/10/99, DOU de 14/10/99, alterada pela Portaria nº 136, de 24/04/00, DOU de 25/04/00, reuniu-se a Comissão de Assessoramento Técnico - CAT/RS, constituída pela Portaria nº 63, de 05 de fevereiro de 1997, publicada no DOU de 13/02/97, alterada pela Portaria nº 163/99, de 13/10/99, DOU de 14/10/99, alterada pela Portaria nº 55, de 13/03/00, DOU de 16/03/00, com a participação de seu Presidente, LUCIANO DE FRANCESCHI NUNES e de seus membros PAULO ROGÉRIO PETIT PRUX e DALVA MARIA ROSSI, para recebimento e rubrica dos invólucros contendo os Documentos de Habilitação, da Proposta Técnica e da Proposta de Preço dos interessados nessa licitação, a qual objetiva a outorga de permissão para a exploração do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, nas localidades de Chuí, Cidreira, Flores da Cunha, Getúlio Vargas, Guarani das Missões e Herval, indicadas no Anexo I do Edital, processando-se os trabalhos na conformidade do item 9 do Edital (Abertura e Avaliação dos Documentos de Habilitação), na sequência seguinte: 1- assinatura da lista de presença dos representantes legais das proponentes ou de seus procuradores legalmente constituídos, bem como da lista de presença do público visitante, que serão anexadas à presente Ata. Presentes os representantes das proponentes H Sul FM Radiodifusão Ltda, Rádio Javali FM Ltda, Herval Comunicações Ltda, Fundação Navegantes de Porto Lucena, Rádio Guaramano Ltda, Rádio Nova Aliança Ltda, Rádio Uirapuru Ltda, Rádio Estrela do Sul FM Ltda, Empresa de Radiodifusão Byte Ltda, Rádio Esperança Ltda, Rádio Presidente Getúlio Vargas FM Ltda, Rádio Sideral Ltda, Antônio Vignaga & Filho Ltda, Novakoski & Cia Ltda, Sociedade Rádio Santa Felicidade Ltda, Camargo e Vassali - Empresa de Radiodifusão Ltda, Rádio Magnificat Ltda, Piccinini & Lucca Ltda, Rádio Editora Magia Ltda, ED Comunicações Ltda, Rádio Prado Ltda, Prisma Radiodifusão Ltda, Rádio Oceânica Cidreirense Ltda, Sistema Nativa de Comunicações Ltda, Frequencia Brasileira de Comunicações Ltda, Rádio Dunas FM Ltda, Sistema Plug de Comunicações Ltda, Empresa de Radiodifusão Extremo Sul FM Ltda. 2- abertura dos invólucros contendo a Documentação de Habilitação das proponentes acima nominadas e rubrica da mesma pela Comissão e representantes das proponentes. 3- declaração, pelo Sr. Presidente da Comissão, da finalização dos trabalhos da presente reunião, às 18 horas, e que os envelopes de Proposta Técnica e de Proposta de Preço serão conduzidos para a sala de guarda, nas dependências da Delegacia do Ministério das Comunicações no RS. Informação aos representantes das proponentes, que será dado vistas aos documentos a partir do dia 06/07/00, no horário de 09:00 às 11:00 e de 15:00 às 17:00h; somente será autorizado um procurador ou representante legal das proponentes, simultaneamente, na sala de vistas da Secretaria da Comissão.


Nada havendo a acrescentar aos fatos relatados, foi lavrada a presente ata, que, depois de lida e aprovada, foi subscrita pelos membros da Comissão de Assessoramento Técnico - CAT/RS e pelos representantes das proponentes.

COMISSÃO ESPECIAL DE ÂMBITO ESTADUAL - CEAE/RS:




  
LUCIANO DE FRANCESCHI NUNES  
Presidente

  
DALVA MARIA ROSSI  
Membro

  
PAULO ROGÉRIO PETIT PRUX  
Membro

H Sul FM Radiodifusão Ltda,

  
Rádio Javali FM Ltda,

Herval Comunicações Ltda,

Fundação Navegantes de Porto Lucena,

  
Rádio Guaramano Ltda,

Rádio Nova Aliança Ltda,

Rádio Uirapuru Ltda,

Rádio Estrela do Sul FM Ltda,

Empresa de Radiodifusão Byte Ltda,

Rádio Esperança Ltda,

  
Rádio Presidente Getúlio Vargas FM Ltda,

Rádio Sideral Ltda,

Antônio Vignaga & Filho Ltda,

  
Novakoski & Cia Ltda,

Sociedade Rádio Santa Felicidade Ltda,

Camargo e Vassali – Empresa de Radiodifusão Ltda,

Rádio Magnificat Ltda,


  
Piccinini & Lucca Ltda,

Rádio Editora Magia Ltda,

ED Comunicações Ltda,

Rádio Prado Ltda,




 Prisma Radiodifusão Ltda,

Rádio Oceânica Cidreirense Ltda,

Sistema Nativa de Comunicações Ltda,

Frequencia Brasileira de Comunicações Ltda,

Rádio Dunas FM Ltda,

 Sistema Plug de Comunicações Ltda,

Empresa de Radiodifusão Extremo Sul FM Ltda

 33

81










## ATA POR LOCALIDADE DO SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO

### ATA DA REUNIÃO DE RECEBIMENTO DA DOCUMENTAÇÃO DE PROPOSTA DE HABILITAÇÃO, TÉCNICA E DE PREÇO EDITAL Nº37/2000 - SSR/MC SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EM FREQUÊNCIA MODULADA CHUIÍ

Aos cinco dias, do mês de julho, do ano de dois mil, às 9h (nove horas), no Auditório da Delegacia do Ministério das Comunicações no Estado do Rio Grande do Sul, situado na Av. Princesa Isabel nº 778, Porto Alegre, sob a supervisão e controle da Comissão Especial de Licitações, constituída pela Portaria do Ministério das Comunicações nº 63, de 05 de fevereiro de 1997, publicada no DOU de 13/02/97, alterada pela Portaria nº 136, de 24/04/00, DOU de 25/04/00, reuniu-se a Comissão de Assessoramento Técnico -CAT/RS, constituída pela Portaria nº 1, de 02 de março de 1998, publicada no DOU de 05/03/98, alterada pela Portaria nº 55, de 13 de março de 2000, DOU 16/03/00, com a participação de seu Presidente, LUCIANO DE FRANCESCHI NUNES e de seus membros PAULO ROGÉRIO PETIT PRUX e DALVA MARIA ROSSI, para recebimento e rubrica dos invólucros contendo os documentos de Habilitação, Proposta Técnica e Proposta de Preço dos interessados nessa licitação, a qual objetiva a outorga de permissão para a exploração do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, na localidade de **Chuí**, indicada no Anexo I do Edital, processando-se os trabalhos na conformidade do item 9 do Edital (Abertura e Avaliação dos Documentos de Habilitação), na sequência seguinte: 1- assinatura da lista de presença dos representantes legais das proponentes ou de seus procuradores legalmente constituídos, bem como da lista de presença do público visitante, que serão anexadas à presente Ata. Presente a **Sistema Plug de Comunicações Ltda, representada por Argeu Wolff RG 4204105-8 SSP/PR; Frequencia Brasileira de Comunicações Ltda, representada por Felipe Rasera RG 7070571-0 SSP/PR; Sistema Nativa de Comunicações Ltda, representada por Cláudio Omar Morales Haubmann RG 1019074317 SSP/RS; Empresa de Radiodifusão Extremo Sul FM Ltda, representada por Jamil Mohamad Jomaa RG 4024137368 SSP/RS; Rádio Dunas FM Ltda, representada José Carlos B. de Argondizzo RG 1000779833 SSP/RS.** 2- abertura do invólucro contendo a documentação de Habilitação das proponentes acima mencionadas, e rubrica dos documentos pela Comissão e representantes legais das proponentes. 3. Declaração, pelo Sr. Presidente da Comissão, da finalização dos trabalhos da presente reunião, às **16 horas e trinta e cinco minutos**, e que o documento de Proposta Técnica e Proposta de Preço serão conduzidos para a sala de guarda, nas dependências da Delegacia do Ministério das Comunicações no RS. Informação aos representantes das proponentes, que será dada vistas aos documentos, no horário de 09:00 às 11:00 e de 15:00 às 17:00h, a partir do dia 06/07/00 e que somente será autorizada a presença de um procurador ou representante legal da proponente, simultaneamente, na sala de vistas da Secretaria da Comissão. Nada havendo a acrescentar aos fatos relatados, foi lavrada a presente ata, que, depois de lida e aprovada, foi subscrita pelos membros da Comissão de Assessoramento Técnico-CAT/RS e pelo representante da proponente.

COMISSÃO DE ACESSORAMENTO TÉCNICO - CAT/RS:

  
LUCIANO DE FRANCESCHI NUNES  
Presidente

  
PAULO ROGÉRIO PETIT PRUX  
Membro




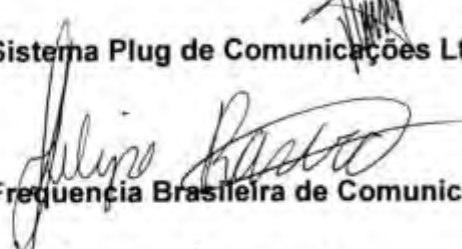
  
**DALVA MARIA ROSSI**  
Membro

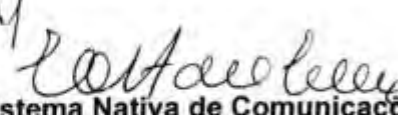
ff 35  



ff


PROPONENTE:

  
**Sistema Plug de Comunicações Ltda**

  
**Frequência Brasileira de Comunicações Ltda**

  
**Sistema Nativa de Comunicações Ltda**

  
**Empresa de Radiodifusão Extremo Sul FM Ltda**

  
**Rádio Dunas FM Ltda**







36  
83

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
SECRETARIA DE SERVIÇOS DE RADIODIFUSÃO  
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO

TERMO DE JUNTADA


Nesta data, juntei ao presente processo, além desta, as 03 folhas seguintes, em conformidade com os dados abaixo indicados:

Nº da folha anterior : 35

Nº desta folha : 36

Nºs das demais folhas juntadas : 37 a 39

Brasília, 01 de Setembro de 2000.

  
Messias Leite Brasil  
Secretária Substituta





Ministério das Comunicações  
Secretaria de Serviços de Radiodifusão  
Comissão Especial de Licitação

CONCORRÊNCIA Nº:037/2000 - SSR/MC

RESULTADO DA ANÁLISE DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

000650

Licitante: **EMPRESA DE RADIODIFUSÃO EXTREMO SUL LTDA.**

C.G.C.: 03826652/0001-59

Endereço: **RUA COSTA RICA, 37, CENTRO, CHUI – RS.**

Nº do Processo Específico da Licitante: 53790.000211/00.

Resultado:

**HABILITADA**

UF  
RS

Localidade  
CHUI

Serviço  
FM

Grupo de Enquadramento  
A

**MANOEL ELIAS MOREIRA**  
Presidente da Comissão Especial de Licitação



38  
162

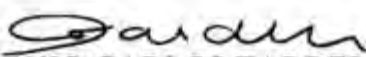
SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**  
SECRETARIA DE SERVIÇOS DE RADIODIFUSÃO  
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO

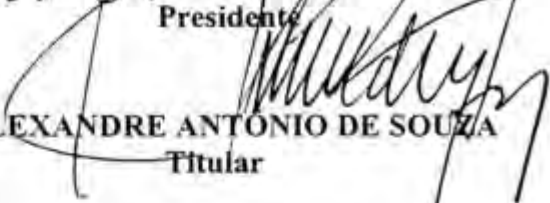
**ATA DE REUNIÃO**

Aos 28 (vinte e oito) dias do mês de agosto de 2000, às 15:00 horas, na sala de reuniões da Comissão Especial de Licitação, na Sobreloja do Edifício Sede do Ministério das Comunicações, Bloco "R," Esplanada dos Ministérios, nesta cidade de Brasília, Distrito Federal, reuniu-se a Comissão Especial de Licitação, criada pela Portaria MC nº 811 de 29 de dezembro de 1997, alterações subsequentes, com a participação de seu Presidente, Manoel Elías Moreira, do seu Vice-Presidente Antonio Carlos Tardeli e dos membros, Alexandre Antônio de Souza, Álvaro Augusto de Souza Neto, José Ancelmo Nogueira, Anacleto Rodrigues Cordeiro e Napoleão Emanuel Valadares, com o objetivo de dar prosseguimento aos trabalhos referentes à fase de habilitação de proponentes, com relação às Concorrências indicadas a seguir, compreendendo, entre outras, as atividades: (1). O Senhor Presidente apresentou para exame e aprovação da Comissão os resultados abaixo indicados relativos à análise de documentos de habilitação. (2) Após as devidas verificações, a Comissão aprovou as conclusões contidas nos "Resultados" constantes desta Ata, autorizando o Presidente a assiná-los e adotar as providências necessárias ao desenvolvimento das licitações. Nada mais havendo a ser tratado, o Presidente deu por encerrada a presente sessão, lavrando a presente Ata que, lida e achada conforme, vai assinada pelos membros Titulares da Comissão.

CONCORRÊNCIA Nº	RESULTADO Nº
010/2000	603 e 604
036/2000	605 a 625
037/2000	626 a 653
038/2000	654 a 681
039/2000	682 a 706

  
**MANOEL ELÍAS MOREIRA**  
Presidente

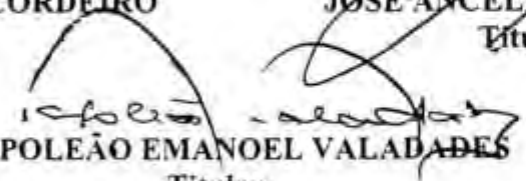
  
**ANTÔNIO CARLOS TARDELI**  
Vice-Presidente

  
**ALEXANDRE ANTONIO DE SOUZA**  
Titular

  
**ÁLVARO AUGUSTO DE SOUZA NETO**  
Titular

  
**ANACLETO RODRIGUES CORDEIRO**  
Titular

  
**JOSÉ ANCELMO NOGUEIRA**  
Titular

  
**NAPOLEÃO EMANOEL VALADAES**  
Titular





**FUNDAÇÃO INSTITUTO DE PESQUISA  
ECONÔMICA APLICADA**

Diretoria de Estudos Macroeconômicos

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 6004/2000

Número do Contrato: 4/1997  
Nº Processo: 03011000028139711  
Contratante: INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA  
CNPJ Contratado: 28871346000155  
Contratado: ARGOS SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA  
Objeto: Alteração das Cláusulas Primeira, Segunda e Sétima do Contrato de Prestação de serviços de limpeza e conservação, com fornecimento de material.  
Fundamento Legal: Alínea B, Inciso II, Artigo 23, Lei 8666/93.  
Vigência: 01/08/2000 a 30/06/2001  
Valor Total: R\$ 56.105,27  
Fonte de Recurso: Nota de Empenho: 2000NED00463  
100000000  
Data de Assinatura: 31/07/2000

( DTC - 28/08/2000 )

**Ministério das Comunicações**

**SECRETARIA EXECUTIVA**

Subsecretaria de Planejamento,  
Orçamento e Administração

RESULTADO DE JULGAMENTO  
CONCORRÊNCIA Nº 3/2000

A Comissão Especial de Licitação, após o encerramento dos trabalhos de julgamento e valoração das propostas de preços, em 25 de agosto de 2000, comunica aos interessados o seguinte resultado: Denison Brasil Publicidade Ltda., 35 pontos; Agnelo Pacheco Criação e Propaganda Ltda., 29 pontos; Publicis D&M, 23 pontos; ST Marketing Ltda., 11 pontos; Actplan Comunicação S/A, 2,5 pontos e TM Marketing Publicidade e Promoções, 0,5 ponto. Em conformidade com o item 10 do Edital, a Publicis D&M, vencedora da proposta técnica, concedeu em firmar o contrato para prestação dos serviços de publicidade

com a proposta de menor preço, apresentado pela Denison Brasil Publicidade Ltda. Brasília 25 de agosto de 2000.

GILBERTO MARCUS  
Presidente da Comissão

( DTC - 28/08/2000 )

**SECRETARIA DE SERVIÇOS DE  
RÁDIODIFUSÃO**

AVISO  
CONCORRÊNCIAS Nº 5 E 114/97-SF/CMC

A Comissão Especial de Âmbito Nacional das Concorrências Nº 072 e 114/97-SF/CMC, para a execução do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, nas localidades de Bréves, Monte Alegre, Ortuzim, Santana do Araguaia, Torre Agu na Estado do Pará, torna público que a reunião para a devolução dos invólucros fechados contendo as Propostas Técnicas das Propostas desclassificadas e para a abertura dos invólucros contendo as Propostas de Preço pela Ouvidoria das Propostas classificadas, será realizada no dia 01 de setembro de 2000, às 09:00 horas, na Delegacia do Ministério das Comunicações Supervisora, no Estado do Pará, no seguinte endereço: Travessa Rosa Maura, 476 - Bloco Telegrafal, Belém/PA, em conformidade com o item 9 do Edital dessas Concorrências, e convida os respectivos licitantes e demais interessados para dela participarem.

Brasília - DF, 28 de Agosto de 2000  
MANOEL ELIAS MOREIRA  
Presidente da Comissão

**RESULTADOS DE HABILITAÇÃO  
CONCORRÊNCIAS DE Nº 10, 36, 37, 38 E 19/00**

Nos termos da Portaria MC nº 811, de 29 de dezembro de 1997, alterada pela Portaria MC nº 136, de 24 de abril de 2000, e em conformidade com os Editais de Licitação respectivos, a Comissão Especial de Licitação torna público, por meio deste Aviso e seus Anexos, o resultado da análise da documentação de habilitação das licitantes das Concorrências de nº 010, 036, 037, 038 e 039/00-SF/CMC, relativas a localidades dos Estados de Goiás e Rio Grande do Sul.

Os autos dos processos estarão disponíveis para as licitantes, no período de 11 a 15 de setembro de 2000, na respectiva Secretaria da Comissão de Aposentadoria Técnica da Delegacia do Ministério das Comunicações Supervisora, nos endereços indicados abaixo, onde deverão ser protocolizados eventuais recursos.

Delegacia Supervisora	
GO	Rua 13, 518 - 1º Andar - Setor Oeste, Goiânia/GO
RS	Av. Princesa Isabel, 778 - 3º Andar - Sala 302 - Bairro Santana, Porto Alegre/RS

Brasília - DF, 28 de Agosto de 2000  
MANOEL ELIAS MOREIRA  
Presidente da Comissão

**ANEXO I - CONCORRÊNCIA Nº 10/2000**

UF	Localidade/ Proponente(s)	Serviço	Nº do Processo	Resultado
GO	BARRO ALTO			
	KYNO FILMES PRODUÇÕES CINEMATOGRÁFICAS LTDA.	FM	53670.00081/00	INABILITADA
GO	HIDROLÂNDIA			
	KYNO FILMES PRODUÇÕES CINEMATOGRÁFICAS LTDA.	FM	53670.00088/00	INABILITADA
GO	RUSSARA			
	KYNO FILMES PRODUÇÕES CINEMATOGRÁFICAS LTDA.	FM	53670.00088/00	INABILITADA
GO	MONTIVÍDIU			
	KYNO FILMES PRODUÇÕES CINEMATOGRÁFICAS LTDA.	FM	53670.00088/00	INABILITADA
GO	RIO QUENTE			
	KYNO FILMES PRODUÇÕES CINEMATOGRÁFICAS LTDA.	FM	53670.00088/00	INABILITADA
GO	ALAGOAS COMUNICAÇÃO LTDA - ME	FM	53670.000897/00	INABILITADA
GO	SÃO MIGUEL DO ARAQUAIA			
	KYNO FILMES PRODUÇÕES CINEMATOGRÁFICAS LTDA.	FM	53670.00088/00	INABILITADA
GO	SENADOR CANEDO			
	KYNO FILMES PRODUÇÕES CINEMATOGRÁFICAS LTDA.	FM	53670.00088/00	INABILITADA

**ANEXO II - CONCORRÊNCIA Nº 36/2000**

UF	Localidade/ Proponente(s)	Serviço	Nº do Processo	Resultado
RS	AJURICABA			
	RÁDIO MUNDIAL FM LTDA.	FM	53790.000177/00	HABILITADA
	RÁDIO FM AJURICABA LTDA.	FM	53790.000178/00	HABILITADA
	ESTAÇÃO PLAZA RÁDIO FM LTDA.	FM	53790.000180/00	HABILITADA
RS	FREQUÊNCIA BRASILEIRA DE COMUNICAÇÕES LTDA.	FM	53790.000185/00	HABILITADA
	ANTA GORDA			
	RÁDIO CULTURA DE ARVOREZINHA LTDA.	FM	53790.000181/00	HABILITADA
	RÁDIO DIFUSORA SÃO CARLOS DE ANTA GORDA	FM	53790.000182/00	HABILITADA
	PIÇICINI E LUCÇA LTDA.	FM	53790.000183/00	HABILITADA
	RÁDIO EDITORA MAGIA LTDA.	FM	53790.000184/00	HABILITADA
	FREQUÊNCIA BRASILEIRA DE COMUNICAÇÕES LTDA.	FM	53790.000185/00	HABILITADA
	SISTEMA PLUG DE COMUNICAÇÕES LTDA.	FM	53790.000186/00	HABILITADA
RS	ANTÔNIO PRADO			
	RÁDIO EDITORA MAGIA LTDA.	FM	53790.000184/00	HABILITADA

	FREQUÊNCIA BRASILEIRA DE COMUNICAÇÕES LTDA.	FM	53790.000185/00	HABILITADA
	RÁDIO PRADO LTDA.	FM	53790.000187/00	HABILITADA
	RÁDIO BENVENUTA FM LTDA.	FM	53790.000188/00	HABILITADA
RS	ARROIO GRANDE			
	FREQUÊNCIA BRASILEIRA DE COMUNICAÇÕES LTDA.	FM	53790.000185/00	HABILITADA
	TRADICIONAL FM LTDA.	FM	53790.000189/00	HABILITADA
	SISTEMA NATIVA DE COMUNICAÇÕES LTDA.	FM	53790.000190/00	HABILITADA
	RÁDIO DIFUSORA FRONTEIRA LTDA.	FM	53790.000191/00	HABILITADA
	RÁDIO MEGA FM LTDA.	FM	53790.000192/00	HABILITADA
	HERVAL COMUNICAÇÕES LTDA.	FM	53790.000193/00	HABILITADA
	RÁDIO COMPARSA FM LTDA.	FM	53790.000194/00	HABILITADA
RS	BOM JESUS			
	FREQUÊNCIA BRASILEIRA DE COMUNICAÇÕES LTDA.	FM	53790.000185/00	HABILITADA
	SISTEMA PLUG DE COMUNICAÇÕES LTDA.	FM	53790.000186/00	HABILITADA
	NOVA DO SOL FM LTDA.	FM	53790.000198/00	HABILITADA
RS	CAMAQUÁ			
	FREQUÊNCIA BRASILEIRA DE COMUNICAÇÕES LTDA.	FM	53790.000185/00	HABILITADA
	SISTEMA PLUG DE COMUNICAÇÕES LTDA.	FM	53790.000186/00	HABILITADA
	TRADICIONAL FM LTDA.	FM	53790.000189/00	HABILITADA
	SISTEMA NATIVA DE COMUNICAÇÕES LTDA.	FM	53790.000190/00	HABILITADA
	RÁDIO MÁXIMA FM LTDA.	FM	53790.000201/00	HABILITADA
	ALVORINO ORVALDI E CIA LTDA.	FM	53790.000202/00	HABILITADA
	RÁDIO LAGOA FM LTDA.	FM	53790.000203/00	HABILITADA

**ANEXO III - CONCORRÊNCIA Nº 37/2000**

UF	Localidade/ Proponente(s)	Serviço	Nº do Processo	Resultado
RS	CIJUR			
	FREQUÊNCIA BRASILEIRA DE COMUNICAÇÕES LTDA.	FM	53790.000179/00	HABILITADA
	SISTEMA PLUG DE COMUNICAÇÕES LTDA.	FM	53790.000208/00	HABILITADA
	SISTEMA NATIVA DE COMUNICAÇÕES LTDA.	FM	53790.000210/00	HABILITADA
	EMPRESA DE RÁDIODIFUSÃO EXTREMO SUL LTDA.	FM	53790.000211/00	HABILITADA
	RÁDIO DUNAS FM LTDA.	FM	53790.000212/00	HABILITADA
RS	CIDREIRA			
	FREQUÊNCIA BRASILEIRA DE COMUNICAÇÕES LTDA.	FM	53790.000179/00	HABILITADA
	SISTEMA PLUG DE COMUNICAÇÕES LTDA.	FM	53790.000208/00	HABILITADA
	PRISMA RÁDIODIFUSÃO LTDA.	FM	53790.000213/00	HABILITADA
	RÁDIO OCEÂNICA CIDREIRENSE LTDA.	FM	53790.000214/00	HABILITADA
RS	FLORES DA CUNHA			
	FREQUÊNCIA BRASILEIRA DE COMUNICAÇÕES LTDA.	FM	53790.000179/00	HABILITADA
	RÁDIO MAGNIFICAT LTDA.	FM	53790.000199/00	HABILITADA
	RÁDIO PRADO LTDA.	FM	53790.000200/00	HABILITADA
	PIÇICINI E LUCÇA LTDA.	FM	53790.000203/00	HABILITADA
	RÁDIO EDITORA MAGIA LTDA.	FM	53790.000204/00	HABILITADA
	ED. COMUNICAÇÕES LTDA.	FM	53790.000206/00	HABILITADA
	SISTEMA PLUG DE COMUNICAÇÕES LTDA.	FM	53790.000208/00	HABILITADA
RS	GETULIO VARGAS			
	FREQUÊNCIA BRASILEIRA DE COMUNICAÇÕES LTDA.	FM	53790.000179/00	HABILITADA
	RÁDIO ESPERANÇA LTDA.	FM	53790.000195/00	HABILITADA
	CAMARGO E VASSALI - EMPRESA DE RÁDIODIFUSÃO LTDA.	FM	53790.000196/00	HABILITADA
	RÁDIO SIDERAL LTDA.	FM	53790.000197/00	HABILITADA
	RÁDIO MAGNIFICAT LTDA.	FM	53790.000199/00	HABILITADA





SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
DELEGACIA NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
COMISSÃO ESPECIAL DE ÂMBITO ESTADUAL – CEAE

### TERMO DE ANEXAÇÃO

Nesta data, anexeí ao presente processo a documentação constituída de \_\_\_\_\_ folhas, excluindo esta.

# folha anterior: 039

# esta folha: 040

# demais folhas juntadas: 041 à 052

Porto Alegre, 18 de Setembro de 2000.

**Luciano De Franceschi Nunes**  
Presidente da CAT/RS



Brasília/DF., 14 de setembro de 2000.

Ao

Ministério das Comunicações - MC

Presidente da Comissão Especial de Âmbito Nacional

Comissão Especial de Âmbito Estadual

PORTO ALEGRE/RS

Ref.: Concorrência 037/2000 - SSR/MC

Serviço: FM – Frequência Modulada

Localidade: CHUI

Aldiano De Franceschi Nunes  
Chefe de Serviço-DRMC/RS  
OAB/RS 33.977

**FREQUENCIA BRASILEIRA DE COMUNICAÇÕES LTDA**, inscrita no CGC sob nº 03.830.355/0001-14, com sede em Brasília/DF, representada por seu sócio-gerente, o Sr. **OSCAR FRANCISCO PALOSCHI**, brasileiro, casado, portador do RG 12.773 – OAB/DF e do CPF/MF 621.882.320-20, com escritório situado em Brasília/DF, no SGAS, lote 74, Edifício Athenas, Bloco “B”, Salas 201/202, CEP 703.390-020, vem respeitosamente perante V.Sa., apresentar **RECURSO**, contra a decisão dessa CEAN que habilitou a empresa **Empresa de Radiodifusão Extremo Sul Ltda.**, com base no art. 109, inciso I, letra “a” e art. 4º, ambos da Lei nº 8.666 de 21.06.1993, atualizado pela lei nº 8.883 de 08.06.1994, C/C art. 37 da Constituição Federal, para requerer a **INABILITAÇÃO**, com fundamento nas razões ético jurídicas a seguir aduzidas:







### LEGITIMIDADE

O Requerente participou da Licitação 037/2000-SSR/MC e conforme lhe faculta o art. 4º da Lei 8.666/93 e art. 37 da Constituição Federal, pleiteia a apreciação do presente recurso para que seja considerada como INABILITADA a Empresa Proponente.

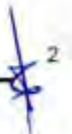
O art. 4º da Lei 8.666/93 dá legitimidade ao Requerente para interpor o presente recurso bem como o art. 37 da Constituição Federal assegura o cumprimento do Princípio da Legalidade no tocante aos atos da Administração Pública. Vale sempre lembrar que aquele é princípio norteador, pois o que importa é sempre resguardar o interesse público para que este não se veja ameaçado.

### PRINCÍPIO DA IGUALDADE

A Carta Magna dispõe em seu art. 5º que: **“Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, ....”**. A interpretação deste artigo é clara e não admite discriminação entre as partes. O tratamento deve ser igual sob pena de afronta A norma constitucional.

### PRINCÍPIO DA LEGALIDADE DOS ATOS ADMINISTRATIVOS

Essencialmente este princípio vincula todos os atos da administração à Lei. Essa lei compreende o Edital eis que este, é a Lei interna da licitação. Qualquer decisão tomada contra norma expressa do edital é ilegal. Verifica-se, assim, que a decisão da douta Comissão que considerou habilitada a empresa proponente, é visivelmente ilegal. Desnecessário falar que devem ser obedecidos também os princípios da licitação insculpidos na legislação pertinente mormente permanece em vigor o Edital em todos os seus termos.





## PROCEDIMENTO FORMAL

Nada mais é do que, segundo dizeres de Hely Lopes de Meirelles, em sua obra Direito Administrativo Brasileiro, editora Malheiros, que: “o princípio do procedimento formal é o que impõe a vinculação da licitação às prescrições legais que a regem em todos os seus atos e fases. Essas prescrições decorrem não só da lei, mas, também, do regulamento, do caderno de obrigações **e até do próprio edital** ou convite, que complementa as normas superiores, tendo em vista a licitação a que se refere (Estatuto, art. 4º)”

## VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO

É princípio básico das licitações. Vejamos o entendimento de Hely Lopes de Meirelles, em sua obra Direito Administrativo Brasileiro, editora Malheiros:

“a vinculação ao edital é princípio básico de toda licitação. Nem se compreenderia que a Administração fixasse no edital a forma e o modo de participação dos licitantes e no decorrer do procedimento ou na realização do julgamento se afastasse do estabelecido, **ou admitisse documentação e propostas em desacordo com o solicitado**. O edital é lei interna da licitação, é, como tal, vincula aos seus termos tanto os licitantes como a Administração que o expediu (Estatuto, art. 33).

Assim, estabelecidas as regras do certame, tornam-se inalteráveis para aquela licitação, durante todo o procedimento. Se no decorrer da licitação a Administração verificar sua inviabilidade, deverá invalidá-la e reabri-la em novos moldes, mas, enquanto vigente o edital ou convite, não poderá desviar-se de suas prescrições, quer quanto à tramitação, quer quanto ao julgamento”

A citação é objetiva e esclarecedora dispensando maiores comentários.

A norma editalícia é a lei interna da licitação e somente ao se obedecer esta é que se estará agindo de acordo com o princípio da legalidade. Seus comandos devem estar em consonância com os princípios gerais da administração pública e da licitação para que, obrigatoriamente, sejam obedecidos.



044  
Kux

O art. 41 da Lei 8.666/93, assim está redigido:

Art. 41 – “ A Administração não pode descumprir as normas e condições do edital ao qual se acha estritamente vinculada”

Verifica-se que, o princípio da legalidade está presente tanto no cumprimento do artigo citado quanto no cumprimento das exigências contidas nos subitens que tratam da habilitação das proponentes. Todos são compatíveis.

Admitir, o contrário, ou seja, permitir que uma das proponentes seja considerada como habilitada mesmo sem preencher os requisitos do item 5 e seus subitens é afrontar norma específica que está em pleno vigor. O que somente seria admitido, a princípio, na via judicial adequada e em procedimento próprio.

Quando o art. 41 da Lei 8.666/93 determina expressamente que não se pode descumprir as normas e condições do Edital impossível que, via recurso administrativo, seja mudado as regras durante o andamento do certame.

O não atendimento ao comando dos subitens que tratam da habilitação é óbice intransponível e insuperável para habilitar a empresa proponente eis que não foram obedecidos os princípio da legalidade e da vinculação ao edital. Tratam-se de **requisito de admissibilidade** para a habilitação e tal fato é inadmissível quando se trata de interesse público e dos princípios que regem os atos da administração pública e da licitação.

#### DA COMISSÃO / AUTORIDADE SUPERIOR E DO DEVER DE DILIGENCIAR

O art. 43, da Lei de Licitações e Contratos – nº 8.666/93, estabelece as normas procedimentais que deverão ser observadas na licitação, *verbis*:

“A licitação será processada e julgada com observância dos seguintes procedimentos:

4





§ 3º - “ É facultada à comissão ou autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta”.

Esta Douta Comissão tem o poder-dever de diligenciar no sentido de apurar os fatos alegados seja com vistas à documentação – verificando se estão todas no processo ou se realmente faltam - seja com vistas à veracidade do alegado seja com vistas a outras exigências não cumpridas que passaram despercebidas pelo Requerente.

**DOS FATOS ENSEJADORES À INABILITAÇÃO DA**  
empresa Empresa de Radiodifusão Extremo Sul Ltda

O item “5” do Edital estabelece quais são os “*REQUISITOS PARA HABILITAÇÃO DAS PROPONENTES*”, e os subitens os contemplam expressamente.

**DA HABILITAÇÃO JURÍDICA**  
**PROVA DE QUITAÇÃO DAS OBRIGAÇÕES ELEITORAIS**

O subitem 5.2.6, exige:

“Prova de que os dirigentes estão QUITES com suas obrigações eleitorais, mediante certidão fornecida pela Justiça eleitoral”.

Conforme se vê, o sócio-gerente NÃO votou no pleito de 04/10/98, conforme certidão expedida pelo TRE/RS ( fls.14), bem como não quitou a respectiva multa, diferente do que ocorreu com a outra sócia, que mesmo não votando no pleito referido, QUITOU a multa em 22/07/99 ( fls. 15).

 5




Assim sendo, deverá ser considerada como INABILITADA a empresa proponente por não atender ao comando do subitem 5.2.6, do Edital.

**DO PEDIDO**

**PELO EXPOSTO**, requer a esta Digna Comissão, que seja revista sua posição inicial e declare **INABILITADA** a empresa **Empresa de Raidodifusão Extremo Sul Ltda.**, para a localidade a mesma que participou eis que não cumpriu a determinação do subitem: 5.2.6, do Edital que tratam dos requisitos para a habilitação.

Termos em que pede e espera deferimento.

  
Oscar Francisco Paloschi  
Sócio-Gerente



# CONTRATO SOCIAL

547

Empresa: Freqüência Brasileira de Comunicações Ltda.

OSCAR FRANCISCO PALOSCHI, brasileiro, casado, empresário, nascido a 03.05.72, natural de Ibiruba - RS, portador do RG. no. 5.044.497.328 expedida em 22.07.87 pela SSP/RS e do CPF no. 621.882.320-20, filho de Lothario Paloschi e Ilvedi Maurer Paloschi, residente e domiciliado nesta Capital à SCRN 712/713 Bl. A Entrada 17 - Apto. 102 - Asa Norte - DF e MARILENE MOURA DINIZ, brasileira, casada, empresária, nascida a 09.02.75, natural de Brasília - DF, portadora da CI no. 1.280.215 expedida em 11.11.88 pela SSP/DF e do CPF no. 771.865.321-87, filha da Neuza Maria Diniz e Severino Moura Diniz, residente e domiciliada nesta Capital à QNO 04 Cj. F Casa 53 - Setor O - Ceilândia - DF, RESOLVEM, de comum acordo, constituir uma sociedade por cotas de responsabilidade Ltda, conforme as cláusulas abaixo:

## CLÁUSULA PRIMEIRA - DO NOME EMPRESARIAL

A sociedade girará sob o nome empresarial de Freqüência Brasileira de Comunicações Ltda, com sua sede no SGA/Sul Quadra 902 - Conjunto B - Entrada B - Sala 201 - Ed. Athenas - Asa Sul - DF, podendo instalar e manter filiais em todo o território nacional.

## CLÁUSULA SEGUNDA - DOS OBJETIVOS SOCIAIS

Os objetivos da sociedade consistem na execução, em qualquer parte do território nacional dos serviços de TV a CABO, assim compreendido como serviço de telecomunicações não aberto a correspondências pública, e que consiste na distribuição de sinais de vídeo e/ou áudio à assinantes, mediante transporte por meios físicos; e de radiodifusão sonora, radiodifusão de sons e imagens (televisão) incluindo repetição, retransmissão e geração de sinais de televisão; TV a CABO, serviço de distribuição de sinais multiponto multicanal (MMDS), que se utiliza de faixa de microondas para transmitir sinais a serem recebidos em pontos determinados dentro da área de prestação de serviço; exploração de mensagens publicitárias e demais serviços de telecomunicações em geral, através de concessões e permissões outorgadas pelo Poder Público, de conformidade com procedimentos administrativos previstos na legislação vigente, .

g 5



Parágrafo Único

A sociedade não poderá manter concessões ou permissões para execução de serviço de radiodifusão, em todo o País, além dos limites previstos pelo artigo 12 do Decreto - Lei No. 236, de 28.02.67.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DO PRAZO**

O prazo de duração da sociedade é por tempo indeterminado e suas atividades terão início a partir da data em que o Poder Público lhe outorgar autorização, permissão ou concessão para executar seus objetivos sociais em qualquer de suas modalidades.

**CLÁUSULA QUARTA – DA AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DO PODER PÚBLICO**

A empresa não poderá efetuar nenhuma alteração do seu instrumento social sem prévia autorização dos órgãos competentes.

**CLÁUSULA QUINTA – DO CAPITAL SOCIAL**

O capital Social é de R\$ 50.000,00( cinquenta mil reais), divididos em 50 (cinquenta mil) quotas de R\$1,00 (um real) cada uma, totalmente subscrito e integralizado nesta data, em moeda corrente do País, e ficará assim distribuído entre os sócios:

1. Marilene Moura Diniz	25.000 quotas	R\$ 25.000,00
2. Oscar Francisco Paloschi	25.000 quotas	R\$ 25.000,00
Total	50.000 quotas	R\$ 50.000,00

Parágrafo Primeiro:

A responsabilidade de cada sócio nas obrigações assumidas pela sociedade, está limitada ao total do Capital Social.

Parágrafo Segundo:

É vedada a participação de pessoa jurídica no capital da empresa



Parágrafo Terceiro:

As quotas representativas do Capital Social serão inalienáveis e inalienáveis a estrangeiros ou a pessoas jurídicas.

**CLÁUSULA SEXTA – DO USO DA DENOMINAÇÃO SOCIAL**

Compete o uso da denominação social, aos sócios Oscar Francisco Paloschi e Marilene Moura Diniz, os quais representarão a Sociedade em conjunto ou isoladamente, em juízo e fora dele, podendo, para tanto, representar a Sociedade junto às repartições públicas, Federais, Estaduais, Distritais, Municipais e Autárquicas, movimentar contas bancárias, emitir títulos de créditos, procurações, endossar, avalizar e outros, sendo-lhes, no entanto, vetado o uso em negócios ou atos de qualquer natureza alheios aos fins sociais, inclusive em avais a favor de terceiros.

**CLÁUSULA SÉTIMA – DA ADMINISTRAÇÃO**

A administração da Sociedade será exercida por ambos os sócios mencionados na Cláusula Sexta, que dispensados de caução, ficam desde já investidos na função de sócios-gerentes, competindo-lhes a prática de todos os atos necessários ao pleno andamento dos negócios sociais.

Parágrafo Único

A sócia Marilene Moura Diniz, fará uma retirada mensal, à título de Pro-labore, estabelecida de comum acordo entre as partes, obedecendo-se a capacidade financeira da Sociedade.

**CLÁUSULA OITAVA – DOS BALANÇOS ANUAIS E DA PARTILHA DE LUCROS OU PREJUÍZOS**

O exercício Social terminará em 31 de dezembro de cada ano, quando se procederá ao Balanço Patrimonial da Sociedade para apuração de lucros ou prejuízos. Em se tratando de lucros, atendidas as obrigações sociais e feitas as amortizações e provisões consideradas necessárias e permitidas em lei, os lucros apurados anualmente, serão distribuídos entre os sócios, na proporção das quotas de capital de cada um, ou levado para a conta "lucros acumulados" para ulterior aumento de capital, e se apresentar prejuízos, os mesmos serão suportados pelos sócios na proporção das quotas.



## CLÁUSULA NONA – DAS DISPOSIÇÕES SOBRE QUOTAS

050  
Rux

### Parágrafo Primeiro

O capital social, na sua totalidade, pertencerá a pessoas físicas brasileiras.

### Parágrafo Segundo

As quotas sociais não poderão ser cedidas a terceiros estranhos à Sociedade, sem prévio consentimento expresso dos outros sócios e da autorização prévia do Poder Público concedente, e para esse fim, o sócio retirante deverá comunicar sua resolução a sociedade com uma antecedência de 60 (sessenta) dias. Em qualquer eventualidade o sócio remanescente terá preferência na aquisição das quotas do sócio retirante.

### Parágrafo Terceiro

O pagamento dos haveres do sócio retirante far-se-á em moeda corrente nacional, sendo o total a receber, dividido em até 10 (dez ) parcelas mensais, iguais e sucessivas, devendo, a partir da segunda, serem atualizadas conforme variação do índice oficial vigente, e juros legais, vencendo-se a primeira parcela, 60 (sessenta) dias após a retirada do sócios.

### Parágrafo Quarto

É vedado aos sócios, darem suas cotas de capital, ou parte delas, que são indivisíveis, em caução, fiança ou penhor, em juízo ou fora dele, assim como onera-las com cláusulas de usufruto, fideicomisso ou qualquer ato, ou disposição de última vontade que, de qualquer forma venha contratar ou perturbar os interesses e fins sociais.

### Parágrafo Quinto

O falecimento de qualquer dos sócios não implicará na dissolução da sociedade prosseguindo com os herdeiros do mesmo, os quais deverão ter seus nomes submetidos à prévia aprovação pelo Poder Público concedente.

f r



Parágrafo Sexto

051  
Just

Verificando-se a ocorrência descrita no parágrafo anterior, será feita a apuração dos haveres do sócio falecido, e a seguir processada a entrega na forma legal aos legítimos herdeiros. Os haveres, se houverem, do sócio falecido, serão negociados pelos herdeiros e/ou sucessores legais, na forma prevista no parágrafo terceiro desta cláusula, dando sempre preferência, em igualdade de condições, à Sociedade.

**CLÁUSULA DÉCIMA – DA DECLARAÇÃO DE SEMPEDIMENTO**

Pelo presente instrumento, os sócios DECLARAM expressamente que não se acham incurso nas proibições legais que os impeçam de exercer as atividades previstas nos objetivos sociais referidos na cláusula primeira.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

Para o exercício das funções de administrador e procurador, responsável pelas instalações técnicas e principalmente, para o encargo ou orientação da natureza intelectual administrativa, direta ou indiretamente, a Sociedade se obriga, desde já, a admitir somente brasileiros natos ou naturalizados há mais de 10 (dez) anos.

Parágrafo Primeiro

O quadro de pessoal será sempre constituído, ao menos, de 2/3 (dois terços) de trabalhadores brasileiros natos ou naturalizados há mais de 10 (dez) anos.

Parágrafo Segundo

Os casos não previstos no presente contrato social serão resolvidos de acordo com o que dispõe a Lei Federal no. 3.708, de 10 de janeiro de 1919, e, subsidiariamente, no que for aplicável, pela Lei Federal no. 6.404, de 15 de dezembro de 1976.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO FORO**

Fica eleito o foro da sede da Sociedade para solução de quaisquer dúvidas oriundas deste instrumento.

g 2

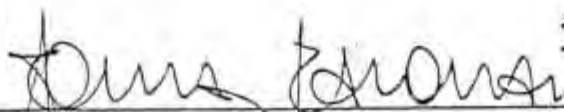


Jus

E, por estarem justos e contratados, assinam o presente instrumento de constituição, obrigando-se a si, seus herdeiros e sucessores, a cumprirem fielmente todos os seus expressos termos, em 04 ( quatro ) vias de igual teor e forma na presença de 02 (duas) testemunhas para que surta seus jurídicos e legais efeitos.

Brasília - DF, 09 de maio de 2000

SÓCIOS:

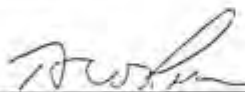


OSCAR FRANCISCO PALOSCHI



MARLENE MOURA DINIZ

Testemunhas:


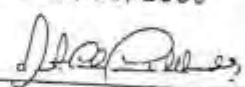


Alexandre Gaetano dos Reis  
CI no. 794.045 SSP/DF  
CPF no. 287.157.991-15



Alessandra B. Perdigão dos Reis  
CI no. 1.302.830 SSP/DF  
CPF no. 552.457.901-06

  
João Bittencourt Mesquita  
CPF N° 098.543.127-04  
OAB-DF N° 8.042

	JUNTA COMERCIAL DO DISTRITO FEDERAL	
	CERTIFICO O REGISTRO EM: 23/05/2000	
	SOB O NÚMERO: 53 2 0102812 7	
Protocolo: 00/026240-4		 Antonio Celson G. Mendes SECRETARIO-GERAL



## PROCURAÇÃO

A EMPRESA RADIODIFUSÃO EXTREMO SUL FM LTDA., situada a Rua Costa Rica, 37, Centro, Município do Chui – RS, inscrita no CNPJ 03.836.652/0001-59, nomeia e constitui seu bastante procurador **SILVIO LOBO RODRIGUES**, brasileiro, casado, engenheiro, residente a Rua Jordão, 295, Porto Alegre – RS, CI. RG 4020816676 e CIC 147.255.250-49, a quem outorga poderes para representá-la em todos os atos de concorrência nº 037/2000-SSR/MC, promovida pelo Ministério da Comunicações, podendo apresentar documentação de Habilitação, Proposta Técnica e Proposta de Preço pela Outorga, passar recibo, rubricar documentos, apresentar impugnações, assinar lista de presença e atas, desistir de prazo recursal, interpor recursos e impugna-los, ter vista dos autos, bem como praticar todos os atos necessários ao fiel cumprimento deste mandato.

Chui – RS, 05 de Outubro de 2000.



*[Handwritten signature]*

Jamil Mohamad Jomaa  
Sócio Gerente  
CIC 378.632.400-00  
CI 4024127368

RECONHECIMENTO por uma das assinaturas  
*[Handwritten signature]*  
Em Teste de Veracidade  
R\$ 2,000



SERVIÇO NOTARIAL DO CHUI  
+ DOCUMENTOS: R\$ 1,30 =



Ao  
Presidente da Comissão Especial de Licitação  
Licitação de Radiodifusão – SSR/MC  
Ministério das Comunicações  
Brasília /DF

Concorrência nº 038/2000-SSR/MC



**EMPRESA DE RADIODIFUSÃO EXTREMO SUL LTDA.**, empresa estabelecida na Rua Costa Rica nº 84, na cidade de CHUI, RS, CNPJ/MF nº 03836652/0001-59, proponente na concorrência epígrafa para a localidade de CHUI, RS neste ato representada por seu bastante procurador **SILVIO LOBO RODRIGUES**, brasileiro, casado, engenheiro, CREA nº 13991/78/5ª Região, residente a Rua Jordão, 295 em Porto Alegre, RS, vem impugnar o Recurso impetrado pela proponente **FREQUÊNCIA BRASILEIRA DE COMUNICAÇÕES LTDA.**, referente à decisão de HABILITAÇÃO desta empresa pela Comissão Especial de Licitação, nos fundamentos que passa a expor :

1. Causa estranheza a esta proponente que, após julgamento da Comissão Especial de Habilitação, considerando a mesma HABILITADA em sua documentação, um concorrente venha considerar incorreto esse julgamento, colocando em dúvida o trabalho de exame da documentação realizado pela Comissão de Licitação.
2. A recorrente alega às fl 5 do recurso apresentado que, o Sócio-Gerente Jamil Mohamad Jomaa da empresa recorrida não está quite com a Justiça Eleitoral por não ter votado no pleito de 01/10/98, conforme certidão expedida pelo TRE/RS e que o mesmo não quitou a multa respectiva.
3. Conforme consta do processo em questão ( Fl 015) a certidão expedida pela Justiça Eleitoral declara "Certifico mais que o citado está quite com a Justiça Eleitoral". Consta ainda como ocorrência que o citado é filiado ao PARTIDO FRENTE LIBERAL e que o mesmo não votou na seção no pleito de 04/10/98. O fato de não ter votado não significa que o citado esteja em situação irregular.

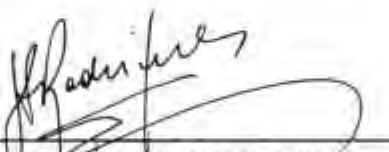
SR



4. Como comprovante adicional da situação regular do Sócio-Gerente com a Justiça Eleitoral, junta-se anexo à esta impugnação cópia autenticada da justificativa de falta ao pleito de 04/10/98
5. O recurso apresentado pela recorrente põe em dúvida a veracidade da Certidão da Justiça eleitoral o que caracteriza um desrespeito aquele órgão ou uma tentativa de procrastinar o andamento do processo
6. Diante do exposto, solicito a impugnação do recurso apresentado pela recorrente, FREQUÊNCIA BRASILEIRA DE COMUNICAÇÕES LTDA., pela inconsistência dos argumentos apresentados em seu recurso e que não seja dado provimento à solicitação de **INABILITAÇÃO** desta concorrente.

**Nestes Termos  
Pede Deferimento**

Porto Alegre, 10 de outubro de 2000

  
**SILVIO LOBO RODRIGUES**  
**CREA 19991/78/5ª Região**



 <b>JUSTIÇA ELEITORAL</b>	<b>JUSTIFICATIVA ELEITORAL</b>	ANO DA ELEIÇÃO	<input checked="" type="checkbox"/> 1º TURNO <input type="checkbox"/> 2º TURNO
	O(A) eleitor(a) abaixo, de acordo com os dados a seguir, encontrando-se ausente do seu domicílio eleitoral, vem comunicar, nos termos da legislação em vigor, a impossibilidade de votar.		
NÚMERO DO TÍTULO DE ELEITOR		ZONA ELEITORAL	SEÇÃO ELEITORAL UF(Sigla) DATA DE NASCIMENTO
410124113131618111		00143	01031912103112191612
NOME DO(A) ELEITOR(A) (completo, sem abreviaturas)			
JIANILIZI MACHADO JOHANA			
NOME DA MÃE DO(A) ELEITOR(A) (completo, sem abreviaturas)			
SIOBILIZI MACHADO JOHANA			
 74990037-7		IMPRESSÃO DIGITAL	CARIMBO
			
ASSINATURA DO(A) ELEITOR(A)		GEPROBJ	

06/10/2000 =  
1130 =



57  
*[assinatura]*

**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**  
**SECRETARIA DE SERVIÇOS DE RADIODIFUSÃO**  
**COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO**

**TERMO DE JUNTADA**

Nesta data, juntei ao presente processo, além desta, as 08 folhas seguintes, em conformidade com os dados abaixo indicados:

Nº da folha anterior : 56 .

Nº desta folha : 57 .

Nºs das demais folhas juntadas : 58 a 65 .

Brasília, 16 de abril de 2001.

*[assinatura]*  
Guilherme Quintas  
Secretário



58

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
SECRETARIA DE SERVIÇOS DE RADIODIFUSÃO  
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO

INFORMAÇÃO Nº 2209/2001/L6/CEL-SSR/MC

**Referência:** Processo nº 53790.000211/00  
de 05/07/00 da  
Concorrência nº 037/00 - SSR/MC.

**Localidade(s)/Serviço(s):** Chui, RS, (FM).

**I - INTRODUÇÃO**

1. **FREQÜÊNCIA BRASILEIRA DE COMUNICAÇÕES LTDA.**, qualificada nos autos do processo sob referência, vem interpor Recurso contra ato desta Comissão que **habilitou a concorrente EMPRESA DE RADIODIFUSÃO EXTREMO SUL LTDA.**, alegando o descumprimento de exigências do Edital, relativamente a determinados dispositivos pertencentes à **fase de habilitação**, relacionados no item 5 do Instrumento Convocatório.
2. A **Recorrente** desenvolveu sua petição tomando por base o item 13 do Edital, dedicado aos **Recursos e Impugnações**, além de citações de dispositivos legais pertencentes ao Estatuto das Licitações e Contratos da Administração Pública (Lei nº 8.666, de 21.06.93).
3. Por conseguinte, está o pedido amparado no subitem 13.1, alínea "a", do Edital, que trata especificamente dos questionamentos sobre habilitação ou inabilitação de proponentes.

**II - FUNDAMENTOS LEGAIS/COMENTÁRIOS**

4. Inicialmente, há que se conhecer das razões do contraditório formado pela **Recorrente**, em cuja exposição registra que:

**"(...) Conforme se vê, o sócio-gerente NÃO votou no pleito de 04/10/98, conforme certidão expedida pelo TER/RS ( fls.14 ), bem como não quitou a respectiva multa, diferente do que ocorreu com a outra sócia, que mesmo não votando no pleito referido, QUITOU a multa em 22/07/99 ( fls. 15 ).**

**Assim sendo, deverá ser considerada como INABILITADA a empresa proponente por não atender ao comando do subitem 5.2.6 do Edital."**



5. Como se observa, as exigências que teriam sido descumpridas, sob a ótica da **Recorrente**, referem-se a requisitos para a habilitação de proponentes, conforme transcrições seguintes:

**“5.2.6 Prova de que os dirigentes estão QUITES com suas obrigações eleitorais, mediante fornecida pela Justiça Eleitoral;”**

6. Esses requisitos são cabíveis ante aos preceitos legais para a outorga de permissão ou concessão desses serviços e que, mesmo tendo o Edital contemplado exigências consideradas rigorosas, o agente público não detém poder para descumprir dispositivos legais e ou normativos que possam resultar em prejuízo à Administração. Deve o agente, no entanto, tratar o excesso normativo com cautela para que, no cumprimento incondicional da norma, não cause, igualmente, prejuízo à Administração.

7. Por isto é que muitas são as questões sobre exigências contidas nos Editais, que acabam sendo compostas pelo Poder Judiciário que, em julgados recentes, vem firmando jurisprudência sobre o que deve ser identificado por rigor excessivo ou meras irregularidades praticadas pelos licitantes, que são perfeitamente superáveis e que em nada prejudicam o interesse da pessoa ou da sociedade.

8. É nesta linha que os estudiosos oferecem seus ensinamentos sobre esta espécie de desvio nas licitações públicas, que ora cito por entender que são úteis à conclusão que adiante se chegará.

9. Marçal Justen Filho, em seus "Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos", trata das questões relativas às **irregularidades superáveis** no procedimento licitatório, assim dizendo:

“Existem atos viciados de irregularidades irrelevantes. **O defeito não é apto a impedir a realização do interesse público nem sacrifica o interesse privado.** Ressalte-se que, nesses casos, ocorrem hipóteses em que a realização do interesse protegido pela norma pressupõe a prática de outros atos. **É necessário suprir a irregularidade, ratificando atos anteriores ou renovando outros.**”

Há tendência reforçada a reconduzir os vícios jurídicos, no curso da licitação, ao



60

zões trazidas pela **Recorrente**, com o intuito de



61

dito, seriam superáveis ante ao papel que representariam numa eventual relação a ser estabelecida entre o vencedor do certame e o Poder Público.

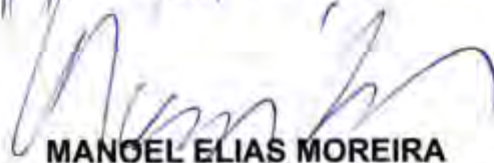
### III - CONCLUSÃO

12. Pelo exposto, e à luz da legislação que serve à matéria, em especial o que dispõe o Edital, representativo que é da lei interna da licitação, **proponho** aos senhores membros da Comissão Especial de Licitação,

- **negar provimento ao Recurso ora interposto, mantendo o ato da Comissão que habilitou a proponente EMPRESA DE RADIODIFUSÃO EXTREMO SUL LTDA., nesta Concorrência, com relação ao serviço e localidade incluídos na referência desta Informação.**

13. Após exame, pela Comissão, dos termos da presente Informação, em especial seus fundamentos legais e a conclusão proposta, consigne-se em ata própria a decisão tomada, e encaminha-se para providências de publicação.

Em 19 de março de 2001



**MANOEL ELIAS MOREIRA**  
Presidente da Comissão Especial de Licitação



62  
M

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
SECRETARIA DE SERVIÇOS DE RADIODIFUSÃO  
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO

INFORMAÇÃO Nº 2210/L6/CEL-SSR/MC

**Referência:** Processo nº 53790.000211/00  
de 05/07/00 da  
Concorrência nº 037/00 - SSR/MC.

**Localidade(s)/Serviço(s):** Chui, RS, (FM).

**I - INTRODUÇÃO**

1. **EMPRESA DE RADIODIFUSÃO EXTREMO SUL LTDA.**, qualificada nos autos do processo sob referência, vem apresentar **Impugnação** ao Recurso interposto pela **concorrente FREQUÊNCIA BRASILEIRA DE COMUNICAÇÕES LTDA.**, contra ato desta Comissão que **habilitou a Impugnante**, trazendo em sua petição o embasamento legal que julgou suficiente para sustentar a motivação de seu requerimento, buscando manter sua participação no certame.

2. A **Impugnante** desenvolveu sua petição tomando por base o item 13 do Edital, dedicado aos **Recursos e Impugnações**, além de citações de dispositivos legais pertencentes ao Estatuto das Licitações e Contratos da Administração Pública (Lei nº 8.666, de 21.06.93).

3. Por conseguinte, está o pedido amparado no subitem 13.5.1 do Edital, dedicado aos **Recursos e Impugnações**.

4. Considerando que o Recurso ora impugnado **não obteve o provimento requerido**, a teor da **INFORMAÇÃO Nº 2209/L6/CEL-SSR/MC**, a Comissão entende que o objeto da **Impugnação** está exaurido, dando cabimento à conclusão que se segue.

**II - CONCLUSÃO**

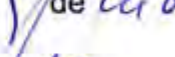
Pelo exposto, e à luz da legislação que serve à matéria, em especial o que dispõe o Edital, representativo que é da lei interna da licitação, **proponho** aos senhores membros da Comissão Especial de Licitação,

- dar provimento à **Impugnação** ao Recurso interposto pela **concorrente FREQUÊNCIA BRASILEIRA DE COMUNICAÇÕES LTDA.**, mantendo o ato da Comissão que habilitou a impugnante, nesta Concorrência, com relação ao serviço e localidade referenciados nesta Informação.



63  
J.H.

15 de fevereiro de 200



**MANOEL ELIAS MOREIRA**  
Presidente da Comissão Especial de Licitação

**MANOEL ELIAS MOREIRA**  
Presidente da Comissão Especial de Licitação



**ATA DE REUNIÃO**


Aos 11 (onze) dias do mês de abril de 2001, às 15:00 horas, na sala de reuniões da Comissão Especial de Licitação, Sobreloja do Edifício Sede do Ministério das Comunicações, Bloco "R," Esplanada dos Ministérios, nesta cidade de Brasília, Distrito Federal, reuniu-se a Comissão Especial de Licitação, criada pela Portaria MC nº 811, de 29 de dezembro de 1997, e suas alterações subsequentes, com a participação de seu Presidente, Manoel Elias Moreira, do seu Vice-Presidente Antonio Carlos Tardeli e dos membros Alexandre Antônio de Souza, Álvaro Augusto de Souza Neto, José Ancelmo Nogueira, Anacleto Rodrigues Cordeiro e Napoleão Emanuel Valadares, com o objetivo de concluir e encerrar os trabalhos referentes à análise dos recursos e impugnações interpostos pelas licitantes, os quais compreenderam, entre outras atividades: (1). O Senhor Presidente apresentou para exame e aprovação da Comissão as informações contendo a análise dos referidos recursos e impugnações. (2) Após a leitura dos documentos, a Comissão aprovou o desenvolvimento e as conclusões contidas nas **Informações** constantes desta Ata, autorizando o Presidente a assiná-las e adotar as providências necessárias ao prosseguimento das licitações. Nada mais havendo a ser tratado, o Presidente deu por encerrada a presente sessão, lavrando a presente ata que, lida e achada conforme, vai assinada pelos membros da Comissão.

CONCORRÊNCIA N.º	INFORMAÇÃO Nº
036/00	2045 a 2059,2211,2213,2203 a 2206,2097 a 2099/L5/CEL-SSR/MC
037/00	2353 a 2356,2349 a 2351,2358, 2359,2409 a 2411,2214 a 2218, 2220 a 2223,2343 a 2345,2207, 2210,2270 a 2273/L5/CEL-SSR/MC
038/00	2030 a 2044,2089 a 2094/L5/CEL-SSR/MC
039/00	1709 a 1729,2000 a 2002,2020 a 2022,2003,2219,2023 a 2029,2085,2086,1960 e 2095/L5/CEL-SSR/MC

  
**MANOEL ELIAS MOREIRA**  
Presidente

  
**ANTONIO CARLOS TARDELI**  
Vice-Presidente

  
**ALEXANDRE ANTÔNIO DE SOUZA**  
Titular

  
**ÁLVARO AUGUSTO DE SOUZA NETO**  
Titular



  
**ANACLETO RODRIGUES CORDEIRO**  
Titular

  
**JOSÉ ANCELMO NOGUEIRA**  
Titular

  
**NAPOLEÃO EMANUEL VALADARES**  
Titular

**CONTINUAÇÃO DA ATA DO DIA 30.03.2001 CONC. Nºs 036 A 039/2000/L5**

Os resultados de análise de recursos e impugnações, objeto das **Informações** constantes desta ata, foram publicados no DOU de 17.04.2001.



**ANEXO III**  
**Proposta Técnica**

Razão Social da Proponente: Empresa de Radiodifusão Extremo Sul Ltda. CNPJ/MF: 03.836.652/0001-59 Data: 3/6/00  
Edital da Concorrência nº 37/2000 - SSR/MC Localidade: CHUI UF: RS

1. Tempo total diário de funcionamento da emissora (A): 1440 minutos.
2. Programas jornalísticos, educativos e informativos.

Programas jornalísticos, educativos e informativos	Tempo dos programas em minutos (B)	(%) (B/A) x 100
	115,2	8%

3. Serviço noticioso

Programas de serviço noticioso	Tempo dos programas em minutos (B)	(%) (B/A) x 100
	115,2	8%

4. Programas culturais, artísticos e jornalísticos produzidos e gerados na localidade ou município ao qual pertence a localidade objeto da outorga

Programas culturais, artísticos e jornalísticos produzidos e gerados na própria localidade ou no município ao qual pertence a localidade objeto da outorga.	Tempo dos programas em minutos (B)	(%) (B/A) x 100
	57,6	4%



5. Serviço noticioso produzido e gerado na própria localidade ou no município ao qual pertence a localidade objeto da outorga.

Programas de serviço noticioso produzidos e gerados na própria localidade ou município ao qual pertence a localidade objeto da outorga.	Tempo dos programas em minutos (B)	(%) (B/A) x 100
	57,6	4%

6. Prazo de execução do serviço em caráter definitivo

Prazo para iniciar execução do serviço em caráter definitivo	Meses
	9

7. CHUÍ, RS, 03 de junho de 2000

  
\_\_\_\_\_  
**JAMIL MOHAMAD JOMAA**  
**Diretor Gerente**






**ATA DA REUNIÃO DE ABERTURA DA PROPOSTA TÉCNICA DO EDITAL N.º 037/00 -  
SSR/MC, SERVIÇO DE RÁDIODIFUSÃO SONORA EM FM, PARA AS LOCALIDADES DE  
CHUI, CIDREIRA, FLORES DA CUNHA, GETÚLIO VARGAS, GUARANI DAS MISSÕES e  
HERVAL**

Aos dezanove dias do mês de Junho do ano de dois mil e um, às 10h (dez horas), no auditório da Delegacia do Ministério das Comunicações no Estado do Rio Grande do Sul, situado na Av. Princesa Isabel n.º 778, Porto Alegre, sob a supervisão e controle da Comissão Especial de Licitações, constituída pela Portaria do Ministério das Comunicações n.º 811, de 29 de dezembro de 1997, publicada no DOU de 30 de dezembro de 1997, alterada pela Portaria n.º 136, de 24/04/00, DOU de 25/04/00, reuniu-se a Comissão de Assessoramento Técnico –CAT/RS, constituída pela Portaria n.º 163, de 13 de outubro de 1999, publicada no DOU de 14/10/99, alterada pela Portaria n.º 2, DOU de 1/06/00, com a participação de seu Presidente LUCIANO DE FRANCESCHI NUNES e de seus membros PAULO ROGÉRIO PETIT PRUX e RITA DANIELA SANTANA FEIJÓ, para abertura dos invólucros contendo os documentos das Propostas Técnicas das proponentes habilitadas para as localidades de Chui, Cidreira, Flores da Cunha, Getúlio Vargas, Guarani das Missões e Herval. Presentes os representantes legais das proponentes, devidamente identificados, conforme lista de presença, anexadas aos respectivos autos. A seguir, os trabalhos tiveram seu processamento em conformidade ao Edital, na sequência seguinte: 1- Abertura dos envelopes n.º 2, contendo as propostas técnicas das proponentes **Sistema Nativa de Comunicações Ltda, frequência Brasileira de Comunicações Ltda, Rádio Durnas FM Ltda, Empresa de Rádiodifusão Extremo Sul FM Ltda**, para a localidade de Chui; **Sistema Plug de Comunicações Ltda, frequência Brasileira de Comunicações Ltda, Rádio Oceânica Cidreirense Ltda, Prisma Radiodifusão Ltda**, para a localidade de Cidreira; **Rádio Magnificat Ltda, Piccinini & Lucca Ltda, Rádio Editora Magia Ltda, Edcomunicações Ltda, Sistema Plug de Comunicações Ltda, Rádio Prado Ltda, frequência Brasileira de Comunicações Ltda**, para a localidade de Flores da Cunha; **Rádio Presidente Getúlio Vargas FM Ltda, Rádio Estrela do Sul FM Ltda, Rádio Sideral Ltda, Camargo e Vassali – Empresa de Radiodifusão Ltda, Sociedade Rádio Santa Felicidade Ltda, Novakoski & Cia Ltda, Rádio Esperança Ltda, Antônio Vignaga & Filho Ltda, Empresa de Rádio Difusão Byte Ltda, Rádio Uirapuru Ltda, Rádio Magnificat Ltda, frequência Brasileira de Comunicações Ltda**, para a localidade de Getúlio Vargas; **Fundação Navegantes de Porto Lucena, Rádio Guaramano Ltda, Rádio Nova Aliança Ltda, frequência Brasileira Ltda**, para a localidade de Guarani das Missões; **Frequência Brasileira de Comunicações Ltda, Sistema Nativa de Comunicações Ltda, Sistema Plug de Comunicações Ltda, Rádio Javali FM Ltda, Herval Comunicações Ltda**, para a localidade de Herval, e rubrica das mesmas. 2 - Declaração pelo Sr. Presidente da CAT/RS da finalização dos trabalhos da presente reunião, às **10:45 horas**.

Nada havendo a acrescentar aos fatos relatados, foi lavrada a presente ata, que depois de lida e aprovada, foi subscrita pelos membros da Comissão de Assessoramento Técnico-CAT/RS e pelos representantes das proponentes.

COMISSÃO DE ACESSORAMENTO TÉCNICO – CAT/RS:

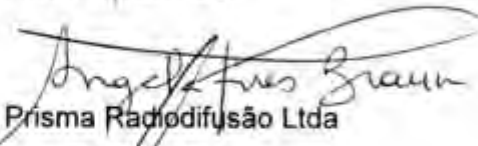
  
LUCIANO DE FRANCESCHI NUNES  
Presidente


  
PAULO ROGÉRIO PETIT PRUX  
Membro




RITA DÂNIELA SANTANA FEIJÓ  
Membro

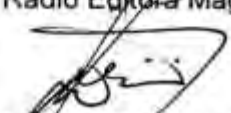
PROponentes:

  
Prisma Radiodifusão Ltda

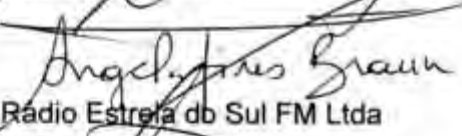
  
Rádio Oceânica Cidreirense Ltda


  
Rádio Prado Ltda


  
Rádio Editora Magia Ltda

  
Procini & Lucca Ltda

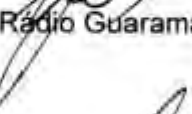
  
Rádio Sigeral Ltda

  
Rádio Estrela do Sul FM Ltda

  
Novakowski & Cia Ltda

  
Rádio Urupuru Ltda

  
Rádio Guaramano Ltda

  
Rádio Nova Aliança Ltda

  
Rádio Javali FM Ltda







70

**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**  
**SECRETARIA DE SERVIÇOS DE RADIODIFUSÃO**  
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO

**TERMO DE JUNTADA**

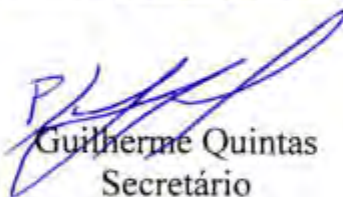
Nesta data, juntei ao presente processo, além desta, as 03 folhas seguintes, em conformidade com os dados abaixo indicados:

Nº da folha anterior : 69 .

Nº desta folha : 70 .

Nºs das demais folhas juntadas : 71 a 73 .

Brasília, 24 de outubro de 2001.

  
Guilherme Quintas  
Secretário



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**  
**SECRETARIA DE SERVIÇOS DE RADIODIFUSÃO**  
**COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO**

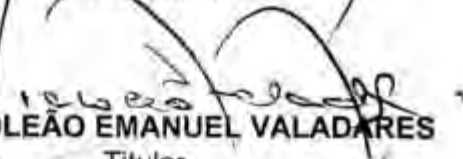
CONCORRÊNCIA N.º 037/2000 - SSR/MC

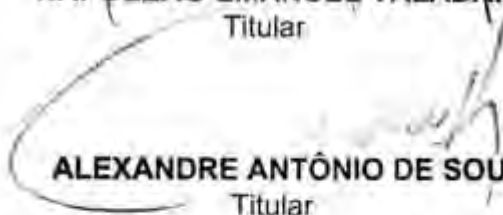
LOCALIDADE: CHUI ESTADO: RS


**ATA DE REUNIÃO**


Aos 05 (cinco) dias do mês de outubro de 2001, às 15:00 horas, na sala de reuniões da Comissão Especial de Licitação, na Sobreloja do Edifício Sede do Ministério das Comunicações, Bloco "R" da Esplanada dos Ministérios, nesta cidade de Brasília, Distrito Federal, reuniu-se a Comissão Especial de Licitação, criada pela Portaria MC n.º 811, de 29 de dezembro de 1997 e suas alterações, com a participação de seu Presidente, Manoel Elias Moreira, do seu Vice-Presidente Luiz Fernando Dolabela Guimarães e dos membros Napoleão Emanuel Valadares, Álvaro Augusto de Souza Neto, Alexandre Antônio de Souza, Anacleto Rodrigues Cordeiro e José Ancelmo Nogueira, com o objetivo de concluir e encerrar os trabalhos desenvolvidos por esta Comissão, os quais compreenderam, entre outras atividades: **a) análise da Proposta Técnica com a elaboração do documento denominado Resultado da Proposta Técnica** da(s) Proponente(s) relacionadas no documento **Resultado da Avaliação das Propostas Técnicas**, relativo à concorrência acima citada, para outorga de permissão para a exploração do Serviço de Radiodifusão em Frequência Modulada, na localidade de **CHUI/RS**; **b)** a Comissão Especial de Licitação, deu seguimento aos trabalhos relativos à Concorrência acima indicada, com a prática dos seguintes atos: **1) leitura dos documentos denominados Resultado da Proposta Técnica e Resultado da Avaliação das Propostas Técnicas** e suas aprovações por todos os membros da Comissão Especial de Licitação. Nada mais havendo a ser tratado, o Presidente deu por encerrada a presente sessão, lavrada a presente ata que, lida e achada conforme, vai assinada pelos membros da Comissão.


  
**MANOEL ELIAS MOREIRA**  
Presidente

  
**NAPOLEÃO EMANUEL VALADARES**  
Titular

  
**ALEXANDRE ANTÔNIO DE SOUZA**  
Titular

  
**LUIZ FERNANDO DOLABELA GUIMARÃES**  
Vice-Presidente

  
**ÁLVARO AUGUSTO DE SOUZA NETO**  
Titular

  
**ANACLETO RODRIGUES CORDEIRO**  
Titular

  
**JOSÉ ANGELMO NOGUEIRA**  
Titular





72

*Resultado da Avaliação das Propostas Técnicas*

Razão Social	Num. Proc.	Grupo	Pontos	Resultado
<b>Concorrência 037/2000</b>				
<b>RS Chuí</b>				
FM				
FREQUÊNCIA BRASILEIRA DE COMUNICAÇÕES LTDA	53790.000179/00	A	100.000	Classificada
SISTEMA NATIVA DE COMUNICAÇÕES LTDA	53790.000210/00	A	100.000	Classificada
EMPRESA DE RÁDIO DIFUSÃO EXTREMO SUL FM LTDA	53790.000211/00	A	100.000	Classificada
RÁDIO DUNAS FM LTDA	53790.000212/00	A	100.000	Classificada





73

## Resultado da Proposta Técnica Lote 5

Nº do Processo:	53790.000211/00	CNPJ:	03.836.652/0001-59
Razão Social:	EMPRESA DE RADIODIFUSAO EXTREMO SUL FM LTDA		
Concorrência:	037/2.000	Localidade:	Chui UF: RS
Serviço:	FM - Frequência Modulada	Grupo Enquadramento	A

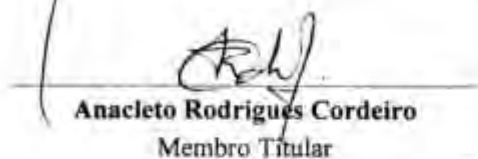
### Legenda da Programação :

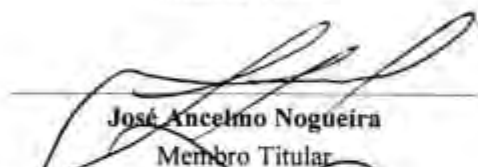
T1 = Programas jornalísticos, educativos e informativos  
T2 = Programas de serviço noticioso  
T3 = Programas culturais, artísticos e jornalísticos, gerados na localidade  
T4 = Programas de serviço noticioso gerados na localidade

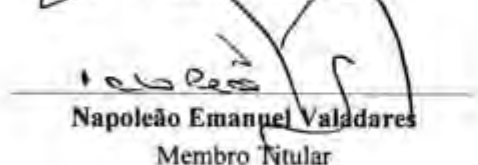
Pontuação ref. ao percentual de tempo de funcionamento da emissora(T1+T2+T3+T4) :	62,000
Pontuação ref. ao prazo para executar serviço caráter definitivo :	32,000
Tempo total diário de programação	6,000
Pontuação da Proposta Técnica ( PT ) :	100,000
	<b>CLASSIFICADA</b>

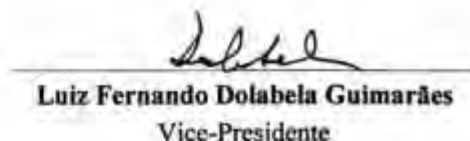
Observações :

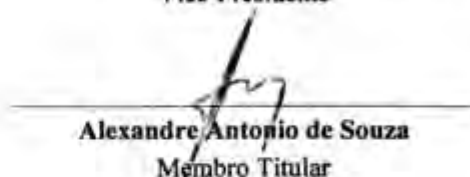
  
Manoel Elias Moreira  
Presidente

  
Anacleto Rodrigues Cordeiro  
Membro Titular

  
José Ancelmo Nogueira  
Membro Titular

  
Napoleão Emanuel Valadares  
Membro Titular

  
Luiz Fernando Dolabela Guimarães  
Vice-Presidente

  
Alexandre Antonio de Souza  
Membro Titular

  
Álvaro Augusto de Souza Neto  
Membro Titular





**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**  
**SECRETARIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA**  
**COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO**

**TERMO DE JUNTADA**

Nesta data, juntei ao presente processo, além desta, as 2 folhas seguintes, em conformidade com os dados abaixo indicados:

Nº da folha anterior : 73 .

Nº desta folha : 74 .

Nºs das demais folhas juntadas : 75 a 76 .

Brasília, 30 de julho de 2004.

  
GUILHERME QUINTAS  
Secretário



Entrega das Propostas: 07/11/2001 às 09h30  
Endereço: SRS - Qd. 01 - Bl. J - Ed. BNDES - 16o andar - Auditório  
Setor Bancário Sul - BRASÍLIA - DF  
Informações Gerais: Edital não pago.

MARIA ROSA DOS SANTOS SILVA  
Pregoeira

(SIDR - 23/10/2001) 113601-11302-2001N2000025

**REDE FERROVIÁRIA FEDERAL S/A  
EM LIQUIDAÇÃO**  
CNPJ Nº 33.613.332/0001-09

**EXTRATO DE CONTRATO**

Tipo de nº do Instrumento: Contrato nº 026/RFFSA/2001. Contratante: Rede Ferroviária Federal S/A, em liquidação. Contratado: CIEE/PE - Centro de Integração Empresa Escola de Pernambuco. Objeto: Operacionalização de estígio destinados a estudantes de nível médio e superior. Valor Total: R\$ 31.758,26. Prazo de vigência: 12 (doze) meses. Data de Assinatura: 17/10/2001. Nome e Cargo dos Signatários: Pela RFFSA: Anália Francisca Ferreira Martins - Liquidante; Pelo Contratado: Germano Cuelho - Superintendente Executivo.

**ESCRITÓRIO REGIONAL DE CAMPOS**

**EXTRATO DE CONTRATO**

Tipo e nº do Instrumento: Contrato nº 010/MERCAM/2001. Contratante: Rede Ferroviária Federal S/A, em liquidação. Contratado: Escritório Regional de Campos. Contratado: Wilt Dias de Oliveira. Objeto: Locação de sala para ação de escritório jurídico. Valor: R\$ 4.800,00. Vigência: 14/09/01 a 13/09/02. Data da Assinatura: 14/09/01. Signatários: Pela Contratante: Rui Fiuza Manhães e Maria Auxiliadora Daura de Almeida, pela Contratada, Wilt Dias de Oliveira.

**Ministério das Comunicações**

**SECRETARIA DE SERVIÇOS DE RADIODIFUSÃO**

**AVISO**

A Comissão Especial de Licitação, constituída pela Portaria MC nº 811, de 29 de dezembro de 1997, suas alterações e, em conformidade com o Edital, torna público que a sessão para a abertura dos envelopes contendo as Propostas de Preços das Propostas classificadas na Concorrência nº 027/1998-SFR/MC, localizada no Estado da Bahia, será realizada no dia 30 de outubro de 2001, às 09:00 horas, na Delegacia do Ministério das Comunicações Supervisora no Estado da Bahia, no seguinte endereço: Rua Alcega Amoroso Lima, 822 - Pinuba, Salvador/BA. Ficam convocados os participantes da licitação, bem como convidados demais interessados em acompanhar os trabalhos.

Brasília-DF, 23 de outubro de 2001  
MANOEL ELIAS MOREIRA  
Presidente da Comissão

**AVISO DE RETIFICAÇÃO**

A Comissão Especial de Licitação, nos termos da Portaria MC nº 811, de 29 de dezembro de 1997, suas alterações, resolve retificar:

Aviso publicado no Diário Oficial da União nº 176, de 13-09-2001, Seção 3, págs. 178 e 179, a OBRR - Concorrência nº 033/2001-SSR/MC, no Resultado de habilitação da proponente MAYRINK LTDA., onde se lê: HABILITADA, leia-se: HABILITADA (Para todas as localidades).

No Aviso publicado no Diário Oficial da União nº 181, de 20-09-2001, Seção 3, pág. 66, no Anexo VI - Concorrência nº 017/2001-SSR/MC, no Resultado de habilitação da proponente EMPRESA DE COMUNICAÇÃO TRANSTEL LTDA., onde se lê: HABILITADA, localidade de Xique-Xique/BA, leia-se: HABILITADA, localidades de Seabra e Xique-Xique, Estado da Bahia.

Brasília-DF, 23 de outubro de 2001  
MANOEL ELIAS MOREIRA  
Presidente da Comissão

**RESULTADOS DE PROPOSTAS TÉCNICAS**

A Comissão Especial de Licitação, nos termos da Portaria MC nº 811, de 29 de dezembro de 1997, suas alterações e, em conformidade com os respectivos Editais de Licitação, torna público, por meio deste Aviso e seus Anexos, os resultados da pontuação das Propostas Técnicas (PTéc) das licitantes habilitadas nas Concorrências nºs 125/1997, 027/1998, 021, 036, 037, 039, 045, 058, 061, 069, 077, 08, 089, 096 e 097/2000-SSR/MC, relativas a localidades dos Estados do Ceará, Espírito Santo, Goiás, Mato Grosso, Minas Gerais, Paraná, Rio Grande do Sul e São Paulo.

Os autos dos processos estarão em vista franqueada a partir do dia 30 de outubro de 2001, na respectiva Secretaria da Comissão de Assessoramento Técnico da Delegacia do Ministério das Comunicações Supervisora, nos endereços indicados abaixo, locais estes onde deverão ser protocolizados os eventuais recursos.

Assinatura Supervisora	Endereço
SE	Rua do Resolvo, 282 - 10º Andar - Centro, Fortaleza/CE
GO	Rua 13, nº 418, 1º andar - Setor Oeste, Goiânia/GO
SP	Rua Vinte e Nove, 778 - Centro, São Paulo/SP

PR	Rua Vicente Machado, 770 - Bairro Bongi, Curitiba/PR
RS	Praca XV de Novembro, 20 - 9º Andar - Centro, Rio de Janeiro/RJ
RS	Av. Princesa Isabel, 778 - 3º Andar - Sala 302 - Bairro Santana, Porto Alegre/RS
SP	Rua Vergueiro, 2073 - Vila Mariana, São Paulo/SP

A contagem do prazo de cinco dias úteis, para a interposição de eventuais recursos, seguirá as regras do artigo 109, inciso I, alínea "b" e "d" e artigo 110, da Lei nº 8.666, de 21 de julho de 1991.

Brasília-DF, 23 de outubro de 2001  
MANOEL ELIAS MOREIRA  
Presidente da Comissão

**ANEXO I - CONCORRÊNCIA Nº 125/1997-SSR/MC**

UF	Localidade(s) / Proponente(s)	Serviço	Nº do Processo	PTéc	RESULTADO
CE	FORTALEZA				
	FIGUEIREDO E MONTENEGRO LTDA.	FM	33620.00000098	100,000	CLASSIFICADA
	REDE UNIÃO DE RÁDIO E TELEVISÃO LTDA.	FM	33650.00000708	98,000	CLASSIFICADA
	RÁDIO E TELEVISÃO NORDESTINA LTDA.	FM	33650.00000998	100,000	CLASSIFICADA
	FM ROAS NOVAS LTDA.	FM	33650.00001098	91,000	CLASSIFICADA
	CABO TV PAULISTA LTDA.	FM	33650.00001198	100,000	CLASSIFICADA
	RÁDIO PARAÍSO DE CAMOCIM LTDA.	FM	33650.00001298	100,000	CLASSIFICADA
	RÁDIO FM BEIRA RIO LTDA.	FM	33650.00001498	99,624	CLASSIFICADA
	SISTEMA COMERCIAL DE COMUNICAÇÕES LTDA.	FM	33650.00001698	100,000	CLASSIFICADA
	RÁDIO SOL MAIOR LTDA.	FM	33650.00001898	100,000	CLASSIFICADA
	RÁDIO COSTA DO SOL LTDA.	FM	33650.00002098	100,000	CLASSIFICADA
CE	LIMOEIRO DO NORTE				
	RÁDIO PARAÍSO DE CAMOCIM LTDA.	FM	33650.00001298	100,000	CLASSIFICADA
	RÁDIO FM BEIRA RIO LTDA.	FM	33650.00001498	99,624	CLASSIFICADA
	RÁDIO FM IGUAÇU LTDA.	FM	33650.00002298	100,000	CLASSIFICADA
CE	SORRAL				
	RÁDIO PARAÍSO DE CAMOCIM LTDA.	FM	33650.00001298	100,000	CLASSIFICADA
	RÁDIO FM BEIRA RIO LTDA.	FM	33650.00001498	99,624	CLASSIFICADA
	SISTEMA COMERCIAL DE COMUNICAÇÕES LTDA.	FM	33650.00001698	100,000	CLASSIFICADA
	RÁDIO FM IGUAÇU LTDA.	FM	33650.00002298	100,000	CLASSIFICADA

**ANEXO II - CONCORRÊNCIA Nº 027/1998-SSR/MC**

UF	Localidade(s) / Proponente(s)	Serviço	Nº do Processo	PTéc	RESULTADO
RO	ALVORADA D'OESTE				
	JAKE COMUNICAÇÕES LTDA.	FM	33800.00000698	100,000	CLASSIFICADA
	RÁDIO OURO MADEIRA LTDA.	FM	33800.00000898	100,000	CLASSIFICADA
	REDE BRASILEIRA DE RÁDIO E TELEVISÃO LTDA.	FM	33800.00000998	100,000	CLASSIFICADA
	SISTEMA GUAPORÉ DE COMUNICAÇÕES LTDA.	FM	33800.00000198	100,000	CLASSIFICADA
	SISTEMA JOVEM DE COMUNICAÇÃO LTDA.	FM	33800.00000298	100,000	CLASSIFICADA
	SUPER NET COMUNICAÇÕES SAC LTDA.	FM	33800.00000398	100,000	CLASSIFICADA
RO	CACOL				
	RÁDIO OURO MADEIRA LTDA.	OM	33800.00000898	100,000	CLASSIFICADA
	REDE BRASILEIRA DE RÁDIO E TELEVISÃO LTDA.	OM	33800.00000998	100,000	CLASSIFICADA
	SISTEMA JOVEM DE COMUNICAÇÃO LTDA.	OM	33800.00000298	100,000	CLASSIFICADA
	SUPREMA COMÉRCIO & EMPREENDIMENTOS LTDA.	OM	33800.00000498	100,000	CLASSIFICADA
	VITAL & PRADO LTDA.	OM	33800.00000598	100,000	CLASSIFICADA
RO	COLONADO DO OESTE				
	CARDOSO & HERNANDES LTDA.	FM	33830.00000798	100,000	CLASSIFICADA
RO	GUAJARA MIRIM				
	AMAZONIA CABO LTDA.	FM	33840.00000698	100,000	CLASSIFICADA
RO	JARU				
	COMUNICAÇÕES CRYSTAL LTDA.	OM	33840.00000798	100,000	CLASSIFICADA
	TRAILO LTDA DE MARIANA LTDA.	OM	33840.00000898	100,000	CLASSIFICADA





RS	REDE BRASILEIRA DE RÁDIO E TELEVISÃO LTDA.	OM	53800.00009598	100.000	CLASSIFICADA
	SISTEMA JOVEM DE COMUNICAÇÃO LTDA.	OM	53800.00009298	100.000	CLASSIFICADA
	SUPER NET COMUNICAÇÕES S/C LTDA.	OM	53800.00009398	100.000	CLASSIFICADA
RO	MIRANTE DA SERRA				
	JUBIATÁ RADIODIFUSÃO LTDA.	FM	53790.00018798	100.000	CLASSIFICADA
	RÁDIO OURO MADEIRA LTDA.	FM	53800.00009198	100.000	CLASSIFICADA
	REDE BRASILEIRA DE RÁDIO E TELEVISÃO LTDA.	FM	53800.00009098	100.000	CLASSIFICADA
	SISTEMA GUAPORÉ DE COMUNICAÇÕES LTDA.	FM	53800.00009198	100.000	CLASSIFICADA
	SUPER NET COMUNICAÇÕES S/C LTDA.	FM	53800.00009398	100.000	CLASSIFICADA
RO	VITAL A PRADO LTDA.	FM	53790.00009598	100.000	CLASSIFICADA
RO	OURI PRETO DO OESTE				
	RÁDIO OURO MADEIRA LTDA.	OM	53800.00009198	100.000	CLASSIFICADA
	REDE BRASILEIRA DE RÁDIO E TELEVISÃO LTDA.	OM	53800.00009098	100.000	CLASSIFICADA
	SISTEMA JOVEM DE COMUNICAÇÃO LTDA.	OM	53800.00009298	100.000	CLASSIFICADA
	SUPER NET COMUNICAÇÕES S/C LTDA.	OM	53800.00009398	100.000	CLASSIFICADA
RO	VITAL A PRADO LTDA.	OM	53800.00009598	100.000	CLASSIFICADA
RO	PIMENTA BUENO				
	IMPACTO RADIODIFUSÃO LTDA.	OM	53800.00009198	100.000	CLASSIFICADA
	RÁDIO OURO MADEIRA LTDA.	OM	53800.00009098	100.000	CLASSIFICADA
	REDE BRASILEIRA DE RÁDIO E TELEVISÃO LTDA.	OM	53800.00009298	100.000	CLASSIFICADA
RO	PRESIDENTE MÉDICI				
	CUPREIA & SOUZA LTDA.	FM	53800.00009198	100.000	CLASSIFICADA
	IMPACTO RADIODIFUSÃO LTDA.	FM	53800.00009098	100.000	CLASSIFICADA
	JUBIATÁ RADIODIFUSÃO LTDA.	FM	53800.00009198	100.000	CLASSIFICADA
	RÁDIO OURO MADEIRA LTDA.	FM	53800.00009098	100.000	CLASSIFICADA
	REDE BRASILEIRA DE RÁDIO E TELEVISÃO LTDA.	FM	53800.00009298	100.000	CLASSIFICADA
	SISTEMA GUAPORÉ DE COMUNICAÇÕES LTDA.	FM	53800.00009198	100.000	CLASSIFICADA
	SUPER NET COMUNICAÇÕES S/C LTDA.	FM	53800.00009398	100.000	CLASSIFICADA
RO	SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ				
RO	CARDOSO & FERNANDES LTDA.	FM	53800.00007898	100.000	CLASSIFICADA
RO	VII JUIZ				
	AMAZÔNIA CARO LTDA.	FM	53800.00007698	100.000	CLASSIFICADA
	CARDOSO & FERNANDES LTDA.	FM	53800.00007898	100.000	CLASSIFICADA

## ANEXO III - CONCORRÊNCIA Nº 021/2000-SSR/MC

UF	Localidade(s) / Proponente(s)	Ser- vço	Nº do Processo	P.Téc	RESULTADO
MT	NOVA BRASILÂNDIA				
	SISTEMA PLUG DE COMUNICAÇÕES LTDA.	FM	53790.00009898	100.000	CLASSIFICADA

## ANEXO IV - CONCORRÊNCIA Nº 036/2000-SSR/MC

UF	Localidade(s) / Proponente(s)	Ser- vço	Nº do Processo	P.Téc	RESULTADO
RS	AJURICABA				
	RÁDIO MUNDIAL FM LTDA.	FM	53790.00017700	100.000	CLASSIFICADA
	RÁDIO FM AJURICABA LTDA.	FM	53790.00017800	100.000	CLASSIFICADA
	ESTACÃO PLAZA RÁDIO FM LTDA.	FM	53790.00018000	100.000	CLASSIFICADA
	FREQUÊNCIA BRASILEIRA DE COMUNICAÇÕES LTDA.	FM	53790.00018500	100.000	CLASSIFICADA
RS	ANTA GORDA				
	RÁDIO CULTURA DE ARVOREZINHA LTDA.	FM	53790.00018100	100.000	CLASSIFICADA
	RADIODIFUSORA SÃO CARLOS DE ANTA GORDA LTDA.	FM	53790.00018200	100.000	CLASSIFICADA
	PICININI & LUCCA LTDA.	FM	53790.00018300	100.000	CLASSIFICADA
	RÁDIO EDITORA MAGIA LTDA.	FM	53790.00018400	100.000	CLASSIFICADA
	FREQUÊNCIA BRASILEIRA DE COMUNICAÇÕES LTDA.	FM	53790.00018500	100.000	CLASSIFICADA

RS	ANTÔNIO PRADO				
	RÁDIO EDITORA MAGIA LTDA.	FM	53790.00018600	100.000	CLASSIFICADA
	FREQUÊNCIA BRASILEIRA DE COMUNICAÇÕES LTDA.	FM	53790.00018700	100.000	CLASSIFICADA
	RÁDIO PRADO LTDA.	FM	53790.00018800	100.000	CLASSIFICADA
	RÁDIO BENVENTURA FM LTDA.	FM	53790.00018900	100.000	CLASSIFICADA
RS	ARROIO GRANDE				
	FREQUÊNCIA BRASILEIRA DE COMUNICAÇÕES LTDA.	FM	53790.00019000	100.000	CLASSIFICADA
	TRADICIONAL FM LTDA.	FM	53790.00019100	100.000	CLASSIFICADA
	SISTEMA NATIVA DE COMUNICAÇÕES LTDA.	FM	53790.00019200	100.000	CLASSIFICADA
	RÁDIO MEGA FM LTDA.	FM	53790.00019300	100.000	CLASSIFICADA
	HERVAL COMUNICAÇÕES LTDA.	FM	53790.00019400	100.000	CLASSIFICADA
	RÁDIO COMPASSA FM LTDA.	FM	53790.00019500	100.000	CLASSIFICADA
RS	BOM JESUS				
	FREQUÊNCIA BRASILEIRA DE COMUNICAÇÕES LTDA.	FM	53790.00019600	100.000	CLASSIFICADA
	SISTEMA PLUG DE COMUNICAÇÕES LTDA.	FM	53790.00019700	100.000	CLASSIFICADA
	NOVA DO SOL FM LTDA.	FM	53790.00019800	100.000	CLASSIFICADA
RS	CAMAQUÁ				
	FREQUÊNCIA BRASILEIRA DE COMUNICAÇÕES LTDA.	FM	53790.00019900	100.000	CLASSIFICADA
	SISTEMA PLUG DE COMUNICAÇÕES LTDA.	FM	53790.00020000	100.000	CLASSIFICADA
	TRADICIONAL FM LTDA.	FM	53790.00020100	100.000	CLASSIFICADA
	SISTEMA NATIVA DE COMUNICAÇÕES LTDA.	FM	53790.00020200	100.000	CLASSIFICADA
	RÁDIO MÁXIMA FM LTDA.	FM	53790.00020300	100.000	CLASSIFICADA
	ALVORNO OVALDE & CIA. LTDA.	FM	53790.00020400	100.000	CLASSIFICADA
	RÁDIO LAGOA FM LTDA.	FM	53790.00020500	100.000	CLASSIFICADA

## ANEXO V - CONCORRÊNCIA Nº 037/2000-SSR/MC

UF	Localidade(s) / Proponente(s)	Ser- vço	Nº do Processo	P.Téc	RESULTADO
RS	CUPREIRA				
	FREQUÊNCIA BRASILEIRA DE COMUNICAÇÕES LTDA.	FM	53790.00017900	100.000	CLASSIFICADA
	SISTEMA PLUG DE COMUNICAÇÕES LTDA.	FM	53790.00020600	100.000	CLASSIFICADA
	PRISMA RADIODIFUSÃO LTDA.	FM	53790.00020700	100.000	CLASSIFICADA
	RÁDIO OCEÂNICA CIDREIENSE LTDA.	FM	53790.00020800	100.000	CLASSIFICADA
RS	CHUI				
	FREQUÊNCIA BRASILEIRA DE COMUNICAÇÕES LTDA.	FM	53790.00017900	100.000	CLASSIFICADA
	SISTEMA NATIVA DE COMUNICAÇÕES LTDA.	FM	53790.00020900	100.000	CLASSIFICADA
	EMPRESA DE RADIODIFUSÃO ENTEND. M. SUI. FM LTDA.	FM	53790.00021000	100.000	CLASSIFICADA
	RÁDIO DUNAS FM LTDA.	FM	53790.00021100	100.000	CLASSIFICADA
RS	ELORES DA CUNHA				
	FREQUÊNCIA BRASILEIRA DE COMUNICAÇÕES LTDA.	FM	53790.00017900	100.000	CLASSIFICADA
	RÁDIO MAGNIFICAT LTDA.	FM	53790.00019900	100.000	CLASSIFICADA
	RÁDIO PRADO LTDA.	FM	53790.00020000	100.000	CLASSIFICADA
	PICININI & LUCCA LTDA.	FM	53790.00020100	100.000	CLASSIFICADA
	RÁDIO EDITORA MAGIA LTDA.	FM	53790.00020200	100.000	CLASSIFICADA
	EDCOMUNICAÇÕES LTDA.	FM	53790.00020300	100.000	CLASSIFICADA
	SISTEMA PLUG DE COMUNICAÇÕES LTDA.	FM	53790.00020400	100.000	CLASSIFICADA
RS	GETÚLIO VARGAS				
	FREQUÊNCIA BRASILEIRA DE COMUNICAÇÕES LTDA.	FM	53790.00017900	100.000	CLASSIFICADA
	RÁDIO ESPERANÇA LTDA.	FM	53790.00019900	100.000	CLASSIFICADA
	CAMARCO E VASSALI EMPRESA DE RADIODIFUSÃO LTDA.	FM	53790.00020000	100.000	CLASSIFICADA
	RÁDIO SIGERAL LTDA.	FM	53790.00020100	100.000	CLASSIFICADA
	RÁDIO MAGNIFICAT LTDA.	FM	53790.00020200	100.000	CLASSIFICADA
	RÁDIO PRESIDENTE GETÚLIO VARGAS FM LTDA.	FM	53790.00020300	100.000	CLASSIFICADA
	RÁDIO URAPIRE LTDA.	FM	53790.00020400	100.000	CLASSIFICADA





SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

SECRETARIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA - SSCE  
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO - CEL

### TERMO DE JUNTADA

Nesta data, juntei ao presente processo, além desta, as 06 folhas seguintes, em conformidade com os dados abaixo indicados:

Nº da folha anterior : 76.

Nº desta folha : 77.

Nºs das demais folhas juntadas : 78 a 83.

Brasília-DF, 23 de junho de 2005

  
**GUILHERME QUINTAS**  
Secretário da CEL/MC

C:\Meus documentos\Termo de juntada.doc



## Proposta de Preço pela Outorga



Proposta sintética do Preço pela Outorga, por localidade de execução do serviço.

1. Razão Social da Proponente: **Empresa de Radiodifusão Extremo Sul FM LTDA.**

2. CNPJ/MF: **03.836.652/0001-59**

3. Edital da Concorrência: nº **037/2000 -SSR/MC**

4. Serviço: **DE RADIODIFUSÃO – PERMISSÃO DE FM**

5. Localidade: **CHUI**

UF: **RS**

6. Valor Proposto: **RS 66000,00 ( sessenta e seis mil reais )**

1ª Parcela : **RS 33000,00 ( trinta e três mil reais)**

2ª Parcela : **RS 33000,00 ( trinta e três mil reais)**

**PORTO ALEGRE, RS, 03 de julho de 2000**

  
**JAMIL MOHAMAD JOMAA**





**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
SECRETARIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA  
COMISSÃO DE ASSESSORAMENTO TÉCNICO DO DISTRITO FEDERAL**

**ATA DE REUNIÃO  
CONCORRÊNCIA Nº 037/2000 - SSR/MC  
ABERTURA DOS INVÓLUCROS CONTENDO PROPOSTAS DE PREÇOS.  
SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA  
EM FREQUÊNCIA MODULADA (FM),  
PARA AS LOCALIDADES DE: CHUI, CIDREIRA, FLORES DA CUNHA, GETÚLIO  
VARGAS E GUARANI DAS MISSÕES  
NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL.**

AOS VINTE E DOIS DIAS DO MÊS DE JUNHO DO ANO DE DOIS MIL E CINCO, ÀS NOVE HORAS, NA SALA DE REUNIÃO DA COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO-CEL, NA SOBRELOJA – SALA 107, DO EDIFÍCIO SEDE DO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES, BLOCO R, ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BRASÍLIA, DF, SOB A SUPERVISÃO E CONTROLE DA COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO, CRIADA PELA PORTARIA MC Nº 811, DE 29 DE DEZEMBRO DE 1997, PUBLICADA NO DOU DE 30 DE DEZEMBRO DE 1997, REUNIU-SE A COMISSÃO DE ASSESSORAMENTO TÉCNICO DO DISTRITO FEDERAL, CONSTITUÍDA PELA PORTARIA DO PRESIDENTE DA COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO Nº 1 (ALÍNEA G), DE 02 DE MARÇO DE 1998, PUBLICADA NO DOU (SEÇÃO 2) DE 03 DE MARÇO DE 1998, E ALTERADA PELAS PORTARIAS DO PRESIDENTE DA COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO Nº 3 (ALÍNEA B), DE 10 DE MARÇO DE 1998 PUBLICADA NO DOU (SEÇÃO 2) DE 12 DE MARÇO DE 1998, E Nº 3 DE 16 DE FEVEREIRO DE 2001, PUBLICADA NO DOU (SEÇÃO 2) DE 23 DE FEVEREIRO DE 2001 E Nº 6, DE 5 DE DEZEMBRO DE 2002 PUBLICADA NO DOU (SEÇÃO 2) DE 09 DE DEZEMBRO DE 2002, COM A PARTICIPAÇÃO DE SEU PRESIDENTE GUILHERME GONÇALVES SOARES QUINTAS E DE SEUS MEMBROS: JOSÉ ANCELMO NOGUEIRA, ALBENZIO TRAJANO DE MORAIS, GERALDO ROSALVO TEIXEIRA DA ROCHA, IRON LOPES DE OLIVEIRA E SERGIO AUGUSTO BEZERRA DE MEDEIROS, COM O OBJETIVO DE REALIZAR A ABERTURA DOS INVÓLUCROS CONTENDO PROPOSTAS DE PREÇOS, ATENDENDO A PUBLICAÇÃO NO DOU Nº 113, DE 15 DE JUNHO DE 2005, SEÇÃO 3, PÁG. 62, DAS PROPONENTES CLASSIFICADAS NA CONCORRÊNCIA 037/2000-SSR/MC, PARA OUTORGA DE PERMISSÃO DOS SERVIÇOS DE RADIODIFUSÃO DE FREQUÊNCIA MODULADA (FM) PARA AS LOCALIDADES DE CHUI, CIDREIRA, FLORES DA CUNHA, GETÚLIO VARGAS E GUARANI DAS MISSÕES, NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. (I) ASSINATURA DAS LISTAS DE PRESENÇA DAS PROPONENTES E DO PÚBLICO QUE SERÃO ANEXADAS A PRESENTE ATA. (II) AS EMPRESAS QUE TERÃO SEUS INVÓLUCROS DAS PROPOSTAS DE PREÇOS ABERTOS PELA COMISSÃO PARA AS LOCALIDADES DE: CHUI/RS: FREQUÊNCIA BRASILEIRA DE COMUNICAÇÕES



LTDA. PROCESSO 53790.000179/00, SISTEMA NATIVA DE COMUNICAÇÕES LTDA. PROCESSO 53790.000210/00, EMPRESA DE RADIODIFUSÃO EXTREMO SUL FM LTDA. PROCESSO 53790.000211/00 E RÁDIO DUNAS FM LTDA. PROCESSO 53790.000212/00. **CIDREIRA/RS:** FREQUÊNCIA BRASILEIRA DE COMUNICAÇÕES LTDA. PROCESSO 53790.000179/00, PRISMA RADIODIFUSÃO LTDA. PROCESSO 53790.000213/00 E RÁDIO OCEÂNICA CIDREIRENSE LTDA. PROCESSO 53790.000214/00. **FLORES DA CUNHA/RS:** FREQUÊNCIA BRASILEIRA DE COMUNICAÇÕES LTDA. PROCESSO 53790.000179/00, RÁDIO MAGNIFICAT LTDA. PROCESSO 53790.000199/00, RÁDIO PRADO LTDA. PROCESSO 53790.0000200/00, PICCININI & LUCCA LTDA. PROCESSO 53790.000203/00, RÁDIO EDITORA MAGIA LTDA. PROCESSO 53790.000204/00, EDCOMUNICAÇÕES LTDA. PROCESSO 53790.000206/00 E SISTEMA PLUG DE COMUNICAÇÕES LTDA. PROCESSO 53790.000208/00. **GETÚLIO VARGAS/RS:** FREQUÊNCIA BRASILEIRA DE COMUNICAÇÕES LTDA. PROCESSO 53790.000179/00, RÁDIO ESPERANÇA LTDA. PROCESSO 53790.000195/00, CAMARGO E VASSALI - EMPRESA DE RADIODIFUSÃO LTDA. PROCESSO 53790.000196/00, RÁDIO SIDERAL LTDA. PROCESSO 53790.000197/00, RÁDIO MAGNIFICAT LTDA. PROCESSO 53790.000199/00, RÁDIO PRESIDENTE GETÚLIO VARGAS FM LTDA. PROCESSO 53790.000207/00, RÁDIO UIRAPURU LTDA. PROCESSO 53790.000209/00, RÁDIO ESTRELA DO SUL FM LTDA. PROCESSO 53790.000216/00, SOCIEDADE RÁDIO SANTA FELICIDADE LTDA. PROCESSO 53790.000217/00, NOVAKOSKI E CIA LTDA. PROCESSO 53790.000219/00, ANTONIO VIGNAGA & FILHO LTDA. PROCESSO 53790.000220/00 E EMPRESA DE RÁDIO DIFUSÃO BYTE LTDA. PROCESSO 53790.000221/00. **GUARANI DAS MISSÕES/RS:** FREQUÊNCIA BRASILEIRA DE COMUNICAÇÕES LTDA. PROCESSO 53790.000179/00, FREQUÊNCIA BRASILEIRA DE COMUNICAÇÕES LTDA. PROCESSO 53790.000179/00, RÁDIO GUARAMANO LTDA. PROCESSO 53790.000222/00, RÁDIO NOVA ALIANÇA LTDA. PROCESSO 53790.000223/00 E FUNDAÇÃO NAVEGANTES DE PORTO LUCENA PROCESSO 53790.000224/00. (III) A PROPONENTE **FREQUÊNCIA BRASILEIRA DE COMUNICAÇÕES LTDA.** PROCESSO 53790.000179/00 APRESENTOU TEMPESTIVAMENTE SUA DESISTÊNCIA E QUE SERÁ ANALISADA PELA COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO. (IV) EM PROSSEGUIMENTO AOS TRABALHOS, O PRESIDENTE DA COMISSÃO DE ASSESSORAMENTO TÉCNICO DEU INÍCIO A ABERTURA DOS INVÓLUCROS LACRADOS DE PROPOSTAS DE PREÇOS PARA AS LOCALIDADES DE: **CHUI/RS:** SISTEMA NATIVA DE COMUNICAÇÕES LTDA. R\$ 54.580,00 (CINQUENTA E QUATRO MIL, QUINHENTOS E OITENTA REAIS), EMPRESA DE RADIODIFUSÃO EXTREMO SUL FM LTDA. R\$ 66.000,00 (SESENTA E SEIS MIL REAIS) E RÁDIO DUNAS FM LTDA. R\$ 101.101,00 (CENTO E UM MIL, CENTO E UM REAIS). **CIDREIRA/RS:** PRISMA RADIODIFUSÃO LTDA. R\$ 265.000,00 (DUZENTOS E SESENTA E CINCO MIL REAIS) E RÁDIO OCEÂNICA CIDREIRENSE LTDA. R\$ 25.102,00 (VINTE E CINCO MIL, CENTO E DOIS REAIS). **FLORES DA CUNHA/RS:** RÁDIO MAGNIFICAT LTDA. R\$ 31.000,00 (TRINTA E UM MIL REAIS), RÁDIO PRADO LTDA. R\$ 325.000,00 (TREZENTOS E VINTE E CINCO MIL REAIS), PICCININI & LUCCA LTDA. R\$ 42.300,00 (QUARENTA E DOIS MIL E TREZENTOS REAIS), RÁDIO EDITORA MAGIA LTDA. R\$ 255.000,00 (DUZENTOS E CINQUENTA E CINCO MIL REAIS), EDCOMUNICAÇÕES LTDA. R\$ 150.000,00 (CENTO E CINQUENTA MIL REAIS) E SISTEMA PLUG DE COMUNICAÇÕES LTDA. R\$ 156.050,00 (CENTO E CINQUENTA E SEIS MIL E CINQUENTA REAIS). **GETÚLIO VARGAS/RS:** RÁDIO ESPERANÇA LTDA. R\$ 41.000,00 (QUARENTA E UM MIL REAIS), CAMARGO E VASSALI - EMPRESA DE RADIODIFUSÃO LTDA. R\$ 122.036,18 (CENTO E VINTE E DOIS MIL, TRINTA E SEIS REAIS E DEZOITO CENTAVOS), RÁDIO SIDERAL LTDA. R\$ 100.940,00 (CEM MIL, NOVECENTOS E QUARENTA REAIS), RÁDIO MAGNIFICAT LTDA. R\$ 112.000,00



(CENTO E DOZE MIL REAIS), RÁDIO PRESIDENTE GETÚLIO VARGAS FM LTDA. R\$ 62.240,00 (SESSENTA E DOIS MIL, DUZENTOS E QUARENTA REAIS), RÁDIO UIRAPURU LTDA. R\$ 71.000,00 (SETENTA E UM MIL REAIS), RÁDIO ESTRELA DO SUL FM LTDA. R\$ 202.300,00 (DUZENTOS E DOIS MIL E TREZENTOS REAIS), SOCIEDADE RÁDIO SANTA FELICIDADE LTDA. R\$ 125.000,00 (CENTO E VINTE E CINCO MIL REAIS), NOVAKOSKI E CIA LTDA. R\$ 92.777,56 (NOVENTA E DOIS MIL, SETECENTOS E SETENTA E SETE REAIS E CINQUENTA E SEIS CENTAVOS), ANTONIO VIGNAGA & FILHO LTDA. R\$ 121.500,60 (CENTO E VINTE E UM MIL, QUINHENTOS REAIS E SESSENTA CENTAVOS) E EMPRESA DE RÁDIO DIFUSÃO BYTE LTDA. R\$ 92.010,00 (NOVENTA E DOIS MIL E DEZ REAIS). **GUARANI DAS MISSÕES/RS:** RÁDIO GUARAMANO LTDA. R\$ 47.500,00 (QUARENTA E SETE MIL E QUINHENTOS REAIS), RÁDIO NOVA ALIANÇA LTDA. R\$ 37.250,00 (TRINTA E SETE MIL, DUZENTOS E CINQUENTA REAIS) E FUNDAÇÃO NAVEGANTES DE PORTO LUCENA R\$ 36.428,60 (TRINTA E SEIS MIL, QUATROCENTOS E VINTE E OITO REAIS E SESSENTA CENTAVOS). **(V)** A DOCUMENTAÇÃO FOI RUBRICADA POR TODOS OS MEMBROS DA COMISSÃO DE ASSESSORAMENTO TÉCNICO DO DISTRITO FEDERAL. **(VI)** NADA MAIS HAVENDO A ACRESCENTAR O PRESIDENTE DA COMISSÃO ENCERROU OS TRABALHOS ÀS 10:50 H (DEZ HORAS E CINQUENTA MINUTOS), TENDO SIDO LAVRADA ESTA ATA QUE APÓS LIDA E ACHADA CONFORME, VAI ASSINADA PELOS MEMBROS COMISSÃO DE ASSESSORAMENTO TÉCNICO DO DISTRITO FEDERAL.

**COMISSAO:**

**GUILHERME GONÇALVES SOARES QUINTAS**  
**PRESIDENTE**

**ALBENZIO TRAJANDO DE MORAIS**  
**MEMBRO**

**JOSÉ ANCELMO NOGUEIRA**  
**MEMBRO**

**GERALDO ROSALVO T. DA ROCHA**  
**MEMBRO**

**IRON LOPES DE OLIVEIRA**  
**MEMBRO**

**SERGIO AUGUSTO BEZERRA DE MEDEIROS**  
**MEMBRO**







FOLHA Nº 02

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
SECRETARIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA  
COMISSÃO DE ACESSORAMENTO TÉCNICO DO DISTRITO FEDERAL

CONCORRÊNCIA Nº 371 00- SSR/CEL/MC  
SESSÃO: ABERTURA DE ENVOLUCROS CONTENDO PROPOSTAS

LISTA DE PRESENÇA DAS PROPONENTES

DATA: 22/06/2005LOCALIDADES: Chuí, Cidreira, Flores da Cunha, Getúlio Vargas e Guaraní das Missões/RSSERVIÇO: Frequências Moduladas (FM)

Razão Social da Proponente	Nome do representante legal ou Procurador	Assinatura	Rubrica	RG nº/UF	Cargo
<i>PRIMA RADIO LTDA</i>	<i>SERGIO NASCIMENTO</i>	<i>[Assinatura]</i>	<i>f</i>	<i>639089 SSR/DF</i>	Sócio/Acionista ( ) Procurador (x)
<i>RADIO PRADO LTDA</i>	<i>SERGIO NASCIMENTO</i>	<i>[Assinatura]</i>	<i>f</i>	<i>639089 SSR/DF</i>	Sócio/Acionista ( ) Procurador (x)
<i>RADIO SIDERAL LTDA</i>	<i>SERGIO NASCIMENTO</i>	<i>[Assinatura]</i>	<i>f</i>	<i>639089 SSR/DF</i>	Sócio/Acionista ( ) Procurador (x)
					Sócio/Acionista ( ) Procurador ( )
					Sócio/Acionista ( ) Procurador ( )
					Sócio/Acionista ( ) Procurador ( )
					Sócio/Acionista ( ) Procurador ( )



**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**  
**SECRETARIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA**  
**COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO**



**TERMO DE JUNTADA**

Nesta data, juntei ao presente processo, além desta, as 04 folhas seguintes, em conformidade com os dados abaixo indicados:

Nº da folha anterior : 83 .

Nº desta folha : 84 .

Nºs das demais folhas juntadas : 85 a 88 .

Brasília, 18 de julho de 2005

  
Membro da Comissão de Acompanhamento Técnico  
MC/SSCE/CEL/CAT-DF






CONCORRÊNCIA Nº 037/2000 - SSR/MC

LOCALIDADE: CHUÍ - ESTADO: RS

ATA DE REUNIÃO Nº 366/2005


Aos 12 (doze) dias do mês de julho de 2005, às 15:10 horas, na sala de reuniões da Comissão Especial de Licitação, na Sobreloja do Edifício Sede do Ministério das Comunicações, Bloco "R" da Esplanada dos Ministérios, nesta cidade de Brasília, Distrito Federal, reuniu-se a Comissão Especial de Licitação, criada pela Portaria MC n.º 811, de 29 de dezembro de 1997 e suas alterações, com a participação de seu Presidente, Jaime Domingos Casas e dos membros Jarbas Silvestre de Oliveira, José Adilson Bezerra Torquato, Marcelo Elmokdisi Dimatteu e Maria Ivagna Ferreira Mendes Reis, com o objetivo de concluir e encerrar os trabalhos desenvolvidos por esta Comissão, os quais compreenderam, entre outras atividades: **a) análise do documento denominado Relatório da Proposta de Preço pela Outorga (Anexo V)**, relativo à concorrência acima citada, para outorga de permissão para a exploração do Serviço de Radiodifusão em Frequência Modulada, na localidade de **CHUÍ/RS**; **b) verificação da conformidade desses documentos com os dados contidos na Proposta de Preço pela Outorga**, apresentadas pelas licitante(s), conforme o Edital dessa Concorrência; **c) análise do documento Papeis de Trabalhos - Classificação das Proponentes**. A Comissão Especial de Licitação, deu seguimento aos trabalhos relativos à Concorrência acima indicada, com a prática dos seguintes atos: Aprovação do **Relatório da Proposta de Preço e Resultado Final – Anexo V – Lote 5** – anexo à presente ata. 1) aprovação do documento **Papéis de Trabalho – Classificação das Proponentes**, relativo à concorrência acima citada, anexo à presente ata, no qual consta a classificação das proponentes quanto ao **Valor Ponderado da pontuação obtida na Proposta Técnica e da Proposta de Preço pela Outorga**. A Comissão Especial de Licitação encerra os seus trabalhos, propondo como vencedora a proponente **RÁDIO DUNAS FM LTDA.**, que apresentou o maior **Valor Ponderado** entre as licitantes, para a localidade de **CHUÍ/RS**. Nada mais havendo a ser tratado, o Presidente deu por encerrada a presente sessão, lavrada a presente ata que, lida e achada conforme, vai assinada pelos membros da Comissão.

  
JAIME DOMINGOS CASAS  
Presidente

  
JARBAS SILVESTRE DE OLIVEIRA  
Titular

  
JOSÉ ADILSON BEZERRA TORQUATO  
Titular

MARCELO ELMOKDISI DIMATTEU  
Titular

  
MARIA IVAGNA FERREIRA MENDES REIS  
Titular

Publicado no BOU de 15/07/2005.





## Papéis de Trabalho - Classificação das Proponentes

Concorrência 037 / 2000

Localidade RS Chuí

Serviço FM


Valor Mínimo 10.000,00

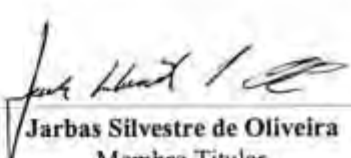
Grupo Enquadramento A

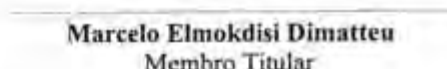
Nº Processo	Razão Social	Valor Ofertado	Pontuação		(VP)
			(PT)	(PP)	
53790.000212/00	RÁDIO DUNAS FM LTDA	101.101,00	100.000	95.054	99,505
53790.000211/00	EMPRESA DE RÁDIO DIFUSÃO EXTREMO SUL FM LTDA	66.000,00	100.000	92.424	99,242
53790.000210/00	SISTEMA NATIVA DE COMUNICAÇÕES LTDA	54.580,00	100.000	90.839	99,084

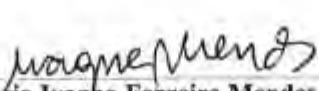
**Comissão Especial de Âmbito Nacional**

  
Jaime Domingos Casas  
Presidente

  
José Adilson Bezerra Torquato  
Membro Titular

  
Jarbas Silvestre de Oliveira  
Membro Titular

  
Marcelo Elmokdisi Dimatteu  
Membro Titular

  
Maria Ivagha Ferreira Mendes Reis  
Membro Titular





## Relatório da Proposta de Preço e Resultado Final - Anexo V - Lote 5

Nº do Processo: 53790.000211/00 CNPJ: 03.836.652/0001-59

Razão Social: EMPRESA DE RADIODIFUSAO EXTREMO SUL FM LTDA

Concorrência: 037/2.000 Localidade: Chuí UF: RS

Serviço: FM - Frequência Modulada Grupo Enquadramento A

VERIFICAÇÃO DO PREENCHIMENTO CORRETO DOS ITENS DO ANEXO V: SIM NAO

A proposta de preço está de acordo com as condições do Edital? X

OBSERVAÇÃO QUANTO AO RESULTADO DESTA PROPOSTA :

### RESULTADO FINAL

Pontuação da Proposta Técnica ( PT ) : 100,000

Pontuação da Proposta de Preço pela Outorga (PP) : 92,424

VALOR PONDERADO DA PROPOSTA (Técnica e Preço) : 99,242

Observações :

Jaime Domingos Casas  
Presidente

José Adilson Bezerra Torquato  
Membro Titular

Jarbas Silvestre de Oliveira  
Membro Titular

Marcelo Elmokdisi Dimatteu  
Membro Titular

Maria Ivagna Ferreira Mendes Reis  
Membro Titular





## RESULTADOS DE JULGAMENTOS

A Comissão Especial de Licitação, constituída pela Portaria MC nº 811, de 29 de dezembro de 1997, e suas alterações, em conformidade com o Edital de Licitação, torna público os resultados da postulação das Propostas de Preços pela Outorga (PP) e do Valor Ponderado (VP) atribuído a cada licitante, declarando vencedora, para a localidade indicada, no Anexo Único, a proponente que obteve o maior Valor Ponderado.

Os autos dos processos estão com vista franqueada na Comissão de Assessoramento Técnico do Distrito Federal, no seguinte endereço: Esplanada dos Ministérios, Bloco R, Sobrelaje - sala 107, Ed. Sede Brasília/DF, local onde deverão ser protocolizados os eventuais recursos.

A contagem do prazo de cinco dias úteis, para a interposição de eventuais recursos, dar-se-á a partir desta publicação, conforme o subitem 13.6 do Edital, bem como nos termos do artigo 109, inciso I, alínea "b" e §5º e artigo 110, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

## ANEXO ÚNICO

Concorrência n.º 037/2000-SSR/MC, Localidade de Chuá/RS.

Processo Nº	Proponente	Serviço	PP	VP
0370000012.00	RÁDIO DENNIS FM LTDA	FM	93.254	99.201
0370000013.00	EMPRESA DE RÁDIOFUSÃO EXTREMO SUL FM LTDA	FM	92.424	99.142
0370000014.00	SISTEMA NATIVA DE COMUNICAÇÕES LTDA	FM	90.830	99.084

Concorrência n.º 037/2000-SSR/MC, Localidade de Cidreira/RS.

Processo Nº	Proponente	Serviço	PP	VP
0370000015.00	PRIMA RÁDIOFUSÃO LTDA	FM	99.112	99.111
0370000016.00	RÁDIO OCEÂNICA CIBERINFEST LTDA	FM	88.081	98.069

Concorrência n.º 037/2000-SSR/MC, Localidade de Flores da Cunha/RS.

Processo Nº	Proponente	Serviço	PP	VP
0370000018.00	RÁDIO PRADO LTDA	FM	98.461	99.245
0370000019.00	RÁDIO EDITORA SANGA LTDA	FM	99.000	99.000
0370000020.00	SISTEMA ELIO DE COMUNICAÇÕES LTDA	FM	96.791	99.000
0370000021.00	COMUNICAÇÕES LTDA	FM	96.660	99.007
0370000022.00	DELTA FM & CULTA LTDA	FM	98.159	98.018
0370000023.00	RÁDIO MAGNIFICAT LTDA	FM	93.871	98.747

Concorrência n.º 037/2000-SSR/MC, Localidade de Gentio Vargas/RS.

Processo Nº	Proponente	Serviço	PP	VP
0370000024.00	RÁDIO ESTRELA DO SUL FM LTDA	FM	97.579	99.753
0370000025.00	CAMARGO E VASSALI - EMPRESA DE RÁDIOFUSÃO LTDA	FM	91.062	99.590
0370000026.00	ANTÔNIO SOBRAL & FILHO LTDA	FM	91.888	99.588
0370000027.00	RÁDIO MAGNIFICAT LTDA	FM	95.135	99.534
0370000028.00	RÁDIO SOTER LTDA	FM	91.846	99.500
0370000029.00	NOVAKOWSKI & CIA LTDA	FM	94.101	99.491
0370000030.00	EMPRESA DE RÁDIO JESUS HYTE LTDA	FM	91.162	99.457
0370000031.00	RÁDIO CROMBIO LTDA	FM	92.607	99.398
0370000032.00	RÁDIO PRESENTE GENTIL EMIGRA FM LTDA	FM	91.009	99.183
0370000033.00	RÁDIO ESPERANÇA LTDA	FM	97.886	98.780
0370000034.00	SOCIEDADE RÁDIO SANTA FELICIDADE LTDA	FM	96.000	98.100

Concorrência n.º 037/2000-SSR/MC, Localidade de Guaraní das Missões/RS.

Processo Nº	Proponente	Serviço	PP	VP
0370000035.00	RÁDIO GUARANAND LTDA	FM	89.884	99.018
0370000036.00	RÁDIO NOVA ALIANÇA LTDA	FM	90.677	99.038
0370000037.00	FUNDACÃO SANTÁNTALES DE PORTO LEON	FM	86.754	98.627

A Comissão Especial de Licitação, constituída pela Portaria MC nº 811, de 29 de dezembro de 1997, e suas alterações, em conformidade com o Edital de Licitação, torna público os resultados da postulação das Propostas de Preços pela Outorga (PP) e do Valor Ponderado (VP) atribuído a cada licitante, declarando vencedora, para a localidade indicada no Anexo Único, a proponente que obteve o maior Valor Ponderado.

Os autos dos processos estão com vista franqueada na Comissão de Assessoramento Técnico do Distrito Federal, no seguinte endereço: Esplanada dos Ministérios, Bloco R, Sobrelaje - sala 107, Ed. Sede Brasília/DF, local onde deverão ser protocolizados os eventuais recursos.

A contagem do prazo de cinco dias úteis, para a interposição de eventuais recursos, dar-se-á a partir desta publicação, conforme o subitem 13.6 do Edital, bem como nos termos do artigo 109, inciso I, alínea "b" e §5º e artigo 110, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

Brasília - DF, 13 de julho de 2005.

JAIME DOMÍNGOS CASAS

Presidente da Comissão

## ANEXO ÚNICO

Concorrência n.º 153/2001-SSR/MC, Localidade de Porto Mouro/PA.

Processo Nº	Proponente	Serviço	PP	VP
037200000001	EMPRESA DE RÁDIOFUSÃO ESTRELA DAIVA LTDA	OM	97.970	99.708
037200000002	PARAIBA TV FM LTDA	OM	90.909	99.001
037200000003	RNC RÁDIOFUSÃO LTDA	OM	90.100	99.000
037200000004	SBP SERVICOS DE RÁDIOFUSÃO LTDA	OM	88.182	97.661
037200000005	REDA FLOR RÁDIOFUSÃO LTDA	OM	73.080	97.500
037200000006	PORTAL SERVICOS DE RÁDIOFUSÃO LTDA	OM	73.189	98.846
037200000007	SN SERVICOS DE RÁDIOFUSÃO LTDA	OM	87.693	98.410

Concorrência n.º 153/2001-SSR/MC, Localidade de Primavera/PA.

Processo Nº	Proponente	Serviço	PP	VP
037200000008	PARAIBA TV FM LTDA	OM	90.000	99.001
037200000009	RNC RÁDIOFUSÃO LTDA	OM	90.000	99.000
037200000010	REDA FLOR RÁDIOFUSÃO LTDA	OM	73.080	97.500
037200000011	PORTAL SERVICOS DE RÁDIOFUSÃO LTDA	OM	73.189	98.846
037200000012	SN SERVICOS DE RÁDIOFUSÃO LTDA	OM	87.693	98.411
037200000013	SBP SERVICOS DE RÁDIOFUSÃO LTDA	OM	83.098	95.935

Concorrência n.º 153/2001-SSR/MC, Localidade de Santa Maria do Pará/PA.

Processo Nº	Proponente	Serviço	PP	VP
037200000014	EMPRESA DE RÁDIOFUSÃO ESTRELA DAIVA LTDA	OM	96.940	99.681
037200000015	PARAIBA TV FM LTDA	OM	91.812	99.281
037200000016	RNC RÁDIOFUSÃO LTDA	OM	90.201	99.032
037200000017	REDA FLOR RÁDIOFUSÃO LTDA	OM	73.180	97.534
037200000018	PORTAL SERVICOS DE RÁDIOFUSÃO LTDA	OM	73.282	98.690
037200000019	SN SERVICOS DE RÁDIOFUSÃO LTDA	OM	87.530	98.181
037200000020	SBP SERVICOS DE RÁDIOFUSÃO LTDA	OM	83.098	95.190

Concorrência n.º 153/2001-SSR/MC, Localidade de Soure/PA.

Processo Nº	Proponente	Serviço	PP	VP
037200000021	EMPRESA DE RÁDIOFUSÃO ESTRELA DAIVA LTDA	OM	99.019	99.062
037200000022	RÁDIO SOCIEDADE NOVA ESPERANÇA LTDA	OM	89.950	99.595
037200000023	PARAIBA TV FM LTDA	OM	85.258	98.534
037200000024	RNC RÁDIOFUSÃO LTDA	OM	90.000	99.000
037200000025	SBP SERVICOS DE RÁDIOFUSÃO LTDA	OM	82.300	97.611
037200000026	REDA FLOR RÁDIOFUSÃO LTDA	OM	73.080	97.500
037200000027	SN SERVICOS DE RÁDIOFUSÃO LTDA	OM	76.746	97.000
037200000028	PORTAL SERVICOS DE RÁDIOFUSÃO LTDA	OM	73.180	98.846



INTERNET

www.in.gov.br



**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**  
**SECRETARIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA**  
**COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO**

**TERMO DE JUNTADA**

Nesta data, juntei ao presente processo, além desta, as 08 folhas seguintes, em conformidade com os dados abaixo indicados:

Nº da folha anterior : 88.

Nº desta folha : 89.

Nºs das demais folhas juntadas : 90 a 97.

Brasília, 30 de agosto de 2005.

  
**José Alcides Nogueira**  
MPL 0003720  
Membro da Comissão de Acolhimento Técnico  
MOCSE/ELC/AT-05



PESQUISA DE  
DOCUMENTOS

Palavra-chave:

Digite palavra-chave

Tipo de Doc

Escolha\_aqui

CONHEÇA A ANATEL

BIBLIOTECA

FALE CONOSCO

SISTEMAS

AJUDA

MAPA DO SITE

LINKS

BUSCA AVANÇADA



Menu Principal ▾

SISCOM » Consulta por Plano Básico de Distribuição de Canais



Dados da consulta



Consulta



Criar Arquivo Texto

UF: RS

SERVIÇO: FM

Entidade	Latitude	Longitude	Canal	Azimute	ERP (KW)	CL	Obs.
Localidade: Chui ( Concorrência: 37/2000 )	33S412800	53W272400	203			C	(ZC)(**)

Usuário: - Data: 30/08/2005

Hora: 11:10:49

Registro 1 até 1 de 1 registros

Página: [1] [Ir] [Reg]





## Consulta Processual pelo Nome da Parte

Nome Pesquisado: EMPRESA DE RADIODIFUSÃO EXTREMO SUL FM LTDA

*Nenhuma parte encontrada com o argumento informado.*

Emitido pelo site [www.trf1.gov.br](http://www.trf1.gov.br) em: terça-feira, 30 de agosto de 2005





**Consulta Processual pelo CPF/CGC da Parte**  
**CGC/CPF Pesquisado: 03836652000159**

*Nenhuma parte encontrada com o argumento informado99.*

Emitido pelo site [www.trf1.gov.br](http://www.trf1.gov.br) em: terça-feira, 30 de agosto de 2005



**Seção Judiciária do Distrito Federal**  
**Consulta Processual**



**Tipo de Pesquisa:** Consulta de processos pelo nome da parte

**Argumento Pesquisado:** Empresa de Radiodifusão Extremo Sul Fm Ltda

*Nenhuma parte encontrada com o argumento informado.*



Emitido pelo site [www.trf1.gov.br](http://www.trf1.gov.br) em 30/08/2005 às 10:51:29



Superior  
Tribunal  
de Justiça

O Tribunal da Cidadania

Institucional

Processos

Jurisprudência

Revista Eletrônica da Jurisprudência

## Processos

Acompanhamento

Processual

Boletim Estatístico

Estatística Processual  
(consolidado anual)Calendário de Sessões e  
Pautas de Julgamentos

Certidão de Andamento

Guia do Advogado

Tipo de Pesquisa:

Nome da Parte

Parâmetro de pesquisa:

EMPRESA DE RADIODIFUSÃO EXTREMO SUL

☐ Contém ☒ Igual ☐ Inicia com

Os critérios Contém e Inicia com utilizam recursos de pesquisa fonética.

Esses critérios só tem efeito para PARTES ou ADVOGADOS

- Está disponível a pesquisa fonética por nome de **PARTES** e **ADVOGADOS**.

Consultar

Limpar Campos

☒ Na pesquisa acima, mostrar os processos em ordem cronológica decrescente☒ Na pesquisa acima, mostrar os processos Baixados/ArquivadosAvalie o  
do STJ:Informaç  
processu☐ Muito☐ Satis☐ Insatis☐ Muito**Nenhuma Parte Encontrada para essa pesquisa !!!**



**Tribunal Regional Federal | 4ª Região****BUSCA DO SITE**

Todo o Site

OK!

**SERVIÇOS**

Guia de Serviços

Consulta Processual

TRF sob Medida

Jurisprudência

Concursos e Estágios

Despesas Processuais

Legislação

Licitações

Notícias

Ouvidoria

Ajuda

Links Jurídicos

Formulários

Institucional

**Localização**

Rua: Otávio Francisco  
Caruso da Rocha, 300  
Centro Administrativo  
Federal  
Bairro Praia de Belas  
CEP 90010-395  
Porto Alegre - RS

PABX (51) 3213-3000

CONSULTA PROCESSUAL

**Acompanhamento**

Escolha abaixo o tipo de busca (nº do Processo no TRF, nº do Processo Originário, nº da OAB, nome da parte) e preencha o campo.

Neste módulo de consulta estão disponíveis os Despachos da Vice-Presidência e os acórdãos dos processos.

Escolha a forma de consulta ABAIXO:

Nome da Parte

O nome da parte não está cadastrado.

Empresa de Radiodifusão Extre

OK!

**TRF SOB MEDIDA** → Clique aqui para receber informações por e-mail

Para mais informações, clique aqui para entrar em contato.

Clique  
Inteir  
que n  
site a  
proce

**COMO**

Clique  
dicas  
proce

**Adobe**  
Adobe

Para  
em fo  
neces  
Reade  
para  
do pr

**SOLICI**

Clique  
despa  
no sit  
Proce  
Excep  
Presid



**Tribunal Regional Federal | 4ª Região**

BUSCA DO SITE

Todo o Site

OK!

## SERVIÇOS

Guia de Serviços

Consulta Processual

TRF sob Medida

Jurisprudência

Concursos e Estágios

Despesas Processuais

Legislação

Licitações

Notícias

Ouvidoria

Ajuda

Links Jurídicos

Formulários

Institucional

## Localização

Rua: Otávio Francisco  
 Canuso da Rocha, 300  
 Centro Administrativo  
 Federal  
 Bairro Praia de Belas  
 CEP 90010-395  
 Porto Alegre - RS

PABX (51) 3213-3000

CONSULTA PROCESSUAL

**Acompanhamento**

Escolha abaixo o tipo de busca (nº do Processo no TRF, nº do Processo Originário, nº da OAB, nome da parte) e preencha o campo.

Neste módulo de consulta estão disponíveis os Despachos da Vice-Presidência e os acórdãos dos processos.

Escolha a forma de consulta ABAIXO:

CPF/CNPJ da Parte

**CPF/CNPJ não cadastrado. Tente outra forma de consulta, por exemplo: Nome da Parte.**

03836652000159

OK!

**TRF SOB MEDIDA** → Clique aqui para receber informações por e-mail

Para mais informações, clique aqui para entrar em contato.

Clique  
 Inteir  
 que n  
 site a  
 proce

COMO  
 Clique  
 dicas  
 proce

Adobe

Para  
 em fo  
 neces  
 Reade  
 para  
 do pr

SOLICI  
 Clique  
 despa  
 no sit  
 Proce  
 Excep  
 Presid



[⬅ Voltar](#)[🖨 Imprimir](#)

15fe2d35501da0c7846e1b9ab6e5ddc8

PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA FEDERAL**CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO****AÇÕES E EXECUÇÕES CÍVEIS E FISCAIS, E DE EXECUÇÕES  
CRIMINAIS****PESSOA FÍSICA OU JURÍDICA**

Certificamos que contra a  
PESSOA JURÍDICA:  
**EMPRESA DE RADIODIFUSÃO EXTREMO SUL FM LTDA**

CNPJ:  
**03836652/0001-59**

**NADA CONSTA**

nos registros de distribuição mantidos a partir de 25 de abril de 1967, das Seções Judiciárias Federais

- **Paraná até 30/08/2005 às 00:00**
- **Rio Grande do Sul até 30/08/2005 às 00:10**
- **Santa Catarina até 29/08/2005 às 20:00**

**Certidão emitida em:** 30/08/2005 às 10:52 (hora e data de Brasília)

A **aceitação** da presente certidão está condicionada à verificação de sua validade na Internet, através do endereço <http://www.trf4.gov.br> (Menu "Consulta Processual/Autenticidade de Certidão Regional") informando o Número de Controle **15fe2d35501da0c7846e1b9ab6e5ddc8**, e da conferência dos dados pessoais da parte interessada pela autoridade competente.



**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**  
**SECRETARIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA**  
**COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO**

**TERMO DE JUNTADA**

Nesta data, juntei ao presente processo, além desta, as 03 folhas seguintes, em conformidade com os dados abaixo indicados:

Nº da folha anterior : 97.

Nº desta folha : 98.

Nºs das demais folhas juntadas : 99 a 101.

Brasília, 13 de outubro de 2005.



EDMAR F. MACHADO  
Membro Titular







# Ministério das Comunicações

## SECRETARIA EXECUTIVA

### Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração

#### EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 1/2000

Número do Contrato: 42/2000  
Nº Processo: 53000.008047/2000  
Contratante: MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
CNPJ Contratado: 01383199000103  
Contratado: MONDO DOS TAPETES LTDA  
Objeto: Aquisição e instalação de sala 350 m<sup>2</sup> de carpete em placas de 0,48 x 0,48 cm.  
Fundamento Legal: Lei 8666/93

Vigência: 29/12/2000 a 01/04/2002  
Valor Total: R\$ 37.850,40  
Fonte de Recurso: Nota de Empenho  
150014059 2000XZ900479  
Data de Assinatura: 29/12/2000

(EXCER - 16/04/2001) 410003-00001-2081NE900009

## SECRETARIA DE SERVIÇOS DE RÁDIO-DIFUSÃO

### AVISO

A Comissão Especial de Licitação, constituída pela Portaria MC nº 811, de 29 de dezembro de 1997, e suas alterações, em conformidade com a legislação em vigor e Editais de Licitação, torna público o resultado de análise dos recursos interpostos na fase de habilitação de proponentes, com relação às concorrências em andamento para outorga de serviços de radiodifusão, de acordo com o Anexo.

Brasília - DF, 2 de abril de 2001  
MANOEL ELIAS MOREIRA  
Presidente da Comissão

### ANEXO

#### RECURSOS CONTRA A HABILITAÇÃO DE TERCEIROS - CONHECIDOS E PROVIDOS

CONCORRÊNCIA Nº - SSR/MC	SERVIÇO	LOCALIDADE	UF	RECORRENTE	CONTRA HABILITAÇÃO DE:
037	FM	CHUI	RS	RÁDIO GUARAMANO LTDA.	SISTEMA PLUG IN COMUNICAÇÕES LTDA.
7	FM	CHUI	RS	FREQUÊNCIA BRASILEIRA DE COMUNICAÇÕES LTDA.	SISTEMA PLUG IN COMUNICAÇÕES LTDA.
037	FM	GUARANI DAS MISSÕES	RS	RÁDIO GUARAMANO LTDA.	SISTEMA PLUG IN COMUNICAÇÕES LTDA.
057	FM	GUARANI DAS MISSÕES	RS	FREQUÊNCIA BRASILEIRA DE COMUNICAÇÕES LTDA.	SISTEMA PLUG IN COMUNICAÇÕES LTDA.
037	FM	HERVAL	RS	RÁDIO JAVALI FM LTDA.	H. SUL EM RÁDIO DIFUSÃO LTDA.

(DF, EL nº 98/2001)

## AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES

### EXTRATOS DE CONTRATOS

CONTRATANTE: Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL, representada pelo Sr. José Souza Dantas - Gerente Geral de Administração, Objeto: Contratação Temporária de Prestadores de Serviços, autorizado pela Lei nº 9.472, de 16.07.97, arts. 19, alínea XXIII, Decreto nº 2.424 de 17.12.97 e Portaria Interministerial nº 15 de 19.05.98 - VIGÊNCIA: 12 meses - CONTRATADO (A): Simone Reibetta da Silva - Nível: NM 1 - I - Início do contrato: 28.03.2001.

CONTRATANTE: Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL, representada pelo Sr. José Souza Dantas - Gerente Geral de Administração, Objeto: Contratação Temporária de Prestadores de Serviços, autorizado pela Lei nº 9.472, de 16.07.97, arts. 19, alínea XXIII, Decreto nº 2.424 de 17.12.97 e Portaria Interministerial nº 15 de 19.05.98 - VIGÊNCIA: 12 meses - CONTRATADO (A): Claudia A. - Nível: NS 2 - I - Início do contrato: 09.04.2001.

CONTRATANTE: Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL, representada pelo Sr. José Souza Dantas - Gerente Geral de Administração, Objeto: Contratação Temporária de Prestadores de Serviços, autorizado pela Lei nº 9.472, de 16.07.97, arts. 19, alínea XXIII, Decreto nº 2.424 de 17.12.97 e Portaria Interministerial nº 15 de 19.05.98 - VIGÊNCIA: 12 meses - CONTRATADO (A): Hercúlio Araújo Rodrigues de Oliveira - Nível: NS 2 - I - Início do contrato: 09.04.2001.

CONTRATANTE: Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL, representada pelo Sr. José Souza Dantas - Gerente Geral de Administração, Objeto: Contratação Temporária de Prestadores de Serviços, autorizado pela Lei nº 9.472, de 16.07.97, arts. 19, alínea XXIII, Decreto nº 2.424 de 17.12.97 e Portaria Interministerial nº 15 de 19.05.98 - VIGÊNCIA: 12 meses - CONTRATADO (A): Adriana Teixeira - Nível: NM 1 - I - Início do contrato: 09.04.2001.

CONTRATANTE: Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL, representada pelo Sr. José Souza Dantas - Gerente Geral de Administração, Objeto: Contratação Temporária de Prestadores de Serviços, autorizado pela Lei nº 9.472, de 16.07.97, arts. 19, alínea XXIII, Decreto nº 2.424 de 17.12.97 e Portaria Interministerial nº 15 de 19.05.98 - VIGÊNCIA: 12 meses - CONTRATADO (A): David de Carvalho Ayres - Nível: NS 2 - I - Início do contrato: 09.04.2001.

### EXTRATOS DE TERMOS ADITIVOS

CONTRATANTE: Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL, representada pelo Sr. José Souza Dantas - Gerente Geral de Administração, Objeto: Termo Aditivo nº 133/2001 ao Contrato Temporário de Prestadores de Serviços nº 155/99 firmado em 31.03.99, autorizado pela Lei nº 9.472, de 16.07.97, arts. 19, alínea XXIII, Decreto nº 2.424 de 17.12.97 e Portaria Interministerial nº 15 de 19.05.98 - VIGÊNCIA: Prorrogado por 12 meses a partir de 31.03.2001 - CONTRATADO(A): Cleize Carvalho Silva - Nível: NM 4 - I.

CONTRATANTE: Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL, representada pelo Sr. José Souza Dantas - Gerente Geral de Administração, Objeto: Termo Aditivo nº 162/2001 ao Contrato Temporário de Prestadores de Serviços nº 166/99 firmado em 08.04.99, autorizado pela Lei nº 9.472, de 16.07.97, arts. 19, alínea XXIII, Decreto nº 2.424 de 17.12.97 e Portaria Interministerial nº 15 de 19.05.98 - VIGÊNCIA: Prorrogado por 12 meses a partir de 08.04.2001 - CONTRATADO: Givanna Fabiane Guerin Loureiro - Nível: NS 3 - III.

CONTRATANTE: Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL, representada pelo Sr. José Souza Dantas - Gerente Geral de Administração, Objeto: Termo Aditivo nº 134/2001 ao Contrato Temporário de Prestadores de Serviços nº 135/99 firmado em 25.05.99, autorizado pela Lei nº 9.472, de 16.07.97, arts. 19, alínea XXIII, Decreto nº 2.424 de 17.12.97 e Portaria Interministerial nº 15 de 19.05.98 - VIGÊNCIA: Prorrogado por 12 meses a partir de 25.05.2001 - CONTRATADO(A): Carlos Frederico Beneath Couto - Nível: NS 5 - III.

CONTRATANTE: Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL, representada pelo Sr. José Souza Dantas - Gerente Geral de Administração, Objeto: Termo Aditivo nº 163/2001 ao Contrato Temporário de Prestadores de Serviços nº 166/99 firmado em 08.04.99, autorizado pela Lei nº 9.472, de 16.07.97, arts. 19, alínea XXIII, Decreto nº 2.424 de 17.12.97 e Portaria Interministerial nº 15 de 19.05.98 - VIGÊNCIA: Prorrogado por 12 meses a partir de 08.04.2001 - CONTRATADO(A): Maria Umbelina Menezes - Nível: NM 2 - II.

CONTRATANTE: Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL, representada pelo Sr. José Souza Dantas - Gerente Geral de Administração, Objeto: Termo Aditivo nº 163/2001 ao Contrato Temporário de Prestadores de Serviços nº 166/99 firmado em 08.04.99, autorizado pela Lei nº 9.472, de 16.07.97, arts. 19, alínea XXIII, Decreto nº 2.424 de 17.12.97 e Portaria Interministerial nº 15 de 19.05.98 - VIGÊNCIA: Prorrogado por 12 meses a partir de 08.04.2001 - CONTRATADO(A): Miguel Gustavo Verrano de Souza - Nível: NM 3 - II.

CONTRATANTE: Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL, representada pelo Sr. José Souza Dantas - Gerente Geral de Administração, Objeto: Termo Aditivo nº 160/2001 ao Contrato Temporário de Prestadores de Serviços nº 454/2000 firmado em 29.03.2000, autorizado pela Lei nº 9.472, de 16.07.97, arts. 19, alínea XXIII, Decreto nº 2.424 de 17.12.97 e Portaria Interministerial nº 15 de 19.05.98 - VIGÊNCIA: Prorrogado por 12 meses a partir de 29.03.2001 - CONTRATADO(A): Claudia Maria Rodé Nogueira - Nível: NS 5 - I.

CONTRATANTE: Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL, representada pelo Sr. José Souza Dantas - Gerente Geral de Administração, Objeto: Termo Aditivo nº 150/2001 ao Contrato Temporário de Prestadores de Serviços nº 167/99 firmado em 08.04.99, autorizado pela Lei nº 9.472, de 16.07.97, arts. 19, alínea XXIII, Decreto nº 2.424 de 17.12.97 e Portaria Interministerial nº 15 de 19.05.98 - VIGÊNCIA: Prorrogado por 12 meses a partir de 08.04.2001 - CONTRATADO(A): Fernando Gonzaga Milani - Nível: NS 4 - II.

CONTRATANTE: Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL, representada pelo Sr. José Souza Dantas - Gerente Geral de Administração, Objeto: Termo Aditivo nº 164/2001 ao Contrato Temporário de Prestadores de Serviços nº 168/99 firmado em 08.04.99, autorizado pela Lei nº 9.472, de 16.07.97, arts. 19, alínea XXIII, Decreto nº 2.424 de 17.12.97 e Portaria Interministerial nº 15 de 19.05.98 - VIGÊNCIA: Prorrogado por 12 meses a partir de 08.04.2001 - CONTRATADO(A): Geraldo Magela Bonifácio Junior - Nível: NS 2 - III.

CONTRATANTE: Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL, representada pelo Sr. José Souza Dantas - Gerente Geral de Administração, Objeto: Termo Aditivo nº 174/2001 ao Contrato Temporário de Prestadores de Serviços nº 148/99 firmado em 08.04.99, autorizado pela Lei nº 9.472, de 16.07.97, arts. 19, alínea XXIII, Decreto nº 2.424 de 17.12.97 e Portaria Interministerial nº 15 de 19.05.98 - VIGÊNCIA: Prorrogado por 12 meses a partir de 08.04.2001 - CONTRATADO(A): Deborah de Braga e Castro - Nível: NS 4 - III.

CONTRATANTE: Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL, representada pelo Sr. José Souza Dantas - Gerente Geral de Administração, Objeto: Termo Aditivo nº 154/2001 ao Contrato Temporário de Prestadores de Serviços nº 163/99 firmado em 08.04.99, autorizado pela Lei nº 9.472, de 16.07.97, arts. 19, alínea XXIII, Decreto nº 2.424 de 17.12.97 e Portaria Interministerial nº 15 de 19.05.98 - VIGÊNCIA: Prorrogado por 12 meses a partir de 08.04.2001 - CONTRATADO(A): Osmani de Souza Aguiar - Nível: NS 2 - III.

CONTRATANTE: Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL, representada pelo Sr. José Souza Dantas - Gerente Geral de Administração, Objeto: Termo Aditivo nº 151/2001 ao Contrato Temporário de Prestadores de Serviços nº 173/99 firmado em 08.04.99, autorizado pela Lei nº 9.472, de 16.07.97, arts. 19, alínea XXIII, Decreto nº 2.424 de 17.12.97 e Portaria Interministerial nº 15 de 19.05.98 - VIGÊNCIA: Prorrogado por 12 meses a partir de 14.04.2001 - CONTRATADO(A): Cristina Gasparotto dos Santos - Nível: NM 2 - II.

CONTRATANTE: Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL, representada pelo Sr. José Souza Dantas - Gerente Geral de Administração, Objeto: Termo Aditivo nº 106/2001 ao Contrato Temporário de Prestadores de Serviços nº 136/99 firmado em 25.03.99, autorizado pela Lei nº 9.472, de 16.07.97, arts. 19, alínea XXIII, Decreto nº 2.424 de 17.12.97 e Portaria Interministerial nº 15 de 19.05.98 - VIGÊNCIA: Prorrogado por 12 meses a partir de 25.03.2001 - CONTRATADO(A): Anicélio Rodrigues Hornados - Nível: NS 3 - III.

CONTRATANTE: Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL, representada pelo Sr. José Souza Dantas - Gerente Geral de Administração, Objeto: Termo Aditivo nº 110/2001 ao Contrato Temporário de Prestadores de Serviços nº 146/99 firmado em 25.03.99, autorizado pela Lei nº 9.472, de 16.07.97, arts. 19, alínea XXIII, Decreto nº 2.424 de 17.12.97 e Portaria Interministerial nº 15 de 19.05.98 - VIGÊNCIA: Prorrogado por 12 meses a partir de 25.03.2001 - CONTRATADO(A): Eduardo Henri Bernardi - Nível: NS 6 - III.

CONTRATANTE: Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL, representada pelo Sr. José Souza Dantas - Gerente Geral de Administração, Objeto: Termo Aditivo nº 131/2001 ao Contrato Temporário de Prestadores de Serviços nº 118/99 firmado em 19.03.99, autorizado pela Lei nº 9.472, de 16.07.97, arts. 19, alínea XXIII, Decreto nº 2.424 de 17.12.97 e Portaria Interministerial nº 15 de 19.05.98 - VIGÊNCIA: Prorrogado por 12 meses a partir de 19.03.2001 - CONTRATADO(A): Mauro Abad Filho - Nível: NS 3 - II.

CONTRATANTE: Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL, representada pelo Sr. José Souza Dantas - Gerente Geral de Administração, Objeto: Termo Aditivo nº 146/2001 ao Contrato Temporário de Prestadores de Serviços nº 145/99 firmado em 08.04.99, autorizado pela Lei nº 9.472, de 16.07.97, arts. 19, alínea XXIII, Decreto nº 2.424 de 17.12.97 e Portaria Interministerial nº 15 de 19.05.98 - VIGÊNCIA: Prorrogado por 12 meses a partir de 08.04.2001 - CONTRATADO(A): Cornélio de Souza de Oliveira - Nível: NS 2 - I.





Outorgar permissão à Rádio Juruá FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Juruá, Estado do Paraná. A permissão ora outorgada somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do artigo 223, § 3º, da Constituição. (Processo nº 33740.000316/98, Concorrência nº 025/98-SSR/MC).

JUAREZ QUADROS DO NASCIMENTO

PORTARIA Nº 1.486, DE 2 DE AGOSTO DE 2002

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, em conformidade com o artigo 32 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 32.793, de 31 de outubro de 1963, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto nº 1.720, de 28 de novembro de 1995, resolve:

DESPACHOS DO MINISTRO  
Em 1º de agosto de 2002

Humilhação, com base na legislação em vigor e Editais de Licitação, a decisão tomada pela Comissão Especial de Licitação (constituída pela Portaria MC nº 81), de 29 de dezembro de 1997, e suas alterações), consubstanciada pelas informações contidas nos respectivos processos administrativos, relativamente a Recursos interpostos na fase de classificação de proponentes, com relação às incongruências em andamento para outorga de serviços de radiodifusão, de acordo com o Anexo.

ANEXO

RECURSOS CONTRA A CLASSIFICAÇÃO DE TERCEIROS - CONHECIDOS E NÃO PROVI-  
DOS.

CONCORRÊNCIA	SERVIÇO	LOCALIDADE	UF	RECORRENTE	CONTRA A CLASSIFICAÇÃO DE:
S.					
131/19	FM	ITAPERUNA	RJ	RADIO GILGAL FM LTDA - ME	TV PIONEIRA DE MOGI DAS CRUZES LTDA.
016/2000	FM	PARAÍSÓPOLIS	MG	INÁCIO ROSA FILHO & CIA. LTDA	SUL VALE EVENTOS LTDA.
016/2000	FM	AJURICABA	RS	RADIO MUNDIAL FM LTDA	RADIO FM AJURICABA LTDA.
036/2000	FM	ANTÔNIO PRADO	RS	RADIO PRADO LTDA.	RADIO BENVENUTA FM LTDA.

Outorgar permissão à Rádio Aquarela FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Bealza, Estado do Paraná. A permissão ora outorgada somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do artigo 223, § 3º, da Constituição. (Processo nº 33740.000317/98, Concorrência nº 025/98-SSR/MC).

JUAREZ QUADROS DO NASCIMENTO

PORTARIA Nº 1.487, DE 2 DE AGOSTO DE 2002

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, em conformidade com o artigo 32 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 32.793, de 31 de outubro de 1963, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto nº 1.720, de 28 de novembro de 1995, resolve:

Outorgar permissão ao Sistema Syris de Comunicações Ltda.

para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Catalândia, Estado do Paraná. A permissão ora outorgada somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do artigo 223, § 3º, da Constituição. (Processo nº 33740.000309/98, Concorrência nº 025/98-SSR/MC).

JUAREZ QUADROS DO NASCIMENTO

(Of. El. nº 314/2002)

036/2000	FM	ARROIO GRANDE	RS	RADIO MEGA FM LTDA	RADIO COMPARSA FM LTDA
036/2000	FM	BOM JESUS	RS	NOIVA DO SOL FM LTDA	SISTEMA PLUG DE COMUNICAÇÕES LTDA
036/2000	FM	CAMAQUÃ	RS	NOIVA DO SOL FM LTDA	SISTEMA PLUG DE COMUNICAÇÕES LTDA
037/2000	FM	CIDREIRA	RS	PRISMA RADIODIFUSÃO LTDA	SISTEMA PLUG DE COMUNICAÇÕES LTDA
037/2000	FM	FLORES DA CUNHA	RS	FICCINI E LUCCA LTDA	RADIO MAGNIFICAT LTDA
037/2000	FM	FLORES DA CUNHA	RS	RADIO PRADO LTDA	SISTEMA PLUG DE COMUNICAÇÕES LTDA
037/2000	FM	FLORES DA CUNHA	RS	RADIO PRADO LTDA	RADIO MAGNIFICAT LTDA
037/2000	FM	GETÚLIO VARGAS	RS	NOVAROSKI E CIA. LTDA	RADIO PRESIDENTE GETULIO VARGAS FM LTDA
037/2000	FM	GETÚLIO VARGAS	RS	RADIO SIDERAL LTDA	RADIO PRESIDENTE GETULIO VARGAS FM LTDA
037/2000	FM	HERVAL	RS	RADIO JAVALI FM LTDA	SISTEMA PLUG DE COMUNICAÇÕES LTDA
039/2000	FM	SÃO VICENTE DO SUL	RS	TERRA DOCE COMUNICAÇÕES LTDA	MINUZZI COMUNICAÇÕES LTDA
039/2000	FM	SÃO VICENTE DO SUL	RS	TERRA DOCE COMUNICAÇÕES LTDA	SISTEMA PLUG DE COMUNICAÇÕES LTDA

Ratifica, com base na legislação em vigor e Editais de Licitação, a decisão tomada pela Comissão Especial de Licitação (Processo nº 33740.000316/98, de 29 de dezembro de 1997, e suas alterações), de 29 de dezembro de 1997, e suas alterações), consubstanciada pelas informações contidas nos respectivos processos administrativos, relativamente a Recursos interpostos na fase de classificação de proponentes, com relação às incongruências em andamento para outorga de serviços de radiodifusão, de acordo com o Anexo.

JUAREZ QUADROS DO NASCIMENTO

EL. Nº 110/2002

AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES  
CONSELHO DIRETOR

ATO Nº 27.496, DE 5 DE AGOSTO DE 2002

Processo nº 33500.000143/2001. Expede autorização à OLHOS RADIOTÁXI S/C LTDA, para explorar o Serviço Especializado, submodalidade Serviço de Radiotáxi Especializado, de natureza coletiva, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, e tendo como área de prestação do serviço o Município de Freitas, no Estado da Bahia. Outorga autorização de frequência 152.43 MHz à autoridade, associada à autorização para a exploração do Serviço.

LUIZ GUILHERME SCHWARTZ DE OLIVEIRA  
Presidente do Conselho

EL. Nº 286/2002

PERINTENDÊNCIA DE RADIOFREQUÊNCIA E  
FISCALIZAÇÃO  
GERÊNCIA-GERAL DE FISCALIZAÇÃO

DESPACHOS DO PERENTE-GERAL  
Em 24 de abril de 2002

Processo nº 33516000315/2002, determina o arquivamento do presente processo, instaurado contra ASTRAM VIGILÂNCIA S/C, executora do Serviço Limitado Privado de Telecomunicações, na cidade de Curitiba, Estado do Paraná.

Em 30 de abril de 2002

Processo nº 33516000502/2002, determina o arquivamento do presente processo, instaurado contra JOAQUIM CLEMENTINO PEREIRA, executora do Serviço Limitado Privado de Telecomunicações, na cidade de Curitiba, Estado do Paraná.

Processo nº 33516000423/2002, determina o arquivamento do presente processo, instaurado contra OLYMPIA S/C LTDA, executora do Serviço Limitado Privado de Telecomunicações, na cidade de Curitiba, Estado do Paraná.

Em 1º de maio de 2002

Processo nº 33516000153/2002, determina o arquivamento do presente processo, instaurado contra LUIZ ANTONIO LEPREVOST, executora do Serviço Móvel Marítimo, na cidade de Guaratuba, Estado do Paraná.

Em 24 de maio de 2002

Processo nº 33516000602/2002, determina o arquivamento do presente processo, instaurado contra RADIO E TELEVISÃO ROTATIONER LTDA, executora do Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, na cidade de Curitiba, Estado do Paraná.

Em 4 de junho de 2002

Processo nº 33516000681/2002, determina o arquivamento do presente processo, instaurado contra TCE TRIUNFO COMÉRCIO E ENGENHARIA LTDA, executora do Serviço Limitado Privado de Telecomunicações, na cidade de Curitiba, Estado do Paraná.

Processo nº 33516000662/2002, determina o arquivamento do presente processo, instaurado contra TIBAGI - ENGENHARIA, CONSTRUÇÃO E MINERAÇÃO LTDA, executora do Serviço Limitado Privado de Telecomunicações, na cidade de Curitiba, Estado do Paraná.

Processo nº 33516000721/2002, determina o arquivamento do presente processo, instaurado contra LUIZ ALBERTO SALGADO, executora do Serviço Limitado Privado de Telecomunicações, na cidade de Curitiba, Estado do Paraná.

Em 20 de junho de 2002

Processo nº 33520000156/1999, determina o arquivamento do presente processo, instaurado contra BLUPARK LTDA, executora do Serviço Limitado Privado de Telecomunicações, na cidade de Blumenau, Estado de Santa Catarina.

Processo nº 33520000344/1999 - comunica ao Sr. PEDRO MAURICIO AGUIAR MELO, executora do Serviço Limitado na cidade de Mauzólio (CEI) o ARQUIVAMENTO do presente processo, nos termos do Regulamento Interno da ANATEL, aprovado pela Resolução nº 270, de 19.7.2001.

ORLANDO DE LIMA JÚNIOR  
Em exercício

(Of. El. nº 82/SP)

Ministério de Minas e Energia

AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA

RESOLUÇÃO Nº 405, DE 6 DE AGOSTO DE 2002

Declara de utilidade pública para fins de desapropriação, a área de terra necessária à implantação da Subestação Natal III, 230kV, localizada no Município de Marabá, Estado do Rio Grande do Norte.

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, de acordo com deliberação da Diretoria, e tendo em vista o disposto no art. 3º da Lei nº 9.427, de 24 de dezembro de 1996, no inciso XXXV, art. 4º, Anexo I do Decreto nº 2.335, de 6 de outubro de 1997, na alínea "b", art. 15º do Decreto nº 24.643, de 10 de julho de 1994, regulamentado pelo Decreto nº 35.831, de 16 de julho de 1994, no Decreto-lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, alterado pela Lei nº 2.786, de 21 de maio de 1956, no art. 1º da Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995, com redação dada pelo art. 3º da Lei nº 9.643, de 27 de maio de 1998 e a que consta do Processo nº 48300.000320/99-10, resolve:

Art. 1º Declarar de utilidade pública, para fins de desapropriação, em favor da Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - CHESF, a área de terra de propriedade particular, no total de...



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
SECRETARIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA - SSCE  
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO - CEL

TERMO DE JUNTADA

Nesta data, juntei ao presente processo, além desta, as 02 folhas seguintes, em conformidade com os dados abaixo indicados:

Nº da folha anterior : 101.

Nº desta folha : 102.

Nºs das demais folhas juntadas : 103 a 104.

Brasília-DF, 24 de Maio de 2007





MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
BRASÍLIA - DF

53000 029537/2007-01

SEAPA/SC

24/05/2007-10:23



Mem. nº 349 /2007/CEL/MC

Em, 24 de Maio de 2007.

Ao Dr. Pedro de Alcantara Dutra  
COORDENADOR GERAL DE SERVIÇOS DO GABINETE DO MINISTRO

Encaminho a Vossa Senhoria, os processos abaixo elencados, tendo em vista tratar-se de assunto pertinente ao artigo 1º inciso IV do regimento interno do Ministério das Comunicações – Portaria nº 591 de 18/09/2006, DOU de 20/09/06.

PROCESSO PILOTO Nº 53000.001210/2000.		
CONC. Nº	PROPONENTE(S)	Nº PROCESSO
037/2000	FREQUÊNCIA BRASILEIRA DE COMUNICAÇÕES LTDA	53790.000179/00
037/2000	RÁDIO ESPERANÇA LTDA	53790.000195/00
037/2000	CAMARGO & VASSALI – EMPRESA DE RADIODIFUSÃO LTDA	53790.000196/00
037/2000	RÁDIO SIDERAL LTDA	53790.000197/00
037/2000	RÁDIO MAGNIFICAT LTDA	53790.000199/00
037/2000	RÁDIO PRADO LTDA	53790.000200/00
037/2000	PICCININI & LUCCA LTDA	53790.000203/00
037/2000	RÁDIO EDITORA MAGIA LTDA	53790.000204/00
037/2000	EDCOMUNICAÇÕES LTDA	53790.000206/00
037/2000	RÁDIO RESIDENTE GETÚLIO VARGAS FM LTDA	53790.000207/00
037/2000	SISTEMA PLUG DE COMUNICAÇÕES LTDA	53790.000208/00
037/2000	RÁDIO UIRAPURU LTDA	53790.000209/00
037/2000	SISTEMA NATIVA DE COMUNICAÇÕES LTDA	53790.000210/00
037/2000	EMPRESA DE RADIODIFUSÃO EXTREMO SUL FM LTDA	53790.000211/00
037/2000	RÁDIO DUNAS FM LTDA	53790.000212/00
037/2000	PRISMA RADIODIFUSÃO LTDA	53790.000213/00
037/2000	RÁDIO OCEÂNICA CIDREIRENSE LTDA	53790.000214/00
037/2000	H. SUL FM RADIODIFUSÃO LTDA	53790.000215/00
037/2000	RÁDIO ESTRELA DO SUL FM LTDA	53790.000216/00
037/2000	SOCIEDADE RÁDIO SANTA FELICIDADE LTDA	53790.000217/00
037/2000	NOVAKOSKI & CIA LTDA	53790.000219/00
037/2000	ANTÔNIO VIGNAGA & FILHO LTDA	53790.000220/00
037/2000	EMPRESA DE RADIODIFUSÃO BYTE LTDA	53790.000221/00
037/2000	RÁDIO GUARAMANO LTDA	53790.000222/00
037/2000	RÁDIO NOVA ALIANÇA LTDA	53790.000223/00
037/2000	FUNDAÇÃO NAVEGANTES DE PORTO LUCENA	53790.000224/00
037/2000	RÁDIO JAVALI FM LTDA	53790.000226/00

YAT



037/2000	HERVAL COMUNICAÇÕES LTDA	53790.000225/00
----------	--------------------------	-----------------

Atenciosamente,

  
**INUBIA DE AGUIAR BEZERRA**  
Presidente da Comissão Especial de Licitação







CONJUR - M. do  
105  
[assinatura]

ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO  
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO

CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

NOTA/AGU/CONJUR-MC/KMM/N.º 0520 - 2.29 / 2010

CONC. 037/2000 – SSR/MC

PROCESSO PRINCIPAL: 53000.001210/00

PROponente REQUERENTE: EMPRESA DE RÁDIO DIFUSÃO EXTREMO SUL LTDA.

PROCESSO Nº: 53790.000211/00.

PROponente REQUERIDA: RÁDIO DUNAS FM LTDA.

PROCESSO Nº: 53790.000212/00.

LOCALIDADE: CHUI/RS

TEMA: DENÚNCIA DE DISTRATO DA PROponente DECLARADA VENCEDORA.

EMENTA: Concorrência nº 37/2000 – SSR/MC. Denúncia de distrato contratual realizado pela licitante declarada vencedora para a localidade de Chui/RS. RÁDIO DUNAS FM LTDA. Distrato ocorrido em 06/10/2004 com arquivamento na JCERS na data de 17/12/2004. Homologação em 25/01/2007. Conhecimento do fato em 14/10/2009 após denúncia da licitante EMPRESA DE RÁDIO DIFUSÃO EXTREMO SUL LTDA. Necessidade de tornar sem efeito o Parecer e o Despacho Ministerial que homologou e adjudicou o certame para a proponente RÁDIO DUNAS FM LTDA. Necessidade de encaminhamentos dos autos ao setor competente – Coordenação-Geral de Assuntos Jurídicos de Comunicação Eletrônica – CGCE - para tornar sem efeito a Portaria e manifestar-se sobre os demais atos subsequentes.

Senhor Consultor Jurídico,

O certame da Concorrência nº 37/2000 – SSR/MC tem por objeto a outorga de **permissão** para exploração de Serviço de Radiodifusão Sonora em **Frequência Modulada (FM)** para a localidade de Chui, no Estado do Rio Grande do Sul.

2. A licitante EMPRESA DE RÁDIO DIFUSÃO EXTREMO SUL LTDA. manifestou-se na data de 14/10/2009, às fls. 115/123 denunciando distrato contratual promovido pela proponente RÁDIO DUNAS FM LTDA. Desse modo a licitante foi extinta para todos os efeitos civis e comerciais.

3. O referido distrato ocorreu na data de 06/10/2004, tendo sido registrado na Junta Comercial do Estado do Rio Grande do Sul somente na data de 17/12/2004.

4. Ocorre que a Administração Pública não tinha conhecimento do distrato porque a Empresa licitante RÁDIO DUNAS FM LTDA. ou seus ex-sócios não se dignaram a informar junto à Comissão Especial de Licitação sobre o ocorrido.

5. Assim, deu-se prosseguimento regular ao certame e a licitante RÁDIO DUNAS FM LTDA. foi declarada vencedora para a localidade de Chui/RS, conforme se verifica a publicação no Diário Oficial da União, Seção 3, de 15/07/2005, à fl. 77 dos autos da proponente.

6. A CEL atestou à fl. 92 a ausência de recursos pendentes de apreciação e ecaminhou os autos para análise desta Consultoria Jurídica.

NOTA/AGU/CONJUR-MC/KMM/Nº 0520 - 2.29/2010

[assinatura]





ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO  
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO

CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

7. O PARECER/MC/CONJUR/TFC/Nº 0143 – 2.17/2007, às fls. 93/95, verificou a regularidade ante os documentos até então analisados e opinou pela homologação e adjudicação do certame à licitante RÁDIO DUNAS FM LTDA. declarada vencedora para a localidade de Chuí, no Estado do Rio Grande do Sul.

8. O Despacho Ministerial que acatou os fundamentos contidos no citado Parecer foi publicado no DOU, Seção 1, página 88, de 01/06/2007, à fl. 102.

9. A licitante EMPRESA DE RÁDIO DIFUSÃO EXTREMO SUL LTDA. manifestou-se, primeiramente, na data de 11/08/2009, à fl. 103, alegando o seguinte:

*"(...)*

*Aquí na cidade de CHUÍ, RS, comenta-se que a empresa RÁDIO DUNAS FM LTDA. estaria enfrentando alguns problemas administrativos e financeiros, levando seus sócios à decisão de desistir da concorrência (...)"*

10. De posse da informação a CEL diligenciou junto a proponente RÁDIO DUNAS FM LTDA., às fls. 105/109. A diligência restou-se infrutífera de modo que a mesma Comissão intimou oficialmente, via DOU, à fl. 111 dos autos.

11. Novamente, nenhuma proponente se manifestou.

12. Por conseqüente, na data de 16/10/2009, à fl. 113, a CEL encaminhou os fatos a Consultoria Jurídica para que se providenciasse a revogação da Portaria nº 377/2007, publicada no DOU DE 17/07/2007 – cópia à fl. 114.

13. De igual modo, às fls. 115/122 foi juntada a segunda manifestação da licitante EMPRESA DE RÁDIO DIFUSÃO EXTREMO SUL LTDA. denunciando o distrato contratual.

14. Nesse ínterim, sobreveio o Decreto Legislativo nº 854, de 2009, publicado no DOU, Seção 1, de 20/11/2009 aprovando a outorga da permissão à proponente RÁDIO DUNAS FM LTDA.

15. Diante dos fatos e comprovações de distrato contratual realizado pela licitante RÁDIO DUNAS FM LTDA., que deixou de existir como pessoa jurídica, impossibilita a Administração Pública de celebrar contrato com parte inexistente. Dessa forma, não existe outra alternativa senão a revisão dos atos preteritamente praticados.

16. Mister tornar sem efeito os fundamentos contidos no PARECER/MC/CONJUR/TFC/Nº 0143 – 2.17/2007, às fls. 93/95, que opinou pela homologação e adjudicação do certame à licitante RÁDIO DUNAS FM LTDA., para a localidade de Chuí/RS. Por outro lado, deve-se manter o teor do Parecer das as demais localidades que não apresentaram vícios.

17. Opina-se pela necessidade urgente de tornar sem efeito o Despacho Ministerial de homologação publicado no DOU, Seção 1, página 88, de 01/06/2007, relativo a licitante RÁDIO DUNAS FM LTDA.

*R*





ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO  
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO

CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

19. No tocante a revogação da Portaria nº 377/2007, publicada no DOU, Seção 1, página 32, de 17/07/2007, bem como os demais atos subseqüentes, inclusive sobre o Decreto nº 854, de 2009, publicado no DOU, Seção 1, página 06, de 20/11/2009, opino pela remessa à Coordenação-Geral de Assuntos Jurídicos de Comunicação Eletrônica – CGCE para providências que entender cabíveis ao deslinde do caso.

20. Sobre a questão, mister reportar ao entendimento do e. Tribunal de Contas da União que sinalizou quanto a possibilidade de o Ministro de Estado anular outorga, mesmo após o advento de decreto legislativo, sem a necessidade de ação judicial.

21. O tema já foi objeto de análise desta Consultoria Jurídica no PARECER/AGU/CONJUR-MC/TFC/Nº 2047 – 2.29/2009, no seguinte sentido:

6. *A necessidade de ação judicial de cancelamento nos casos de vícios no curso do certame licitatório deflagrado no âmbito desta Pasta Ministerial avalizados por decreto legislativo era embasada no supracitado artigo 223, §4º, da Constituição Federal. Porém, a Consultoria Jurídica vem evoluindo seu entendimento, alinhando-se com excerto da Corte de Contas e do Superior Tribunal de Justiça.*

7. *O Tribunal de Contas da União sinalizou que é possível que o Ministro de Estado anule outorga, mesmo após o advento de decreto legislativo, sem a necessidade de ação judicial. Seu entendimento se firma na distinção entre anulação por ilegalidade e cancelamento, esta última é a terminologia adotada constitucionalmente.*

8. *Cite-se, assim, o Acórdão 1900/2008-TCU- Plenário, in verbis:*

*“A doutrina também converge no sentido de que ato ilegal não produz efeitos válidos, não gerando direitos. Sendo insanáveis, não podem ser convalidados, cabendo, portanto, a sua anulação que produzirá efeitos desde a sua origem, alcançando todos os atos dele decorrentes. Assim, ato que contenha o vício da ilegalidade deve ser anulado pela Administração ou pelo Poder Judiciário.*

*Por essa razão, o ato em exame- portaria que outorgou permissão de serviço de radiodifusão-comporta vício insanável, decorrente de ilegalidade ocorrida no procedimento licitatório (inabilitação ilegal de concorrente). Nesse sentido, a sua anulação não é forma de extinção unilateral da outorga, mas significa o reconhecimento de que se trata de outorga sem validade, pois concedida sob fundamento ilegal, representando ato que não existe no mundo jurídico como válido. Portanto, a anulação da outorga em foco não pode ser reconhecida como cancelamento que se subordine à prescrição do art.223, §4º, da Constituição Federal.*

*[...]*

*O entendimento do STJ foi no sentido de que a previsão constitucional do*





ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO  
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO

CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

art.223, §4º é para o cancelamento de outorgas válidas e não para o reconhecimento de nulidade, e que a autoridade que celebrou o contrato administrativo pode declarar sua nulidade sem desconstituir seus atos preparatórios." (TCU. Acórdão 1900/2008- Plenário, Grifos nossos).

9. A decisão do Superior Tribunal de Justiça invocada no Acórdão do TCU é o Mandado de Segurança 8937-DF, in litteris:

"CONTRATO ADMINISTRATIVO - DESCONSTITUIÇÃO - ATO COMPLEXO - CÓDIGO NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES (ART. 38) - RECEPÇÃO CONSTITUCIONAL - VIGÊNCIA - "CONCESSIONÁRIAS DE RÁDIO-DIFUSÃO - COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA - CONSENTIMENTO DA UNIÃO (L. 4.117/62 - ART. 38).

1 - É lícito à autoridade que celebra contrato administrativo, declarar-lhe a nulidade, sem desconstituir os respectivos atos preparatórios.

2 - O art. 38 da Lei 4.117/62 não foi derogado pela Constituição Federal de 1988.

3 - O teor do art. 21, XII, "a", da CF, compete à União explorar os serviços de telecomunicações. Ora, quem explora, pode estabelecer as condições em que tal exploração pode ser concedida. Na hipótese, tais condições encontram-se no art. 38 da Lei 4.117 (Código Nacional de Telecomunicações).

4 - O controle estatal sobre a composição do capital das concessionárias de telecomunicações liga-se radicalmente ao potencial de influência que tais empresas exercem sobre a população.

Não é à toa que os exploradores de tais serviços arrogam-se o epíteto de "formadores de opinião".

5 - A alteração na composição acionária das concessionárias de telecomunicações, dependem de autorização da União, "ouvido o Conselho Nacional de Telecomunicações" (CBT, art. 38).

6 - Em meio ao processo de que resultou a candidatura à concessão, é defeso à concessionária alterar seus estatutos sociais, sem as cautelas do CBT (art. 38)." (STJ. MS8937-DF. Grifamos).

10. O raciocínio tanto mais se evidencia no voto-vista do sr. Ministro Luiz Fux. Senão, vejamos:

" Assim, imperioso é reconhecer que, sendo o processo de outorga constituído de várias fases distintas, em cada uma delas atuam autoridades também distintas, com poderes para declarar a nulidade dos atos praticados. Assim, se durante o procedimento licitatório for constatada alguma ilegalidade, cabe ao Ministro das Comunicações anular o ato maculado. Se o vício ocorrer na fase de deliberação do Congresso, nada impede que essa Casa também proceda da mesma forma, não aprovando a outorga. Finalmente, chega-se à fase de celebração do contrato. Nesta etapa, quem atua em nome da União é o Ministro de Estado das Comunicações, do que decorre a sua atribuição para anular esse acordo de vontades, caso seja verificada alguma eiva em sua emissão. De mais a mais, quando o processo da Impetrante foi submetido à apreciação do Congresso Nacional, não se tinha





ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO  
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO

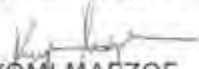
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

conhecimento da irregularidade; praticada quando da transferência das quotas, tendo aquela Casa Legislativa sido, a exemplo do então Ministro das Comunicações, induzida a erro, pois deliberou com base em ato nulo, vindo a aprovar a outorga concedida à Impetrante que, embora seja a mesma pessoa jurídica que foi declarada vencedora da Concorrência nº 140/97, passou, nos atos subsequentes, a possuir quadro societário totalmente distinto daquele apresentado à época da licitação."(fls. 254/264)"( STJ, Mandado de Segurança 8937/DF).


22. Diante do exposto, opino pelo seguinte:

- a) pelo conhecimento dos fatos noticiados pela licitante EMPRESA DE RADIODIFUSÃO EXTREMO SUL LTDA.,
- b) tornar sem efeito os fundamentos contidos no PARECER/MC/CONJUR/TFC/Nº 0143 – 2.17/2007, às fls. 93/95, que opinou pela homologação e adjudicação do certame à licitante RÁDIO DUNAS FM LTDA., para a localidade de Chuí/RS,
- c) pela manutenção o teor do PARECER/MC/CONJUR/TFC/Nº 0143 – 2.17/2007 em relação as localidades de Cidreira/RS e Guarani das Missões/RS eis que não apresentaram vícios no certame,
- d) pela remessa à Coordenação-Geral de Assuntos Jurídicos de Comunicação Eletrônica – CGCE para providências que entender cabíveis em relação a Portaria nº 377/2007, publicada no DOU, Seção 1, página 32, de 17/07/2007, bem como os demais atos subsequentes, inclusive sobre o Decreto nº 854, de 2009, publicado no DOU, Seção 1, página 06, de 20/11/2009,
- e) ao Sr. Ministro,
- f) após, opino pela remessa dos autos à Comissão Especial de Licitação para providências cabíveis à nova classificação para a localidade de Chuí/RS, bem como o atendimento da Ordem de Serviço Conjunta SSCE/CONJUR nº 01, de 03 de novembro de 2004.

Brasília, 25 de março de 2010.

  
KIYOMI MAEZOE  
Assistente – CONJUR/MC

Em 30 / 03 /2010.

  
EDIO HENRIQUE DE A. J. E AZEVEDO  
Consultor Jurídico

NOTA/AGU/CONJUR-MC/KMM/Nº 0520 -2.29/2010



Nesta data anexei aos autos do processo de  
nº 53790.000211/00 a documentação  
a seguir constituída de 05 folhas  
que assim numerei: 108 / 112  
Data: 15 / 04 / 10  
Nome: \_\_\_\_\_  
Assinatura: P



## CERTIDÃO

Conforme a Ordem de Serviço Conjunta SSCE/CONJUR n.º 1, de 03 de novembro de 2004 – art. 2º, inciso I, alnea “d” – certifico que não há no processo n.º 53790 000211/2000, EMPRESA DE RADIODIFUSÃO EXTREMO SUL FM LTDA. - pendência de recurso sem apreciação pela Comissão Especial de Licitação.

Brasília/DF, 12 de abril de 2010.

  
RUSSIL DE BEM  
Assistente Jurídica

De acordo. Encaminhe-se o processo à douta Consultoria Jurídica, para providências de sua alçada.  
Em 14 de ABRIL de 2010.

  
ALVIMAR BERTRAND D. G. DE MACÊDO  
Presidente da Comissão Especial de Licitação





[Início](#) [Links](#) [Fale Conosco](#) [Mapa do Site](#)

Você está em: [Início](#) > [Consultas](#) > [Processos](#)

### Processos

Nenhuma Parte Encontrada para essa pesquisa !!!

[Buscar Processos](#)

[Nova Pesquisa](#)

Em caso de dúvidas, fale conosco:  
**Seção de Informação Processual**  
(61) 3319-8410, 3319-8411, 3319-8412 e 3319-8225  
[informacao.processual@stj.jus.br](mailto:informacao.processual@stj.jus.br)

Avalie este serviço:

Informações  
processuais

- ☐ Ótimo  
☐ Bom  
☐ Ruim  
☐ Péssimo

[Votar](#)

SAFS - Quadra D6 - Lote 01 - Trecho III, CEP: 70.095-900, Brasília - DF  
Telefone: (61) 3319-8000 Fax: (61) 3319-8700 - Informações Processuais: (61) 3319.8410  
© 1996-2006 - Superior Tribunal de Justiça. Todos os direitos reservados. Reprodução permitida se citada a fonte.



**Consulta Processual pelo Nome da Parte**  
**Nome Pesquisado: EMPRESA DE RADIODIFUSÃO EXTREMO SUL FM LTDA.**




**Nenhuma parte encontrada com o argumento informado: "EMPRESA DE RADIODIFUSÃO EXTREMO SUL FM LTDA\$".**

Emitido pelo site webserver1.trf1.gov.br em 13/04/2010 às 14:40:39





 Ministério das Comunicações

Destaques do Governo

 ANATELSistemas  
Interativos Menu Principal ▾SRD \*\* Consultas \*\* Técnicos \*\* **Plano Básico**

menu ajuda

 Tela Inicial  Resultado da Consulta

## Plano Básico - FM

Chuí/RS

Canal	Classe	Entidade	Localidade	Fase	Situação
203	C	RÁDIO DUNAS FM LTDA		C	

Usuário: - Data: 13/04/2010 Hora: 14:44:19

Registro 1 até 1 de 1 registros

Página: [1] [Ir] [Reg]





Portal da  
Justiça Federal  
da 4ª Região

Tribunal Regional Federal  
da 4ª Região

TRF4

TRF4

PEC

REDC

PPG

Institucional

Ouvidoria

Notícias

Concursos e Estágios

Váras

Publicações

Links Jurídicos

Plantão Judiciário

Consulta Processual

Jurisprudência

Sob Medida

Licitações

Guia de Serviços

Legislação

Ajuda

Cálculos Judiciais

Rec. Repetitivos - STJ

Intranet

Usuário: não logado

Login Processo Eletrônico (2º Grau)

Consulta Processual Unificada

ATENÇÃO!

Para realizar uma consulta processual, é necessário:

1. Selecionar uma forma de pesquisa;

2. Informar um Processo, Nome da Parte, CPF, QAB ou Processo Originário;

3. Selecionar Onde Consultar;

4. A consulta processual eletrônica, pelo nome da parte e número do CPF, não exibe nenhuma informação sobre a existência de ações criminais, mesmo que transitadas em julgado e não possui natureza de certidão.

5. Para acessar os documentos dos processos eletrônicos é necessário estar logado no sistema. O cadastro é o mesmo utilizado no Processo Eletrônico do 1º grau (E-proc).

Forma da pesquisa:

Nome da Parte

Nome da Parte:

EMPRESA DE RADIODIFUSÃO EXTREMO SUL FM

Onde consultar:

Tribunal Regional Federal da 4ª Região

☐ Mostrar processos baixados ou arquivados

Última atualização de fase após: 01/01/1970

Pesquisar

COMO UTILIZAR

Clique aqui para ver as dicas para consultar processos.

Para visualizar os arquivos em formato PDF, é necessário ter o Acrobat Reader®. Clique aqui para fazer o download do programa.

INTEIRO TEOR DE ACÓRDÃOS

Clique aqui para solicitar o Inteiro Teor de Acórdão que não está disponível no site através da consulta processual (online).

Rua Otávio Francisco Caruso da Rocha, 300 - Bairro Praia de Belas - CEP 90010-395 - Porto Alegre (RS) - PABX (51) 3213 3000



Assinatura: \_\_\_\_\_  
 Nome: \_\_\_\_\_  
 Data: \_\_\_\_\_  
**SEM EFEITO**  
 Nesta data anexei aos autos do processo de nº 53790.000211/2000-68 a documentação de 16 folhas, a seguir consto: 113  
 que assim numerei: 04 01 16  
 Data: 16 / 04 / 20  
 Nome: \_\_\_\_\_  
 Assinatura: \_\_\_\_\_





164

JORNAL 1677-7889

Diário Oficial da União - Seção 3

Nº 72, sexta-feira, 16 de abril de 2010

# **SUPERINTENDÊNCIA DE TRENS URBANOS DE BELO HORIZONTE**

## **EXTRATO DE TERMO ADITIVO**

Espécie: Termo Aditivo Nº 001/Contrato Nº 045/CBTU/STU-BH/2009. Contratante: Companhia Brasileira de Trens Urbanos - CBTU. Contratada: STRUTURAL MONTAGENS ESPECIAIS LTDA. Objeto: Retificação: Fundamento Legal: art. 65, caput da Lei nº 8.666/93. Processo: PRC-0199/2010. Data de Assinatura: 11/04/10. Signatários: Pela CBTU: José Roberto Freire de Lima e César Nascimento. Pela Contratada: Renato Rogério Máximo de Azevedo.

# **SUPERINTENDÊNCIA DE TRENS URBANOS DE RECIFE**

## **EXTRATOS DE TERMOS ADITIVOS**

ESPÉCIE: 1º Termo Aditivo ao Contrato nº 019/2009. CONTRATANTE: CBTU/STU-REC. CONTRATADA: Pádua Telecomunicações Ltda. RESUMO DO OBJETO: Aumento de serviços. VALOR DO CONTRATO: R\$ 22.442,67. DATA DE ASSINATURA: 01/04/10. NOME E CARGO DOS SIGNATÁRIOS: Pela contratante: Dr. José Marques de Lima-Superintendente e Dr. José Renato Freire de Lima-Coordenador de Administração e Finanças. Pela contratada: Sr. Hélio Tadan Nakata - Representante legal.

ESPÉCIE: 1º Termo Aditivo ao Contrato nº 019/2009. CONTRATANTE: CBTU/STU-REC. CONTRATADA: Pádua Telecomunicações Ltda. RESUMO DO OBJETO: Aumento de serviços. VALOR DO CONTRATO: R\$ 22.442,67. DATA DE ASSINATURA: 01/04/10. NOME E CARGO DOS SIGNATÁRIOS: Pela contratante: Dr. José Marques de Lima-Superintendente e Dr. José Renato Freire de Lima-Coordenador de Administração e Finanças. Pela contratada: Sr. Hélio Tadan Nakata - Representante legal.

## **AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 9/2010-CBTU/STU/REC**

Objeto: Contratação de Empresa Para Prestação de Serviços de Instalação e Execução do Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional-PCMSO e Realização de Exames Médicos Periódicos, Administração, Monitoração de Função, Demissional, Retorno ao Trabalho, Elaboração de Laudos, Parecer Médico, Campanhas de Saúde, Exames Pré-Operatórios e Complementares. Ref. A Assessoria do Trabalho, para atender às Cláusulas do Acordo Coletivo de Trabalho dos Empregados Desta CBTU/STU/REC. Data de recebimento das propostas: 04/05/2010 às 09:30 h. No Departamento de Licitação e Contratos desta Superintendência situado à Rua José Nairões, 478, 3º andar - Recife - Recife - PE. O critério de julgamento é o de MENOR PREÇO. Esta Licitação reger-se-á pela Lei nº 8.666/93, Lei nº 10.520 de 17/07/2002, Decreto 3.555/2000 e 6.204/07 e demais alterações. O edital encontra-se à disposição dos interessados para consulta, mediante o pagamento no valor de R\$ 15,00 (Quinze) Reais, no horário das 08:30 às 17:30 h e das 17:30 às 15:15 h. Maiores informações pelos fones: 0800-12028520 ou 21028521.

MARCELO CARVALHO DA SILVA JAVIER  
Fiscal

# **EMPRESA DE TRENS URBANOS DE PORTO ALEGRE S/A**

## **EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 01.120.040/2009-A**

Espécie: Primeiro Termo Aditivo firmado entre a LAUTEC EQUIPE TÉCNICA ENGENHARIA S/A LTDA. OBJETO: Aditar o prazo contratual por mais 90 (noventa) dias consecutivos, sem suplementação de recursos financeiros, mediante permissão legal contida no Art. 65, II, da Lei 8.666/93, consolidada. Processo Administrativo nº 1722/2009. Assinatura: 02/01/2010.

EDITAL Nº 9, DE 15 DE ABRIL DE 2010  
CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE VAGAS E FORMAÇÃO DE CADASTRO DE RESERVA EM CARGOS DE NÍVEL SUPERIOR E MÉDIO CONVOCADO PARA AVALIAÇÃO MÉDICA, ADMISSÃO E CHECAGEM DE PRE-REQUISITOS E COMPROVAÇÃO DE DOCUMENTOS.

O Diretor-Presidente da Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S/A, através denominada Trensurb, com sede à Av. Ernesto Neugebauer, 1895, Porto Alegre, RS, CEP 91250-140, no uso de suas atribuições legais e artigo nº 36, letra "g", do Estatuto Social da Empresa, torna pública a convocação para a Avaliação Médica Admissional, etapa de caráter eliminatório, a qual deverá compreender de 16/04/2010 à 20/04/2010, das 8h30min às 12h e das 13h30min às 16h30min, no Setor de Pessoal (SEPE) da Trensurb, sito à Av. Ernesto Neugebauer, 1895, Porto Alegre, RS, CEP 91250-140 (sem acesso, também, pela Estação Aeroporto - Trensurb). O candidato aprovado na etapa de AVALIAÇÃO MÉDICA ADMISSÃO, submeter-se-á ao cumprimento da etapa de CHECAGEM DE PRE-REQUISITOS E COMPROVAÇÃO DE DOCUMENTOS - etapa de caráter eliminatório, numeradas no item 4, Edital nº 001/2009. O não comparecimento do candidato para a realização da Avaliação Médica Admissional ou a Checagem de Pré-Requisitos e Comprovação de Documentos, em qualquer ato, acarretará a exclusão do candidato do processo seletivo, não sendo estabelecido pela Trensurb, resultado ou eliminação do candidato.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.trensurb.rs.gov.br/estabilidade.html>, pelo código 0003201004060168.

editado no Congresso Público, na forma do item 12.1.2 - do Edital nº 001/2009. Cargo: analista de gestão - função: advogado: candidato desistente: Sr. André Luis Durigon - próximo candidato substituto: (convocado) Sr. Marco Felipe Cunha.

MARCELO ABILDO PRATES DA CUNHA

## **AVISO DE ADIAMENTO PREGÃO PRESENCIAL Nº 37/2010**

A Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S/A - TREN-Suburb, vinculada ao Ministério das Cidades, torna público para fins de conhecimento dos interessados que houve adiamento da licitação em epígrafe publicado no DOU de 15/04/10, pág. 175 e jornal Correio do Povo, pág. 19 na mesma data. OBJETO: Contratação de empresa para implantação e recuperação de área verde em locais específicos. Aditado em decorrência de ampliação dos critérios de aceitabilidade da qualificação técnica das licitantes em decorrência de Pedido de Impugnação, sem alteração no objeto licitado. Onde exigisse "Registro da Pessoa Jurídica no CREA", exige-se "Registro da Pessoa Jurídica no CREA ou CRM". A nova data é 22 de abril de 2010, às 10 horas para abertura da Sessão Pública. Data limite para recebimento de propostas até às 16h da mesma data. Demais informações acesse o Edital no site [www.trensurb.gov.br](http://www.trensurb.gov.br) ou pelo fone (51) 3363-8247. Processo nº 0471/2010.

Porto Alegre, 15 de abril de 2010  
JAIR BERNARDO CORRÊA  
Chefe

## **Ministério das Comunicações**

### **GABINETE DO MINISTRO**

#### **EXTRATO DE ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA**

Acordo de Cooperação Técnica nº 010/2010. PARTICIPANTES: Ministério das Comunicações e Ministério da Cultura. OBJETO: Parceria visando ao incremento das ações de inclusão digital no âmbito do Programa GESAC. VIGÊNCIA: 42 meses a partir da data de

assinatura. SIGNATÁRIOS: Pelo Ministério das Comunicações, José Amílcar Leite - Ministro de Estado das Comunicações, pelo Ministério da Cultura, João Luiz Silva Ferreira - Ministro de Estado da Cultura. DATA DE ASSINATURA: 08/04/2010.

## **EXTRATO DO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE CONCESSÃO**

PARTES: União e TV Alimanda Ltda.  
ESPÉCIE: Termo Aditivo ao Contrato de Concessão.  
OBJETO: Concessão de canal de radiodifusão destinado à transmissão digital de serviço de radiodifusão de sons e imagens no âmbito do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre - SBTVD-T na localidade de Porto Velho, Estado da Rondônia, VI-GENCIA. O prazo para a utilização plena, pela Concessionária, do canal de radiodifusão destinado para a transmissão digital de sons e imagens será de 180 dias a partir de 2010, observados os termos constantes na Cláusula 7º do Termo Aditivo.  
DATA E ASSINATURA: 20 de março de 2010. Hélio Costa - Ministro de Estado das Comunicações, e Rômulo Villar Furlan - Super-Gerente da TV Alimanda Ltda.

## **AVISO**

A Comissão Especial de Licitação - CEL, por força do disposto no art. 44, da Lei nº 9.784/1999, convoca (com participação) da Condição 03/1998 - SSRMC, FUNDAÇÃO RÔDIO XXIII, a se manifestar, no prazo de 10 (dez) dias, quanto à certidão de fl. 48 do processo de nº 53820.000/75/1998. Que nos termos da REQUISIÇÃO Nº 70/2009/ACORDONORCM/AGU, esta certidão tem data da reunião de recebimento da documentação de habilitação e das propostas técnicas e de preço.

Os autos desta processo(s) estarão disponíveis na Secretaria da Comissão Especial de Licitação, Sobrelaje - sala 104, Ministério das Comunicações, no seguinte endereço: Esplanada dos Ministérios, Bloco R, Ed. Sede, Brasília/DF, sendo que a certidão do prazo terá início a partir do primeiro dia útil seguinte à presente publicação, a teor do art. 106 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

Brasília, DF, 15 de abril de 2010.  
ALVINAR BERTHARD D. G. DE MACEDO  
Presidente da Comissão

## **AVISO**

A Comissão Especial de Licitação, constituída pela Portaria MEC nº 432, de 24 de junho de 2009, publicada no DOU de 27/07/2009, e suas alterações, torna público, por meio deste aviso, a rescisão com a contratação de classificação de dois processos: RÔDIO DUNOAS FM LTDA, nos termos da ATA DE REGISTRO Nº 140/2010, que aprova a INFORMAÇÃO MEC/CEL Nº 057/2010, e sua continuidade com o Edital de Licitação, TORNAR SEM EFEITO a publicação editada no Aviso de Edital nº 3 do Diário Oficial da União nº 135, de 15/07/2009, referente à publicação das Propostas de Preços pela Oliveira (PP) e do Valor Fundamentado (VP), para as localidades de União e do Rio Grande do Sul. Condição nº 037/2010-SSRMC, declarando inexistência, para as localidades, dos processos que estavam em fase de análise, indicados no Aviso Único.

Brasília, DF, 14 de junho de 2010.  
ALVINAR BERTHARD D. G. DE MACEDO  
Presidente da Comissão

## **ANEXO ÚNICO**

Condição nº 037/2010-SSRMC, Localidade de União.

Proposta Nº	Proprietário	Serviço	PP	VP
53790.0002/1001	Empresa de Radiodifusão Terrestre Sul FM Ltda.	FM	97.424	99.247
53790.0002/1002	Sistema Navega de Comunicações Ltda.	FM	91.230	99.064

## **SECRETARIA EXECUTIVA SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO**

### **AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO Nº 1X/2010**

Objeto: Pregão Eletrônico - Contratação de empresa especializada em Segurança da Tecnologia da Informação para fornecimento da solução integrada em alta disponibilidade de Firewall e VPN (Virtual Private Network) e software para controle seguro aos dispositivos de rede do Ministério das Comunicações, bem como execução de serviços de instalação, configuração e testes dos equipamentos e softwares fornecidos, transferência de dados e arquivos da solução implantada, com garantia de 24 meses. Total de Trens Licitação: 00004 - Edital: 16/02/2010 de 08h00 às 12h00 e de 14h às 17h00 - ENDEREÇO: Esplanada dos Ministérios, Bloco "R", sala 111 - Sobrelaje Plano Piloto - BRASÍLIA - DF. Exatidão das Propostas: a partir de 16/04/2010 às 08h00 no site [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br). Abertura das Propostas: 30/04/2010 às 08h00 no site [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br).

(SIEBC) - 15/04/2010 4 00003-00001-2010NE000067

### **PREGÃO Nº 15/2010**

Objeto: Pregão Eletrônico - Contratação de empresa especializada para prestação dos serviços de pesquisa, criação, atualização e manutenção de folhetos de parâmetros aéreos, nacionais e internacionais para o Ministério das Comunicações. Total de Trens Licitação: 00001 - Edital: 16/04/2010 de 08h00 às 12h00 e de 14h às 17h00 - ENDEREÇO: Esplanada dos Ministérios, Bloco "R", sala 111 - Sobrelaje

Plano Piloto - BRASÍLIA - DF. Exatidão das Propostas: a partir de 16/04/2010 às 08h00 no site [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br). Abertura das Propostas: 30/04/2010 às 08h00 no site [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br).

RANFACETE CARVALHO OLIVEIRA  
Fiscal

(SIEBC) - 15/04/2010 4 00003-00001-2010NE000067

## **AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES SUPERINTENDÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL**

### **GERÊNCIA-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO**

#### **EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO**

Processo nº 335/0062009/2010. Incrição de serviços ao estudo "28th International Training Program: Utility Regulation and Strategy", promovido pela Universidade da Flórida, EUA. Valor: R\$ 12.328,00. Amparo: art. 25, II, c/c art. 13, VI de Lei nº 8.666/93. Aprovação: Gerente de Administração de Aquisições e Fornecimentos, Air nº 2353, Ratificação: Lúcia Amélia Taveira de Sousa, Gerente Geral de Administração, Air nº 2364, 14/04/10.

### **AVISO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO TOMADA DE PREÇOS Nº 42/09**

A Adaral torna pública o resultado da Tomada de Preços nº 109, Processo nº 335/012334/2007, aprovado de comitê de comitê de comitê para submissão a critério dos métodos autômatas utilizados pela fiscalização da Agência Nacional de Telecomunicações nos

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 04/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.



Nesta data anexei aos autos do processo de  
nº 53790.000211/2000-68 a seguir constituída do  
das assim numerada: 114-117  
Data: 14 / 01 / 2011  
Nome: Régina Pereira  
Assinatura: R





ANEXO I

Requerimento de Vista, Cópias e Certidões de Processo(s) e Documento(s)

INTERESSADO: MURILO JOSÉ PASQUALOTTO

( ) O (A) PRÓPRIO (X) PROCURADOR

ENDEREÇO: RUA ANITA GARIBAZZI

TELEFONE: (51) 9968.1918 FAX: (51) 3330.0040

Requeiro, neste ato, ao (à) Senhor (a)

CONSULTOR JURÍDICO

(nome),

(cargo),

(X) vista ( ) cópia ( ) certidões do(s) processo(s):

Nº - Serviço: - Local/UF: 53790.000193/2000-FM-ARROIO GRANDE/RS

Nº - Serviço: - Local/UF: 53790.000211/2000-FM-CHUI/RS

Nº - Serviço: - Local/UF: \_\_\_\_\_

Pelos motivos a seguir expostos:

SOLUCIONAR EVENTUAIS EXIGÊNCIAS.

BRAS, 14 de JANEIRO de 2011  
(local e data)

[Assinatura]  
(Nome e assinatura)  
(se for necessário, deverá ser usada folha à parte)

Dufo  
14/01/2011

Rodrigo Zerbone Loureiro  
Consultor Jurídico





## PROCURAÇÃO

**OUTORGANTE:** **HERVAL COMUNICAÇÕES LTDA.**, sociedade empresária limitada com sede em Herval/RS, na Rua Julio de Castilhos nº 506, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 03.842.308/0001-72, neste ato representada por seu sócio administrador **Pedro Bartholomeu Ribeiro**, brasileiro, casado, professor e jornalista, residente e domiciliado em Jaguarão, RS, na Rua Gal. Osório nº 640 CPF/MF nº 054.025.140-20 e CI-SSP/RS nº 6007509372.

**OUTORGADO:** **MURILO JOSÉ PASQUALOTTO**, brasileiro, solteiro, advogado, OAB/RS 43.032, CPF/MF nº 335.284.620-00 com escritório profissional em Porto Alegre, RS, na Rua Anita Garibaldi nº 1.650-Casa, CEP 90.480-200.

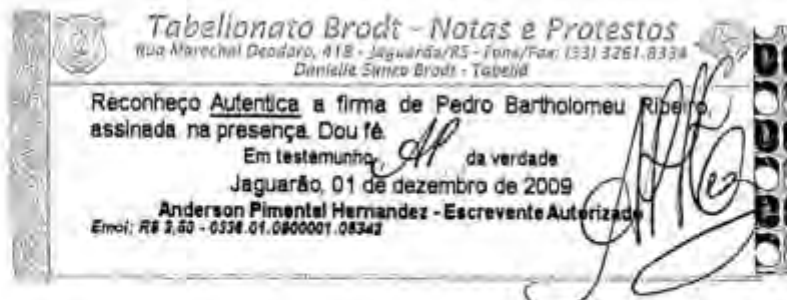
**PODERES:** Poder especial de representar a outorgante em todos os atos na defesa de seus interesses no que se refere a participação na concorrência nº 36/2000-SSR/MC, promovida pelo Ministério das Comunicações, podendo tudo requerer, informar, comunicar, recorrer das decisões da Comissão Especial de Licitação, receber notificações e intimações e de tomar todas as providências necessárias em busca da outorga da permissão em nome da outorgante; assinar eventual Contrato de Adesão de Permissão de outorga de exploração do serviço de radiodifusão sonora em Frequência Modulada na localidade de Arroio Grande/RS se convocada pelo Ministério das Comunicações, bem como praticar todos os atos necessários ao fiel cumprimento deste mandato.

Jaguarão, RS, 30 de julho de 2009.



*Pedro B. Ribeiro*

**HERVAL COMUNICAÇÕES LTDA.**  
**Pedro Bartholomeu Ribeiro**  
Sócio Administrador













**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES - MC**  
**CONSULTORIA JURÍDICA**



**TERMO DE JUNTADA**

De ordem, juntei ao presente processo, além desta, as 02 folhas seguintes, em conformidade com os dados abaixo indicados:

Nº da folha anterior: 117.

Nº desta folha: 118.

Nºs das demais folhas juntadas: 119 a 120.

Brasília, 20 de maio de 2011.

Regina Pereira

Arquivista





Requerimento de Vista, Cópias e Certidões de Processo(s) e Documento(s)

INTERESSADO: Miguel José Busqualotto

( ) O (A) PRÓPRIO ( ) PROCURADOR

ENDEREÇO: \_\_\_\_\_

TELEFONE: \_\_\_\_\_ FAX: \_\_\_\_\_

Requeiro, neste ato, ao (à) Senhor (a)

Consultor Jurídico Dr. Rodrigo Zerbone (nome),

\_\_\_\_\_ (cargo),

(☒) vista ( ) cópia ( ) certidões do(s) processo(s): 53790.000261/00<sup>1</sup>, 53790.000246/00<sup>1</sup>

53528.003853/04<sup>1</sup>, 53000.015487/10<sup>2</sup> (53000.006003/03)

Número do Processo/ Documento; Serviço; Local/UF: 53820.000152/98

Número do Processo/ Documento; Serviço; Local/UF: 53820.000133/98 (159/97)

53820.000144/98

Número do Processo/ Documento; Serviço; Local/UF: 53790.000211/00 (37/00)

53790.000143/00 (36/00)

53820.000170/97 (22/94)

53790.000842/01

Pelos motivos a seguir expostos:

Andamento do processo

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

BRASILIA, 19 de MAIO de 2011.

(local e data)

[Assinatura]  
(Nome e assinatura)  
(se for necessário, deverá ser usada folha à parte)

DEFIRO.  
19/05/2011  
Rodrigo Zerbone Loureiro  
Consultor Jurídico  
Conselho Nacional de Comunicações

Anexo I da Portaria nº 336, de 11 de julho de 2003, publicada no Diário Oficial da União de 15 de julho de 2003, seção II, página 25.



### Declaração

Declaro para fins de direito que, nesta data,

☐ Recebi a(s) cópia (s) abaixo relacionadas:

Processo nº:	cópias (quantidade de cópias)	Folhas (quantidade de folhas)
Processo nº:	cópias (quantidade de cópias)	Folhas (quantidade de folhas)
Processo nº:	cópias (quantidade de cópias)	Folhas (quantidade de folhas)

☒ Compareci à sessão de vista do(s) processo(s) ou documentos abaixo relacionados

Processo/documento nº: 53790.000261/00, 53790.000246/00  
 Processo/documento nº: 53528.003853/04, 53000.015487/10 (53000.006003/09)  
 Processo/documento nº: 53820.000152/98, 53820.000133/98, 53820.000144/98  
 53790.000211/00, 53790.000143/00, 53820.000170/97  
 53790.000842/01

Brasília (DF), 10 de maio de 11.

MURILO PASARINHO  
(nome da entidade/interessado)

  
(assinatura)



ANEXO I.

Requerimento de Vista, Cópias e Certidões de Processo(s) e Documento(s)

INTERESSADO:

MURILO JOSÉ PASQUALOTTO

( ) O (A) PRÓPRIO ( ) PROCURADOR (X) ADVOGADO

ENDEREÇO: RUA TOBIAS DA SILVA, 267/502 - POA/RS

TELEFONE: (51) 9968-1918 FAX: (51) 3330-0040

Requeiro, neste ato, ao (à) Senhor (a)

RODRIGO LOUREIRO

(nome)

CONSULTOR JURÍDICO

(cargo)

(X) vista ( ) cópia ( ) certidões do(s) processo(s):

Nº - Serviço: - Local/UF: 53790.000261/2000 - FM - SÃO VICENTE DO SUL/RS

Nº - Serviço: - Local/UF: 53790.000211/2000 - FM - CHUI/RS

Nº - Serviço: - Local/UF: 53790.000842/2000 - FM - SANTO ÂNGELO - RS

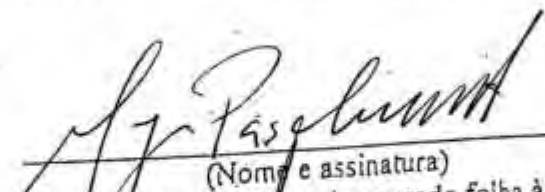
Pelos motivos a seguir expostos:

PEDIR ANDAMENTO DOS PROCESSOS


BRASILIA, 10 de AGOSTO

de 2011

(local e data)

  
(Nome e assinatura)  
(se for necessário, deverá ser usada folha à parte)

Definido  
Em 10/03/2011

  
Rodrigo Loureiro  
Consultor Jurídico  
Ministério das Comunicações





8º Tabelionato de Notas de Porto Alegre

Av. PROTÁSIO ALVES, 2020 FONE (51) 30841508  
Rafael Leopoldo dos Santos Neto Tabelião Designado

Autentico a presente cópia reprográfica, de duas páginas, conforme o original a mim apresentado, do que dou fé.

Porto Alegre-RS, 30/03/2011

Izabel Cristina Lopes da Silva - Escrevente



CONJUNTO  
Fls. 122  
Rubrica  
des. Comunicado



ANEXO I

Requerimento de Vista, Cópias e Certidões de Processo(s) e Documento(s)

INTERESSADO: MURILO PASQUAZOTTO

( ) O (A) PRÓPRIO ( ) PROCURADOR

ENDEREÇO: RUA TOBIAS DA SILVA, 267/501 - P. ALEGRE/RS

TELEFONE: (51) 9968-1918

FAX: \_\_\_\_\_

Requeiro, neste ato, ao (ã) Senhor (a)

DR. CONSULTOR JURÍDICO (nome),  
(cargo).

☒ vista ( ) cópia ( ) certidões do(s) processo(s):

Nº - Serviço: - Local/UF: 53790.000193/2000 - FM - ARROIO GRANDE - RS 36/00

Nº - Serviço: - Local/UF: 53790.000211/2000 - FM - CHUI - RS 37/00

Nº - Serviço: - Local/UF: 53790.000335/2000 - FM - HORIZONTINA - RS 38/00

Pelos motivos a seguir expostos:

DEFINIÇÃO QUANTO AS HOMOLOGAÇÕES EM FAVOR DAS ENTIDADES  
REQUERIDAS EM ARROIO GRANDE E CHUI - RS E ASSINATURA  
DO CONTRATO DE HORIZONTINA.

BRAS, 07 de NOVENBRO de 2011  
(local e data)

M. Pasquazotto  
(Nome e assinatura)  
(se for necessário, deverá ser usada folha à parte)

Defto.  
David Bianchi  
Assessor do Consultor Jurídico  
Procurador Federal





ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO  
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO  
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
COORDENAÇÃO-GERAL DE ASSUNTOS JURÍDICOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA – CGCE

PARECER Nº 1583/2011/TFC/CGCE/CONJUR-MC/AGU

PROCESSO Nº 53000.001210/2000

INTERESSADOS: RÁDIO DUNAS FM LTDA e EMPRESA DE RADIODIFUSÃO EXTREMO SUL FM LTDA.

EMENTA: Análise da concorrência 037/2000 levada a efeito para permissão de serviços de Radiodifusão Sonora em Freqüência Modulada na localidade de Chuí, no Estado do Rio Grande do Sul.

I- Já foi anulada a homologação e a portaria de outorga que contemplavam RÁDIO DUNAS FM LTDA, uma vez que tal empresa efetivou distrato.

II- Necessidade de desclassificação superveniente da licitante RÁDIO DUNAS FM LTDA, com fulcro no art. 43, §3º da Lei 8.666/97.

III- Nulidade do Decreto Legislativo, contaminado pela nulidade dos atos que lhe eram antecedentes: ato de homologação e portaria de outorga. Necessidade de comunicação à Casa Civil e Congresso Nacional.

IV- Pela homologação da concorrência 037/2000 para a localidade de Chuí, no Estado do Rio Grande do Sul, com adjudicação do objeto à proponente EMPRESA DE RADIODIFUSÃO EXTREMO SUL FM LTDA.

A Comissão Especial de Licitação encaminha para exame e parecer desta Consultoria Jurídica os processos referentes à Concorrência 037/2000, deflagrada para outorgar permissão de serviço de Radiodifusão Sonora em Freqüência Modulada na localidade de Chuí, no Estado do Rio Grande do Sul. Os autos chegaram à minha apreciação nesta data.

2. Compulsando os autos da concorrência 037/2000, verifica-se que foi desconstituída a homologação do certame que adjudicara o objeto à licitante RÁDIO DUNAS FM LTDA, bem como a respectiva portaria de outorga, visto que a empresa não mais subsistia após ter efetivado distrato.

3. Na seqüência, encaminhou-se comunicado à Casa Civil, a fim de que fosse providenciada, junto ao Congresso Nacional, a desconstituição do Decreto Legislativo nº 854, de 2009. Já houve, inclusive, reiteração nesse sentido.

4. Sobreveio a NOTA Nº 409/2011/TFC/CGCE/CONJUR-MC/CGU/AGU a qual recomendou enviar esforços para verificar o deslinde da questão, com o intuito de possibilitar o prosseguimento do certame e eventual homologação contemplando outra proponente. Para tanto, novo Aviso Ministerial seria dirigido com URGÊNCIA à Casa Civil.



5. Ocorre que no caso em voga, já havia sido exarado o decreto legislativo pelo Congresso Nacional, com aprovação da permissão que contemplava RÁDIO DUNAS FM LTDA, porém, restou comprovado que tal entidade não mais existe, ficando impossibilitada de firmar contrato com o Poder Público, em virtude de distrato efetuado pela empresa (fls. 120/121 do processo 53790.00212/2000).

6. Primeiramente, confira-se o mandamento constitucional:

*Art. 223. Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal.*

*§ 1º - O Congresso Nacional apreciará o ato no prazo do art. 64, § 2º e § 4º, a contar do recebimento da mensagem.*

*§ 2º - A não renovação da concessão ou permissão dependerá de aprovação de, no mínimo, dois quintos do Congresso Nacional, em votação nominal.*

*§ 3º - O ato de outorga ou renovação somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, na forma dos parágrafos anteriores.*

*§ 4º - O cancelamento da concessão ou permissão, antes de vencido o prazo, depende de decisão judicial.*

*§ 5º - O prazo da concessão ou permissão será de dez anos para as emissoras de rádio e de quinze para as de televisão. (Grifamos).*

7. O Tribunal de Contas da União já tem sustentado que cancelamento se refere a outorgas válidas, ao passo que, anulação recai sobre outorgas fulminadas pela ilegalidade. Seguido tal raciocínio, outorgas ilegais, mesmo que contem com decreto legislativo, para o TCU, poderiam ser anuladas, sem necessidade de ação judicial. A licitante RÁDIO DUNAS FM LTDA não manteve as condições de habilitação, visto que a própria pessoa jurídica deixou de existir, violando o edital e a lei. Tal ilegalidade fulmina sua outorga. Cite-se que o distrato foi registrado na Junta Comercial do Rio Grande do Sul em 17/12/2004 (fl. 120 do processo 53790.000212/00), ao passo que, a homologação se deu em 01 de junho de 2007 (fl. 102 do processo 53790.000212/00). Logo, no momento da homologação, RÁDIO DUNAS FM LTDA já não existia, embora a informação não constasse dos autos.

8. A necessidade de ação judicial de cancelamento nos casos de vícios no curso do certame licitatório deflagrado no âmbito desta Pasta Ministerial avalizados por decreto legislativo era embasada no supracitado artigo 223, §4º, da Constituição Federal. Porém, a Consultoria Jurídica vem evoluindo seu entendimento, alinhando-se com excerto da Corte de Contas e do Superior Tribunal de Justiça.

9. O Tribunal de Contas da União sinalizou que é possível que o Ministro de Estado anule outorga, mesmo após o advento de decreto legislativo, sem a necessidade de ação judicial. Seu entendimento se firma na distinção entre anulação por ilegalidade e cancelamento, esta última é a terminologia adotada constitucionalmente.

10. Cite-se, assim, o Acórdão 1900/2008-TCU- Plenário, *in verbis*:

*A doutrina também converge no sentido de que ato ilegal não produz efeitos válidos, não gerando direitos. Sendo insanáveis, não podem ser convalidados, cabendo, portanto, a sua anulação que produzirá efeitos desde a sua origem, alcançando todos os atos dele decorrentes. Assim, ato que contenha o vício da ilegalidade deve ser anulado pela Administração ou pelo Poder Judiciário.*

*Por essa razão, o ato em exame- portaria que outorgou permissão de serviço de*





*radiodifusão-comporta vício insanável, decorrente de ilegalidade ocorrida no procedimento licitatório (inabilitação ilegal de concorrente). Nesse sentido, a sua anulação não é forma de extinção unilateral da outorga, mas significa o reconhecimento de que se trata de outorga sem validade, pois concedida sob fundamento ilegal, representando ato que não existe no mundo jurídico como válido. Portanto, a anulação da outorga em foco não pode ser reconhecida como cancelamento que se subordine à prescrição do art.223, §4º, da Constituição Federal.*

*[...]*

*O entendimento do STJ foi no sentido de que a previsão constitucional do art.223, §4º é para o cancelamento de outorgas válidas e não para o reconhecimento de nulidade, e que a autoridade que celebrou o contrato administrativo pode declarar sua nulidade sem desconstituir seus atos preparatórios. (TCU, Acórdão 1900/2008-Plenário. Grifos nossos).*

11. A decisão do Superior Tribunal de Justiça invocada no Acórdão do TCU é o Mandado de Segurança 8937-DF, *in litteris*:

CONTRATO ADMINISTRATIVO - DESCONSTITUIÇÃO - ATO COMPLEXO - CÓDIGO NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES (ART. 38) - RECEPÇÃO CONSTITUCIONAL - VIGÊNCIA - "CONCESSIONÁRIAS DE RADIODIFUSÃO - COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA - CONSENTIMENTO DA UNIÃO (L. 4.117/62 - ART. 38).

1 - É lícito à autoridade que celebra contrato administrativo, declarar-lhe a nulidade, sem desconstituir os respectivos atos preparatórios.

2 - O art. 38 da Lei 4.117/62 não foi derogado pela Constituição Federal de 1988.

3 - O teor do art. 21, XII, "a", da CF, compete à União explorar os serviços de telecomunicações. Ora, quem explora, pode estabelecer as condições em que tal exploração pode ser concedida. Na hipótese, tais condições encontram-se no art. 38 da Lei 4.117 (Código Nacional de Telecomunicações).

4 - O controle estatal sobre a composição do capital das concessionárias de telecomunicações liga-se radicalmente ao potencial de influência que tais empresas exercem sobre a população.

Não é à toa que os exploradores de tais serviços arrogam-se o epíteto de "formadores de opinião".

5 - A alteração na composição acionária das concessionárias de telecomunicações, dependem de autorização da União, "ouvido o Conselho Nacional de Telecomunicações" (CBT, art. 38).

6 - Em meio ao processo de que resultou a candidata à concessão, é defeso à concessionária alterar seus estatutos sociais, sem as cautelas do CBT (art. 38).(STJ). MS8937-DF. Grifamos).

12. O raciocínio tanto mais se evidencia no voto-vista do sr. Ministro Luiz Fux. Senão, vejamos:

*Assim, imperioso é reconhecer que, sendo o processo de outorga constituído de várias fases distintas, em cada uma delas atuam autoridades também distintas, com poderes para declarar a nulidade dos atos praticados. Assim, se durante o procedimento licitatório for constatada alguma ilegalidade, cabe ao Ministro das Comunicações anular o ato maculado. Se o vício ocorrer na fase de deliberação do Congresso, nada impede que essa Casa também proceda da mesma forma, não aprovando a outorga. Finalmente, chega-se à fase de celebração do contrato. Nesta etapa, quem atua em nome da União é o Ministro de Estado das Comunicações, do que decorre a sua atribuição para anular esse acordo de vontades, caso seja verificada alguma eiva em sua emissão. De mais a mais, quando o processo da Impetrante foi submetido à apreciação do Congresso Nacional, não se tinha conhecimento da irregularidade; praticada quando da transferência das quotas, tendo aquela Casa Legislativa sido, a exemplo do então Ministro das Comunicações, induzida a erro, pois deliberou com base em ato nulo, vindo a aprovar a outorga concedida à Impetrante que, embora seja a mesma pessoa jurídica que foi declarada vencedora da Concorrência nº 140/97, passou, nos atos subsequentes, a possuir quadro societário totalmente distinto daquele apresentado à época da licitação."(fls. 254/264) (STJ). Mandado de Segurança 8937/DF).*

13. A Consultoria Jurídica tem construído o entendimento de que todos os atos

3



decorrentes da homologação nula são, por consequência, nulos, logo, não subsiste nem mesmo o decreto legislativo, por ter sido fulminado pela nulidade dos atos que lhe são antecedentes. Há, portanto, apenas a necessidade de comunicação à Casa Civil e Congresso Nacional, sem que seja preciso que anulem os atos exarados naquele âmbito, visto que são atos por essência já nulos. Repita-se que já foram remetidas Exposições de Motivos e Ofícios àqueles órgãos, sem que qualquer resposta se delineasse. Destaque-se que a anulação da homologação que adjudicava o objeto do certame a RÁDIO DUNAS FM LTDA, foi precedida da oportunidade dos interessados se manifestarem em sede de contraditório e ampla defesa (fl. 111 do processo 53790.000212/2000). Porém, houve silêncio e nenhuma manifestação foi juntada aos autos.

14. A concorrência não pode ficar paralisada indefinidamente, já que reiteradas comunicações foram enviadas à Casa Civil, para entendimentos com o Congresso Nacional.

15. Posto isto, anulada a homologação e portaria de outorga que contemplavam a primeira colocada (RÁDIO DUNAS FM LTDA) na concorrência 037/2000, para a localidade de Chui/RS, e, por conseguinte sendo nulo o próprio decreto legislativo, passa-se ao exame da documentação da segunda colocada no certame. Entretanto, faz-se necessária a desclassificação superveniente da licitante RÁDIO DUNAS FM LTDA, com fulcro no art.43, §3º da Lei 8.666/97. Tal providência pode ser adotada de imediato, porque já foi oportunizado o contraditório e a ampla defesa. Para tanto, publique-se o despacho ministerial de desclassificação superveniente.

16. A segunda colocada para Chui/RS é EMPRESA DE RADIODIFUSÃO EXTREMO SUL FM LTDA (fl.275 do processo principal).

17. Em relação ao procedimento licitatório para a localidade de Chui, no Estado do Rio Grande do Sul, analisando a Concorrência nº 037/2000-SSR/MC, verifica-se que a referida Comissão observou as regras insculpidas no instrumento convocatório (edital), atendeu o rito procedimental do certame, bem como pugnou pelo cumprimento das exigências legais pertinentes a todo procedimento licitatório. Logo, cabe homologação com adjudicação do objeto à EMPRESA DE RADIODIFUSÃO EXTREMO SUL FM LTDA.

18. Diante de todo o exposto, opina-se:

a) Já foi anulada a homologação e a portaria de outorga que contemplavam RÁDIO DUNAS FM LTDA, uma vez que tal empresa efetivou distrato.

b) Necessidade de desclassificação superveniente da licitante RÁDIO DUNAS FM LTDA, com fulcro no art.43, §3º da Lei 8.666/97. Publique-se despacho ministerial nesse sentido.

c) Nulidade do Decreto Legislativo, contaminado pela nulidade dos atos que lhe eram antecedentes; ato de homologação e portaria de outorga. Necessidade de comunicação à Casa Civil e Congresso Nacional.

d) Pela homologação da concorrência 037/2000 para a localidade de Chui, no Estado do Rio Grande do Sul, com adjudicação do objeto à proponente EMPRESA DE RADIODIFUSÃO EXTREMO SUL FM LTDA.

À superior consideração,

  
TATIANE FLORES CAVALCANTE RAZUK  
Advogada da União

Brasília, 01 de dezembro de 2011.





ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO  
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO  
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
COORDENAÇÃO-GERAL DE ASSUNTOS JURÍDICOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA - CGCE

DESPACHO Nº 3210/2011/DPF/CGCE/CONJUR-MC/AGU

PROCESSO N.º: 53000.001210/2000

ASSUNTO : Concorrência 037/2000.

Aprovo o PARECER Nº 1583/2011/TFC/CGCE/CONJUR-MC/CGU/AGU, da lavra da Advogada da União Tatiane Flores Cavalcante Razuk.

Encaminhem-se os autos à apreciação pelo Sr. Consultor Jurídico.

Brasília, 21 de 12 de 2011.

  
DANIEL PEREIRA DE FRANCO

Advogado da União

Coordenador-Geral de Assuntos Jurídicos de Comunicação Eletrônica





ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO  
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO  
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
GABINETE DA CONSULTORIA JURÍDICA



DESPACHO Nº 3211/2011/JFB/GAB/CONJUR-MC/AGU

PROCESSO N.º: 53000.001210/2000

ASSUNTO : Concorrência 037/2000.

Aprovo o DESPACHO Nº 3210/2011/DPF/CGCE/CONJUR-MC/AGU, da lavra do Advogado da União, Dr. Daniel Pereira de Franco, Coordenador-Geral de Assuntos Jurídicos de Comunicação Eletrônica, que aprovou o PARECER Nº 1583/2011/TFC/CGCE/CONJUR-MC/CGU/AGU, de autoria da Advogada da União, Dra. Tatiane Flores Cavalcante Razuk.

Encaminhem-se os autos à Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica, em prosseguimento.

Brasília, 23 de janeiro de 2011.

  
JOSE FLÁVIO BIANCHI  
Consultor Jurídico



EM BRANCO

Nesta data anexei aos autos do processo de  
nº 53790.000211/2000-68 documentação  
a seguir constituída de 02 folhas,  
que assim numerei: 128 e 129  
Data: 10/02/2012  
Nome: duy  
Assinatura: duy





**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**  
**GABINETE DO MINISTRO**

**DESPACHO DO MINISTRO**

Em 8 de fevereiro de 2012.

Acolho o **PARECER Nº 1583/2011/TFC/ CGCE/CONJUR-MC/CGUAGU**, invocando seus fundamentos como razão desta decisão, **HOMOLOGO** o certame e promovo as adjudicações respectivas, de acordo com o Anexo Único, nos termos da legislação vigente e das normas estabelecidas no respectivo Edital.

  
**PAULO BERNARDO SILVA**  
Ministro das Comunicações

**ANEXO ÚNICO**

Nº DA CONCORRÊNCIA SSR/MC	UF	Localidade	SERVIÇO	PROPONENTE VENCEDORA	Nº PROCESSO
037/2000	RS	CHUI	FM	EMPRESA DE RADIODIFUSÃO EXTREMO SUL FM LTDA	53790.000211/2000





## PORTARIA Nº 114, DE 9 DE FEVEREIRO DE 2012

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO - DENATRAN, no uso das atribuições legais, e, considerando o disposto na Resolução nº 282, de 26 de junho de 2009, do Conselho Nacional de Trânsito - CONTRAN, e na Portaria nº 131, de 23 de dezembro de 2008, do Departamento Nacional de Trânsito -

DENATRAN, bem como o que consta do Processo Administrativo nº 00000.015600.2010-45, resolve:

Art. 1º Conferenciar por tá (gestão) a partir da data de publicação desta Portaria, nos termos do §3º do art. 2º da Portaria nº 131, de 23 de dezembro de 2008, do DENATRAN, a pessoa jurídica ECV - EMPRESAS CREDENCIADAS DE VISTORIAS BOM JE-SUN LTDA - ME, CNPJ - 11.319.514/0001-74, situada no Município de Bom Jesus dos Perdões - SE, na Rua Capitão Manoel de Almeida Pinho, 514 - Vila São João, CEP 15.935-000, para atuar como Em-

presa Credenciada em Vistoria de Veículos - ECV no Município de Bom Jesus dos Perdões e conforme artigos 4º e 5º, considero precatamente o estender da área de atuação para os Municípios de Piraí, Nazaré Paulista e São João do Rio Preto.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 10 de fevereiro de 2012

## Ministério das Comunicações

## GABINETE DO MINISTRO

## DESPACHOS DO MINISTRO

Em 9 de fevereiro de 2012

Tendo em vista a manifestação interposta pela entidade ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE RÁDIOFUSÃO ASSOCIADAS EM FM, em face da decisão de arquivamento do seu processo relativo à outorga para execução do serviço de radiodifusão comunitária para a localidade de Alto Paraibuna, no Estado do Maranhão, apóio o PARECER Nº 0114/2012/SIL/CGCE/CONJUR/MC/CGU/AGU, de sorte a não conhecer a manifestação, conforme Anexo Único, nos termos da legislação vigente.

## ANEXO ÚNICO

## MANIFESTAÇÃO NÃO CONHECIDA

ATVDO DE RÁDIOFUSÃO	UF	LOCALIDADE	SERVIÇO	RECORRENTE	PROCESSO
4º (DE 4) (18.03.1999)	MA	ALTO PARAIBUNA	RÁDIOFUSÃO COMUNITÁRIA	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE RÁDIOFUSÃO ASSOCIADAS EM FM	53790.00021/2000

Tendo em vista o recurso interposto pela entidade FUNDAÇÃO CULTURAL E COMUNITÁRIA DE PICARRAS, em face da decisão de arquivamento do seu processo relativo à outorga para execução do serviço de radiodifusão comunitária para a localidade de Piquara, no Estado de Santa Catarina, apóio o PARECER Nº 0091/2012/SIL/CGCE/CONJUR/MC/CGU/AGU, de sorte a não conhecer o recurso, conforme Anexo Único, nos termos da legislação vigente.

## ANEXO ÚNICO

## RECURSO NÃO CONHECIDO

ATVDO DE RÁDIOFUSÃO	UF	LOCALIDADE	SERVIÇO	RECORRENTE	PROCESSO
4º (DE 4) (18.03.1999)	SC	PICARRAS	RÁDIOFUSÃO COMUNITÁRIA	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA EDUCACIONAL DE SANTA CATARINA	53790.00021/2000

Tendo em vista o recurso interposto pela entidade ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA EDUCACIONAL DE NOVA ODESSA, em face da decisão de arquivamento do seu processo relativo à outorga para execução do serviço de radiodifusão comunitária para a localidade de Nova Odessa, no Estado de São Paulo, apóio o PARECER Nº 0078/2012/SIL/CGCE/CONJUR/MC/CGU/AGU, de sorte a não conhecer o recurso, conforme Anexo Único, nos termos da legislação vigente.

## ANEXO ÚNICO

## RECURSO NÃO CONHECIDO

ATVDO DE RÁDIOFUSÃO	UF	LOCALIDADE	SERVIÇO	RECORRENTE	PROCESSO
7º (DE 7) (27.03.2001)	SP	NOVA ODESSA	RÁDIOFUSÃO COMUNITÁRIA	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA EDUCACIONAL DE NOVA ODESSA	53790.00021/2000

Apóio o PARECER Nº 1565/2011/CV/CGCE/CONJUR/MC/AGU e PARECER Nº 1567/2011/CV/CGCE/CONJUR/MC/AGU, e invoco seus fundamentos como razão desta decisão para HOMOLOGAR as outorgas propostas, de acordo com o Anexo Único, nos termos da legislação vigente e das normas estabelecidas no respectivo Edital.

## ANEXO ÚNICO

## ANEXO ÚNICO

CONCORRÊNCIA	UF	LOCALIDADE	SERVIÇO	PROPOSTANTE	Nº DO PROCESSO
556-TH	RS	BOVA BARBEIRO	FM	SOCIEDADE DE RÁDIOFUSÃO E TV DO RS	53790.00021/2000

## AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES

## DESPACHOS DO PRESIDENTE

Em 16 de dezembro de 2011

Nº 10.759 - Processo nº 53534.002908/2008 - O CONSELHO DIRETOR DA AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições legais, regulamentares e regimentais, examinando o Pedido de Reconhecimento interposto por INFOSEOP COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA., CNPJ nº 04.662.132/0001-30, face da decisão proferida pelo Conselho Diretor, proferida por meio do Despacho nº 7.358/2011-CD, de 6 de setembro de 2011, que autoriza o Processo em epígrafe, que tem por objeto a outorga de exploração do Serviço de Comunicação Multimídia por meio de estação em coordenadas geográficas diferentes das autorizadas, decidu, em sua Reunião nº 631, realizada em 1º de dezembro de 2011, pelas

razões e fundamentos constantes da Análise no 10.02011-OCMB, de 25 de novembro de 2011:

apóio o Pedido de Reconhecimento interposto por INFOSEOP COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA., CNPJ nº 04.662.132/0001-30, em face do Despacho nº 7.358/2011-CD, de 6 de setembro de 2011, para, no mérito, dar-lhe provimento parcial, reconhecendo a competência do Recurso Administrativo;

rejeita o Pedido de Reconhecimento interposto por INFOSEOP COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA., CNPJ nº 04.662.132/0001-30, em face do Despacho nº 9007/2010-Anatel, de 21 de setembro de 2010, do Superintendente de Radiodifusão e Fecundização por, no mérito, negar-lhe provimento, mantendo-se a multa de R\$ 2.362,50 (dois mil, trezentos e sessenta e dois reais e cinquenta centavos) aplicada pelo Conselho de Esclarecimento Regional da Bahia devido a exploração do RCM por meio de estação em coordenadas geográficas diferentes das autorizadas.

Apóio o PARECER Nº 1514/2011/SIL/CGCE/CONJUR/MC/CGU/AGU, invocando seus fundamentos como razão desta decisão e determino, com fulcro no art. 43, §5º da Lei nº 9.606, de 21 de junho de 1993, a DESCCLASSIFICAÇÃO SUPERVENIENTE da concessão TRADICIONAL FM LTDA, a RÁDIO COMPANHIA FM LTDA, na concessão nº 036/2000-SSR-MC, para a localidade constante do Anexo Único, já assegurado aos interessados o exercício do contraditório e da ampla defesa, conforme dispõe o § 2º, do art. 49 da Lei nº 9.606, de 21 de junho de 1993.

## ANEXO ÚNICO

CONCORRÊNCIA	UF	LOCALIDADE	SERVIÇO	PROPOSTANTES	Nº DO PROCESSO
556-TH	RS	BOVA BARBEIRO	FM	TRADICIONAL FM LTDA e RÁDIO COMPANHIA FM LTDA	53790.00021/2000 e 53790.00021/2000

Apóio o PARECER Nº 1514/2011/SIL/CGCE/CONJUR/MC/CGU/AGU, invocando seus fundamentos como razão desta decisão e determino a ANULAÇÃO do an que homologou e adjudicou o edital n.º 10.02011-OCMB, na concessão nº 036/2000-SSR-MC, para a localidade constante do Anexo Único, já assegurado aos interessados o exercício do contraditório e da ampla defesa, conforme dispõe o § 2º, do art. 49 da Lei nº 9.606, de 21 de junho de 1993.

## ANEXO ÚNICO

CONCORRÊNCIA	UF	LOCALIDADE	SERVIÇO	PROPOSTANTE	Nº DO PROCESSO
556-TH	RS	BOVA BARBEIRO	FM	TRADICIONAL FM LTDA	53790.00021/2000

Apóio o PARECER Nº 1565/2011/CV/CGCE/CONJUR/MC/CGU/AGU, invocando seus fundamentos como razão desta decisão, HOMOLOGO o sistema e prêmios de adjudicação espectrais de acordo com o Anexo Único, nos termos da legislação vigente e das normas estabelecidas no respectivo Edital.

## ANEXO ÚNICO

Nº DA CONCORRÊNCIA	UF	Localidade	SERVIÇO	PROPOSTANTE YES-EDICOLA	Nº DO PROCESSO
037-2000	RS	CRUZ	FM	EMPRESA DE RÁDIOFUSÃO E TV DO RS	53790.00021/2000

Apóio o PARECER Nº 1565/2011/CV/CGCE/CONJUR/MC/CGU/AGU, invocando seus fundamentos como razão desta decisão, e determino que seja DESCCLASSIFICADA SUPERVENIENTEMENTE a concessão RÁDIO DINAS FM LTDA na concessão 037-2000, nos termos do Edital e da legislação respectiva.

## ANEXO ÚNICO

CONCORRÊNCIA	UF	LOCALIDADE	SERVIÇO	PROPOSTANTE	Nº DO PROCESSO
613-2000	FM	CRUZ	FM	RÁDIO DINAS FM LTDA	53790.00021/2000

Apóio o PARECER Nº 0258/2.17.2011/SIL/CGCE/CONJUR/MC/AGU, invocando seus fundamentos como razão desta decisão e HOMOLOGO a presente licitação e adjudica seu objeto à vencedora, de acordo com o Anexo Único, nos termos da legislação vigente e das normas estabelecidas no respectivo Edital.

Em 16 de dezembro de 2011

## ANEXO ÚNICO

Nº DA CONCORRÊNCIA	UF	LOCALIDADE	SERVIÇO	PROPOSTANTE VENCEDORA	Nº DO PROCESSO
096-2000	RS	CRUZ	FM	SOCIEDADE RÁDIO PALMEIRA DA LÉIA	53790.00021/2000

Em 9 de fevereiro de 2012

Nº 1.287 - Processo nº 53500.026013/2010 - O CONSELHO DIRETOR DA AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições legais, regulamentares e regimentais, examinando o Recurso Administrativo interposto pela INE AMERICAS COMUNICAÇÕES LTDA, em face da decisão da Comissão Especial de Licitação nº 002/2011-PVSS-SPV-Anatel, contida na Nota Técnica nº 02/2011 - CEL-SAT - Anatel, de 23 de dezembro de 2011, decidu, por meio do Conselho Deliberativo nº 1.009, de 9 de fevereiro de 2012, conhecer do Recurso para, no mérito, negar-lhe provimento, pelas razões e fundamentos constantes da Análise nº 73/2012-OCMB, de 7 de fevereiro de 2012.

Em 9 de fevereiro de 2012

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.mec.gov.br/procad/procad.html>, pelo código: 0001201201000059

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-7 de 24.08.2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil



Nesta data, anexei aos autos do processo de  
nº 53790.000211/00 a documentação  
a seguir constituída de 02 folhas,  
que assim numerei. 320 e 321

Data: 13 / 02 / 2012  
Nome: Patricia Moraes  
Assinatura: [assinatura]





Ministério das Comunicações  
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica  
CONFORME PORTARIA Nº 336 DE 11 DE JULHO DE 2003  
REQUERIMENTO DE VISTA, CÓPIAS E CERTIDÕES DE PROCESSOS E DOCUMENTOS



Considerando o interesse em informações relativas ao Processo de: ( ) Outorga, ( ) Pós-Outorga ou ( ) Acompanhamento e Avaliação, solicito, junto ao atual responsável da unidade na qual o processo se encontra:

- ☒ Vista do Processo;  
( ) Cópias dos autos do Processo - folhas \_\_\_\_ à folhas \_\_\_\_;  
( ) Certidão do Processo;

Processo nº 53790 000211/2000

Relativo ao Serviço de: ( ) Rádio Comunitária / ( ) Rádio/TV Educativa / ☒ Rádio/TV Comercial / ( ) RTV / ( ) SARC

Nome do interessado: Keila Barbara de Freitas Bittencourt

Endereço completo: SRVSA-701 Ed. Palácio do Rádio I, Sobrelaje

CEP: \_\_\_\_\_ UF/Município: \_\_\_\_\_

Telefones: 61. 34258304 9012.2538

Motivação da solicitação e da afirmação da qualidade de interessado: Requisito visto p/ análise

O interessado deverá assinalar a sua qualificação, considerando os itens abaixo e ainda, deverá comprovar a sua condição por meio de documento a ser anexado a esta solicitação antes da realização de vista, reprodução da cópia (prazo 5 dias) ou solicitação da certidão (prazo 5 dias). Podem requerer vista, certidões e cópias de processos e documentos interessados, nos termos da Lei 9.784 de 1999, conforme a seguir especificado:

- ☒ I - Pessoas físicas ou jurídicas, que os tenham dado início como titulares de direitos ou interesses individuais ou no exercício do direito de representação\*;  
( ) II - Pessoas físicas ou jurídicas, ou os seus representantes legais, que, mesmo sem os terem iniciado, possam ter direitos ou interesses afetados por decisões neles proferidas ou a serem adotadas\*;  
( ) III - As Organizações ou as Associações representativas, em defesa de direitos e interesses coletivos\*\*;  
( ) IV - As pessoas ou as Associações legalmente constituídas ou seus representantes legais, em defesa de direitos e interesses difusos\*\*.

\* Representantes Legais / Procuradores - Anexar cópia da Identidade e Cópia de Procuração válida ou Cópia da OAB;

\*\* Organizações/Associações representativas - Anexar cópia de documento que comprove a condição de representação do interesse alegado;

Brasília, 13, de fevereiro, de 20012

✓ Keila Bittencourt  
Assinatura do Solicitante

Em atenção à solicitação apresentada e após averiguação da qualificação de interessado, anexando a devida comprovação junto a este requerimento, providenciei, na presente data, todos os atos necessários à realização do requerido.

✓ Patrícia da Silva de Santana / 1713181  
Assinatura e Matrícula/Siape do Servidor responsável pela autorização do requerido







EM BRANCO

Nesta data anexo aos autos do processo de  
nº 53790.000211/2000 documentação  
a seguir constituída de 01 folhas,  
que assim numerai: 132 /  
Data: 29 / 02 / 2012  
Nome: \_\_\_\_\_  
Assinatura: fox





MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica  
Departamento de Outorga de Serviços de Comunicação Eletrônica  
Comissão Permanente de Licitação de Serviços de Radiodifusão

Protocolo: 53790.000211/2000 (cópia 1)  
Interessado: Empresa de Radiodifusão Extremo Sul FM Ltda.  
Assunto: Encaminhamento de cópia autenticada de processo e minutas de atos de outorga originais.

À CONJUR.

Trata-se de processo licitatório, visando a outorga de permissão para explorar o Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, para a entidade citada acima, vencedora da Concorrência 037/2000-SSR/MC, para a localidade de Chui, Estado do Rio Grande do Sul, conforme despacho de homologação de 8 de fevereiro de 2012, publicado no DOU de 10 subsequente.

Tendo em vista a preparação das minutas dos atos da referida outorga, encaminhe-se, juntamente com a cópia do processo, ao Sr. Consultor Jurídico, para providências cabíveis.

Brasília, 29 de fevereiro de 2012.

  
**DENISE MENEZES DE OLIVEIRA**

Presidente da Comissão Permanente de Licitação de Serviços de Radiodifusão



Nesta data, anexei aos autos do processo de  
nº 53790.000211/00 a documentação  
a 133 folhas,  
que assim numerarei. 133 a 135  
Data: 06 / 03 / 2012  
Nome: Fátima Martins  
Assinatura: [assinatura]





Ministério das Comunicações  
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica  
CONFORME PORTARIA Nº. 336 DE 11 DE JULHO DE 2003

REQUERIMENTO DE VISTA, CÓPIAS E CERTIDÕES DE PROCESSOS E DOCUMENTOS



Considerando o interesse em informações relativas ao Processo de: ( X ) Outorga, ( ) Pós-Outorga ou ( ) Acompanhamento e Avaliação, solicito, junto ao atual responsável da unidade na qual o processo se encontra:

( X ) Vista do Processo;

( ) Cópia dos autos do processo abaixo;

( ) Certidão do Processo;

Processo nº **53790.000211/2000 - Empresa de Radiodifusão Extremo Sul Ltda.** *Conv. 037/00*

Relativo ao Serviço de: ( ) Rádio Comunitária / ( ) Rádio/TV Educativa / ( X ) Rádio/TV/ Comercial / ( ) RTV / ( ) SARC

Nome do interessado: **MURILO JOSÉ PASQUALOTTO**

Endereço completo: **RUA TOBIAS DA SILVA Nº 267, CONJ. 501**

CEP: **90.570-020** UF / Município: **PORTO ALEGRE/RS-**

Motivação da solicitação e da afirmação da qualidade de interessado: **NA CONDIÇÃO DE ADVOGADO, INSCRITO NA OAB/RS Nº 43.032, PRETENDO VERIFICAR AS CONDIÇÕES EM QUE SE ENCONTRA O PROCESSO MENCIONADO PARA FORMULAR DEFESA, COMPLEMENTAÇÃO OU MEDIDA(S) ADMINISTRATIVA(S) OU EVENTUAL (IS) MEDIDA(S) JUDICIAL(IS) QUE ENTENDER DE DIREITO**

O interessado deverá assinalar a sua qualificação, considerando os itens abaixo e ainda, deverá comprovar a sua condição por meio de documento a ser anexado a esta solicitação, antes da realização de vista, reprodução da cópia (prazo 5 dias) ou solicitação da certidão (prazo 5 dias). Podem requerer vista, certidões e cópias de processos e documentos interessados, nos termos da Lei 9.784 de 1999, conforme a seguir especificado:

( ) I – Pessoas físicas ou jurídicas, que os tenham dado início como titulares de direito ou interesses individuais ou no exercício do direito de representação \* ;

( X ) II – Pessoas físicas ou jurídicas, ou os seus representantes legais, que mesmo sem os terem iniciado, possam ter direitos ou interesses afetados por decisões neles proferidas ou a serem adotadas \* ;

( ) III - As Organizações ou as Associações representativas , em defesa de direitos e interesses difusos \*\* ;

( ) IV – As pessoas ou as Associações Legalmente constituídas ou sem representantes legais em defesa de direitos e interesse [fusos\*\*;

\* **Representantes Legais / Procuradores** – Anexar cópia da Identidade e Cópia da Procuração válida ou Cópia da OAB;

\*\* **Organizações / Associações representativas** – Anexar cópia de documento que comprove a condição de representação do interesse alegado;

  
Assinatura do Solicitante

Brasília, 29 de fevereiro de 2012;

Em atenção à solicitação apresentada e após averiguação da qualificação de interessado, anexando a devida comprovação junto a este requerimento, providenciei, na presente data, todos os atos necessários à realização do requerido.

 *1787469*  
Assinatura e Matrícula/ Siape do Servidor responsável pela autorização do requerido





**ORDEN DOS ADVOGADOS DO BRASIL**  
CONSELHO REGIONAL DO RIO GRANDE DO SUL  
IDENº 0405 DE ADVOGADO

RUBRICA

MULTI-USE PASSPORT

43032

RICARDO PASQUINOTTO  
VERFRES PASQUINOTTO  
SERAFINA CORREIA-RE

CONSELHO REGIONAL DO RIO GRANDE DO SUL  
IDENº 0405 DE ADVOGADO

RG 10178274 - SPTORS  
TOMAR DE TERRELA - TERRELA

339 284 220 90  
15/11/2010

DIAMANTADO - DIAMANTADO  
DIAMANTADO - DIAMANTADO

IDENTIDADE CIVIL PARA TODOS OS EFETOS  
(Lei 13.964 de 14.06.2009)

USO COMERCIAL

TESTE PUBLICA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL 01984268

OAB

DIAMANTADO - DIAMANTADO

DIAMANTADO - DIAMANTADO







## Maria de Lourdes Paula Sten

**De:** Murilo [mpasqualotto@via-rs.net]  
**Enviado em:** quarta-feira, 29 de fevereiro de 2012 16:22  
**Para:** Maria de Lourdes Paula Sten  
**Assunto:** Re: Vistas e eventuais cópias de Processos

Boa Tarde Lourdes. Só você para nos compreender...  
 Segue em único arquivo anexo os 25 requerimentos, bem como cópia da minha OAB.  
 São 25 mesmo, pois tem um erro na numeração do e-mail que pulou do 5 para o 7.  
 Obrigado

Murilo Pasqualotto

**From:** Maria de Lourdes Paula Sten  
**Sent:** Wednesday, February 29, 2012 2:50 PM  
**To:** Murilo  
**Subject:** RES: Vistas e eventuais cópias de Processos

Boa tarde ,me mande os requerimentos com sua OAB  
 Que providenciarei

-----Mensagem original-----

**De:** Murilo [mailto:mpasqualotto@via-rs.net]  
**Enviada em:** quarta-feira, 29 de fevereiro de 2012 14:32  
**Para:** SCE; Maria de Lourdes Paula Sten  
**Assunto:** Vistas e eventuais cópias de Processos

Prezados Senhores;

Estarei no Ministério das Comunicações nos dias 05 e 06.03 para assinatura de Contrato(s) de Permissão e aproveitar para dar vista em alguns processos. O número e nome das entidades seguem abaixo relacionadas para que possam providenciar na localização e reunião dos mesmos para as vistas. Para isso pergunto se adiantaria enviar anexo os respectivos requerimentos preenchidos e somente assinaria quando chegar aí? Se existe alguma orientação ao contrário a esses procedimentos, por favor queiram responder em tempo hábil.

1. 53000.009461/2009 – Sociedade Rádio Araguaia de Brusque Ltda.
2. 53000.011539/2009 – Fundação Dom Edilberto Dinkelberg
3. 53000.021191/2010 - Sociedade Rádio Boecy FM Ltda.
4. 53000.038591/2004 – Rádio Imembuí S.A.
5. 53790.000246/2000 - Sociedade Rádio Rolante FM Ltda.
7. 53000.024856/2011 - Rádio Arco-Íris FM Ltda.
8. 53000.008134/2002 - Capra Publicidade e Promoções Ltda.
9. 53790.000335/2000 - Radiofônica. Com Marketing Ltda.
10. 53790.000261/2000 - Minuzzi Comunicação Ltda.
11. 53790.000293/2000 - Agência Jurídica de Cobrança Ltda.
12. 53790.000288/2000 - Sistema Timbaúva de Comunicação Ltda.
13. 53790.000193/2000 - Herval Comunicações Ltda.
14. 53790.000211/2000 - Empresa de Radiodifusão Extremo Sul Ltda.





15. 53000.020919/2005 - Rádio Cultura de Alegrete Ltda.
16. 53820.000152/1998 - Rádio Cruzeiro Ltda.
17. 53820.000133/1998 - Organizações Só de Comunicação Ltda.
18. 53820.000144/1998 - Show FM Comunicações Ltda.
19. 53000.036150/2007 - Sociedade Rádio Ametista Ltda.
20. 53790.000413/1998 - Sistema Syria de Comunicações Ltda.
21. 53000.001279/2011 - Associação Cultural Rádio Comunitária FM Espumoso - ASCULPEDO
22. 53000.014154/2009 - Associação Comunitária de Radiodifusão Cultural e Educacional Espumoso..
23. 53000.003607/2003 - Associação Comunitária Minuano de Sarandi-RS.
24. 53000.028384/2009 - Associação dos Músicos Caxienses-AMUCA.
25. 53000.007717/2008 - Associação Cultural Esportiva Novos Horizontes.
- 26.
- 53000.014935/2009 - Associação Caibateense de Comunicação, Cultura e Cidadania.

Nesta data anexei aos autos do processo de  
 nº 53790.000211/00 a documentação  
 a seguir listada: 04 folhas,  
 que assim compreende: 336 / 339  
 Data: 07 / 05 / 2012  
 Nome: Rosa  
 Assinatura: Dr



PUBLICADO NO DIÁRIO
OFICIAL DE 04/05/12
Página 60 Seção 1
ANOTADO POR <i>fox</i>



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 234 , DE 30 DE ABRIL DE 2012.

**O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES**, no uso de suas atribuições, em conformidade com o art. 32 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto nº 1.720, de 28 de novembro de 1995, e tendo em vista o que consta do Processo nº 53790.000211/2000, Concorrência nº 037/2000-SSR/MC, resolve:

Art. 1º Outorgar permissão à EMPRESA DE RADIODIFUSÃO EXTREMO SUL FM LTDA. para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, no Município de Chuí, Estado do Rio Grande do Sul.

Parágrafo único. A permissão ora outorgada reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subseqüentes, regulamentos e obrigações assumidas pela outorgada em suas propostas.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do artigo 223, § 3º, da Constituição.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

  
PAULO BERNARDO SILVA





MC 00000 EM

Brasília, de

de 2012.

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

De conformidade com as atribuições legais e regulamentares cometidas a este Ministério, determinou-se a publicação da Concorrência nº 037/2000-SSR/MC, com vistas à implantação de uma estação de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de Chuí, Estado do Rio Grande do Sul.

2. A Comissão Permanente de Licitação de Serviços de Radiodifusão, constituída pela Portaria nº 223, de 06 de junho de 2011, publicada no Diário Oficial da União de 07 subsequente, depois de analisar a documentação de habilitação e as propostas técnica e de preço pela outorga das entidades proponentes, com observância da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e da legislação específica de radiodifusão, concluiu que a Empresa de Radiodifusão Extremo Sul FM Ltda. (Processo nº 53790.000211/2000) obteve a maior pontuação do valor ponderado, nos termos estabelecidos pelo Edital, tornando-se assim a vencedora da Concorrência, conforme ato da mesma Comissão, que homologuei, havendo por bem outorgar a permissão, na forma da Portaria inclusa.

3. Esclareço que, de acordo com o § 3º do art. 223 da Constituição, o ato de outorga somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, para onde solicito seja encaminhado o referido ato.

Respeitosamente,

**PAULO BERNARDO SILVA**  
Ministro de Estado das Comunicações



ANEXO  
DECLARAÇÃO

"Os Responsáveis Legal e Técnico da Empresa, assinados e declarados, para fins de anulação de anulação, que a documentação apresentada no expediente número \_\_\_\_\_, referente ao assunto \_\_\_\_\_, é exatamente igual à documentação apresentada à ANVISA no processo nº \_\_\_\_\_, sob pena de inconstância com a Legislação vigente, sob pena de anulação de anulação, estando sujeitos às sanções cabíveis de acordo com a Legislação Brasileira que trata do assunto."

\*Representante Legal da Empresa (OBS: nome completo e assinatura) CEE nº \_\_\_\_\_

\*Representante Responsável (OBS: nome completo e assinatura) CEE nº \_\_\_\_\_

\*RECONHECER FIRMA

## DIRETORIA COLEGIADA

## CONSULTA PÚBLICA Nº 30, DE 3 DE MAIO DE 2012

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso da atribuição que lhe confere o inciso IV do art. 11 do Regulamento da ANVISA, aprovado pelo Decreto nº 3.020, de 16 de abril de 1999, e o inciso II, § 1º e 3º do art. 54 do Regulamento Interno aprovado pela Portaria nº 154 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada em 21 de agosto de 2006 em texto redigido em 2 de maio de 2012, adota a seguinte Consulta Pública e resolve:

Art. 1º Fica aberta, a partir da data de publicação desta Consulta Pública, o prazo de 30 dias para que sejam apresentadas críticas e sugestões relativas à proposta de Resolução que dispõe sobre alteração da RDC 39/09 para racionalização do procedimento de análise em pesquisa clínica de estudos com intervenção farmacológica.

Art. 2º Informar que a proposta de Resolução está disponível na página no site da Agência na internet e que as sugestões deverão ser encaminhadas por escrito, em formulário próprio, para um dos seguintes endereços: Agência Nacional de Vigilância Sanitária/Coordenadoria Geral de Medicamentos (CGMED), SIA Trecho 5, Área Especial 57, Brasília - DF, CEP 71.205-010, ou para o Fax: (61) 3462-5674; ou para o e-mail: cpXX2012@anvisa.gov.br.

Art. 3º A documentação objeto desta Consulta Pública e o formulário para envio de contribuições permanecerão à disposição dos interessados no endereço: <http://www.anvisa.gov.br/divulga/consultas/index.htm>.

Art. 4º As contribuições recebidas serão públicas e permanecerão à disposição de todos no site da Agência na internet.

Art. 5º As contribuições não enviadas no formulário de que trata o parágrafo anterior ou recebidas fora do prazo não serão consideradas para efeitos de consolidação do texto final do regulamento.

Art. 6º Findo o prazo estipulado no art. 1º a Agência Nacional de Vigilância Sanitária poderá analisar-se com os órgãos e entidades envolvidas e aquelas que tenham manifestado interesse na matéria, para que indiquem representantes nas discussões posteriores, visando à consolidação de texto final.

Parágrafo único. A consolidação de texto final do regulamento e o Relatório de Análise de Contribuições serão disponibilizados no site da Agência na internet após a deliberação da Diretoria Colegiada.

EDUARDO DE MORAES MANTOVANI JUNIOR

## SECRETARIA DE ATENÇÃO À SAÚDE

## PORTARIA Nº 384, DE 3 DE MAIO DE 2012

(Institui o estabelecimento de saúde e Alta Complexidade em Oncologia (EAS/OA) e o estabelecimento de saúde e Alta Complexidade em Oncologia (EAS/OA))

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições, considerando a Portaria SAS/MS nº 741, de 19 de dezembro de 2005, que regulamentou a assistência de alta complexidade na Rede de Atenção Oncológica;

Considerando a Portaria SAS/MS nº 361, de 25 de junho de 2007, que definiu as instituições em Oncologia no Tabela de Instituições de Serviços Especializados do Sistema do Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CENES);

Considerando a manifestação favorável da Secretaria de Estado da Saúde do Rio de Janeiro e a aprovação no âmbito da Comissão Intergovernamental Bipartite do Estado, por meio da Resolução CIB nº 1.403, de 18 de agosto de 2011;

Considerando a avaliação da Secretaria de Atenção à Saúde - Departamento de Atenção Especializada - Coordenação-Geral da Média e Alta Complexidade DAE/SAS/MS, resolve:

Art. 1º Fica habilitado o estabelecimento de saúde alto complexo, como Unidade de Assistência de Alta Complexidade em Oncologia (UNACON), Código 17.06.

Estabelecimento - Município - UF	CENES	CNPJ
Hospital Regional Darcy Vargas - 2296241 - (RJ)	31.317.493/0001-05	

Art. 2º O custo do impacto financeiro gerado por esta habilitação correrá por conta do orçamento do Ministério da Saúde. Os recursos serão alocados no item de Média e Alta Complexidade do Estado no Município de acordo com o volume de unidade e modalidade de gestão.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EDUARDO DE MORAES MANTOVANI JUNIOR

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico: <http://www.in.gov.br/assessoria/imprensa>, pelo código 000.020.000000000.

## Ministério das Cidades

## CONSELHO NACIONAL DE TRÂNSITO

## DELIBERAÇÃO Nº 126, DE 3 DE MAIO DE 2012

(Dispõe sobre o reconhecimento da União, Estados e Municípios em relação às Unidades de Gestão e Gestão - UGAs)

O Presidente do Conselho Nacional de Trânsito, no uso da atribuição que lhe confere o art. 12, inciso I, da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que instituiu o Código de Trânsito Brasileiro, combinado com o art. 6º do Regulamento Interno deste Conselho, nos termos do disposto no Decreto nº 4.711 de 29 de maio de 2003, que trata sobre a composição do Sistema Nacional de Trânsito - SNT, resolve:

Art. 1º Considerando a necessidade de adoção de medidas administrativas relativas ao processo de controle do Poder Executivo para fins de aprimoramento operacional dos processos de credenciamento;

Art. 2º Considerando a necessidade de adoção de medidas administrativas relativas ao processo de controle do Poder Executivo para fins de aprimoramento operacional dos processos de credenciamento;

Art. 3º Considerando a necessidade de adoção de medidas administrativas relativas ao processo de controle do Poder Executivo para fins de aprimoramento operacional dos processos de credenciamento;

Art. 4º Considerando a necessidade de adoção de medidas administrativas relativas ao processo de controle do Poder Executivo para fins de aprimoramento operacional dos processos de credenciamento;

Art. 5º Considerando a necessidade de adoção de medidas administrativas relativas ao processo de controle do Poder Executivo para fins de aprimoramento operacional dos processos de credenciamento;

Art. 6º Considerando a necessidade de adoção de medidas administrativas relativas ao processo de controle do Poder Executivo para fins de aprimoramento operacional dos processos de credenciamento;

Art. 7º Considerando a necessidade de adoção de medidas administrativas relativas ao processo de controle do Poder Executivo para fins de aprimoramento operacional dos processos de credenciamento;

Art. 8º Considerando a necessidade de adoção de medidas administrativas relativas ao processo de controle do Poder Executivo para fins de aprimoramento operacional dos processos de credenciamento;

Art. 9º Considerando a necessidade de adoção de medidas administrativas relativas ao processo de controle do Poder Executivo para fins de aprimoramento operacional dos processos de credenciamento;

Art. 10º Considerando a necessidade de adoção de medidas administrativas relativas ao processo de controle do Poder Executivo para fins de aprimoramento operacional dos processos de credenciamento;

Art. 11º Considerando a necessidade de adoção de medidas administrativas relativas ao processo de controle do Poder Executivo para fins de aprimoramento operacional dos processos de credenciamento;

Art. 12º Considerando a necessidade de adoção de medidas administrativas relativas ao processo de controle do Poder Executivo para fins de aprimoramento operacional dos processos de credenciamento;

Art. 13º Considerando a necessidade de adoção de medidas administrativas relativas ao processo de controle do Poder Executivo para fins de aprimoramento operacional dos processos de credenciamento;

Art. 14º Considerando a necessidade de adoção de medidas administrativas relativas ao processo de controle do Poder Executivo para fins de aprimoramento operacional dos processos de credenciamento;

Art. 15º Considerando a necessidade de adoção de medidas administrativas relativas ao processo de controle do Poder Executivo para fins de aprimoramento operacional dos processos de credenciamento;

Art. 16º Considerando a necessidade de adoção de medidas administrativas relativas ao processo de controle do Poder Executivo para fins de aprimoramento operacional dos processos de credenciamento;

Art. 17º Considerando a necessidade de adoção de medidas administrativas relativas ao processo de controle do Poder Executivo para fins de aprimoramento operacional dos processos de credenciamento;

Art. 18º Considerando a necessidade de adoção de medidas administrativas relativas ao processo de controle do Poder Executivo para fins de aprimoramento operacional dos processos de credenciamento;

Art. 19º Considerando a necessidade de adoção de medidas administrativas relativas ao processo de controle do Poder Executivo para fins de aprimoramento operacional dos processos de credenciamento;

Art. 20º Considerando a necessidade de adoção de medidas administrativas relativas ao processo de controle do Poder Executivo para fins de aprimoramento operacional dos processos de credenciamento;

Art. 21º Considerando a necessidade de adoção de medidas administrativas relativas ao processo de controle do Poder Executivo para fins de aprimoramento operacional dos processos de credenciamento;

Art. 22º Considerando a necessidade de adoção de medidas administrativas relativas ao processo de controle do Poder Executivo para fins de aprimoramento operacional dos processos de credenciamento;

Art. 23º Considerando a necessidade de adoção de medidas administrativas relativas ao processo de controle do Poder Executivo para fins de aprimoramento operacional dos processos de credenciamento;

Art. 24º Considerando a necessidade de adoção de medidas administrativas relativas ao processo de controle do Poder Executivo para fins de aprimoramento operacional dos processos de credenciamento;

Art. 25º Considerando a necessidade de adoção de medidas administrativas relativas ao processo de controle do Poder Executivo para fins de aprimoramento operacional dos processos de credenciamento;

Art. 26º Considerando a necessidade de adoção de medidas administrativas relativas ao processo de controle do Poder Executivo para fins de aprimoramento operacional dos processos de credenciamento;

Art. 27º Considerando a necessidade de adoção de medidas administrativas relativas ao processo de controle do Poder Executivo para fins de aprimoramento operacional dos processos de credenciamento;

Art. 28º Considerando a necessidade de adoção de medidas administrativas relativas ao processo de controle do Poder Executivo para fins de aprimoramento operacional dos processos de credenciamento;

Art. 29º Considerando a necessidade de adoção de medidas administrativas relativas ao processo de controle do Poder Executivo para fins de aprimoramento operacional dos processos de credenciamento;

Art. 30º Considerando a necessidade de adoção de medidas administrativas relativas ao processo de controle do Poder Executivo para fins de aprimoramento operacional dos processos de credenciamento;

Art. 31º Considerando a necessidade de adoção de medidas administrativas relativas ao processo de controle do Poder Executivo para fins de aprimoramento operacional dos processos de credenciamento;

Art. 32º Considerando a necessidade de adoção de medidas administrativas relativas ao processo de controle do Poder Executivo para fins de aprimoramento operacional dos processos de credenciamento;

Art. 33º Considerando a necessidade de adoção de medidas administrativas relativas ao processo de controle do Poder Executivo para fins de aprimoramento operacional dos processos de credenciamento;

Art. 34º Considerando a necessidade de adoção de medidas administrativas relativas ao processo de controle do Poder Executivo para fins de aprimoramento operacional dos processos de credenciamento;

Art. 35º Considerando a necessidade de adoção de medidas administrativas relativas ao processo de controle do Poder Executivo para fins de aprimoramento operacional dos processos de credenciamento;

L.T.A., pela Portaria nº 404, de 04 de outubro de 2008, publicada no Diário Oficial da União de 17 de outubro de 2008, e referenciada pelo Decreto Legislativo nº 19, de 2003, publicado no Diário Oficial da União de 12 de abril de 2003, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, no Município de Campo Verde, Estado de Mato Grosso.

Art. 2º A execução do serviço de radiodifusão cuja outorga é renovada por esta Portaria, reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RAUL HERNANDEZ SILVA

## PORTARIA Nº 234, DE 30 DE ABRIL DE 2012

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, em conformidade com o artigo 32 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 32.795, de 31 de outubro de 1963, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto nº 1.720, de 28 de novembro de 1995, e tendo em vista o que consta do Processo nº 53790.00021/2000, Consolidação nº 086/2000-SSR/MC, resolve:

Art. 1º Outorgar permissão à Sociedade Rádio Palmeira Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, pelo prazo de dez anos, no município de Conde, Estado do Rio Grande do Sul. A permissão ora outorgada somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do artigo 223, § 3º, da Constituição.

RAUL HERNANDEZ SILVA

## PORTARIA Nº 244, DE 28 DE ABRIL DE 2012

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, em conformidade com o artigo 32 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 32.795, de 31 de outubro de 1963, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto nº 1.720, de 28 de novembro de 1995, e tendo em vista o que consta do Processo nº 53790.00021/2000, Consolidação nº 086/2000-SSR/MC, resolve:

Art. 1º Outorgar permissão à Empresa de Radiodifusão Estéreo Sol FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, pelo prazo de dez anos, no município de Conde, Estado do Rio Grande do Sul. A permissão ora outorgada somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do artigo 223, § 3º, da Constituição.

RAUL HERNANDEZ SILVA

## PORTARIA Nº 215, DE 30 DE ABRIL DE 2012

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, em conformidade com o artigo 32 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 32.795, de 31 de outubro de 1963, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto nº 1.720, de 28 de novembro de 1995, e tendo em vista o que consta do Processo nº 53000.01353/2010, Consolidação nº 058/2000-CEL/MC, resolve:

Art. 1º Outorgar permissão à Martins Fm/Rádiodifusão Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, pelo prazo de dez anos, no município de Campo Bom do Sul, Estado de Santa Catarina. A permissão ora outorgada somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do artigo 223, § 3º, da Constituição.

RAUL HERNANDEZ SILVA

## PORTARIA Nº 236, DE 30 DE ABRIL DE 2012

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, em conformidade com o artigo 32 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 32.795, de 31 de outubro de 1963, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto nº 1.720, de 28 de novembro de 1995, e tendo em vista o que consta do Processo nº 53000.00564/2010, Consolidação nº 019/2000-CEL/MC, resolve:

Art. 1º Outorgar permissão à Nossa Rádio de Teresina FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, pelo prazo de dez anos, no município de Lagoa da Prata, Estado de Minas Gerais. A permissão ora outorgada somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do artigo 223, § 3º, da Constituição.

RAUL HERNANDEZ SILVA

## PORTARIA Nº 237, DE 30 DE ABRIL DE 2012

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, em conformidade com o artigo 32 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 32.795, de 31 de outubro de 1963, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto nº 1.720, de 28 de novembro de 1995, e tendo em vista o que consta do Processo nº 53650.00040/2002, Consolidação nº 163/2001-SSR/MC, resolve:

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.





MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica  
Departamento de Outorga de Serviços de Comunicação Eletrônica  
Comissão Permanente de Licitação de Serviços de Radiodifusão

Protocolo: 53790.000211/2000 (cópia 1)  
Interessado: Empresa de Radiodifusão Extremo Sul FM Ltda.  
Assunto: Encaminhamento de cópia autenticada de processo e atos de outorga originais.

AO GABINETE DO MINISTRO.

Conforme consta nos autos do processo em referência, a entidade interessada sagrou-se vencedora da Concorrência n.º 037/2000-SSR/MC, para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na localidade de Chui/RS.

Tendo em vista a publicação da Portaria n.º 234, de 30 de abril de 2012, no Diário Oficial da União de 4 subsequente, e consoante o disposto no § 3º do art. 223 da Constituição, encaminhe-se o presente processo, em cópia autenticada, acompanhado do ato de outorga e exposição de motivos, ao Gabinete do Ministro, para que seja remetido à Presidência da República.

Brasília, 04 de maio de 2012.



**DENISE MENEZES DE OLIVEIRA**

Presidente da Comissão Permanente de Licitação de Serviços de Radiodifusão



Nesta data, anexei aos autos do processo de  
nº 53790.000211/2000 a documentação  
a seguir constituída: 140/141 folhas,  
que assim compreende: 02  
Data: 18 01 2015  
Nome: Emmanuel  
Assinatura: [assinatura]

EM BRANCO





Ministério das Comunicações  
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica  
CONFORME PORTARIA Nº 336 DE 11 DE JULHO DE 2003  
REQUERIMENTO DE VISTA, CÓPIAS E CERTIDÕES DE PROCESSOS E DOCUMENTOS



Considerando o interesse em informações relativas ao Processo de: ( ) Outorga, ( ) Pós-Outorga ou ( ) Acompanhamento e Avaliação, solicito, junto ao atual responsável da unidade na qual o processo se encontra:

- (X) Vista do Processo;  
( ) Cópias dos autos do Processo - folhas \_\_\_\_ à folhas \_\_\_\_;  
( ) Certidão do Processo;

Processo nº 53790000211/2000

Relativo ao Serviço de: ( ) Rádio Comunitária / ( ) Rádio/TV Educativa / (X) Rádio/TV Comercial / ( ) RTV / ( ) SARC

Nome do interessado: SERGIO GETULIO DA ROSA CAVALARO

Endereço completo: SQS 302 BL. J AP 101

CEP: 70338-100 UF/Município: BBB

Telefones: (61) 99830135 (61) 8138-2350

Motivação da solicitação e da afirmação da qualidade de interessado: VISTAS PARA CONHECIMENTO

O interessado deverá assinalar a sua qualificação, considerando os itens abaixo e ainda, deverá comprovar a sua condição por meio de documento a ser anexado a esta solicitação antes da realização de vista, reprodução da cópia (prazo 5 dias) ou solicitação da certidão (prazo 5 dias). Podem requerer vista, certidões e cópias de processos e documentos interessados, nos termos da Lei 9.784 de 1999, conforme a seguir especificado:

- ( ) I - Pessoas físicas ou jurídicas, que os tenham dado início como titulares de direitos ou interesses individuais ou no exercício do direito de representação\*;  
( ) II - Pessoas físicas ou jurídicas, ou os seus representantes legais, que, mesmo sem os terem iniciado, possam ter direitos ou interesses afetados por decisões neles proferidas ou a serem adotadas\*;  
( ) III - As Organizações ou as Associações representativas, em defesa de direitos e interesses coletivos\*\*;  
( ) IV - As pessoas ou as Associações legalmente constituídas ou seus representantes legais, em defesa de direitos e interesses difusos\*\*.

\* Representantes Legais / Procuradores - Anexar cópia da Identidade e Cópia de Procuração válida ou Cópia da OAB;

\*\* Organizações/Associações representativas - Anexar cópia de documento que comprove a condição de representação do interesse alegado;

Brasília, 18 de JANEIRO, de 2003

✓

[Assinatura]  
Assinatura do Solicitante

Em atenção à solicitação apresentada e após averiguação da qualificação de interessado, anexando a devida comprovação junto a este requerimento, providenciei, na presente data, todos os atos necessários à realização do requerido.

✓

[Assinatura]  
Assinatura e Matrícula/Siapé do Servidor responsável pela autorização do requerido







VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

CRÉDITO  
CEPAL **546.600**

DATA DE  
EXPIRAÇÃO **12/12/2012**

**SERGIO GETULIO DA ROSA CAMARGO**

Titular  
**JOÃO FELIX DE CAMARGO**  
**ELZA DA ROSA CAMARGO**  
RESIDÊNCIA  
**CAMAQUÃ / RS**

DATA DE NASCIMENTO  
**31/01/1957**

C.CAS. Nº. 960, FOLHA 281, LIVRO B-02, 1º OF. (19/04/1977)  
BRASÍLIA - DF

**144.415.601-25**

59737068

  
**Carlos César de Sousa Sralva**  
PROFESSOR DE DIREITO

PO. TASEP

PI 02

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83





## TERMO DE CADASTRO DE INFORMAÇÕES PROCESSUAIS NO ÂMBITO DO SEI

1. Certifico que as informações cadastrais referentes ao processo supracitado foram devidamente inseridas no Sistema Eletrônico de Informações (SEI), permanecendo com o mesmo número do processo físico.
2. Foi providenciada a digitalização e consequente inserção do seu conteúdo no Sistema, devendo o processo físico ser encaminhado ao Serviço de Arquivo Geral e Biblioteca para arquivo.
3. A partir desta data, todas as movimentações referentes ao presente processo se darão no âmbito do SEI, devendo este fato ser informado ao interessado na primeira oportunidade.

Brasília, 27 de maio de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **Weberson Wayne Nobrega Peixoto, Chefe de Serviço de Apoio Administrativo**, em 01/06/2015, às 15:15, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **0527865** e o código CRC **8B617A96**.



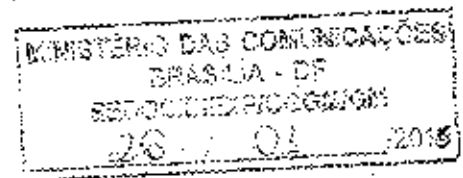


Presidência da República  
Secretaria de Relações Institucionais  
Subchefia de Assuntos Parlamentares  
Praça dos Três Poderes, Palácio do Planalto - 70150-900 - Brasília/DF  
Fone: (61) 3411-1440 - Fax (61) 3411-1120 - supar@presidencia.gov.br

Ofício nº 37 /2015 - Supar/SRI.

Brasília, 15 de janeiro de 2015.

A Senhora  
ALESSANDRA CRISTINA AZEVEDO CARDOSO  
Chefe de Gabinete do Ministro de Estado das Comunicações  
Brasília - DF



Assunto: **Restituição de processos de radiodifusão.**

Senhora Chefe de Gabinete,

Restituímos a Vossa Senhoria, conforme relação anexa, 151 Processos de Radiodifusão e respectivas Portarias, para oitiva do atual Ministro dessa Pasta. Informo, também, que as Exposições de Motivos estão sendo restituídas pelo Sidof.

Atenciosamente,

  
DANILLO GENNARI  
Subchefe-Adjunto







### Exposições de Motivos a serem devolvidas para oitiva dos novos Titulares das Pastas.

Ordem	NUP	Assunto
1	53740000783200032	MC 00002 2013 Mandaguapu PR / Licit/FM - 1 (um) volume
2	53000022860200826	MC 00003 2012 Cáceres MT / Renov/FM - 1 (um) volume Apensado processo nº 53690.0000864/1998 com 1 (um) volume
3	53740000857200031	MC 00003 2013 Santa Terezinha de Itaipu PR / Licit/FM - 1 (um) volume
4	53000064010201281	MC 00013 2014 Centenário.TO / RADCOM - 1 (um) volume
5	53000023661201050	MC 00014 2014 Itumbiara GO / RADCOM - 1 (um) volume
6	53000023655201001	MC 00015 2014 Humberto de Campos MA / RADCOM - 1 (um) volume
7	53000066201201105	MC 00017 2014 Catuti MG / RADCOM - 2 (dois) volumes
8	53000007834200878	MC 00018 2012 Lapa PR / Renov/FM - 1 (um) volume Apensado processo nº 53740.0000488/1998 com 1 (um) volume
9	53000054585201113	MC 00018 2014 Porto Esperidião MT / RADCOM - 1 (um) volume
10	53000035914201136	MC 00019 2014 São Jorge do Patrocínio PR / RADCOM - 1 (um) volume
11	53000055599200760	MC 00020 2014 Palmas TO / RADCOM - 1 (um) volume
12	53000005277200770	MC 00021 2012 Criciúma SC / Renov/FM - 1 (um) volume Apensado processo nº 53820.000056/1997-29 com 1 (um) volume
13	53000027485200991	MC 00022 2014 Assis Chateaubriand PR / RADCOM - 1 (um) volume
14	53000015437200951	MC 00024 2012 Criciúma SC / Renov/FM - 1 (um) volume Apensado processo nº 53740.002183/1999-14 com 2 (dois) volumes
15	53550000551200174	MC 00024 2013 Viçosa do Ceará CE / Licit/OM - 1 (um) volume
16	53000009365201127	MC 00025 2012 Cesário Lange SP / Renov/FM - 1 (um) volume Apensado processo nº 53830.000087/2001 com 2 (dois) volumes



**Exposições de Motivos a serem devolvidas para oitiva dos novos Titulares das Pastas.**

Ordem	NUP	Assunto
17	53670000962200041	MC 00025 2013 Campo Novo do Parecis MT / Licit/FM - 1 (um) volume
18	53000063165201209	MC 00025 2014 Aparecida do Rio Doce GO / RADCOM - 2 (dois) volumes
19	53000049325200651	MC 00026 2012 Pelotas RS / Renov/FM - 1 (um) volume
20	53710000579200150	MC 00026 2013 Montalvânia MG / Licit/FM - 1 (um) volume
21	53000029325200987	MC 00026 2014 Santa Bárbara BA / RADCOM - 1 (um) volume
22	53000012434200531	MC 00027 2012 Piracicaba SP / Renov/FM - 2 (dois) volumes
23	53710000579200150	MC 00027 2013 Matias Cardoso MG / Licit/FM - 1 (um) volume
24	53000010676201058	MC 00028 2013 Encantado RS / Licit/FM - 1 (um) volume
25	53640000236200247	MC 00029 2013 Campo Formoso BA / Licit/OM - 1 (um) volume
26	53000066680201151	MC 00029 2014 Avaré SP - FME - 1 (um) volume
27	53710000449200206	MC 00030 2013 Araporã MG / Licit/FM - 1 (um) volume
28	53000057408201181	MC 00030 2014 Dourados MS - FME - 1 (um) volume
29	53000041092201024	MC 00031 2013 Lagarto SE / Licit/FM - 1 (um) volume
30	53000008620201203	MC 00031 2014 Estância SE - FME - 1 (um) volume
31	53000022885201125	MC 00032 2012 Blumenau SC / Renov/FME - 3 (três) volumes
32	53000058116201121	MC 00032 2014 Paranaguá PR - FME - 1 (um) volume



**Exposições de Motivos a serem devolvidas para oitiva dos novos Titulares das Pastas.**

Ordem	NUP	Assunto
33	53650000792200113	MC 00033 2012 Orós CE / Renov/FM - 1 (um) volume
34	53000067147201115	MC 00033 2014 Telêmaco Borba PR - FME - 1 (um) volume
35	53000059022201111	MC 00034 2014 Criciúma SC - FME - 1 (um) volume
36	53000009979201117	MC 00035 2012 Niquetândia GO / Renov/FM - 1 (um) volume
37	53000059718201130	MC 00035 2014 Santarém PA - FME - 1 (um) volume
38	53000058587201173	MC 00036 2014 Nova Friburgo RJ - FME - 1 (um) volume
39	53000066082201182	MC 00037 2014 Trindade GO - FME - 1 (um) volume
40	53670000698200215	MC 00038-2013 Novo Gama GO / Licit/FM - 1 (um) volume
41	53000007971201299	MC 00038 2014 Senhor do Bonfim BA - FME - 1 (um) volume
42	53000027954201014	MC 00039 2012 Prata MG / Licit/FM - 1 (um) volume
43	53000007969201210	MC 00039 2014 Serrinha BA - FME - 1 (um) volume
44	53710000613200013	MC 00040 2012 Itamogi MG / Licit/FM - 1 (um) volume
45	53000008174201229	MC 00040 2014 Januária MG - FME - 1 (um) volume
46	53000045699201083	MC 00041 2012 Treviso SC / Licit/FM - 1 (um) volume
47	53000000127201318	MC 00041 2014 São João do Sabugi RN / RADCOM - 1 (um) volume
48	53000026910201069	MC 00042 2012 Cambuquira MG / Licit/FM - 1 (um) volume



**Exposições de Motivos a serem devolvidas para oitiva dos novos Titulares das Pastas:**

Ordem	NUP	Assunto
49	53000028478200915	MC 00042 2014 Japaratuba SE / RADCOM - 1 (um) volume
50	53000003089201011	MC 00043 2012 São Benedito do Rio Preto MA / Licit/FM - 1 (um) volume
51	53000042881201244	MC 00043 2014 Indianópolis PR / RADCOM - 1 (um) volume
52	53710000326200267	MC 00044 2012 Pocrane MG / Licit/FM - 1 (um) volume
53	53000053959201094	MC 00044 2014 Mataraca PB / RADCOM - 1 (um) volume
54	53000060892201125	MC 00045 2014 Capim PB / RADCOM - 1 (um) volume
55	53000047616201171	MC 00046 2014 Chalé MG / RADCOM - 2 (dois) volumes
56	53000028337201290	MC 00049 2014 Virgolândia MG / RADCOM - 1 (um) volume
57	53000055538201189	MC 00053 2014 Jaraguá MS / RADCOM - 1 (um) volume
58	53710000754199814	MC 00056 2014 Alvinópolis MG/RADCOM - 1 (um) volume
59	53000038735200757	MC 00057 2014 Itaquiraí MS/ RADCOM - 1 (um) volume
60	53000003556201266	MC 00060 2014 Itapipoca CE/FM - 1 (um) volume
61	53000015303201235	MC 00061 2014 Castanheira MT/RADCOM - 3 (três) volumes
62	53720000367200234	MC 00062 2013 Novo Progresso PA - Licit/OM - 1 (um) volume
63	53000067466201031	MC 00062 2014 Santa Terezinha de Goiás GO/ RADCOM - 1 (um) volume
64	53000060366201165	MC 00063 2014 Dois Riachos AL/RADCOM - 1 (um) volume



**Exposições de Motivos a serem devolvidas para oitiva dos novos Titulares das Pastas.**

Ordem	NUP	Assunto
65	53000021819201057	MC 00064 2014 Vitória da Conquista BA/RADCOM - 2 (dois) volumes
66	53000003793201227	MC 00066 2014 Porto Grande AP/RADCOM - 1 (um) volume
67	53000000317201335	MC 00067 2014 Amapá do Maranhão MA/RADCOM - 1 (um) volume
68	53000001388201355	MC 00070 2014 Itamaraju BA/RADCOM - 5 (cinco) volumes
69	53000053917201215	MC 00071 2014 Barra do Ouro TO/ RADCOM - 1 (um) volume
70	53000051948200693	MC 00073 2013 Limoeiro PE / Renov/FM 1 (um) volume Apensado processo nº 53103.000408/2000 com 1 (um) volume
71	53000014329201002	MC 00074 2012 Umbaúba SE / Licit/FM - 1 (um) volume
72	53000043799201237	MC 00074 2014 Florai PR/RADCOM - 1 (um) volume
73	53000056849200941	MC 00075 2012 Coari AM / Licit/FM - 1 (um) volume
74	53000017857201358	MC 00076 2014 Governador Newton Bello MA/ RADCOM - 1 (um) volume
75	53000036335201193	MC 00077 2014 Araruna PA/RADCOM - 2 (dois) volumes
76	53000006756201017	MC 00083 2013 Tamarana PR / Licit/FM - 1 (um) volume
77	53000004706201097	MC 00084 2013 Argirita MG / Licit/FM - 1 (um) volume
78	53000003848201037	MC 00085 2013 Bandeira do Sul MG / Licit/FM - 1 (um) volume
79	53000043932201093	MC 00086 2013 Santa Fé do Araguaia TO / Licit/FM - 1 (um) volume
80	53790000837200155	MC 00087 2013 Torres RS / Licit/FM - 1 (um) volume



**Exposições de Motivos a serem devolvidas para oitiva dos novos Titulares das Pastas.**

Ordem	NUP	Assunto
81	53790000837200155	MC 00088 2013 Tapejara RS / Licit/FM - 1 (um) volume
82	53000002269201077	MC 00090 2013 Condeúba BA / Licit/FM - 1 (um) volume
83	530000060821201041	MC 00091 2013 Ipirá BA / Licit/FM - 1 (um) volume
84	53000012652200819	MC 00101 2012 Gravatá PE / Renov/FM - 1 (um) volume Apensado processo nº 53103.000044/2000-56 com 2 (dois) volumes
85	53000008986201193	MC 00103 2012 Joinville SC / Renov/FM - 1 (um) volume
86	53000064843200785	MC 00105 2012 Jataí GO / Renov/FM - 2 (dois) volumes
87	530000067686201065	MC 00106 2012 Santos SP / Renov/FME - 1 (um) volume
88	53740000559200211	MC 00111 2013 Araucária PR - FME - 1 (um) volume
89	530000034004200902	MC 00117 2013 Goiânia GO / Renov/OC - 2 (dois) volumes
90	530000065263200713	MC 00129 2012 Sananduva RS / Renov/FM - 1 (um) volume
91	530000020768200406	MC 00132 2013 Osório RS - FME - 1 (um) volume
92	530000036097200730	MC 00144 2012 Santa Izabel do Oeste PR / Renov/OM - 1 (um) volume
93	530000024523200873	MC 00145 2012 Monte Azul Paulista SP / Renov/OM - 1 (um) volume
94	53000019707200901	MC 00148 2012 Poços de Caldas MG / Renov/OT - 2 volumes apensado processo 53710.000189/2002 com 1 volume e processo 53710.000793/1996 com 1 volume
95	53000010896200867	MC 00149 2012 Sobradinho RS / Renov/FM - 1 (um) volume Apensado processo nº 53790.000305/1998 com 1 (um) volume
96	53000012106201183	MC 00151 2012 Concórdia SC / Renov/FM - 1 (um) volume



**Exposições de Motivos a serem devolvidas para oitiva dos novos Titulares das Pastas.**

Ordem	NUP	Assunto
97	53000026993201096	MC 00156 2012 Rondonópolis RO / Renov/FME - 1 (um) volume
98	53720000299200041	MC 00156 2013 Pacajá PA / Licit/FM - 2 (dois) volumes
99	53000014693200335	MC 00157 2012 Varginha MG / Renov/OM - 1 (um) volume
100	53720000299200041	MC 00157 2013 Jacundá PA / Licit/FM - 2 (dois) volumes
101	53000010790200863	MC 00158 2012 Santo Antônio de Pádua RJ / Renov/OM - 2 (dois) volumes Apensado processo nº 53770.001066/1998-03 com 1 (um) volume
102	53720000225200277	MC 00158 2013 Limoeiro do Ajuru PA / Licit/FM - 1 (um) volume
103	53000056154201183	MC 00160 2013 Rio dos Cedros SC / RADCOM - 2 (dois) volumes
104	53000091533200652	MC 00161 2012 Araguaína TO / Renov/OT - 1 (um) volume
105	53000048738201266	MC 00161 2013 Uirapuru GO / RADCOM - 1 (um) volume
106	53000002920201271	MC 00162 2013 Bacabeira MA / RADCOM - 2 (dois) volumes
107	53000076774200671	MC 00163 2012 Catu BA / Renov/FM - 1 (um) volume Apensado processo nº 53640.001298/1998-39 com 1 (um) volume
108	53000044548201016	MC 00164 2012 Campo Grande MS / Renov/FME - 2 (dois) volumes
109	53000027679201292	MC 00164 2013 Jequitiá MG / RADCOM - 3 (três) volumes
110	53000013790201030	MC 00165 2013 Montes Claros MG / RADCOM - 1 (um) volume
111	53000012984201018	MC 00166 2013 Ibiratuba BA / RADCOM - 1 (um) volume
112	53000026544201129	MC 00169 2013 Embu-Guaçu SP / RADCOM - 1 (um) volume



### Exposições de Motivos a serem devolvidas para oitiva dos novos Titulares das Pastas.

Ordem	NUP	Assunto
113	53000003387201264	MC 00171 2013 Princesa Isabel PB / RADCOM - 12 (doze) volumes
114	530000038016200655	MC 00173 2013 Amaporã PR / RADCOM - 1 (um) volume
115	53000004603201230	MC 00175 2013 Mutunópolis GO / RADCOM - 2 (dois) volumes
116	53000019859200814	MC 00179 2013 Carrasco Bonito TO / RADCOM - 1 (um) volume
117	53000006409200942	MC 00180 2013 Arneiroz CE / RADCOM - 2 (dois) volumes
118	53000046729201150	MC 00182 2012 Cassilândia MS / RenovOM - 1 (um) volume
119	53000000481201011	MC 00185 2012 Jupi PE / Licit/FM - 1 (um) volume
120	53650000357200270	MC 00186 2012 Parambu CE / Licit/FM - 1 (um) volume
121	530000003644201004	MC 00187 2012 Lagoa da Prata MG / Licit/FM - 1 (um) volume
122	53790000211200063	MC 00188 2012 Chuí RS / Licit/FM - 1 (um) volume
123	53000013513201027	MC 00190 2012 Campo Belo do Sul SC / Licit/FM - 1 (um) volume
124	53000008281200285	MC 00227 2012 Águas Belas PE / Licit/FM - 1 (um) volume
125	53000004483201068	MC 00228 2012 Glauceilândia MG / Licit/FM - 1 (um) volume
126	53000042680201085	MC 00229 2012 Olho D'Água PB / Licit/FM - 1 (um) volume
127	53000062713200716	MC 00230 2012 Joinville SC / Renov/FM - 1 (um) volume Apensado processo nº 53820.000061/1998 com 1 (um) volume
128	53/20000345200274	MC 00231 2012 Água Azul do Norte PA / Licit/FM - 1 (um) volume



**Exposições de Motivos a serem devolvidas para oitiva dos novos Titulares das Pastas.**

Ordem	NUP	Assunto
129	53720000345200274	MC 00232 2012 Aurora do Pará PA / Licit/FM - 1 (um) volume
130	53000026644201074	MC 00237 2012 Angelândia MG / Licit/FM - 1 (um) volume
131	53000006271201015	MC 00238 2012 Betânia PE / Licit/FM - 1 (um) volume
132	53640000323199721	MC 00239 2012 Salvador BA / Renov/FM - 2 (dois) volumes Apensado processo nº 53000.016821/2007 com 1 (um) volume
133	53000007818201008	MC 00241 2012 Rio Bonito do Iguaçu PR / Licit/FM - 1 (um) volume
134	53000045150201099	MC 00242 2012 Santa Rosa do Sul SC / Licit/FM - 1 (um) volume
135	53000058819200979	MC 00247 2012 Olio d'Água das Cunhãs MA / Licit/FM - 1 (um) volume
136	53740000259200223	MC 00249 2012 Matos Costa SC / Licit/FM - 1 (um) volume
137	53000005447201011	MC 00250 2012 Maturéia PB / Licit/FM - 1 (um) volume
138	53740000282200218	MC 00251 2012 Iomerê SC / Licit/FM - 1 (um) volume
139	53000026104201091	MC 00252 2012 Paranapuã SP / Licit/FM - 1 (um) volume
140	53000042099201063	MC 00267 2012 Bom Jesus PI / Licit/FM - 1 (um) volume
141	53830000286200297	MC 00269 2012 Jaci SP / Licit/FM - 1 (um) volume
142	53790001359199707	MC 00272 2012 Igrejinha RS / Renov/FM - 1 (um) volume Apensado processo nº 53000.051345/2004-72 com 1 (um) volume
143	53000015250200523	MC 00278 2012 Viamão RS / Renov/FM - 1 (um) volume
144	53000019342200825	MC 00290 2012 Aquidauana MS / Renov/FM - 1 (um) volume Apensado processo nº 53700.000177/1998-18 com 1 (um) volume



**Exposições de Motivos a serem devolvidas para oitiva dos novos Titulares das Pastas.**

Ordem	NUP	Assunto
145	53000005831201103	MC 00291 2012 Itabaiana SE / Renov/FM - 1 (um) volume
146	53000039692201022	MC 00292 2012 Estreito MA / Licit/FM - 1 (um) volume
147	53830000887199862	MC 00874 2011 Presidente Venceslau SP / Renov/FM - 1 (um) volume Apensado processo nº 53000.014729/2008-95 com 1 (um) volume
148	53790000368200093	MC 00889 2011 Itaara RS / Licit/FM - 1 (um) volume
149	53000001057199706	MC 00294 2012 Canguçu RS - cancelamento de outorga FM - 2 (dois) volumes
150	53000000039200425	MC 00159 2012 Rio Grande RS - Renov/FM - Retificação de Portaria - 1 (um) volume
151	53000022272200892	MC 00174 2012 Divinópolis MG / Renov/FM - 2 (dois) volumes Apensado processo nº 53710.000610/199/-04 com 1 (um) volume



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica  
Departamento de Outorga de Serviços de Comunicação Eletrônica  
Grupo de Trabalho de Radiodifusão Comercial

REFERÊNCIA: **Processo nº 53790.000211/2000-68. Concorrência nº 037/2000-SSR/MC.**

INTERESSADO: **EMPRESA DE RADIODIFUSÃO EXTREMO SUL FM**

Tendo em vista a necessidade de reenvio, à Casa Civil da Presidência da República, de cópia do processo em referência que trata da outorga de permissão para exploração do serviço de radiodifusão sonora frequência modulada no Município de Chuí, Estado de Rio Grande do Sul, que retornou daquela Casa, por meio do Ofício nº 37/2015 - SUPAR/SRI, para oitiva do atual Ministro, encaminho nova minuta da Exposição de Motivos, ao Gabinete da Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica, para providências quanto ao prosseguimento do feito.

**MINUTA DE EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS**

**MC**

**EM**

Brasília,                de                de 2015.

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

1. De conformidade com as atribuições legais e regulamentares cometidas a este Ministério, determinou-se a publicação da Concorrência nº 037/2000-SSR/MC, com vistas à implantação de uma estação de radiodifusão sonora frequência modulada no Município de Chuí, Estado de Rio Grande do Sul.

2. A Comissão Permanente de Licitação de Serviços de Radiodifusão, constituída pela Portaria nº 223, de 6 de junho de 2011, publicada no Diário Oficial da União do dia 7 subsequente e suas alterações, depois de analisar a documentação de habilitação e as propostas técnica e de preço pela outorga das entidades proponentes, com observância à Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e na legislação específica de radiodifusão, concluiu que a EMPRESA DE RADIODIFUSÃO EXTREMO SUL FM LTDA (Processo nº 53790.000211/2000-68) obteve a maior pontuação do valor ponderado, nos termos estabelecidos pelo Edital, tornando-se assim a vencedora da Concorrência, conforme ato da mesma Comissão. O ato de homologação do certame foi publicado no Diário Oficial da União de 10 de fevereiro de 2012 e a Portaria nº 234, de 30 de abril de 2012, publicada no D.O.U. do dia 04 de maio de 2012, outorgou a permissão.



3. Contudo, de acordo com o § 3º do art. 223 da Constituição, o ato de outorga somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional. Portanto, solicito que seja encaminhado o referido ato outorga com cópia do processo em comento à Casa Legislativa para prosseguimento do feito.

Respeitosamente,

**RICARDO BERZOINI**



Documento assinado eletronicamente por **Joao Paulo Saraiva de Andrade, Coordenador-Geral de Regime Legal de Outorgas**, em 30/06/2015, às 14:47, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **0561654** e o código CRC **3290BAA4**.

## **Minutas e Anexos**

Não Possui.



Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

1. De conformidade com as atribuições legais e regulamentares cometidas a este Ministério, determinou-se a publicação da Concorrência nº 037/2000-SSR/MC, com vistas à implantação de uma estação de radiodifusão sonora frequência modulada no Município de Chuí, Estado de Rio Grande do Sul.

2. A Comissão Permanente de Licitação de Serviços de Radiodifusão, constituída pela Portaria nº 223, de 6 de junho de 2011, publicada no Diário Oficial da União do dia 7 subsequente e suas alterações, depois de analisar a documentação de habilitação e as propostas técnica e de preço pela outorga das entidades proponentes, com observância à Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e na legislação específica de radiodifusão, concluiu que a EMPRESA DE RADIODIFUSÃO EXTREMO SUL FM LTDA (Processo nº 53790.000211/2000-68) obteve a maior pontuação do valor ponderado, nos termos estabelecidos pelo Edital, tornando-se assim a vencedora da Concorrência, conforme ato da mesma Comissão. O ato de homologação do certame foi publicado no Diário Oficial da União de 10 de fevereiro de 2012 e a Portaria nº 234, de 30 de abril de 2012, publicada no D.O.U. do dia 04 de maio de 2012, outorgou a permissão.

3. Contudo, de acordo com o § 3º do art. 223 da Constituição, o ato de outorga somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional. Portanto, solicito que seja encaminhado o referido ato outorga com cópia do processo em comento à Casa Legislativa para prosseguimento do feito.

Respeitosamente,

**RICARDO BERZOINI**



Documento assinado eletronicamente por **RICARDO JOSÉ RIBEIRO BERZOINI, Ministro de Estado das Comunicações**, em 25/08/2015, às 11:00, conforme art. 3º, III, "a", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.

Nº de Série do Certificado: 1237855



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **0584047** e o código CRC **A63E6E34**.



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica  
Departamento de Outorga de Serviços de Comunicação Eletrônica  
Grupo de Trabalho de Radiodifusão Comercial  
**DESPACHO**

**PROCESSO Nº: 53790.000211/2000-68**

**ASSUNTO: PREPARAÇÃO DE CÓPIA DO PROCESSO**

De ordem, remeto os autos ao SDCOM, para providenciar **cópia autenticada** do processo em referência a ser encaminhada ao SEDOC/GM, para que seja remetido à Presidência da República.



Documento assinado eletronicamente por **Alicionete da Silva Luz, Agente Administrativo**, em 26/08/2015, às 11:57, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **0685112** e o código CRC **5B7779B5**.

**Minutas e Anexos**

Não Possui.



**Assunto:** Notificação (SIDOF)

**De:** Sidof@planalto.gov.br <Sidof@planalto.gov.br> [+] [x]

**Data:** 02/10/2015 10:53:20

**Destinatário:** renata.checchio@comunicacoes.gov.br, emilio.oliveira@comunicacoes.gov.br, henrique@planalto.gov.br, moutinho@planalto.gov.br, hugo.alves@planalto.gov.br, ialves@planalto.gov.br, nobrega@planalto.gov.br, wendy.araujo@comunicacoes.gov.br, jbatista@planalto.gov.br, claudio.sousa@planalto.gov.br, andre@planalto.gov.br, leandro.cardoso@comunicacoes.gov.br [...]

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA  
PROTOCOLO DE ENCAMINHAMENTO  
PROTOCOLO PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA/PRT

Autor do Documento: Emílio Costa de Oliveira  
Data de Encaminhamento: 02/10/2015  
Fluxo: Fluxo Interno  
Nup: Não Consta  
Ministério: MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
Assunto: MC 00309 2015 Chuí RS / Licit/FM  
Atividade: Avalia Documento e Define Destino



Brasília, 2 de Outubro de 2015

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

1. De conformidade com as atribuições legais e regulamentares cometidas a este Ministério, determinou-se a publicação da Concorrência nº 037/2000-SSR/MC, com vistas à implantação de uma estação de radiodifusão sonora frequência modulada no Município de Chuí, Estado de Rio Grande do Sul.
2. A Comissão Permanente de Licitação de Serviços de Radiodifusão, constituída pela Portaria nº 223, de 6 de junho de 2011, publicada no Diário Oficial da União do dia 7 subsequente e suas alterações, depois de analisar a documentação de habilitação e as propostas técnica e de preço pela outorga das entidades proponentes, com observância à Lei nº8.666, de 21 de junho de 1993, e na legislação específica de radiodifusão, concluiu que a EMPRESA DE RADIODIFUSÃO EXTREMO SUL FM LTDA (Processo nº53790.000211/2000-68) obteve a maior pontuação do valor ponderado, nos termos estabelecidos pelo Edital, tornando-se assim a vencedora da Concorrência, conforme ato da mesma Comissão. O ato de homologação do certame foi publicado no Diário Oficial da União de 10 de fevereiro de 2012 e a Portaria nº 234, de 30 de abril de 2012, publicada no D.O.U. do dia 04 de maio de 2012, outorgou a permissão.
3. Contudo, de acordo com o § 3º do art. 223 da Constituição, o ato de outorga somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional. Portanto, solicito que seja encaminhado o referido ato outorga com cópia do processo em comento à Casa Legislativa para prosseguimento do feito.

Respeitosamente,

***Assinado eletronicamente por: Ricardo Jose Ribeiro Berzoini***







PROCESSO Nº 53000.001210/2000

INTERESSADOS: RÁDIO DUNAS FM LTDA e EMPRESA DE RADIODIFUSÃO EXTREMO SUL FM LTDA.

EMENTA: Análise da concorrência 037/2000 levada a efeito para permissão de serviços de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada na localidade de Chuí, no Estado do Rio Grande do Sul.

I- Já foi anulada a homologação e a portaria de outorga que contemplavam RÁDIO DUNAS FM LTDA, uma vez que tal empresa efetivou distrato.

II- Necessidade de desclassificação superveniente da licitante RÁDIO DUNAS FM LTDA, com fulcro no art.43, §3º da Lei 8.666/97.

III- Nulidade do Decreto Legislativo, contaminado pela nulidade dos atos que lhe eram antecedentes: ato de homologação e portaria de outorga. Necessidade de comunicação à Casa Civil e Congresso Nacional.

IV- Pela homologação da concorrência 037/2000 para a localidade de Chuí, no Estado do Rio Grande do Sul, com adjudicação do objeto à proponente EMPRESA DE RADIODIFUSÃO EXTREMO SUL FM LTDA.

1. A Comissão Especial de Licitação encaminha para exame e parecer desta Consultoria Jurídica os processos referentes à Concorrência 037/2000, deflagrada para outorgar permissão de serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada na localidade de Chuí, no Estado do Rio Grande do Sul. Os autos chegaram à minha apreciação nesta data.

2. Compulsando os autos da concorrência 037/2000, verifica-se que foi desconstituída a homologação do certame que adjudicara o objeto à licitante RÁDIO DUNAS FM LTDA, bem como a respectiva portaria de outorga, visto que a empresa não mais subsistia após ter efetivado distrato.

3. Na seqüência, encaminhou-se comunicado à Casa Civil, a fim de que fosse providenciada, junto ao Congresso Nacional, a desconstituição do Decreto Legislativo nº 854, de 2009. Já houve, inclusive, reiteração nesse sentido.

4. Sobreveio a NOTA Nº 409/2011/TFC/CGCE/CONJUR-MC/CGU/AGU a qual recomendou enviar esforços para verificar o deslinde da questão, com o intuito de possibilitar o prosseguimento do certame e eventual homologação contemplando outra proponente. Para tanto, novo Aviso Ministerial seria dirigido com URGÊNCIA à Casa Civil.

5. Ocorre que no caso em voga, já havia sido exarado o decreto legislativo pelo Congresso Nacional, com aprovação da permissão que contemplava RÁDIO DUNAS FM LTDA, porém, restou comprovado que tal entidade não mais existe, ficando impossibilitada de firmar contrato com o Poder Público, em virtude de distrato efetuado pela empresa (fls. 120/121 do processo 53790.00212/2000).

6. Primeiramente, confira-se o mandamento constitucional:

*Art. 223. Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão,*



*permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal.*

*§ 1º - O Congresso Nacional apreciará o ato no prazo do art. 64, § 2º e § 4º, a contar do recebimento da mensagem.*

*§ 2º - A não renovação da concessão ou permissão dependerá de aprovação de, no mínimo, dois quintos do Congresso Nacional, em votação nominal.*

*§ 3º - O ato de outorga ou renovação somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, na forma dos parágrafos anteriores.*

*§ 4º - O cancelamento da concessão ou permissão, antes de vencido o prazo, depende de decisão judicial.*

*§ 5º - O prazo da concessão ou permissão será de dez anos para as emissoras de rádio e de quinze para as de televisão.(Grifamos).*

7. O Tribunal de Contas da União já tem sustentado que cancelamento se refere a outorgas válidas, ao passo que, anulação recai sobre outorgas fulminadas pela ilegalidade. Seguido tal raciocínio, outorgas ilegais, mesmo que contem com decreto legislativo, para o TCU, poderiam ser anuladas, sem necessidade de ação judicial. A licitante RÁDIO DUNAS FM LTDA não manteve as condições de habilitação, visto que a própria pessoa jurídica deixou de existir, violando o edital e a lei. Tal ilegalidade fulmina sua outorga. Cite-se que o distrato foi registrado na Junta Comercial do Rio Grande do Sul em 17/12/2004 (fl. 120 do processo 53790.000212/00), ao passo que, a homologação se deu em 01 de junho de 2007 (fl. 102 do processo 53790.000212/00). Logo, no momento da homologação, RÁDIO DUNAS FM LTDA já não existia, embora a informação não constasse dos autos.

8. A necessidade de ação judicial de cancelamento nos casos de vícios no curso do certame licitatório deflagrado no âmbito desta Pasta Ministerial avalizados por decreto legislativo era embasada no supracitado artigo 223, §4º, da Constituição Federal. Porém, a Consultoria Jurídica vem evoluindo seu entendimento, alinhando-se com excerto da Corte de Contas e do Superior Tribunal de Justiça.

9. O Tribunal de Contas da União sinalizou que é possível que o Ministro de Estado anule outorga, mesmo após o advento de decreto legislativo, sem a necessidade de ação judicial. Seu entendimento se firma na distinção entre anulação por ilegalidade e cancelamento, esta última é a terminologia adotada constitucionalmente.

10. Cite-se, assim, o Acórdão 1900/2008-TCU- Plenário, *in verbis*:

*A doutrina também converge no sentido de que ato ilegal não produz efeitos válidos, não gerando direitos. Sendo insanáveis, não podem ser convalidados, cabendo, portanto, a sua anulação que produzirá efeitos desde a sua origem, alcançando todos os atos dele decorrentes. Assim, ato*



*que contenha o vício da ilegalidade deve ser anulado pela Administração ou pelo Poder Judiciário.*

*Por essa razão, o ato em exame- portaria que outorgou permissão de serviço de radiodifusão-comporta vício insanável, decorrente de ilegalidade ocorrida no procedimento licitatório (inabilitação ilegal de concorrente). Nesse sentido, a sua anulação não é forma de extinção unilateral da outorga, mas significa o reconhecimento de que se trata de outorga sem validade, pois concedida sob fundamento ilegal, representando ato que não existe no mundo jurídico como válido. Portanto, a anulação da outorga em foco não pode ser reconhecida como cancelamento que se subordine à prescrição do art.223, §4º, da Constituição Federal.*

[...]

**O entendimento do STJ foi no sentido de que a previsão constitucional do art.223, §4º é para o cancelamento de outorgas válidas e não para o reconhecimento de nulidade, e que a autoridade que celebrou o contrato administrativo pode declarar sua nulidade sem desconstituir seus atos preparatórios.** (TCU. Acórdão 1900/2008- Plenário. Grifos nossos).

11. A decisão do Superior Tribunal de Justiça invocada no Acórdão do TCU é o Mandado de Segurança 8937-DF, *in litteris*:

CONTRATO ADMINISTRATIVO - DESCONSTITUIÇÃO - ATO COMPLEXO - CÓDIGO NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES (ART. 38) - RECEPÇÃO CONSTITUCIONAL -VIGÊNCIA - “CONCESSIONÁRIAS DE RADIODIFUSÃO - COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA -

CONSENTIMENTO DA UNIÃO (L. 4.117/62 - ART. 38).

**1 - É lícito à autoridade que celebra contrato administrativo, declarar-lhe a nulidade, sem desconstituir os respectivos atos preparatórios.**

2 - O art. 38 da Lei 4.117/62 não foi derogado pela Constituição

Federal de 1988.

3 - O teor do art. 21, XII, "a", da CF, compete à União explorar os serviços de telecomunicações. Ora, quem explora, pode estabelecer as

condições em que tal exploração pode ser concedida. Na hipótese, tais condições encontram-se no art. 38 da Lei 4.117 (Código Nacional de Telecomunicações).



4 - O controle estatal sobre a composição do capital das concessionárias de telecomunicações liga-se radicalmente ao potencial de influência que tais empresas exercem sobre a população.

Não é à toa que os exploradores de tais serviços arrogam-se o epíteto de "formadores de opinião".

5 - A alteração na composição acionária das concessionárias de telecomunicações, dependem de autorização da União, "ouvido o Conselho Nacional de Telecomunicações" (CBT, art. 38).

6 - Em meio ao processo de que resultou a candidata à concessão, é defeso à concessionária alterar seus estatutos sociais, sem as cautelas do CBT (art. 38).(STJ. MS8937-DF. Grifamos).

12. O raciocínio tanto mais se evidencia no voto-vista do sr. Ministro Luiz Fux. Senão, vejamos:

*Assim, imperioso é reconhecer que, sendo o processo de outorga constituído de várias fases distintas, em cada uma delas atuam autoridades também distintas, com poderes para declarar a nulidade dos atos praticados. Assim, se durante o procedimento licitatório for constatada alguma ilegalidade, cabe ao Ministro das Comunicações anular o ato maculado. Se o vício ocorrer na fase de deliberação do Congresso, nada impede que essa Casa também proceda da mesma forma, não aprovando a outorga. **Finalmente, chega-se à fase de celebração do contrato. Nesta etapa, quem atua em nome da União é o Ministro de Estado das Comunicações, do que decorre a sua atribuição para anular esse acordo de vontades, caso seja verificada alguma eiva em sua emissão.** De mais a mais, quando o processo da Impetrante foi **submetido à apreciação do Congresso Nacional, não se tinha conhecimento da irregularidade; praticada quando da transferência das quotas, tendo aquela Casa Legislativa sido, a exemplo do então Ministro das Comunicações, induzida a erro, pois deliberou com base em ato nulo,** vindo a aprovar a outorga concedida à Impetrante que, embora seja a mesma pessoa jurídica que foi declarada vencedora da Concorrência nº 140/97, passou, nos atos subseqüentes, a possuir quadro societário totalmente distinto daquele apresentado à época da licitação."(fls. 254/264) ( STJ. Mandado de Segurança 8937/DF).*

13. A Consultoria Jurídica tem construído o entendimento de que todos os atos decorrentes da homologação nula são, por consequência, nulos, logo, não subsiste nem mesmo o decreto legislativo, por ter sido fulminado pela nulidade dos atos que lhe são antecedentes. Há, portanto, **apenas a necessidade de comunicação à Casa Civil e Congresso Nacional**, sem que seja preciso que anulem os atos exarados naquele âmbito, visto que são atos por essência já nulos. Repita-se que já foram remetidas Exposições de Motivos e Ofícios àqueles órgãos, sem que qualquer resposta se delineasse. Destaque-se que a anulação da homologação que adjudicara o objeto do certame a RÁDIO DUNAS FM LTDA, foi precedida da oportunidade dos interessados se manifestarem em



sede de contraditório e ampla defesa (fl. 111 do processo 53790.000212/2000). Porém, houve silêncio e nenhuma manifestação foi juntada aos autos.

14. A concorrência não pode ficar paralisada indefinidamente, já que reiteradas comunicações foram enviadas à Casa Civil, para entendimentos com o Congresso Nacional.

15. Posto isto, anulada a homologação e portaria de outorga que contemplavam a primeira colocada (RÁDIO DUNAS FM LTDA) na concorrência 037/2000, para a localidade de Chuí/RS, e , por conseguinte sendo nulo o próprio decreto legislativo, passa-se ao exame da documentação da segunda colocada no certame. Entretanto, faz-se necessária a desclassificação superveniente da licitante RÁDIO DUNAS FM LTDA, com fulcro no art.43, §3º da Lei 8.666/97. Tal providência pode ser adotada de imediato, porque já foi oportunizado o contraditório e a ampla defesa. Para tanto, publique-se o despacho ministerial de desclassificação superveniente.

16. A segunda colocada para Chuí/RS é EMPRESA DE RADIODIFUSÃO EXTREMO SUL FM LTDA (fl.275 do processo principal).

17. Em relação ao procedimento licitatório para a localidade de Chuí, no Estado do Rio Grande do Sul, analisando a Concorrência nº 037/2000-SSR/MC, verifica-se que a referida Comissão observou as regras insculpidas no instrumento convocatório (edital), atendeu o rito procedimental do certame, bem como pugnou pelo cumprimento das exigências legais pertinentes a todo procedimento licitatório. Logo, cabe homologação com adjudicação do objeto à EMPRESA DE RADIODIFUSÃO EXTREMO SUL FM LTDA.

18. Diante de todo o exposto, opina-se:

a) Já foi anulada a homologação e a portaria de outorga que contemplavam RÁDIO DUNAS FM LTDA, uma vez que tal empresa efetivou distrato.

b) Necessidade de desclassificação superveniente da licitante RÁDIO DUNAS FM LTDA, com fulcro no art.43, §3º da Lei 8.666/97. Publique-se despacho ministerial nesse sentido.

c) Nulidade do Decreto Legislativo, contaminado pela nulidade dos atos que lhe eram antecedentes: ato de homologação e portaria de outorga. Necessidade de comunicação à Casa Civil e Congresso Nacional.

d) Pela homologação da concorrência 037/2000 para a localidade de Chuí, no Estado do Rio Grande do Sul, com adjudicação do objeto à proponente EMPRESA DE RADIODIFUSÃO EXTREMO SUL FM LTDA.

À superior consideração. Brasília, 01 de dezembro de 2011.

**TATIANE FLORES CAVALCANTE RAZUK**

Advogada da União

**DESPACHO Nº 3210/2011/DPF/CGCE/CONJUR-MC/AGU**



**PROCESSO N.º: 53000.001210/2000**

ASSUNTO : Concorrência 037/2000.

Aprovo o **PARECER N° 1583/2011/TFC/CGCE/CONJUR-MC/CGU/AGU**, da lavra da Advogada da União Tatiane Flores Cavalcante Razuk.

Encaminhem-se os autos à apreciação pelo Sr. Consultor Jurídico.

Brasília, de de 2011.

**DANIEL PEREIRA DE FRANCO**

Advogado da União

Coordenador-Geral de Assuntos Jurídicos de Comunicação Eletrônica

**DESPACHO N° 3211/2011/JFB/GAB/CONJUR-MC/AGU**

**PROCESSO N.º: 53000.001210/2000**

ASSUNTO : Concorrência 037/2000.

Aprovo o **DESPACHO N° 3210/2011/DPF/CGCE/CONJUR-MC/AGU**, da lavra do Advogado da União, Dr. Daniel Pereira de Franco, Coordenador-Geral de Assuntos Jurídicos de Comunicação Eletrônica, que aprovou o **PARECER N° 1583/2011/TFC/CGCE/CONJUR-MC/CGU/AGU**, de autoria da Advogada da União, Dra. Tatiane Flores Cavalcante Razuk.

Encaminhem-se os autos à Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica, em prosseguimento.

Brasília, de de 2011.

**JOSÉ FLÁVIO BIANCHI**

Consultor Jurídico

**DESPACHO S/N°**

1. Tendo em vista que a devolução dos autos em questão se deu unicamente em razão da mudança de direção desta Pasta, reitero os termos da última manifestação desta Consultoria Jurídica, que conclui pela ausência de óbice jurídico para a submissão da Exposição de Motivos à Casa Civil da Presidência da República.
2. Encaminhem-se os autos ao Gabinete do Ministro, para as providências de estilo.



Brasília, 26 de agosto de 2015.

**Alan Trajano**  
Consultor Jurídico

*Assinado eletronicamente por: Alan Emanuel Cavalcante Trajano*





**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
GABINETE DO MINISTRO**

**Coordenação-Geral de Serviços do Gabinete**

Esplanada dos Ministérios, Bloco R, Sala 721 – 70044-900 Brasília-DF - Tel.: (61) 2027-6242 / 6225

Ofício nº 33056/2015/SEI-MC

Brasília, 7 de outubro de 2015.

Ao Senhor

**GABRIEL FERRAZ AIDAR**

Subchefe de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais da Casa Civil da Presidência da República – Interino

Palácio do Planalto, 4º andar  
70150-900 Brasília-DF

**Assunto: Processos (encaminha)**

Senhor Subchefe,

Atendendo à orientação dessa Subchefia e ao que dispõe o Decreto nº 3.714, de 3 de janeiro de 2001, referente à transmissão eletrônica de documentos, encaminho, em anexo, os seguintes processos impressos a partir de arquivos digitais com valor de original:

EM nº 00303/2015 MC

- 53000.006481/2010

EM nº 00304/2015 MC

- 53000.039692/2010

EM nº 00329/2015 MC

- 53000.004483/2010

EM nº 00332/2015 MC

- 53000.000298/2013



LM nº 00328/2015 MC

- 53000.006271/2010

LM nº 00301/2015 MC

- 53720.000225/2002

EM nº 00320/2015 MC

- 53000.004706/2010

EM nº 00313/2015 MC

- 53740.000282/2002

EM nº 00309/2015 MC

- 53790.000211/2000

EM nº 00327/2015 MC

- 53000.026104/2010

EM nº 00325/2015 MC

- 53740.000259/2002

EM nº 00326/2015 MC

- 53710.000613/2000

EM nº 00316/2015 MC

- 53000.002269/2010

EM nº 00323/2015 MC

- 53000.042099/2010

LM nº 00315/2015 MC

- 53830.000286/2002

EM nº 00314/2015 MC

- 53000.056849/2009

EM nº 00072/2015 MC

- 53000.021334/2013

EM nº 00305/2015 MC

- 53000.013513/2010



EM nº 00337/2015 MC

- 53000.056648/2012

EM nº 00342/2015 MC

- 53000.045554/2013

EM nº 00343/2015 MC

- 53000.051722/2013

EM nº 00307/2015 MC

- 53720.000299/2000

EM nº 00306/2015 MC

- 53000.003644/2010

EM nº 00324/2015 MC

- 53000.014329/2010

EM nº 00335/2015 MC

- 53000.018934/2013

EM nº 00174/2015 MC

- 53000.001524/2001

EM nº 00310/2015 MC

- 53000.006756/2010

EM nº 00302/2015 MC

- 53000.003848/2010

EM nº 00318/2015 MC

- 53830.000784/2010

EM nº 00317/2015 MC

- 53000.058819/2009

EM nº 00333/2015 MC

- 53000.015435/2013

EM nº 00353/2015 MC

- 53000.049480/2012



EM nº 00354/2015 MC

- 53000.046795/2012

EM nº 00355/2015 MC

- 53000.015189/2014

EM nº 00358/2015 MC

- 53000.056640/2013

EM nº 00359/2015 MC

- 53000.056251/2011

EM nº 00360/2015 MC

- 53000.056644/2011

EM nº 00363/2015 MC

- 53000.041617/2013

EM nº 00364/2015 MC

- 53000.028014/2012

EM nº 00365/2015 MC

- 53000.070758/2013

EM nº 00366/2015 MC

- 53000.056194/2013

EM nº 00367/2015 MC

- 53000.063230/2005

EM nº 00380/2015 MC

- 53000.059407/2013

EM nº 00374/2015 MC

- 53000.020718/2012

EM nº 00272/2015 MC

- 53000.014022/2013

EM nº 00381/2015 MC

- 53000.072155/2006

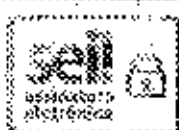


EM nº 00370/2015 MC

- 53000.028132/2009

Atenciosamente,

**RENATA MORAES CHECCHIO**  
Coordenadora-Geral



Documento assinado eletronicamente por **Renata Moraes Checchio, Coordenadora-Geral de Serviços do Gabinete**, em 07/10/2015, às 16:16, conforme art. 3º, III, "b", da Portaria MC 89/2014.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.mg.gov.br/verifica.html> informando o código verificador **0757359** e o código CRC **261E2AF4**.



**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
GABINETE DO MINISTRO  
COORDENAÇÃO-GERAL DE SERVIÇOS DO GABINETE**

**DESPACHO**

**Processo nº: 53790.000211/2000-68**

**Referência: Ofício nº 33056/2015/SEI-MC, de 7 de outubro de 2015.**

**Interessado: RÁDIO DUNAS FM LTDA e EMPRESA DE RADIODIFUSÃO  
EXTREMOSUL FM LTDA.**

**Assunto: Restituição de processo.**

**Destinatário: SCE**

Tendo em vista a expedição do Ofício nº 33056/2015/SEI-MC, de 7 de outubro de 2015, à Subchefia de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais da Casa Civil da Presidência da República, restitua-se o presente processo à Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica deste Ministério.

Brasília, 9 de outubro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **Renata Moraes Checchio**, **Coordenadora-Geral de Serviços do Gabinete**, em 14/10/2015, às 11:11, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **0762762** e o código CRC **E755D372**.

**Minutas e Anexos**

Não Possui.



## DESPACHO

**Processo nº: 53790.000211/2000-68**

**Interessado: Empresa de Radiodifusão Extremo Sul FM tdaL.**

**Assunto: Sobrestamento do processo de outorga até a expedição do decreto legislativo.**

1. Tratam os presentes autos de outorga de permissão do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no município de Chuí, estado do Rio Grande do Sul, onde já fora outorgada tal permissão à Empresa de Radiodifusão Extremo Sul FM Ltda.; e os presentes autos foram encaminhados à Casa Civil para posterior encaminhamento ao Congresso Nacional, para expedição de Decreto Legislativo.

2. Ocorre que, por motivos procedimentais os autos foram restituídos à esta Pasta, para nova apreciação do então Ministro de Estado das Comunicações; e, em seguida houve a devolução à Casa Civil, para novamente, encaminha-los ao Congresso Nacional.

3. Isto posto, determino o **SOBRESTAMENTO** do processo administrativo em destaque, até que seja concluído os trâmites na Casa Civil e Congresso Nacional, e haja a devolução dos autos ao Ministério das Comunicações. Dessa forma, encaminhem-se os autos em referência ao SDCOM, para aguardar tais circunstâncias.



Documento assinado eletronicamente por **Jonathan Pereira Fonseca**, **Coordenador do Subgrupo Legal de Radiodifusão Comercial**, em 12/04/2016, às 11:25, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **1071191** e o código CRC **9892FC59**.

## Minutas e Anexos

Não Possui.









**Serviço de Atendimento ao Público do Ministério das Comunicações (SATP-MC)**

**REQUERIMENTO - VISTA, CÓPIA E CERTIDÃO DE PROCESSOS E DOCUMENTOS.**

( ) Vista ( X ) Cópia integral ( ) Cópia fls. \_\_\_\_/\_\_\_\_ ( ) Certidão ( ) Cópia de Portaria / Parecer / Nota Técnica / Despacho / Outro.

Se Certidão/Portaria/Parecer/Nota Técnica/Despacho/Outro. Identificar:

Processo nº **53790.000211/2000-68**

Tipo de Processo: ( X ) Outorga ( ) Pós-Outorga ( ) Acompanhamento e Avaliação.

Serviço: ( ) Rádio Comunitária ( ) Rádio/TV Educativa ( X ) Rádio/TV Comercial ( ) RTV ( ) SARC

Entidade: **EMPRESA DE RADIODIFUSÃO EXTREMO SUL FM LTDA.**

CNPJ nº: **03.836.652/0001-59**

Interessado(a): **MURILO JOSÉ PASQUALOTTO**

CPF/MF: **335.284.620-00**

RG nº **OAB/RS 43.032**

Fone: **(51) 9968.1918 ou 51. 3332.4710**

E-mail: **mpasqualotto@via-rs.net**

Endereço: **Rua Itaboraí nº 139 – sala 103**

CEP: **90.670-030**

Município: **Porto Alegre**

UF: **RS**

( ) Procurador ( X ) Advogado ( ) Integrante do corpo diretivo

Anexar ao requerimento via digitalizada:

- a) Se procurador, o instrumento de procuração válido, outorgado pelos representantes legais da entidade e documento de identificação pessoal com foto;
- b) Se advogado, carteira de inscrição na OAB; e
- c) Se integrante do quadro diretivo, o respectivo instrumento (estatuto, contrato social, etc), bem como o documento de identificação pessoal com foto.

**Porto Alegre, RS 07 de ABRIL de 2016.**

Assinatura



## Dados do Protocolo

## Dados do Protocolo

Nº do

Processo:

53790.000211/2000-68

Interessados:

EMPRESA DE RADIODIFUSAO EXTREMO SUL FM LTDA

Assunto:

EDITAL DE CONCORRENCIA Nº 037/2000-SSR/MC, COMERCIAL, INSTAURADO NA DELEGACIA DO MINISTERIO DAS COMUNICACOES EM PORTO ALEGRE EM 05/07/2000, SERVICO: FREQUENCIA MODULADA, LOCALIDADE: CHUI/RS.

1 de 5

1

2

3

4

5

6

7

8

9

10

5

Orgão Origem	Situação	Data do Trâmite	Orgão Destino
SUBGRUPO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMERCIAL		20/10/2015 13:37	SERVIÇO DE ARQUIVO E BIBLIOTECA
COMISSAO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DE SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO		20/10/2015 13:36	SUBGRUPO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMERCIAL
GABINETE DA SECRETARIA DE SERVICOS DE COMUNICACAO ELETRONICA		23/11/2012 17:56	SECRETARIA DA COMISSAO PERMANENTE LICITAÇÃO DE SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO
SECRETARIA DA COMISSAO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DE SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO		15/08/2012 20:07	SERVIÇO DE DOCUMENTAÇÃO E ARQUIVO
SERVIÇO DE DOCUMENTAÇÃO E ARQUIVO		21/05/2012 16:29	

1 de 5

1

2

3

4

5

6

7

8

9

10

5

Fechar







A.29

T-2

Ofício nº 0252/2016 - SAJ

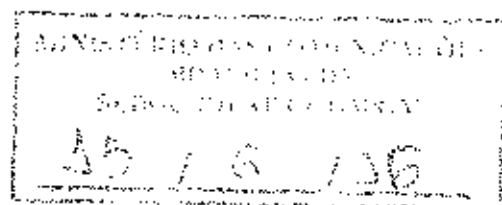
Em 8 de junho de 2016.

Ao Senhor

ARLEY AYRES

Chefe de Gabinete do Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações  
BRASÍLIA/DFAssunto: **Restituição de Exposições de Motivos.**

Senhor Chefe de Gabinete,



Restituo a Vossa Senhoria, para reavaliação pelo novo titular da pasta competente para a matéria, os processos e as Exposições de Motivos abaixo relacionadas:

Quantidade	Nº da EXM - MC	Nº Processo
1	336/2015 - MC	53000.042680/2010-85
2	79/2016 - MC	53000.046522/2011-85
3	70/2016 - MC	53000.058125/2011-56
4	115/2016 - MC	53000.038016/2006-55
5	131/2016 - MC	53000.008174/2012-29
6	139/2016 - MC	53000.040064/2011-71
7	136/2016 - MC	53000.050136/2011-98
8	127/2016 - MC	53000.040711/2013-14
9	74/2016 - MC	53000.006880/2013-17
10	132/2016 - MC	53000.061475/2011-08
11	128/2016 - MC	53000.059721/2011-53
12	134/2016 - MC	53740.000060/2002-03
13	135/2016 - MC	53000.026815/2009-21
14	86/2016 - MC	53000.056634/2011-44
15	58/2016 - MC	53000.046522/2013-47
16	84/2016 - MC	53000.048414/2012-28
17	138/2016 - MC	53000.057121/2013-12
18	358/2015 - MC	53000.056640/2013-63
19	340/2015 - MC	53000.005277/2007-70
20	213/2015 - MC	53000.014911/2007-65
21	385/2015 - MC	53000.003696/2007-77



22	350/2015 - MC	53000.015437/2009-51
23	89/2016 - MC	53000.045180/2012-67
24	10/2016 - MC	53000.071599/2013-55
25	306/2015 - MC	53000.003644/2010-04
26	304/2015 - MC	53000.039692/2010-22
27	88/2016 - MC	53000.058119/2011-07
28	333/2016 - MC	53000.015435/2013-48
29	332/2015 - MC	53000.000298/2013-47
30	8/2016 - MC	53000.006807/2013-45
31	7/2016 - MC	53000.026610/2013-22
32	2/2016 - MC	53000.029406/2013-63
33	354/2015 - MC	53000.046795/2012-19
34	305/2015 - MC	53000.013513/2010-27
35	363/2015 - MC	53000.041617/2013-74
36	104/2016 - MC	53000.058133/2011-01
37	4/2016 - MC	53000.004800/2014-70
38	341/2015 - MC	53000.065263/2007-13
39	101/2016 - MC	53000.058136/2011-36
40	362/2015 - MC	53000.025840/2007-26
41	346/2015 - MC	53000.062713/2007-16
42	347/2015 - MC	53000.010896/2008-67
43	307/2015 - MC	53720.000299/2000-41
44	351/2015 - MC	53000.010790/2008-63
45	102/2016 - MC	53000.058139/2011-70
46	5/2016 - MC	53000.059200/2013-68
47	328/2015 - MC	53000.006271/2010-15
48	287/2015 - MC	53000.016325/2014-84
49	98/2016 - MC	53000.051583/2012-45
50	353/2015 - MC	53000.049480/2012-15
51	359/2015 - MC	53000.056251/2011-76
52	337/2015 - MC	53000.056648/2012-49
53	9/2016 - MC	53000.069868/2013-13
54	302/2015 - MC	53000.003848/2010-37
55	379/2015 - MC	53000.065326/2013-71
56	375/2015 - MC	53000.040135/2013-05
57	380/2015 - MC	53000.059407/2013-32
58	303/2015 - MC	53000.006481/2010-11
59	301/2015 - MC	53720.000225/2002-77
60	309/2015 - MC	53790.000211/2000-68
61	60/2016 - MC	53000.015829/2013-04
62	87/2016 - MC	53000.065857/2011-01
63	59/2016 - MC	53000.069974/2013-05
64	170/2016 - MC	53000.048613/2013-17
65	154/2016 - MC	53000.044171/2012-59
66	164/2016 - MC	53000.057297/2012-93
67	117/2016 - MC	53000.057904/2011-34
68	125/2016 - MC	53000.057221/2011-87
69	168/2016 - MC	53000.024276/2012-91
70	105/2016 - MC	53000.062227/2013-38
71	61/2016 - MC	53000.039068/2013-78



72	94/2016 – MC	53000.055771/2011-61
73	93/2016 – MC	53000.019647/2013-02
74	96/2016 – MC	53000.056635/2011-99
75	52/2016 – MC	53000.056637/2011-88
76	360/2015 – MC	53000.056644/2011-80
77	361/2015 – MC	53000.052145/2007-37
78	355/2015 – MC	53000.015189/2014-13
79	364/2015 – MC	53000.028014/2012-04
80	324/2015 – MC	53000.014329/2010-02
81	103/2016 – MC	53000.065035/2012-01
82	383/2015 – MC	53000.051948/2006-93
83	323/2015 – MC	53000.042099/2010-63
84	214/2015 – MC	53000.063955/2006-38
85	1/2016 – MC	53000.02.0436/2013-12
86	162/2016 – MC	53000.040866/2012-61
87	153/2016 – MC	53000.031930/2012-13
88	149/2016 – MC	53000.008124/2013-22
89	143/2016 – MC	53000.058587/2011-73
90	147/2016 – MC	53000.019259/2014-02
91	167/2016 – MC	53000.006813/2013-01
92	144/2016 – MC	53000.056608/2011-16
93	163/2016 – MC	53000.031924/2012-66
94	120/2016 – MC	53000.029031/2013-31
95	371/2015 – MC	53000.068928/2007-32
96	3/2016 – MC	53000.055380/2013-17
97	376/2015 – MC	53000.040584/2013-45
98	367/2015 – MC	53000.063230/2005-69
99	365/2015 – MC	53000.070758/2013-02
100	272/2015 – MC	53000.014022/2013-46
101	243/2015 – MC	53000.019342/2008-25
102	279/2015 – MC	53000.068058/2013-40
103	286/2015 – MC	53000.058945/2013-18
104	80/2016 – MC	53000.040134/2011-91
105	77/2016 – MC	53000.070233/2013-69
106	75/2016 – MC	53000.062335/2013-19
107	68/2016 – MC	53000.031942/2012-48
108	6/2016 – MC	53000.060033/2013-06
109	378/2015 – MC	53000.046274/2013-34
110	366/2015 – MC	53000.056194/2013-97
111	81/2016 – MC	53000.016939/2012-02
112	273/2015 – MC	53000.041679/2013-86
113	63/2016 – MC	53000.065780/2013-22
114	269/2015 – MC	53000.058466/2011-21
115	197/2015 – MC	53000.059414/2011-72
116	319/2015 – MC	53000.003556/2012-66
117	266/2015 – MC	53000.007034/2013-14
118	67/2016 – MC	53000.020798/2013-03
119	55/2016 – MC	53000.056642/2011-91
120	62/2016 – MC	53000.058131/2011-11
121	54/2016 – MC	53000.061913/2013-91



122	211/2015 – MC	53000.057294/2012-50
123	193/2015 – MC	53000.016307/2011-50
124	261/2015 – MC	53000.045699/2010-83
125	281/2015 – MC	53000.019532/2013-18
126	298/2015 – MC	53000.022860/2008-26
127	219/2015 – MC	53000.029611/2007-81
128	294/2015 – MC	53000.007687/2014-84
129	228/2015 – MC	53000.054050/2012-15
130	192/2015 – MC	53000.031931/2012-68
131		
132	278/2015 – MC	53000.007050/2013-15
133	277/2015 – MC	53000.068456/2013-66
134	252/2015 – MC	53650.000357/2002-70
135	244/2015 – MC	53000.051345/2007-72
136	207/2015 – MC	53000.019584/2007-38
137	257/2015 – MC	53710.000326/2002-67
138	263/2015 – MC	53000.007834/2008-78
139	194/2015 – MC	53000.024307/2008-28
140	199/2015 – MC	53000.046729/2011-50
141	288/2015 – MC	53000.028473/2013-61
142	71/2016 – MC	53000.052021/2011-38
143	78/2016 – MC	53000.045558/2013-11
144	271/2015 – MC	53000.055786/2012-19
145	283/2015 – MC	53000.041134/2011-16
146	65/2016 – MC	53000.057914/2011-70
147	227/2015 – MC	53000.048732/2013-70
148	291/2015 – MC	53000.015610/2013-05
149	292/2015 – MC	53000.034808/2013-80
150	285/2015 – MC	53000.070495/2013-23
151	265/2015 – MC	53000.046584/2006-20
152	234/2015 – MC	53000.057324/2005-07
153	106/2016 – MC	53000.004549/2005-52
154	159/2016 – MC	53900.006400/2014-55
155	150/2016 – MC	53000.056221/2011-60
156	151/2016 – MC	53000.056610/2011-95
157	152/2016 – MC	53000.028629/2012-22
158	108/2016 – MC	53000.037683/2007-00
159	146/2016 – MC	53000.057442/2011-55
160	161/2016 – MC	53000.026302/2013-05
161	158/2016 – MC	53000.029374/2013-04
162	166/2016 – MC	53000.053992/2010-14
163	155/2016 – MC	53000.058142/2011-93
164	140/2016 – MC	53000.027802/2007-16
165	109/2016 – MC	53670.002069/2002-11
166	157/2016 – MC	53000.073739/2012-49
167	142/2016 – MC	53000.056631/2011-19
168	145/2016 – MC	53000.058076/2011-51
169	160/2016 – MC	53000.053259/2013-42
170	156/2016 – MC	53000.058134/2011-47
171	229/2015 – MC	53000.038653/2013-51



172	232/2015 – MC	53000.056240/2011-96
173	83/2016 – MC	53000.020068/2012-13
174	82/2016 – MC	53000.055763/2011-15
175	73/2016 – MC	53000.057295/2012-02
176	85/2016 – MC	53000.071796/2013-74
177	66/2016 – MC	53000.051987/2012-39
178	165/2016 – MC	53000.048835/2013-30
179	275/2015 – MC E 276/2015	53710.000552/2002-48

Atenciosamente,

ENGELS AUGUSTO MUNIZ

Chefe de Gabinete da Subchefia para Assuntos Jurídicos da  
Casa Civil da Presidência da República



60

Brasília, 2 de Outubro de 2015



Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

1. De conformidade com as atribuições legais e regulamentares cometidas a este Ministério, determinou-se a publicação da Concorrência nº 037/2000-SSR/MC, com vistas à implantação de uma estação de radiodifusão sonora frequência modulada no Município de Chui, Estado de Rio Grande do Sul.
2. A Comissão Permanente de Licitação de Serviços de Radiodifusão, constituída pela Portaria nº 223, de 6 de junho de 2011, publicada no Diário Oficial da União do dia 7 subsequente e suas alterações, depois de analisar a documentação de habilitação e as propostas técnica e de preço pela outorga das entidades proponentes, com observância à Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e na legislação específica de radiodifusão, concluiu que a EMPRESA DE RADIODIFUSÃO EXTREMO SUL FM LTDA (Processo nº 53790.000211/2000-68) obteve a maior pontuação do valor ponderado, nos termos estabelecidos pelo Edital, tornando-se assim a vencedora da Concorrência, conforme ato da mesma Comissão. O ato de homologação do certame foi publicado no Diário Oficial da União de 10 de fevereiro de 2012 e a Portaria nº 234, de 30 de abril de 2012, publicada no D.O.U, do dia 04 de maio de 2012, outorgou a permissão.
3. Contudo, de acordo com o § 3º do art. 223 da Constituição, o ato de outorga somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional. Portanto, solicito que seja encaminhado o referido ato outorga com cópia do processo em comento à Casa Legislativa para prosseguimento do feito.

Respeitosamente,

*Assinado eletronicamente por: Ricardo Jose Ribeiro Berzoini*







**PARECER Nº 1583/2011/TFC/CGCE/CONJUR-MC/AGU**

PROCESSO Nº 53000.001210/2000

INTERESSADOS: RÁDIO DUNAS FM LTDA e EMPRESA DE RÁDIO DIFUSÃO EXTREMO SUL FM LTDA.

EMENTA: Análise da concorrência 037/2000 levada a efeito para permissão de serviços de Radiodifusão Sonora em Freqüência Modulada na localidade de Chuí, no Estado do Rio Grande do Sul.

I- Já foi anulada a homologação e a portaria de outorga que contemplavam RÁDIO DUNAS FM LTDA, uma vez que tal empresa efetivou distrato.

II- Necessidade de desclassificação superveniente da licitante RÁDIO DUNAS FM LTDA, com fulcro no art. 43, § 3º da Lei 8.666/97.

III- Nulidade do Decreto Legislativo, contaminado pela nulidade dos atos que lhe eram antecedentes: ato de homologação e portaria de outorga, Necessidade de comunicação à Casa Civil e Congresso Nacional.

IV- Pela homologação da concorrência 037/2000 para a localidade de Chuí, no Estado do Rio Grande do Sul, com adjudicação do objeto à proponente EMPRESA DE RÁDIO DIFUSÃO EXTREMO SUL FM LTDA.

1. A Comissão Especial de Licitação encaminha para exame e parecer desta Consultoria Jurídica os processos referentes à Concorrência 037/2000, deflagrada para outorgar permissão de serviço de Radiodifusão Sonora em Freqüência Modulada na localidade de Chuí, no Estado do Rio Grande do Sul. Os autos chegaram à minha apreciação nesta data.

2. Compulsando os autos da concorrência 037/2000, verifica-se que foi desconstituída a homologação do certame que adjudicara o objeto à licitante RÁDIO DUNAS FM LTDA, bem como a respectiva portaria de outorga, visto que a empresa não mais subsistia após ter efetivado distrato.

3. Na seqüência, encaminhou-se comunicado à Casa Civil, a fim de que fosse providenciada, junto ao Congresso Nacional, a desconstituição do Decreto Legislativo nº 854, de 2009. Já houve, inclusive, reiteração nesse sentido.

4. Sobreveio a NOTA Nº 409/2011/TFC/CGCE/CONJUR-MC/CGU/AGU a qual recomendou envidar esforços para verificar o deslinde da questão, com o intuito de possibilitar o prosseguimento do certame e eventual homologação contemplando outra proponente. Para tanto, novo Aviso Ministerial seria dirigido com URGÊNCIA à Casa Civil.

5. Ocorre que no caso em voga, já havia sido exarado o decreto legislativo pelo Congresso Nacional, com aprovação da permissão que contemplava RÁDIO DUNAS FM LTDA, porém, restou comprovado que tal entidade não mais existe, ficando impossibilitada de firmar contrato com o Poder Público, em virtude de distrato efetuado pela empresa (fls. 120/121 do processo 53790.00212/2000).

6. Primeiramente, confira-se o mandamento constitucional:

*Art. 223. Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado,*



*público e estatal.*

*§ 1º - O Congresso Nacional apreciará o ato no prazo do art. 64, § 2º e § 4º, a contar do recebimento da mensagem.*

*§ 2º - A não renovação da concessão ou permissão dependerá de aprovação de, no mínimo, dois quintos do Congresso Nacional, em votação nominal.*

*§ 3º - O ato de outorga ou renovação somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, na forma dos parágrafos anteriores.*

***§ 4º - O cancelamento da concessão ou permissão, antes de vencido o prazo, depende de decisão judicial.***

*§ 5º - O prazo da concessão ou permissão será de dez anos para as emissoras de rádio e de quinze para as de televisão.(Grifamos).*

7. O Tribunal de Contas da União já tem sustentado que cancelamento se refere a outorgas válidas, ao passo que, anulação recai sobre outorgas fulminadas pela ilegalidade. Seguido tal raciocínio, outorgas ilegais, mesmo que contem com decreto legislativo, para o TCU, poderiam ser anuladas, sem necessidade de ação judicial. A licitante RÁDIO DUNAS FM LTDA não manteve as condições de habilitação, visto que a própria pessoa jurídica deixou de existir, violando o edital e a lei. Tal ilegalidade fulmina sua outorga. Cite-se que o distrato foi registrado na Junta Comercial do Rio Grande do Sul em 17/12/2004 (fl. 120 do processo 53790.000212/00), ao passo que, a homologação se deu em 01 de junho de 2007 (fl. 102 do processo 53790.000212/00). Logo, no momento da homologação, RÁDIO DUNAS FM LTDA já não existia, embora a informação não constasse dos autos.

8. A necessidade de ação judicial de cancelamento nos casos de vícios no curso do certame licitatório deflagrado no âmbito desta Pasta Ministerial avalizados por decreto legislativo era embasada no supracitado artigo 223, §4º, da Constituição Federal. Porém, a Consultoria Jurídica vem evoluindo seu entendimento, alinhando-se com excerto da Corte de Contas e do Superior Tribunal de Justiça.

9. O Tribunal de Contas da União sinalizou que é possível que o Ministro de Estado anule outorga, mesmo após o advento de decreto legislativo, sem a necessidade de ação judicial. Seu entendimento se firma na distinção entre anulação por ilegalidade e cancelamento, esta última é a terminologia adotada constitucionalmente.

10. Cite-se, assim, o Acórdão 1900/2008-TCU- Plenário, *in verbis*:

***A doutrina também converge no sentido de que ato ilegal não produz efeitos válidos, não gerando direitos. Sendo insanáveis, não podem ser convalidados, cabendo, portanto, a sua anulação que produzirá efeitos desde a sua origem,** alcançando todos os atos dele decorrentes. Assim, ato que contenha o vício da ilegalidade deve ser anulado pela Administração ou pelo Poder Judiciário.*

*Por essa razão, o ato em exame- portaria que outorgou permissão de serviço de radiodifusão-comporta vício insanável, decorrente de ilegalidade ocorrida no procedimento licitatório (inabilitação ilegal de concorrente). Nesse sentido, a sua anulação não é forma de extinção unilateral da outorga, mas significa o reconhecimento de que se trata de outorga sem validade, pois concedida sob fundamento ilegal, representando ato que não existe no mundo jurídico como válido. Portanto, a anulação da outorga em foco não pode ser reconhecida*



como cancelamento que se subordine à prescrição do art.223, §4º, da Constituição Federal.

[...]

O entendimento do STJ foi no sentido de que a previsão constitucional do art.223, §4º é para o cancelamento de outorgas válidas e não para o reconhecimento de nulidade, e que a autoridade que celebrou o contrato administrativo pode declarar sua nulidade sem desconstituir seus atos preparatórios. (TCU, Acórdão 1900/2008- Plenário, Grifos nossos).

11. A decisão do Superior Tribunal de Justiça invocada no Acórdão do TCU é o Mandado de Segurança 8937-DF, *in litteris*:

CONTRATO ADMINISTRATIVO - DESCONSTITUIÇÃO - ATO COMPLEXO - CÓDIGO NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES (ART. 38) - RECEPÇÃO CONSTITUCIONAL -VIGÊNCIA - "CONCESSIONÁRIAS DE RADIODIFUSÃO - COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA -

CONSENTIMENTO DA UNIÃO (L. 4.117/62 - ART. 38).

**1 - É lícito à autoridade que celebra contrato administrativo, declarar-lhe a nulidade, sem desconstituir os respectivos atos preparatórios.**

2 - O art. 38 da Lei 4.117/62 não foi derogado pela Constituição

Federal de 1988.

3 - O teor do art. 21, XII, "a", da CF, compete à União explorar os serviços de telecomunicações. Ora, quem explora, pode estabelecer as

condições em que tal exploração pode ser concedida. Na hipótese, tais condições encontram-se no art. 38 da Lei 4.117 (Código Nacional de Telecomunicações).

4 - O controle estatal sobre a composição do capital das concessionárias de telecomunicações liga-se radicalmente ao potencial de influência que tais empresas exercem sobre a população.

Não é à toa que os exploradores de tais serviços arrogam-se o epíteto de "formadores de opinião".

5 - A alteração na composição acionária das concessionárias de telecomunicações, dependem de autorização da União, "ouvido o Conselho Nacional de Telecomunicações" (CBT, art. 38).

6 - Em meio ao processo de que resultou a candidata à concessão, é defeso à concessionária alterar seus estatutos sociais, sem as cautelas do CBT (art. 38).(STJ, MS8937-DF. Grifamos).



12. O raciocínio tanto mais se evidencia no voto-vista do sr. Ministro Luiz Fux. Senão, vejamos:

*Assim, imperioso é reconhecer que, sendo o processo de outorga constituído de várias fases distintas, em cada uma delas atuam autoridades também distintas, com poderes para declarar a nulidade dos atos praticados. Assim, se durante o procedimento licitatório for constatada alguma ilegalidade, cabe ao Ministro das Comunicações anular o ato maculado. Se o vício ocorrer na fase de deliberação do Congresso, nada impede que essa Casa também proceda da mesma forma, não aprovando a outorga. Finalmente, chega-se à fase de celebração do contrato. Nesta etapa, quem atua em nome da União é o Ministro de Estado das Comunicações, do que decorre a sua atribuição para anular esse acordo de vontades, caso seja verificada alguma eiva em sua emissão. De mais a mais, quando o processo da Impetrante foi submetido à apreciação do Congresso Nacional, não se tinha conhecimento da irregularidade; praticada quando da transferência das quotas, tendo aquela Casa Legislativa sido, a exemplo do então Ministro das Comunicações, induzida a erro, pois deliberou com base em ato nulo, vindo a aprovar a outorga concedida à Impetrante que, embora seja a mesma pessoa jurídica que foi declarada vencedora da Concorrência nº 140/97, passou, nos atos subseqüentes, a possuir quadro societário totalmente distinto daquele apresentado à época da licitação." (fls. 254/264) (STJ. Mandado de Segurança 8937/DF).*

13. A Consultoria Jurídica tem construído o entendimento de que todos os atos decorrentes da homologação nula são, por consequência, nulos, logo, não subsiste nem mesmo o decreto legislativo, por ter sido fulminado pela nulidade dos atos que lhe são antecedentes. Há, portanto, **apenas a necessidade de comunicação à Casa Civil e Congresso Nacional**, sem que seja preciso que anulem os atos exarados naquele âmbito, visto que são atos por essência já nulos. Repita-se que já foram remetidas Exposições de Motivos e Ofícios àqueles órgãos, sem que qualquer resposta se delineasse. Destaque-se que a anulação da homologação que adjudicava o objeto do certame a RÁDIO DUNAS FM LTDA, foi precedida da oportunidade dos interessados se manifestarem em sede de contraditório e ampla defesa (fl. 111 do processo 53790.000212/2000). Porém, houve silêncio e nenhuma manifestação foi juntada aos autos.

14. A concorrência não pode ficar paralisada indefinidamente, já que reiteradas comunicações foram enviadas à Casa Civil, para entendimentos com o Congresso Nacional.

15. Posto isto, anulada a homologação e portaria de outorga que contemplavam a primeira colocada (RÁDIO DUNAS FM LTDA) na concorrência 037/2000, para a localidade de Chui/RS, e, por conseguinte sendo nulo o próprio decreto legislativo, passa-se ao exame da documentação da segunda colocada no certame. Entretanto, faz-se necessária a desclassificação superveniente da licitante RÁDIO DUNAS FM LTDA, com fulcro no art.43, §3º da Lei 8.666/97. Tal providência pode ser adotada de imediato, porque já foi oportunizado o contraditório e a ampla defesa. Para tanto, publique-se o despacho ministerial de desclassificação superveniente.

16. A segunda colocada para Chui/RS é EMPRESA DE RADIODIFUSÃO EXTREMO SUL FM LTDA (fl.275 do processo principal).



17. Em relação ao procedimento licitatório para a localidade de Chui, no Estado do Rio Grande do Sul, analisando a Concorrência nº 037/2000-SSR/MC, verifica-se que a referida Comissão observou as regras insculpidas no instrumento convocatório (edital), atendeu o rito procedimental do certame, bem como pugnou pelo cumprimento das exigências legais pertinentes a todo procedimento licitatório. Logo, cabe homologação com adjudicação do objeto à EMPRESA DE RÁDIO DIFUSÃO EXTREMO SUL FM LTDA.

18. Diante de todo o exposto, opina-se:

a) Já foi anulada a homologação e a portaria de outorga que contemplavam RÁDIO DUNAS FM LTDA, uma vez que tal empresa efetivou distrato.

b) Necessidade de desclassificação superveniente da licitante RÁDIO DUNAS FM LTDA, com fulcro no art. 43, § 3º da Lei 8.666/97. Publique-se despacho ministerial nesse sentido.

c) Nulidade do Decreto Legislativo, contaminado pela nulidade dos atos que lhe eram antecedentes: ato de homologação e portaria de outorga. Necessidade de comunicação à Casa Civil e Congresso Nacional.

d) Pela homologação da concorrência 037/2000 para a localidade de Chui, no Estado do Rio Grande do Sul, com adjudicação do objeto à proponente EMPRESA DE RÁDIO DIFUSÃO EXTREMO SUL FM LTDA.

À superior consideração. Brasília, 01 de dezembro de 2011.

**TATIANE FLORES CAVALCANTE RAZUK**

Advogada da União

**DESPACHO Nº 3210/2011/DPF/CGCE/CONJUR-MC/AGU**

**PROCESSO Nº: 53000.001210/2000**

**ASSUNTO : Concorrência 037/2000.**

Aprovo o **PARECER Nº 1583/2011/TFC/CGCE/CONJUR-MC/CGU/AGU**, da lavra da Advogada da União Tatiane Flores Cavalcante Razuk.

Encaminhem-se os autos à apreciação pelo Sr. Consultor Jurídico.

Brasília, de de 2011.

**DANIEL PEREIRA DE FRANCO**

Advogado da União

Coordenador-Geral de Assuntos Jurídicos de Comunicação Eletrônica



**DESPACHO Nº 3211/2011/JFB/GAB/CONJUR-MC/AGU**

**PROCESSO N.º: 53000.001210/2000**

**ASSUNTO :** Concorrência 037/2000.

Aprovo o DESPACHO Nº 3210/2011/DPF/CGCE/CONJUR-MC/AGU, da lavra do Advogado da União, Dr. Daniel Pereira de Franco, Coordenador-Geral de Assuntos Jurídicos de Comunicação Eletrônica, que aprovou o PARECER Nº 1583/2011/TFC/CGCE/CONJUR-MC/CGU/AGU, de autoria da Advogada da União, Dra. Tatiane Flores Cavalcante Razuk.

Encaminhem-se os autos à Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica, em prosseguimento.

Brasília, de de 2011.

**JOSÉ FLÁVIO BIANCHI**

Consultor Jurídico

**DESPACHO S/Nº**

1. Tendo em vista que a devolução dos autos em questão se deu unicamente em razão da mudança de direção desta Pasta, reitero os termos da última manifestação desta Consultoria Jurídica, que conclui pela ausência de óbice jurídico para a submissão da Exposição de Motivos à Casa Civil da Presidência da República.
2. Encaminhem-se os autos ao Gabinete do Ministro, para as providências de estilo.

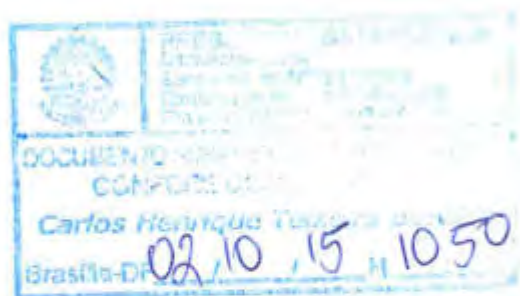
Brasília, 26 de agosto de 2015.

**Alan Trajano**

Consultor Jurídico



*Assinado eletronicamente por: Alan Emanuel Cavalcante Trajano*



A handwritten signature in blue ink, consisting of a stylized 'C' followed by a large loop and a final stroke.



**MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES**  
**SECRETARIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA**

**DESPACHO**

**Processo nº: 53790.000211/2000-68**

Considerando que os órgãos técnico e jurídico desta Pasta já se posicionaram favoravelmente ao deferimento do pleito, conforme os termos da Nota Técnica n.º AGU/CONJUR-MC/KMM/0520-2.29/2010 e do Parecer n.º 1583/2011/TFC/CGCE/CONJUR-MC/AGU, respectivamente, e a mudança do Titular desta Pasta, restitua-se o presente processo à Consultoria Jurídica, com a minuta de Exposição de Motivos disposta no campo próprio abaixo, para reexame e providências, com vistas à submissão dos autos ao atual Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

**Vanda Jugurtha Bonna Nogueira**  
Secretária de Serviços de Comunicação Eletrônica



Documento assinado eletronicamente por **Vanda Jugurtha Bonna Nogueira, Secretária de Serviços de Comunicação Eletrônica**, em 22/07/2016, às 14:12, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **1240178** e o código CRC **F3C498CE**.

**Minutas e Anexos**

**MINUTA DE EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS**

Excelentíssimo Senhor Presidente da República, Interino,

1. De conformidade com as atribuições legais e regulamentares cometidas a este Ministério, determinou-se a publicação da Concorrência nº 037/2000-SSR/MC, com vistas à implantação de uma estação de radiodifusão sonora frequência modulada no Município de Chuí, Estado de Rio Grande do Sul.

2. A Comissão Permanente de Licitação de Serviços de Radiodifusão, constituída pela Portaria nº 223, de 6 de junho de 2011, publicada no Diário Oficial da União do dia 7 subsequente e suas alterações, depois de analisar a documentação de habilitação e as propostas técnica e de preço pela outorga das entidades proponentes, com observância à Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e na legislação específica de radiodifusão, concluiu que a EMPRESA DE RADIODIFUSÃO EXTREMO SUL FM LTDA (Processo nº 53790.000211/2000-68) obteve a maior pontuação do valor ponderado, nos termos estabelecidos pelo



Edital, tornando-se assim a vencedora da Concorrência, conforme ato da mesma Comissão. O ato de homologação do certame foi publicado no Diário Oficial da União de 10 de fevereiro de 2012 e a Portaria nº 234, de 30 de abril de 2012, publicada no D.O.U. do dia 04 de maio de 2012, outorgou a permissão.

3. Contudo, de acordo com o § 3º do art. 223 da Constituição, o ato de outorga somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional. Portanto, solicito que seja encaminhado o referido ato outorga com cópia do processo em comento à Casa Legislativa para prosseguimento do feito.

Respeitosamente,

**GILBERTO KASSAB**

Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações



Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. De conformidade com as atribuições legais e regulamentares cometidas a este Ministério, determinou-se a publicação da Concorrência nº 037/2000-SSR/MC, com vistas à implantação de uma estação de radiodifusão sonora frequência modulada no Município de Chuí, Estado de Rio Grande do Sul.

2. A Comissão Permanente de Licitação de Serviços de Radiodifusão, constituída pela Portaria nº 223, de 6 de junho de 2011, publicada no Diário Oficial da União do dia 7 subsequente e suas alterações, depois de analisar a documentação de habilitação e as propostas técnica e de preço pela outorga das entidades proponentes, com observância à Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e na legislação específica de radiodifusão, concluiu que a EMPRESA DE RADIODIFUSÃO EXTREMO SUL FM LTDA (Processo nº 53790.000211/2000-68) obteve a maior pontuação do valor ponderado, nos termos estabelecidos pelo Edital, tornando-se assim a vencedora da Concorrência, conforme ato da mesma Comissão. O ato de homologação do certame foi publicado no Diário Oficial da União de 10 de fevereiro de 2012 e a Portaria nº 234, de 30 de abril de 2012, publicada no D.O.U. do dia 04 de maio de 2012, outorgou a permissão.

3. Contudo, de acordo com o § 3º do art. 223 da Constituição, o ato de outorga somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional. Portanto, solicito que seja encaminhado o referido ato outorga com cópia do processo em comento à Casa Legislativa para prosseguimento do feito.

Respeitosamente,

**GILBERTO KASSAB**

Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações



Documento assinado eletronicamente por **GILBERTO KASSAB, Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações**, em 13/12/2016, às 19:38, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **1196389** e o código CRC **FBC66570**.



Buscar

Denilse Luiz dos Santos

E-mail

Contatos

Agenda

Tarefas

Porta-arquivos

Preferências

Fwd: TRÂMITE DE

Fechar

Responder

Responder a todos

Encaminhar

Arquivar

Apagar

Spam

Ações

**Fwd: TRÂMITE DE PROCESSOS AO GABINETE DA SECRETARIA DE RADIODIFUSÃO**

De: Regina Francisca Pereira

Para: Heigle dos Santos Rodrigues Denilse Luiz dos Santos

Processos que v... da Casa Civil.xlsx (35,1 KB) [Fazer download](#) | [Porta-arquivos](#) | [Remover](#)

Se poderem já ir adiantando eu agradeço

----- Mensagem encaminhada -----

De: Altair de Santana Pereira &lt;altair.pereira@mctic.gov.br&gt;

Para: Regina Francisca Pereira &lt;regina.pereira@mctic.gov.br&gt;

Cc: Rossetto, Giordano &lt;giordano.rossetto@agu.gov.br&gt;, Giordano Almeida de Azevedo &lt;giordar

Enviadas: Tue, 06 Dec 2016 11:42:45 -0200 (BRST)

Assunto: TRÂMITE DE PROCESSOS AO GABINETE DA SECRETARIA DE RADIODIFUSÃO

Prezados,

solicito que os processos relacionados na lista anexa sejam tramitados, com a maior brevidade

Atenciosamente,

ALTAIR DE SANTANA PEREIRA

Coordenador-Geral de Pós-Outorga

Departamento de Radiodifusão Comercial

Secretaria de Radiodifusão

Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

Telefone: (061) 2027-6826

altair.pereira@mctic.gov.br

--

Regina F. Pereira

Chefe de Divisão de Documentação Jurídica

Consultoria Jurídica

61 2027 - 6248

regina.pereira@mctic.gov.br

Responder - Responder a todos - Encaminhar - Mais ações



Brasília, 30 de Dezembro de 2016

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. De conformidade com as atribuições legais e regulamentares cometidas a este Ministério, determinou-se a publicação da Concorrência nº 037/2000-SSR/MC, com vistas à implantação de uma estação de radiodifusão sonora frequência modulada no Município de Chuí, Estado de Rio Grande do Sul.

2. A Comissão Permanente de Licitação de Serviços de Radiodifusão, constituída pela Portaria nº 223, de 6 de junho de 2011, publicada no Diário Oficial da União do dia 7 subsequente e suas alterações, depois de analisar a documentação de habilitação e as propostas técnica e de preço pela outorga das entidades proponentes, com observância à Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e na legislação específica de radiodifusão, concluiu que a EMPRESA DE RADIODIFUSÃO EXTREMO SUL FM LTDA (Processo nº 53790.000211/2000-68) obteve a maior pontuação do valor ponderado, nos termos estabelecidos pelo Edital, tornando-se assim a vencedora da Concorrência, conforme ato da mesma Comissão. O ato de homologação do certame foi publicado no Diário Oficial da União de 10 de fevereiro de 2012 e a Portaria nº 234, de 30 de abril de 2012, publicada no D.O.U. do dia 04 de maio de 2012, outorgou a permissão.

3. Contudo, de acordo com o § 3º do art. 223 da Constituição, o ato de outorga somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional. Portanto, solicito que seja encaminhado o referido ato outorga com cópia do processo em comento à Casa Legislativa para prosseguimento do feito.

Respeitosamente,

*Assinado eletronicamente por: Gilberto Kassab*





**MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES**  
**GABINETE DO MINISTRO**

Esplanada dos Ministérios, Bloco E

CEP: 70067-900 Brasília-DF

Tel.: (61) 2033-7444

Ofício nº 14806/2017/SEL-MCTIC

Brasília, 7 de abril de 2017

Ao Senhor

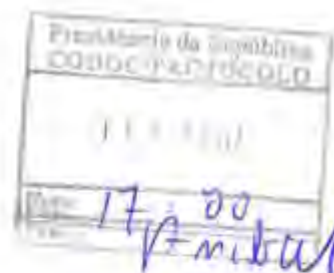
MARCELO PACHECO DOS GUARANY

Subchefe de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais - SAG

Casa Civil da Presidência da República

Brasília/DF

Assunto: **Concessão de outorga para executar o serviço de radiodifusão**



Senhor Subchefe,

Em atendimento à orientação dessa Subchefia e ao disposto no Decreto nº 3.714, de 03 de janeiro de 2001, encaminho-lhe os seguintes processos impressos a partir de arquivo digital com valor de original, que tratam da concessão de outorga.

Processo nº	Exposição de Motivos nº	Entidade
53830.000833/2001-53	236/2016 MCTIC	Sistema Clube de Comunicação Ltda
53000.027954/2010-14	237/2016 MCTIC	GR Sistema de Comunicação Ltda
53000.010630/2007-33	239/2016 MCTIC	Rádio Najuá de Irati Ltda
53000.003089/2010-11	240/2016 MCTIC	Rádio e Televisão Rio Preto Ltda
53000.006481/2010-11	241/2016 MCTIC	Sistema Aleluia de Comunicação Ltda
53000.035688/2008-71	242/2016 MCTIC	Rádio e Televisão Sudoeste do Paraná Ltda
53000.006763/2012-72	243/2016 MCTIC	Universidade Federal de Uberlândia
53000.019200/2010-82	244/2016 MCTIC	Ocean Comunicação Digital SE Ltda
53000.059679/2011-71	245/2016 MCTIC	Universidade Federal do Rio Grande - FURG
53000.062820/2011-12	246/2016 MCTIC	Fundação Pai Eterno
53000.043428/2005-26	247/2016 MCTIC	Televisão Pirapitinga Ltda
53000.060071/2011-99	248/2016 MCTIC	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sertão Pernambucano
53000.020436/2013-12	249/2016 MCTIC	Município de Uberlândia/MG
53000.008188/2012-42	250/2016 MCTIC	Fundação Jaboticabal de Radiodifusão Educativa
53000.034209/2003-94	251/2016 MCTIC	Televisão Uruguaiana Ltda
53790.000211/2000-68	252/2016 MCTIC	Empresa de Radiodifusão Extremo Sul FM Ltda
53000.008862/2012-99	274/2016 MCTIC	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará - Campus Crateús
53000.046584/2006-20	275/2016 MCTIC	Intervisão - Emissoras de Rádio e Televisão Ltda
53000.042668/2010-71	277/2016 MCTIC	Televisão Centro América Ltda
53000.046729/2011-50	279/2016 MCTIC	Rádio Pratiarca de Cassilândia Ltda



53710.000385/2001-54	281/2016 MCTIC	Fundação TV Minas - Cultural e Educativa
53000.004357/2012-75	285/2016 MCTIC	Universidade Federal de Goiás
53000.028016/2008-17	287/2016 MCTIC	Sociedade Aparecidense de Comunicação Ltda

Respeitosamente,

CONCEIÇÃO APARECIDA DA SILVA  
 Coordenadora-Geral do Gabinete do Ministro  
 de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

Em caso de resposta a este Ofício, fazer referência expressa a: Ofício nº 16670/2017/SEI-MCTIC - Processo nº 01250.000256/2016-11 - N° SEI: 1806349





**MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES**  
**GABINETE DO MINISTRO**  
**COORDENAÇÃO-GERAL DO GABINETE DO MINISTRO**

**Processo nº: 53790.000211/2000-68**

**Referência: Ofício nº 14806/2017/SEI-MC , de 7 de abril de 2017.**

**Assunto: Restituição de processo.**

**Destinatário: GSRAD**

**DESPACHO**

Tendo em vista a expedição do Ofício nº 14806/2017/SEI-MC à Subchefia de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais da Casa Civil da Presidência da República, restitua-se o presente processo ao Gabinete da Secretaria de Radiodifusão - GSRAD.

Brasília, 13 de abril de 2017.

**MARACI MENDES DE SANT'ANA**

Coordenadora-Geral do Gabinete do Ministro



Documento assinado eletronicamente por **Maraci Mendes de Sant'Ana, Coordenadora-Geral do Gabinete do Ministro e Delegação de Competência Portaria Nº 1.317/2017**, em 25/04/2017, às 15:42, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **1810396** e o código CRC **ABBD44B6**.



**MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES**  
**SECRETARIA DE RÁDIO-DIFUSÃO**

**DESPACHO**

**Processo nº: 53790.000211/200-68**  
**Referência: Ofício nº 14806/2017/SEI-MCTIC.**  
**Assunto: Restituição de processo.**  
**Destinatário: CGPO**

Tendo em vista a expedição do Ofício nº 14806/2017/SEI-MCTIC à Subchefia de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais da Casa Civil da Presidência da República, restitua-se o presente processo



Documento assinado eletronicamente por **Ana Maria dos Santos, Agente Administrativo**, em 27/04/2017, às 10:53, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **1833069** e o código CRC **D532BB9D**.

**Minutas e Anexos**

Não Possui.

**Referência:** Processo nº 53790.000211/2000-68

SEI nº 1833069



# MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Outorga de Radiodifusão Comercial

Coordenação-Geral de Pós-Outorga

## DESPACHO

**Processo n.º:** 53790.000211/2000-68

Ao Serviço de Documentação e Informação de Outorgas - SEOUT, para sobrestamento até que seja expedido o correspondente Decreto Legislativo.



Documento assinado eletronicamente por **Altair de Santana Pereira, Coordenador-Geral de Pós-outorgas**, em 03/05/2017, às 10:43, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **1838536** e o código CRC **75027C4F**.

## Minutas e Anexos

Não Possui.

**Referência:** Processo nº 53790.000211/2000-68

SEI nº 1838536



53790.000211/2000-68

## PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

## CASA CIVIL

Subchefia para Assuntos Jurídicos  
Subchefia Adjunta de Infraestrutura

Brasília, 16 de agosto de 2017.

Ao Protocolo SAJ e

Ao Protocolo Central.

Assunto: **Devolução de Processo Administrativo nº 53790.000211/2000-68 e Exposição de Motivos nº 0252/2016-MCTIC.**

Solicito a **devolução** do presente processo administrativo (SEI) e sua respectiva Exposição de Motivos (SIDOF) ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações - MCTIC, em razão da necessidade de melhor instrução do processo, uma vez que faltam documentos essenciais à completa análise jurídica e de mérito, nos termos do doc SEI nº 0228294.

**DANIEL CHRISTIANINI NERY**

Assessor

Subchefia para Assuntos Jurídicos



Documento assinado eletronicamente por **Daniel Christianini Nery, Assessor (FCPE 102.4)**, em 16/08/2017, às 18:47, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **0273221** e o código CRC **A239E87C** no site:

([https://sei-pr.presidencia.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei-pr.presidencia.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0))

Referência: Processo nº 53790.000211/2000-68

SEI nº 0273221



## Daniel Christianini Nery

---

**De:** Eugenio Cesar Almeida Felippetto  
**Enviado em:** segunda-feira, 10 de julho de 2017 12:04  
**Para:** Daniel Christianini Nery; Paulo Gustavo Brasileiro de Moraes  
**Cc:** Thiago Silva Serrat de Oliveira; Beatrice Kassar do Valle  
**Assunto:** Processos de Radiodifusão - SAJ - EM nº 00252/2016 MCTIC Outorga de FM em favor da Empresa de Radiodifusão Extremo Sul FM Ltda.  
  
**Prioridade:** Alta

Prezados,

1. Em referência ao processo **53790.000211/2000-68**, que versa sobre a outorga de Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, em favor da Empresa de Radiodifusão Extremo Sul FM Ltda., verificou-se a ausência, no processo inserido no SEI/PR, do documento de manifestação técnica – Informação, Nota Técnica ou outro similar – que contenha a análise e avaliação da documentação de habilitação da Empresa de Radiodifusão Extremo Sul FM Ltda., com o posicionamento final da Comissão de Licitação relativa à Concorrência nº 037/2000-SSR/MC.
2. Em caráter supletivo da instrução processual, sugere-se a inclusão no processo inserido no SEI/PR de cópia do ato de Nulidade do Decreto Legislativo referente a portaria de outorga em favor da Rádio Dunas FM Ltda., uma vez que tal empresa efetivou distrato, conforme registro na alínea “c)” do item 18 do Parecer nº 1583/2011/TFC/CGCE/CONJUR-MC/AGU, de 1º/12/2011.
3. Devido a necessidade da inserção do documento de manifestação técnica por parte do Ministério, entende-se, s.m.j., que deverá ser retificado o Despacho da Senhora Secretária de Serviços de Comunicação Eletrônica, de 22/07/2016, às 14:12 (fl. 225 do processo inserido no SEI/PR), para que contenha a informação do documento de manifestação técnica do Ministério de habilitação da Empresa de Radiodifusão Extremo Sul FM Ltda.
4. Assim, solicita-se a avaliação por parte dessa SAJ no sentido de verificar a necessidade de restituição do processo ao MCTIC, com vistas a complementação de documentação.

Atenciosamente,

Eugênio Cesar Almeida Felippetto  
Assessor Técnico da Subchefia Adjunta de Políticas de Infraestrutura  
Subchefia de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais  
Casa Civil da Presidência da República  
Fones: (61) 3411-3855 / 3852

---

(1) Aprovado pelo Despacho nº 330/2014/JFB/GAB/CONJUR-MC/CGU/AGU, de 27/01/2014.





ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO  
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO  
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E  
COMUNICAÇÕES  
GABINETE  
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 910 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61)  
2027-6535/6196

---

**COTA n. 00809/2017/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU**

**NUP: 53790.000211/2000-68**

**INTERESSADOS: EMPRESA DE RADIODIFUSÃO EXTREMO SUL LTDA**

**ASSUNTOS: RADIODIFUSÃO**

1. Por meio do Despacho Interno anexado, a SAJ/Casa Civil da Presidência da República restituiu este processo com a respectiva Exposição de Motivos, informando ter identificado a falta de documento apto a autorizar mudanças na situação jurídica da concessionária/permissionária, bem como a necessidade de outros ajustes ali especificados, o que motivou o pedido de nova análise e instrução pela área técnica do MCTIC.
2. A título de mero esclarecimento, informo que este processo constitui parte de nova remessa, possuindo a mesma justificativa de outras devoluções já submetidas à área técnica, conforme consolidada e anexada tabela, em "excel".
3. Por essa razão, encaminhem-se os autos à **Secretaria de Radiodifusão**, a fim de que possa ser feita a regularização da instrução do processo e sua devolução àquela SAJ/Casa Civil da Presidência da República.

Brasília, 21 de agosto de 2017.

GIORDANO DA SILVA ROSSETTO  
ADVOGADO DA UNIÃO  
Consultor Jurídico adjunto

---

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <http://sapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 53790000211200068 e da chave de acesso 8d18c499

---

Documento assinado eletronicamente por GIORDANO DA SILVA ROSSETTO, de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 68362391 no endereço eletrônico <http://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): GIORDANO DA SILVA ROSSETTO. Data e Hora: 21-08-2017 11:39. Número de Série: 13149438. Emissor: Autoridade Certificadora SERPRORFBv4.

---



**MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES**  
**SECRETARIA DE RADIODIFUSÃO**  
**Gabinete da Secretaria de Radiodifusão**

**DESPACHO INTERNO**

**Processo nº: 53790.000211/2000-68**

De ordem, encaminha-se a Coordenação-Geral de Pós-Outorgas.



Documento assinado eletronicamente por **Karla Evelize de Oliveira Lima, Chefe de Serviço**, em 21/08/2017, às 17:21, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **2150847** e o código CRC **E5B80683**.

**Minutas e Anexos**

Não Possui.

**Referência:** Processo nº 53790.000211/2000-68

SEI nº 2150847



**Ao**  
**Secretário de Radiodifusão**  
**Secretaria de Radiodifusão**  
**Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações**  
**Brasília/DF**

***Ref.: Processo nº 53790.000211/2000-68***  
***Concorrência nº 37/2000 – OUTORGA DE PERMISSÃO***  
***Localidade: Chuí/RS***

**EMPRESA DE RADIODIFUSÃO EXTREMO SUL FM LTDA.**, sociedade limitada, com sede em Chuí/RS, concorrente vencedora na concorrência supra especificada para outorga de permissão em Frequência Modulada para a localidade de Chuí/RS, neste ato representada por seu bastante procurador (Doc. 1), vem pelo presente dizer e requerer o que segue:

A sociedade requerente, habilitada, classificada em 1º lugar em virtude da extinção voluntária por meio de Distrato Social da Rádio Dunas FM Ltda., vem há quase uma década, mais precisamente desde 14.10.2009, quando denunciou a formalização da referida extinção da concorrente, esperando que o seu processo siga o seu curso, ou seja, que seja enviado ao Congresso Nacional.

Pedido acesso aos autos do processo, vimos que em 16.04.2010, a Comissão Especial de Licitação publicou Aviso no DOU declarando a Requerente vencedora no certame por obter o maior Valor Ponderado.

O PARECER/CONJUR Nº 1583/2011/TFC/CONJUR foi aprovado Ministro, HOMOLOGOU e adjudicou o objeto da licitação, publicado no DOU de 10.02.2012.

A Portaria de outorga, também assinada pelo Ministro foi publicada no dia 04.05.2012 e, a partir dessa data encontramos, pasmem, 04 (quatro) Exposições de Motivos de nº 328 e 309 no ano de 2015 e mais as de nº 782 e 252 de 2016 e as respectivas restituições a esse Ministério da Casa Civil da Presidência da República, alegando falta de documentos.

Nota-se que as respectivas Exposições de Motivos repetem os mesmos textos, modificando apenas o número e data. As devoluções da Casa Civil apenas são compostas de relação numérica dos processos, sem mencionar as razões das devoluções e o que está faltando cada um, a exceção do último Ofício datado de **16 de agosto de 2017** o qual o assessor da Subchefia de Assuntos Jurídicos da Casa Civil junta mensagem eletrônica interna em que apontam as supostas manifestações técnicas, análises e pareceres conclusivos faltantes (vide SEI 2145287)



Ora, convenhamos, é inacreditável e inadmissível o que está ocorrendo em relação ao deslinde desses processos! Porque não instruem na forma da legislação em vigor ou se manifestam no processo apresentando as justificativas de não apresentação do que a Casa Civil está pedindo, demonstrando suas razões?

Considerando que já se passaram mais de 18 (dezoito) anos do início do certame e ao menos 6 (seis) anos desde a expedição da Portaria de Outorga e ainda não tenha sequer saído do âmbito do Poder Executivo, faltando ainda todo o trâmite no Congresso Nacional e devolução a esse Ministério para, sabe-se lá quando assinar o Contrato de Permissão.

Considerando que se passou mais de 1 (um) ano da última restituição dos processos, entre esses o da requerente, sendo que o último despacho interno em que a Chefe de Serviço em 21.08.2018 diz: *"De ordem, encaminha-se a Coordenação-Geral de Pós-Outorgas."*

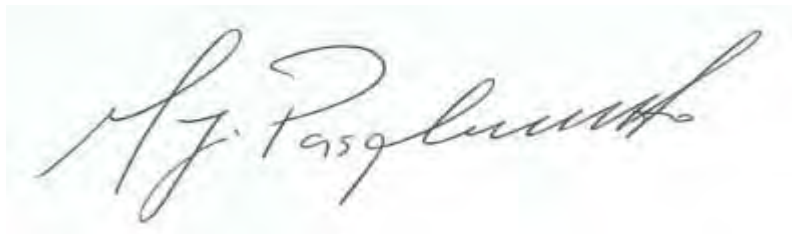
Pergunta-se, até quando a requerente e os cidadãos do município mais ao sul desse Brasil terão que esperar para ligar os transmissores e receptores para ouvirem uma emissora local de rádio na cidade??? Quanto tempo mais serão obrigados a ouvir emissoras de rádio de outras localidades ou mesmo de outro país (Uruguai)?

Sendo assim, rogamos que o princípio da Eficiência que deve reger a Administração Pública seja plenamente atendido, e que as pessoas responsáveis no âmbito desse Ministério, incumbidas de impulsionar esses processos o façam com a maior brevidade que o caso merece.

Aguardamos providências.

Atenciosamente

Porto Alegre/RS, 27 de setembro de 2018.

A handwritten signature in dark ink, appearing to read 'M. J. Pasqualotto', is centered on a light blue rectangular background.

Murilo José Pasqualotto  
Procurador



## PROCURAÇÃO

**OUTORGANTE:** EMPRESA DE RADIODIFUSÃO EXTREMO SUL FM LTDA., pessoa jurídica de direito privado, com sede na cidade de Chuí, RS, na Rua Costa Rica nº 37, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 03.836.652/0001-59, neste ato representada por seu sócio administrador brasileiro, casado, comerciante, residente e domiciliado em Chuí, RS, na Rua Argentina nº 3.450, CPF/MF nº 378.632.400-00.

**OUTORGADO:** MURILO JOSÉ PASQUALOTTO, brasileiro, solteiro, advogado, OAB/RS 43.032, CPF/MF nº 335.284.620-00 com escritório profissional em Porto Alegre, RS, na Rua Anita Garibaldi nº 1.650-Casa, CEP 90.480-200.

**PODERES:** Poder especial de representar a outorgante em todos os atos na defesa de seus interesses no que se refere a participação na concorrência nº 37/2000-SSR/MC, promovida pelo Ministério das Comunicações, podendo tudo requerer, informar, comunicar, recorrer das decisões da Comissão Especial de Licitação, de tomar todas as providências necessárias em busca da outorga da permissão em nome da outorgante para a permissão de outorga de exploração do serviço de radiodifusão sonora em Freqüência Modulada na localidade de Chuí, RS, bem como praticar todos os atos necessários ao fiel cumprimento deste mandato, podendo substabelecer com autorização prévia da outorgante.

Chuí, RS, 09 de setembro de 2009.

Empresa de Radiodifusão Extremo Sul FM Ltda.  
Jamil Mohamad Jomaa  
Sócio Administrador



*[Handwritten signature]*





Ilmo Sr.  
**Elifas Chaves Gurgel do Amaral**  
Secretário de Radiodifusão  
Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações  
BRASÍLIA – DF

Esta correspondência refere-se à Concorrência **SRR/MC**  
**nº 037/2000.**

A Empresa de Radiodifusão Extremo Sul Ltda. foi considerada vencedora na cidade de CHUÍ, RS, com Processo nº **53790.000211/2000.**

Desde então a entidade não recebeu qualquer documento desse Ministério.

Devido ao longo tempo de espera (**19 anos**), solicito verificar a situação do processo e informar se existe alguma pendência.

Atenciosamente

  
**Gilberto Zechlinski**  
Engenheiro de Comunicações  
CREA RJ028447  
Responsável Técnico pela empresa

Porto Alegre, RS, 18 de junho de 2019.



## MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES


## GABINETE DO MINISTRO



## DESPACHO DO MINISTRO

Em 8 de fevereiro de 2012.

Acolho o **PARECER Nº 1583/2011/TFC/CONJUR-MC/CGU/AGU**, invocando seus fundamentos como razão desta decisão, e determino que seja **DECLASSIFICADA SUPERVENIENTEMENTE** a licitante **RÁDIO DUNAS FM LTDA** na concorrência 037/2000, nos termos do Edital e da legislação respectiva.

  
**PAULO BERNARDO SILVA**  
Ministro das Comunicações

## ANEXO ÚNICO

CONCORRÊNCIA SSR/MC	UF	LOCALIDADE	SERVIÇO	PROPONENTE	Nº DO PROCESSO
037/2000	FM	CHUI	FM	RÁDIO DUNAS FM LTDA	53790.000212/2000





**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**  
**GABINETE DO MINISTRO**

**DESPACHO DO MINISTRO**

Em 8 de fevereiro de 2012.

Acolho o **PARECER Nº 1583/2011/TFC/ CGCE/CONJUR-MC/CGUAGU**, invocando seus fundamentos como razão desta decisão, **HOMOLOGO** o certame e promovo as adjudicações respectivas, de acordo com o Anexo Único, nos termos da legislação vigente e das normas estabelecidas no respectivo Edital.

  
**PAULO BERNARDO SILVA**  
Ministro das Comunicações

**ANEXO ÚNICO**

Nº DA CONCORRÊNCIA SSR/MC	UF	Localidade	SERVIÇO	PROPONENTE VENCEDORA	Nº PROCESSO
037/2000	RS	CHUI	FM	EMPRESA DE RADIODIFUSÃO EXTREMO SUL FM LTDA	53790.000211/2000









# MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

## GABINETE DO MINISTRO

### DESPACHO DO MINISTRO

Em 30 de março de 2010.

Acolho a **NOTA/AGU/CONJUR-MC/KMM/Nº 0520 - 2.29/2009**, invocando seus fundamentos como razão desta decisão e torno sem efeito o Despacho Ministerial publicado no Diário Oficial da União, Seção 1, página 88, de 01 de junho de 2007 que homologou e adjudicou o certame à licitante **RÁDIO DUNAS FM LTDA.**

**HELIO COSTA**  
Ministro das Comunicações

### ANEXO ÚNICO

CONC. Nº	UF	LOCALIDADE	SER- VIÇO	PROPONENTE	Nº DO PROCESSO
037/2000	RS	CHUI	FM	RÁDIO DUNAS FM LTDA.	53790.000212/00





122

ISSN 1677-7042

Diário Oficial da União - Seção 1

Nº 63, segunda-feira, 8 de abril de 2010

## DESPACHOS DO MINISTRO

Em 30 de março de 2010

Ação e NOTA/AQUILCONJUR-MC/MMP/Nº 0520 - 2.29/2009, invocando seus fundamentos como razão desta decisão e tendo em efeito o Despacho Ministerial publicado no Diário Oficial da União, Seção 1, página 81, de 01 de junho de 2007 que homologa e adjudica a concessão de licitação RÁDIO DUNAS FM LTDA.

## ANEXO ÚNICO

CONC. Nº	UF	LOCALIDADE	SERVIÇO	PROPOSTANTE	Nº DO PROCESSO
01/000	RS	CHUI	FM	RÁDIO DUNAS FM LTDA	13790.00021/09

Ação e PARECER/MC/CONJUR/ROS/Nº 2208-2.17/2009, invocando seus fundamentos como razão desta decisão e determino NÃO CONHECIMENTO DO RECURSO da licitante EMPRESA DE COMUNICAÇÃO DO SUL LTDA no procedimento licitatório de Concorrência nº 098/2000-SSR/MC para a localidade constante do Anexo Único, por intempestividade.

## ANEXO ÚNICO

CONCURRENCIA	UF	LOCALIDADE	SERVIÇO	PROPOSTANTE	Nº DO PROCESSO
000200	RS	ITAARA	FM	EMPRESA DE COMUNICAÇÃO DO SUL LTDA	13790.00020/09

Ação e PARECER/MC/CONJUR/ROS/Nº 2208-2.17/2009, invocando seus fundamentos como razão desta decisão e determino DESCLASSIFICAÇÃO SUPERVENIENTE da licitante RÁDIO MAGNIFICAT LTDA do procedimento licitatório de Concorrência nº 098/2000-SSR/MC para a localidade constante do Anexo Único, já sendo este assegurado ao interessado o exercício de contradição e ampla defesa.

## ANEXO ÚNICO

CONCURRENCIA	UF	LOCALIDADE	SERVIÇO	PROPOSTANTE	Nº DO PROCESSO
000200	RS	ITAARA	FM	RÁDIO MAGNIFICAT LTDA	13790.00020/09

Ação e NOTA/AQUILCONJUR-MC/ROS/Nº 2208-2.17/2010, invocando seus fundamentos como razão desta decisão e HOMOLOGO a presente licitação e adjudico seu objeto a vencedora de acordo com o Anexo Único, nos termos da legislação vigente e das normas estabelecidas no respectivo Edital.

## ANEXO ÚNICO

CONCURRENCIA	UF	LOCALIDADE	SERVIÇO	PROPOSTANTE	Nº DO PROCESSO
000200	RS	ITAARA	FM	EMPRESA DE COMUNICAÇÃO FRANCESA DO VALE LTDA	13790.00019/09

Em 16 de fevereiro de 2009

Nº 1.118 - Processo nº 53548000695/2007, aplica-se a BRASIL TELECOM S/A - FILIAL MATO GROSSO DO SUL, executante do Serviço Telefônico Fixo Comutado no Município de Campo Grande/MS, a sanção de MULTA, pela infração ao disposto no artigo 96 da Lei nº 9.472/97 e na Cláusula 16.1, V, VII e XXXVII do Contrato de Concessão para exploração do Serviço Telefônico Fixo Comutado.

JOSÉ JOAQUIM DE OLIVEIRA

ESCRITÓRIO REGIONAL EM GOIÁS

## DESPACHOS DO GERENTE

Em 27 de maio de 2009

Nº 3.834/2009-UC072 - Processo nº 53548009999/2009, aplica a CLÁUDIO ROBERTO GOMES BORGES, entidade não outorgada do Serviço de Comunicação Multimídia no Município de São Gabriel do Oeste/MS, a sanção de MULTA, por infração ao artigo 131 da Lei nº 9.472/97.

Em 7 de agosto de 2009

Nº 5.525/2009-UC072 - Processo nº 5354800752/2007, aplica a RN BRASIL - SERVIÇOS DE PROVEDORES LTDA, entidade executante do Serviço de Comunicação Multimídia no Município de Campo Grande/MS, a sanção de MULTA, por infração à Cláusula 11.1 do Termo de Autorização do Serviço de Comunicação Multimídia.

Em 24 de setembro de 2009

Nº 6.694/2009-UC072 - Processo nº 53548000230/2008, aplica a JOL NET LTDA - ME, entidade não outorgada do Serviço de Comunicação Multimídia no Município de Campo Grande/MS, a sanção de MULTA, por infração ao artigo 131 da Lei nº 9.472/97.

Nº 6.699/2009-UC072 - Processo nº 53548001899/2009, aplica a ANA CAROLINA PASSOS CASSIMIRO DA MOTA, entidade não outorgada do Serviço Limitado Privado no Município de Dendópolis/MS, a sanção de MULTA, por infração ao artigo 163 da Lei nº 9.472/97.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.in.gov.br/autenticidade.html>, pelo código 00012010040500127

Em 30 de outubro de 2009

Nº 7.783/2009-UC072 - Processo nº 53548002148/2009, aplica a FÁTIMA VIDEO LTDA - ME, executante do Serviço de Comunicação Multimídia no Município de Ponta Porã/MS a sanção de MULTA, por infração aos artigos 27 e 28 da Resolução nº 272/2000.

RUIJMAR DIAS DOS SANTOS

Em 17 de dezembro de 2009

Nº 102/2010-UC072 - Processo nº 53548002761/2009, aplica a EDILSON BRAZ DA SILVA, entidade não outorgada do Serviço de Comunicação Multimídia no Município de Campo Grande/MS, a sanção de MULTA, por infração ao artigo 131 da Lei nº 9.472/97.

Nº 101/2010-UC072 - Processo nº 53548002500/2009, aplica a EDERSON PEREIRA DE BRITO, entidade não outorgada do Serviço de Comunicação Multimídia no Município de Campo Grande/MS a sanção de MULTA, por infração ao artigo 131 da Lei nº 9.472/97 e ao artigo 55, V, "b", da Resolução nº 242/2000.

Nº 293/2010-UC072, em 14 de janeiro de 2010.

Processo nº 53548002426/2009, aplica a FÁTIMA VIDEO ELETRÔNICA LTDA - ME, entidade executante do Serviço de Comunicação Multimídia no Município de Ponta Porã/MS a sanção de MULTA, por infração à Cláusula 11.1 do Termo de Autorização do Serviço de Comunicação Multimídia e ao artigo 28, III, da Resolução nº 441/2006.

Em 14 de dezembro de 2010

Nº 286/2010-UC072 - Processo nº 53548003323/2008, aplica a SS PLUS INFORMÁTICA LTDA - ME, entidade executante do Serviço de Comunicação Multimídia no Município de Sidrolândia/MS a sanção de MULTA, por infração à Cláusula 11.1 do Termo de Autorização do Serviço de Comunicação Multimídia e ao artigo 28, III, da Resolução nº 441/2006.

Nº 294/2010-UC072 - Processo nº 53548002072/2008, aplica a PAROL BR NETWORKS LTDA, entidade executante do Serviço de Comunicação Multimídia no Município de Bataguassu/MS a sanção de MULTA, por infração à Cláusula 11.1 do Termo de Autorização do Serviço de Comunicação Multimídia e ao artigo 28, III, da Resolução nº 441/2006.

Processo nº 53770.000502/02. Recebo o recurso, para, no mérito negar-lhe provimento, por empresa legal, conforme exposto no PARECER/AQUILCONJUR-MC/DFP/Nº 2108 - 1.10/2009

HÉLIO COSTA

AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES  
SUPERINTENDÊNCIA DE RADIOFREQUÊNCIA  
E FISCALIZAÇÃO

ATO Nº 2.112, DE 1º DE ABRIL DE 2010

Autorizar GLOBO COMUNICAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S/A, CNPJ nº 37.865.737/0001-02 a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação, na(s) cidade(s) de Rio de Janeiro/RJ, no período de 02/04/2010 a 04/04/2010.

EDILSON RIBEIRO DOS SANTOS  
Superintendente

## GERÊNCIA-GERAL DE FISCALIZAÇÃO

## DESPACHOS DO GERENTE-GERAL

Aplico sanção, considerando os documentos que instruem cada processo objeto de reclamação, bem como a legislação pertinente, em razão do cometimento de infrações a legislação de telecomunicações a:

Nº do Processo	Entidade	Dispositivo infringido	Sanção	UF	Data
53519.00018/09	Intercomunicação S.A. - Eirel	Art. 163 da Lei 9472/97 e art. 16, I e II, da Lei 3038/02	R\$ 10.111,31	PR	09/03/10

JOSÉ JOAQUIM DE OLIVEIRA

Nº do Processo	Entidade	Dispositivo infringido	Sanção	UF	Data
53528.00031/09	Pólis de Comunicação Fixa	Art. 163 da Lei 9472/97	R\$ 1.839,00	SC	09/03/10
53528.00041/09	Rádio Pirata	Art. 163 da Lei 9472/97	R\$ 1.839,00	SC	09/03/10

HIROSHI WATANABE

Nº do Processo	Entidade	Dispositivo infringido	Sanção	UF	Data
53519.00018/09	Um Sul S/A	Art. 163 da Lei 9472/97	Advertência	PR	09/03/10

ORLANDO DE LUCA JÚNIOR  
Em exercício

Nº 288/2010-UC072 - Processo nº 53548003025/2008, aplica a MECALINK PROVIDORES DE ACESSO AS REDES DE TELECOMUNICAÇÕES LTDA, entidade executante do Serviço de Comunicação Multimídia no Município de Campo Grande/MS a sanção de MULTA, por infração à Cláusula 11.1 do Termo de Autorização do Serviço de Comunicação Multimídia e ao artigo 28, III, da Resolução nº 441/2006.

Em 1º de fevereiro de 2010

Nº 542/2010-UC072 - Processo nº 53548002470/2009, aplica a PAROL BR NETWORKS LTDA, executante do Serviço de Comunicação Multimídia no Município de Dourados/MS a sanção de MULTA, por infração ao artigo 55, I, "a", da Resolução nº 242/2000.

Nº 543/2010-UC072 - Processo nº 53548002469/2010, aplica a OLIVEIRA & MONTE LTDA, entidade não outorgada do Serviço de Comunicação Multimídia no Município de Dourados/MS a sanção de MULTA, por infração ao artigo 55, V, "b" da Resolução nº 242/2000.

RUIJMAR DIAS DOS SANTOS  
SubstitutoSUPERINTENDÊNCIA DE SERVIÇOS  
DE COMUNICAÇÃO DE MASSA

ATO Nº 2.048, DE 1º DE ABRIL DE 2010

Processo nº 53500.007006/10. GOV DO EST. DE GOIÁS - AGÊNCIA GOIANA DE COMUNICAÇÃO - RTV - Nova Iguaçu de Goiás/GO - Canal 4. Autoriza o Uso de Radiofrequência.

ARA APKAR MINASSIAN  
Superintendente

ATO Nº 2.049, DE 1º DE ABRIL DE 2010

Processo nº 53500.006745/10. FUNDAÇÃO CULTURAL SERRA DE SÃO JOSE - FM - Tatuí/MS - Canal 282 E. Autoriza o Uso de Radiofrequência.

ARA APKAR MINASSIAN  
Superintendente

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil



**PORTARIA Nº 424 DE 11 DE MAIO DE 2010.**

**O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES**, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV, da Constituição, e conforme o disposto no art. 53, da Lei 9.784, de 29 de janeiro de 1999, tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53790.000212/00, bem como o disposto na NOTA/AGU/CONJUR-MC/KMM/Nº 0520-2.29/2010, resolve:

Art. 1º Revogar a Portaria nº 377, de 13 de julho de 2007, publicada no Diário Oficial da União do dia 17 de julho de 2007, que outorga permissão à RÁDIO DUNAS FM LTDA., para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de Chui, Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.



**JOSÉ ARTUR FILARDI LEITE**  
**Ministro de Estado das Comunicações**





## CONSELHO NACIONAL DE TRÂNSITO

RESOLUÇÃO Nº 347, DE 29 DE ABRIL DE 2010

Abre-se a Resolução nº 168, de 14 de dezembro de 2004, do Conselho Nacional de Trânsito - CONTRAN, que estabelece Normas e Procedimentos para a formação de condutores de veículos automotores e condutores, a realização dos exames, a expedição de documentos de habilitação, os cursos de formação, especialização de reciclagem e de outras providências.

O CONSELHO NACIONAL DE TRÂNSITO - CONTRAN, usando da competência que lhe confere o artigo 12 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro - CTB, e conforme o Decreto nº 4.711, de 29 de maio de 2003, que dispõe sobre a coordenação do Sistema Nacional de Trânsito - SNT, e

Considerando a alteração sufrida pelo CTB, por meio da Lei nº 12.217, de 17 de março de 2010, renada, ainda, as conclusões obtidas no bojo do processo administrativo nº 8000.015552/20 (B-3), instaurado no âmbito do Departamento Nacional de Trânsito - DENATRAN, resolve:

Art. 1º O artigo 13 da Resolução nº 168, de 14 de dezembro de 2004, do Conselho Nacional de Trânsito - CONTRAN, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 33. O candidato à obtenção da ACC, da CNH, adquire ou mudança de categoria, somente poderá prestar exame de Prática de Direção Veicular depois de cumprida a seguinte carga horária de aulas práticas:

I - obtenção da ACC, mínimo de 20 (vinte) horas/aula;  
II - obtenção da CNH, mínimo de 20 (vinte) horas/aula por categoria pretendida;

III - adição de categoria, mínimo de 15 (quinze) horas/aula em veículo da categoria na qual esteja sendo adicionada;

IV - mudança de categoria, mínimo de 15 (quinze) horas/aula em veículo da categoria para a qual esteja mudando.

Parágrafo único. Deverão ser observados, em todos os casos, 20% (vinte por cento) da carga horária cursada para a prática de direção veicular no período mínimo.

Art. 2º Os itens 2.1.1, 2.1.1.1 e 3.1.1 do anexo II da Resolução nº 168, de 14 de dezembro de 2004, com a redação dada pela Resolução nº 285, de 29 de julho de 2008 do Conselho Nacional de Trânsito - CONTRAN, passam a vigorar com a seguinte redação:

2.1.1 Carga Horária Mínima: 20 (vinte) horas aula, sendo que 20% (vinte por cento) destas deverão ser ministradas no período mínimo.

3.1.1 Carga Horária Mínima: 20 (vinte) horas aula, sendo que 20% (vinte por cento) destas deverão ser ministradas no período mínimo.

3.1.1 Carga Horária Mínima: 15 (quinze) horas aula, sendo que 20% (vinte por cento) destas deverão ser ministradas no período mínimo.

3.1.1 Carga Horária Mínima: 15 (quinze) horas aula, sendo que 20% (vinte por cento) destas deverão ser ministradas no período mínimo.

3.1.1 Carga Horária Mínima: 15 (quinze) horas aula, sendo que 20% (vinte por cento) destas deverão ser ministradas no período mínimo.

3.1.1 Carga Horária Mínima: 15 (quinze) horas aula, sendo que 20% (vinte por cento) destas deverão ser ministradas no período mínimo.

3.1.1 Carga Horária Mínima: 15 (quinze) horas aula, sendo que 20% (vinte por cento) destas deverão ser ministradas no período mínimo.

3.1.1 Carga Horária Mínima: 15 (quinze) horas aula, sendo que 20% (vinte por cento) destas deverão ser ministradas no período mínimo.

3.1.1 Carga Horária Mínima: 15 (quinze) horas aula, sendo que 20% (vinte por cento) destas deverão ser ministradas no período mínimo.

3.1.1 Carga Horária Mínima: 15 (quinze) horas aula, sendo que 20% (vinte por cento) destas deverão ser ministradas no período mínimo.

3.1.1 Carga Horária Mínima: 15 (quinze) horas aula, sendo que 20% (vinte por cento) destas deverão ser ministradas no período mínimo.

3.1.1 Carga Horária Mínima: 15 (quinze) horas aula, sendo que 20% (vinte por cento) destas deverão ser ministradas no período mínimo.

3.1.1 Carga Horária Mínima: 15 (quinze) horas aula, sendo que 20% (vinte por cento) destas deverão ser ministradas no período mínimo.

3.1.1 Carga Horária Mínima: 15 (quinze) horas aula, sendo que 20% (vinte por cento) destas deverão ser ministradas no período mínimo.

3.1.1 Carga Horária Mínima: 15 (quinze) horas aula, sendo que 20% (vinte por cento) destas deverão ser ministradas no período mínimo.

3.1.1 Carga Horária Mínima: 15 (quinze) horas aula, sendo que 20% (vinte por cento) destas deverão ser ministradas no período mínimo.

3.1.1 Carga Horária Mínima: 15 (quinze) horas aula, sendo que 20% (vinte por cento) destas deverão ser ministradas no período mínimo.

3.1.1 Carga Horária Mínima: 15 (quinze) horas aula, sendo que 20% (vinte por cento) destas deverão ser ministradas no período mínimo.

3.1.1 Carga Horária Mínima: 15 (quinze) horas aula, sendo que 20% (vinte por cento) destas deverão ser ministradas no período mínimo.

3.1.1 Carga Horária Mínima: 15 (quinze) horas aula, sendo que 20% (vinte por cento) destas deverão ser ministradas no período mínimo.

3.1.1 Carga Horária Mínima: 15 (quinze) horas aula, sendo que 20% (vinte por cento) destas deverão ser ministradas no período mínimo.

3.1.1 Carga Horária Mínima: 15 (quinze) horas aula, sendo que 20% (vinte por cento) destas deverão ser ministradas no período mínimo.

3.1.1 Carga Horária Mínima: 15 (quinze) horas aula, sendo que 20% (vinte por cento) destas deverão ser ministradas no período mínimo.

3.1.1 Carga Horária Mínima: 15 (quinze) horas aula, sendo que 20% (vinte por cento) destas deverão ser ministradas no período mínimo.

3.1.1 Carga Horária Mínima: 15 (quinze) horas aula, sendo que 20% (vinte por cento) destas deverão ser ministradas no período mínimo.

3.1.1 Carga Horária Mínima: 15 (quinze) horas aula, sendo que 20% (vinte por cento) destas deverão ser ministradas no período mínimo.

3.1.1 Carga Horária Mínima: 15 (quinze) horas aula, sendo que 20% (vinte por cento) destas deverão ser ministradas no período mínimo.

3.1.1 Carga Horária Mínima: 15 (quinze) horas aula, sendo que 20% (vinte por cento) destas deverão ser ministradas no período mínimo.

3.1.1 Carga Horária Mínima: 15 (quinze) horas aula, sendo que 20% (vinte por cento) destas deverão ser ministradas no período mínimo.

3.1.1 Carga Horária Mínima: 15 (quinze) horas aula, sendo que 20% (vinte por cento) destas deverão ser ministradas no período mínimo.

3.1.1 Carga Horária Mínima: 15 (quinze) horas aula, sendo que 20% (vinte por cento) destas deverão ser ministradas no período mínimo.

3.1.1 Carga Horária Mínima: 15 (quinze) horas aula, sendo que 20% (vinte por cento) destas deverão ser ministradas no período mínimo.

3.1.1 Carga Horária Mínima: 15 (quinze) horas aula, sendo que 20% (vinte por cento) destas deverão ser ministradas no período mínimo.

3.1.1 Carga Horária Mínima: 15 (quinze) horas aula, sendo que 20% (vinte por cento) destas deverão ser ministradas no período mínimo.

3.1.1 Carga Horária Mínima: 15 (quinze) horas aula, sendo que 20% (vinte por cento) destas deverão ser ministradas no período mínimo.

3.1.1 Carga Horária Mínima: 15 (quinze) horas aula, sendo que 20% (vinte por cento) destas deverão ser ministradas no período mínimo.

3.1.1 Carga Horária Mínima: 15 (quinze) horas aula, sendo que 20% (vinte por cento) destas deverão ser ministradas no período mínimo.

3.1.1 Carga Horária Mínima: 15 (quinze) horas aula, sendo que 20% (vinte por cento) destas deverão ser ministradas no período mínimo.

3.1.1 Carga Horária Mínima: 15 (quinze) horas aula, sendo que 20% (vinte por cento) destas deverão ser ministradas no período mínimo.

3.1.1 Carga Horária Mínima: 15 (quinze) horas aula, sendo que 20% (vinte por cento) destas deverão ser ministradas no período mínimo.

3.1.1 Carga Horária Mínima: 15 (quinze) horas aula, sendo que 20% (vinte por cento) destas deverão ser ministradas no período mínimo.

3.1.1 Carga Horária Mínima: 15 (quinze) horas aula, sendo que 20% (vinte por cento) destas deverão ser ministradas no período mínimo.

3.1.1 Carga Horária Mínima: 15 (quinze) horas aula, sendo que 20% (vinte por cento) destas deverão ser ministradas no período mínimo.

3.1.1 Carga Horária Mínima: 15 (quinze) horas aula, sendo que 20% (vinte por cento) destas deverão ser ministradas no período mínimo.

3.1.1 Carga Horária Mínima: 15 (quinze) horas aula, sendo que 20% (vinte por cento) destas deverão ser ministradas no período mínimo.

## Ministério das Comunicações

## GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 183, DE 24 DE MARÇO DE 2010

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 5º da Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, e no art. 6º, inciso II, do Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, e tendo em vista o que consta do Processo Nº 53000.041276/2010, resolve:

Art. 1º Renovar, de acordo com o art. 33, §3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, por dez anos, a partir de 24 de janeiro de 2007, a permissão outorgada originalmente a RADIO MUSICAL DE GUARÁ LTDA., pela Portaria Nº 46, de 18 de janeiro de 1987, posteriormente, transferida à Rádio Atividade FM Ltda., e desta para a TV SERRA DOURADA LTDA., conforme anexa esta Portaria, para explorar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Guarará, Estado de Goiás.

Art. 2º A exploração do serviço de radiodifusão, cuja outorga é renovada por esta Portaria, reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 3º Esta Portaria produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HELIO COSTA

PORTARIA Nº 358, DE 16 DE ABRIL DE 2010

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 5º da Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, e no art. 6º, inciso II, do Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, e tendo em vista o que consta do Processo Nº 53000.352973/2005, resolve:

Art. 1º Renovar, de acordo com o art. 33, §3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, por dez anos, a partir de 24 de janeiro de 2007, a permissão outorgada a RADIO MINUANO DE ALLEGRETE LTDA., conforme atos relacionados nesta Portaria, para explorar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Alegrete, Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2º A exploração do serviço de radiodifusão, cuja outorga é renovada por esta Portaria, reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 3º Esta Portaria produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSE ARTUR FILARDI LEITE

PORTARIA Nº 364, DE 19 DE ABRIL DE 2010

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 5º da Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, e no art. 6º, inciso II, do Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, e tendo em vista o que consta do Processo Nº 53000.055334/2004, resolve:

Art. 1º Renovar, de acordo com o art. 33, §3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, por dez anos, a partir de 17 de janeiro de 2007, a permissão outorgada a RADIO TRANSAMERICA DE CURITIBA LTDA., conforme atos relacionados nesta Portaria, para explorar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Curitiba, Estado do Paraná.

Art. 2º A exploração do serviço de radiodifusão, cuja outorga é renovada por esta Portaria, reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 3º Esta Portaria produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSE ARTUR FILARDI LEITE

PORTARIA Nº 371, DE 19 DE ABRIL DE 2010

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 5º da Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, e no art. 6º, inciso II, do Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, e tendo em vista o que consta dos Processos Nº 53440.000784/1995 e Nº 53000.007043/2008, resolve:

Art. 1º Renovar, de acordo com o art. 33, §3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, por dez anos, a partir de 20 de fevereiro de 2008, a permissão outorgada a RADIO RUY BARBOSA FM LTDA., conforme atos relacionados nesta Portaria, para explorar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Ruy Barbosa, Estado de Bahia.

Art. 2º A exploração do serviço de radiodifusão, cuja outorga é renovada por esta Portaria, reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 3º Esta Portaria produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSE ARTUR FILARDI LEITE

Art. 3º Esta Portaria produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSE ARTUR FILARDI LEITE

PORTARIA Nº 399, DE 4 DE MAIO DE 2010

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, observado o disposto no artigo 21, inciso XII, alínea "a", da Constituição Federal, e no art. 7º do Decreto Nº 8.820, de 29 de junho de 2006, tendo em vista o que consta do Processo Nº 53000.012728/2009, resolve:

Art. 1º Constar à TV OESTE DO PARANÁ LTDA., concessionária do Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, com sede na cidade de Cascavel, Estado do Paraná, o canal 12 (irritia e dois), correspondente à faixa de frequência 578 - 584 MHz, para a transmissão digital do Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, no âmbito do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre - SBTVD-T, na localidade de Guarapuava, Estado do Paraná.

Art. 2º A presente concessão reger-se-á pelas disposições do Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos, e do Decreto Nº 8.820, de 2006.

Art. 3º O instrumento pactado decorrente desta concessão será celebrado entre a concessionária e a União, em prazo não superior a sessenta dias.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HELIO COSTA

PORTARIA Nº 424, DE 11 DE MAIO DE 2010

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 5º da Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, e no art. 6º, inciso II, do Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, e tendo em vista o que consta do Processo Nº 53790.000212/00, sem o que o disposto na SOTA/CONJUR-MC/MIN/0020-2/2008, resolve:

Art. 1º Revogar a Portaria Nº 377, de 13 de julho de 2007, publicada no Diário Oficial da União de 17 de julho de 2007, que outorga permissão a RADIO DUNAS FM LTDA., para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de Chui, Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSE ARTUR FILARDI LEITE

PORTARIA Nº 425, DE 11 DE MAIO DE 2010

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 5º da Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, e no art. 6º, inciso II, do Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, e tendo em vista o que consta do Processo Nº 53000.000784/1995, resolve:

Art. 1º Publicar a criação das seguintes Unidades Gestoras:

I - Delegacia Regional do Ministério das Comunicações no Estado de Minas Gerais, localizada na Av. Afonso Pena, 1.270, Térreo - Centro, Belo Horizonte-MG, CEP 30130-900;

II - Delegacia Regional do Ministério das Comunicações no Estado do Rio de Janeiro, localizada na Rua 10 de Março, 64, 1º andar - Centro, Rio de Janeiro-RJ, CEP 20010-900;

III - Delegacia Regional do Ministério das Comunicações no Estado de Santa Catarina, localizada na Praça XV de Novembro, 242, sala 11B - Centro, Florianópolis-SC, CEP 48010-970;

IV - Delegacia Regional do Ministério das Comunicações no Estado de São Paulo, localizada na Rua Marquês de, 592, 8º, 1º andar, Vila Leopoldina, São Paulo-SP, CEP 05311-900; e

V - Delegacia Regional do Ministério das Comunicações no Estado de Mato Grosso, localizada na Rua C, S/nº, Centro, Complexo ECT - Vila Sadia, Bairro Centro Rei, Várzea Grande-MT, CEP 78115-970.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSE ARTUR FILARDI LEITE

AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES

CONSELHO DE DIRETOR

ATO Nº 1.808, DE 19 DE MARÇO DE 2010

Processo nº 53500.00446/2009 - Aplicar à VOICES TELECOMUNICAÇÕES LTDA., CNPJ Nº 01.594.474/0001-58, a suspensão de validade da autorização para exploração do Serviço de Comunicação e Manutenção por não ter sido efetuado o pagamento das duas últimas parcelas do Preço Público pelo Direito de Exploração do Serviço de Telecomunicações e pelo Direito de Exploração de Satélite - PPDESS. A extinção não desanula a validade de suas obrigações com terceiros, inclusive as firmadas com a Anatel.

JOSE ARTUR FILARDI LEITE

RONALDO MOTA SARDENBERG

Presidente do Conselho





MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
GABINETE DO MINISTRO

Aviso nº 00071 /2010/MC

Brasília, 12 de maio de 2010.

A Sua Excelência a Senhora  
**ERENICE ALVES GUERRA**  
Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República

**Assunto: Comunicação de anulação do ato de homologação com conseqüente revogação da Portaria nº 377, de 13 de julho de 2007.**

Senhora Ministra,

Após publicação da Portaria nº 377, de 13 de julho de 2007, no Diário Oficial da União do dia 17 de julho de 2007, esta Pasta através da Exposição de Motivos nº 304, de 17 de julho de 2007, submeteu à apreciação do Exmo. Sr. Presidente da República o Processo Administrativo nº 53790.000212/2000, o qual outorgava permissão à RADIO DUNAS FM LTDA., para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de Chui, Estado do Rio Grande do Sul.

Informo que já houve o encaminhamento da matéria ao Congresso Nacional, o que se deu por meio da Mensagem nº 712/2008, publicada no Diário Oficial da União em 19 de setembro de 2008. Por sua vez, o Congresso Nacional expediu o Decreto Legislativo nº 854, de 2009, publicado na data de 20 de novembro de 2009, no sentido de aprovar o ato de outorga da permissão à RADIO DUNAS FM LTDA.

Ocorre que face à superveniência de apresentação de denúncia frente a este Ministério das Comunicações, no sentido de apontar para ocorrência de distrato contratual realizado pela outorgada, fato que culminou em sua extinção como pessoa jurídica, impossibilitando, a partir de então, a celebração do contrato de adesão ao serviço, após a adoção das cautelas necessárias à verificação de procedência dos termos constantes da denúncia, bem como o pleno atendimento aos ditames do contraditório e da ampla defesa, não restou alternativa outra a não ser a retirada dos efeitos do Despacho Ministerial de homologação publicado no Diário Oficial da União em 1º de junho de 2007.



CONJUR - M das Com  
389  
Ribeira  
S. 2007

A decisão de retirada dos efeitos do Despacho Ministerial homologatório deu-se sob os fundamentos apontados na NOTA/AGU/CONJUR-MC/KMM/N.º 0520 - 2.29 / 2010, a qual faço anexar ao presente.

Em razão disso, vale consignar que após a retirada dos efeitos do Despacho Ministerial de homologação, revoguei a Portaria nº 377, de 13 de julho de 2007, conforme se verifica através da Portaria que faço anexar ao presente.

Diante do exposto, solicito os préstimos de Vossa Excelência para adoção das medidas necessárias à imediata comunicação do ocorrido ao Congresso Nacional, para que após conhecimento do fato, possa adotar as medidas que lhe compete.

Atenciosamente,



**JOSÉ ARTUR FILARDI LEITE**  
Ministro de Estado das Comunicações





**ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO**  
**CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO**  
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
COORDENAÇÃO-GERAL DE ASSUNTOS JURÍDICOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA

COTA Nº 123/2010/DPF/CGCE/CONJUR-MC/AGU

PROCESSO Nº 53000.001210/00

ASSUNTO : Revogação da Portaria nº 377/2007 e realização de comunicação ao Congresso Nacional através do Aviso nº 71/2010.

Ilmo Senhor Consultor Jurídico,

1. Sirvo-me do presente para informar-lhe que os autos retornaram ao crivo desta Coordenação-Geral de Comunicação Eletrônica-CGCE, a fim de que sejam adotadas as providências requeridas no Memo nº 108/2010/GAB/CONJUR-MC, depreendido à fl. 380, em atendimento ao despacho exarado à fl. 384v, bem como à Cota de fl. 385.

2. Ocorre que esta Coordenação-Geral de Assuntos Jurídicos de Comunicação Eletrônica, s.m.j., entende já haver esgotado as providências necessárias, uma vez que conforme se verifica pela leitura dos documentos de fls. 381/384, a Portaria nº 424, de 11 de maio de 2010, assim como o encaminhamento do Aviso nº 71/2010/MC, de 12 de maio de 2010, ambos confeccionados por esta CGCE, atendem, em sua plenitude, ao solicitado pelo "Item 5" do Memo nº 108/2010/GAB/CONJUR-MC.

3. No entanto, caso assim não seja entendido, solicito os préstimos de V. Sa. no sentido de que esta CGCE/CONJUR seja orientada a proceder da maneira mais conveniente ao caso ora em debate.

4. Isso posto, esta Coordenação-Geral de Assuntos Jurídicos de Comunicação Eletrônica, pugna pelo reencaminhamento dos autos ao Gabinete do Ilmo. Sr. Consultor Jurídico para as providências que entender necessárias, ao passo que solicitamos seja franqueado conhecimento deste expediente à Coordenação-Geral de Assuntos Administrativos.

**DANIEL PEREIRA DE FRANCO**

Advogado da União

Coordenador-Geral de Assuntos Jurídicos de Comunicação Eletrônica





ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO  
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO  
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
GABINETE DA CONSULTORIA JURÍDICA

CÓPIA

CONJUR  
Fls. 387  
Rubrica  
M. das Comunicações

Ofício n.º 0866/2010/EHA/GAB/CONJUR-MC/AGU

Brasília, 24 de junho de 2010.

A Sua Senhoria o Senhor  
BETO FERREIRA MARTINS VASCONCELOS  
Subchefe para Assuntos Jurídicos da Casa Civil da Presidência da República  
Brasília - DF

Assunto: Comunicação de anulação do ato de homologação com consequente revogação da Portaria nº 377, de 13 de julho de 2007, que fora aprovada pelo Decreto Legislativo nº 854, de 2009.

Senhor Subchefe,

Após a publicação da Portaria nº 377, de 13 de julho de 2007, no Diário Oficial da União do dia 17 de julho de 2007, o Ministério das Comunicações submeteu à apreciação do Exmo. Sr. Presidente da República, por intermédio da Exposição de Motivos nº 304, de 17 de julho de 2007, o Processo Administrativo nº 53790.000212/2000, o qual outorgava permissão à RÁDIO DUNAS FM LTDA., para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de Chuí, Estado do Rio Grande do Sul.

Em prosseguimento, a matéria foi encaminhada ao Congresso Nacional, o que se deu por meio da Mensagem nº 712, de 2008, publicada no Diário Oficial da União em 19 de setembro de 2008. Por sua vez, o Congresso Nacional expediu o Decreto Legislativo nº 854, de 2009, publicado na data de 20 de novembro de 2009, no sentido de aprovar o ato de outorga da permissão à RÁDIO DUNAS FM LTDA.

Ocorre que, face à superveniência de apresentação de denúncia frente ao Ministério das Comunicações, no sentido de apontar para ocorrência de distrato contratual realizado pela outorgada, fato que culminou em sua extinção como pessoa jurídica, impossibilitando, a partir de então, a celebração do contrato de adesão ao serviço, após a adoção das cautelas necessárias à verificação de procedência dos termos constantes da denúncia, bem como o pleno atendimento aos ditames do contraditório e da ampla defesa, não restou alternativa outra a não ser a retirada dos efeitos do Despacho Ministerial de homologação publicado no Diário Oficial da União em 1º de junho de 2007.

Destaque-se que a decisão de retirada dos efeitos do Despacho Ministerial homologatório deu-se sob os fundamentos apontados em manifestação jurídica desta



Consultoria Jurídica (NOTA/AGU/CONJUR-MC/KMM/Nº 0520 - 2.29 / 2010), a qual faço anexar ao presente.

Insta consignar que, após a retirada dos efeitos do Despacho Ministerial de homologação, o Exmo. Senhor Ministro de Estado das Comunicações revogou a Portaria nº 377, de 13 de julho de 2007, conforme se verifica através da Portaria que também segue anexa.

Realço que o fato ora em comento foi devidamente notificado à Casa Civil da Presidência da República, por intermédio do Aviso Ministerial nº 00071/2010/MC, de 12 de maio de 2010, a fim de que fosse providenciada a imediata comunicação do ocorrido ao Congresso Nacional, para que, após conhecimento do fato, viesse a adotar as medidas pertinentes, no sentido de tornar sem efeito o supramencionado Decreto Legislativo nº 854, de 2009, e posterior remessa dos autos ao Ministério das Comunicações.

Sendo assim, peço a especial atenção de V. Sa. quanto ao desfecho da solicitação ministerial *supra*, haja vista a necessidade de, após a devida comunicação do fato ao Congresso Nacional e a consequente desconstituição dos efeitos do referido Decreto Legislativo nº 854, de 2009, dar-se prosseguimento ao então certame licitatório para a localidade de Chuí, no Rio Grande do Sul, oportunidade em que será convocada outra licitante para a execução do serviço.

Atenciosamente,



Edio Henrique de A. José e Azevedo  
Consultor Jurídico





ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO  
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO  
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
GABINETE DA CONSULTORIA JURÍDICA

CONJUR  
Fls. 383  
Rubrica  
M. das Comunicações

Ofício nº 2146/2010/EHA/GAB/CONJUR-MC/AGU

CÓPIA

Brasília, 13 de dezembro de 2010.

A Sua Senhoria o Ilmo. Senhor  
BETO FERREIRA MARTINS VASCONCELOS  
Subchefe para Assuntos Jurídicos da Casa Civil da Presidência da República  
Brasília - DF

Assunto: Reitera o Ofício nº 0866/2010/EHA/GAB/CONJUR-MC/AGU

Senhor Subchefe,

Cumprimentando-o, venho por meio deste reiterar os termos do Ofício nº 0866/2010/EHA/GAB/CONJUR-MC/AGU, de 24 de junho de 2010, por intermédio do qual se fez referência ao Aviso Ministerial nº 00071/2010/MC, de 12 de maio de 2010, o qual comunicou a revogação da Portaria nº 377, de 13 de julho de 2007, que outorgava permissão de radiodifusão sonora, em frequência modulada, à RÁDIO DUNAS FM LTDA., no Município de Chuí, Estado do Rio Grande do Sul.

Ocorre que o processo administrativo que trata da citada permissão (Processo nº 53790.000212/2000) já havia sido encaminhado ao Congresso Nacional, tendo sido emitido o Decreto Legislativo nº 854, de 2009, conforme o explicitado no referido ofício nº 0866/2010 (cópia em anexo).

Nesse contexto, solicitou-se dessa Casa Civil da Presidência da República que fossem adotadas as medidas cabíveis no sentido de se comunicar o fato ao Congresso Nacional a fim de que fosse tornado sem efeito o mencionado Decreto Legislativo.

Sendo assim, peço a especial atenção de V. Sa. quanto ao desfecho da solicitação ministerial que ora se reitera, haja vista a necessidade de, após a desconstituição dos efeitos do Decreto Legislativo, dar-se prosseguimento ao então certame licitatório para a localidade de Chuí, no Rio Grande do Sul, oportunidade em que será convocada outra licitante para a execução do serviço.

Atenciosamente,

  
Edio Henrique de A. José e Azevedo  
Consultor Jurídico

Esplanada dos Ministérios, Bloco "R" – sala 920 – CEP 70.044-900 – Brasília - DF  
Telefones: (61) 3311-6535/3311-6196 Fax: (61) 3311-6602 Email: [conjur@mc.gov.br](mailto:conjur@mc.gov.br)





**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
GABINETE DO MINISTRO**

CONJUR  
n.º 389  
Rubrica  
M. das Comunicações

Aviso nº 210 /2010/MC

**CÓPIA**

Brasília, 13 de dezembro de 2010.

A Sua Excelência o Exmo. Sr.

**CARLOS EDUARDO ESTEVES LIMA**

Ministro-Chefe da Casa Civil da Presidência da República, interino  
Brasília - DF

Assunto: Reitera o Aviso nº 00071/2010/MC, de 12 de maio de 2010

Senhor Ministro,

Cumprimentando-o, venho por meio deste reiterar os termos do Aviso Ministerial nº 00071/2010/MC, de 12 de maio de 2010, por intermédio do qual se comunicou a revogação da Portaria nº 377, de 13 de julho de 2007, a qual outorgava permissão de radiodifusão sonora, em frequência modulada, à RÁDIO DUNAS FM LTDA., no Município de Chuí, Estado do Rio Grande do Sul.

Ocorre que o processo administrativo que trata da citada permissão (Processo nº 53790.000212/2000) já havia sido encaminhado ao Congresso Nacional, tendo sido emitido o Decreto Legislativo nº 854, de 2009, conforme o explicitado no referido Aviso nº 00071/2010/MC (cópia em anexo).

Nesse contexto, solicitou-se dessa Casa Civil da Presidência da República que fossem adotadas as medidas cabíveis no sentido de se comunicar o fato ao Congresso Nacional a fim de que fosse tornado sem efeito o mencionado Decreto Legislativo.

Sendo assim, peço a especial atenção de V. Exa. quanto ao desfecho da solicitação ministerial ora reiterada, haja vista a necessidade de, após a desconstituição dos efeitos do Decreto Legislativo, dar-se prosseguimento ao então certame licitatório para a localidade de Chuí, no Rio Grande do Sul, oportunidade em que será convocada outra licitante para a execução do serviço.

Atenciosamente,

**JOSÉ ARTUR FILARDI LEITE**  
Ministro de Estado das Comunicações





ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO  
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO  
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
COORDENAÇÃO-GERAL DE ASSUNTOS JURÍDICOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA – CGCE



PARECER Nº 1583/2011/TFC/CGCE/CONJUR-MC/AGU

PROCESSO Nº 53000.001210/2000

INTERESSADOS: RÁDIO DUNAS FM LTDA e EMPRESA DE RADIODIFUSÃO EXTREMO SUL FM LTDA.

EMENTA: Análise da concorrência 037/2000 levada a efeito para permissão de serviços de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada na localidade de Chuí, no Estado do Rio Grande do Sul.

I- Já foi anulada a homologação e a portaria de outorga que contemplavam RÁDIO DUNAS FM LTDA, uma vez que tal empresa efetivou distrato.

II- Necessidade de desclassificação superveniente da licitante RÁDIO DUNAS FM LTDA, com fulcro no art. 43, §3º da Lei 8.666/97.

III- Nulidade do Decreto Legislativo, contaminado pela nulidade dos atos que lhe eram antecedentes: ato de homologação e portaria de outorga. Necessidade de comunicação à Casa Civil e Congresso Nacional.

IV- Pela homologação da concorrência 037/2000 para a localidade de Chuí, no Estado do Rio Grande do Sul, com adjudicação do objeto à proponente EMPRESA DE RADIODIFUSÃO EXTREMO SUL FM LTDA.

A Comissão Especial de Licitação encaminha para exame e parecer desta Consultoria Jurídica os processos referentes à Concorrência 037/2000, deflagrada para outorgar permissão de serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada na localidade de Chuí, no Estado do Rio Grande do Sul. Os autos chegaram à minha apreciação nesta data.

2. Compulsando os autos da concorrência 037/2000, verifica-se que foi desconstituída a homologação do certame que adjudicava o objeto à licitante RÁDIO DUNAS FM LTDA, bem como a respectiva portaria de outorga, visto que a empresa não mais subsistia após ter efetivado distrato.

3. Na sequência, encaminhou-se comunicado à Casa Civil, a fim de que fosse providenciada, junto ao Congresso Nacional, a desconstituição do Decreto Legislativo nº 854, de 2009, já houve, inclusive, reiteração nesse sentido.

4. Sobreveio a NOTA Nº 409/2011/TFC/CGCE/CONJUR-MC/CGU/AGU a qual recomendou envidar esforços para verificar o deslinde da questão, com o intuito de possibilitar o prosseguimento do certame e eventual homologação contemplando outra proponente. Para tanto, novo Aviso Ministerial seria dirigido com URGÊNCIA à Casa Civil.



5. Ocorre que no caso em voga, já havia sido exarado o decreto legislativo pelo Congresso Nacional, com aprovação da permissão que contemplava RÁDIO DUNAS FM LTDA, porém, restou comprovado que tal entidade não mais existe, ficando impossibilitada de firmar contrato com o Poder Público, em virtude de distrato efetuado pela empresa (fls. 120/121 do processo 53790.00212/2000).

6. Primeiramente, confira-se o mandamento constitucional:

*Art. 223. Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal.*

*§ 1º - O Congresso Nacional apreciará o ato no prazo do art. 64, § 2º e § 4º, a contar da recebimento da mensagem.*

*§ 2º - A não renovação da concessão ou permissão dependerá de aprovação de, no mínimo, dois quintos do Congresso Nacional, em votação nominal.*

*§ 3º - O ato de outorga ou renovação somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, na forma dos parágrafos anteriores.*

*§ 4º - O cancelamento da concessão ou permissão, antes de vencido o prazo, depende de decisão judicial.*

*§ 5º - O prazo da concessão ou permissão será de dez anos para as emissoras de rádio e de quinze para as de televisão.(Grifamos).*

7. O Tribunal de Contas da União já tem sustentado que cancelamento se refere a outorgas válidas, ao passo que, anulação recai sobre outorgas fulminadas pela ilegalidade. Seguido tal raciocínio, outorgas ilegais, mesmo que contem com decreto legislativo, para o TCU, poderiam ser anuladas, sem necessidade de ação judicial. A licitante RÁDIO DUNAS FM LTDA não manteve as condições de habilitação, visto que a própria pessoa jurídica deixou de existir, violando o edital e a lei. Tal ilegalidade fulmina sua outorga. Cite-se que o distrato foi registrado na Junta Comercial do Rio Grande do Sul em 17/12/2004 (fl. 120 do processo 53790.000212/00), ao passo que, a homologação se deu em 01 de junho de 2007 (fl. 102 do processo 53790.000212/00). Logo, no momento da homologação, RÁDIO DUNAS FM LTDA já não existia, embora a informação não constasse dos autos.

8. A necessidade de ação judicial de cancelamento nos casos de vícios no curso do certame licitatório deflagrado no âmbito desta Pasta Ministerial avalizados por decreto legislativo era embasada no supracitado artigo 223, §4º, da Constituição Federal. Porém, a Consultoria Jurídica vem evoluindo seu entendimento, alinhando-se com excerto da Corte de Contas e do Superior Tribunal de Justiça.

9. O Tribunal de Contas da União sinalizou que é possível que o Ministro de Estado anule outorga, mesmo após o advento de decreto legislativo, sem a necessidade de ação judicial. Seu entendimento se firma na distinção entre anulação por ilegalidade e cancelamento, esta última é a terminologia adotada constitucionalmente.

10. Cite-se, assim, o Acórdão 1900/2008-TCU- Plenário, *in verbis*:

*A doutrina também converge no sentido de que ato ilegal não produz efeitos válidos, não gerando direitos. Sendo insanáveis, não podem ser convalidados, cabendo, portanto, a sua anulação que produzirá efeitos desde a sua origem, alcançando todos os atos dele decorrentes. Assim, ato que contenha o vício da ilegalidade deve ser anulado pela Administração ou pelo Poder Judiciário.*

*Por essa razão, o ato em exame- portaria que outorgou permissão de serviço de*



radiodifusão-comporta vício insanável, decorrente de ilegalidade ocorrida no procedimento licitatório (inabilitação ilegal de concorrente). Nesse sentido, a sua anulação não é forma de extinção unilateral da outorga, mas significa o reconhecimento de que se trata de outorga sem validade, pois concedida sob fundamento ilegal, representando ato que não existe no mundo jurídico como válido. Portanto, a anulação da outorga em foco não pode ser reconhecida como cancelamento que se subordine à prescrição do art.223, §4º, da Constituição Federal.

[...]

O entendimento do STJ foi no sentido de que a previsão constitucional do art.223, §4º é para o cancelamento de outorgas válidas e não para o reconhecimento de nulidade, e que a autoridade que celebrou o contrato administrativo pode declarar sua nulidade sem desconstituir seus atos preparatórios. (TCU, Acórdão 1900/2008-Plenário. Grifos nossos).

11. A decisão do Superior Tribunal de Justiça invocada no Acórdão do TCU é o Mandado de Segurança 8937-DF, *in litteris*:

CONTRATO ADMINISTRATIVO - DESCONSTITUIÇÃO - ATO COMPLEXO - CÓDIGO NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES (ART. 38) - RECEPÇÃO CONSTITUCIONAL - VIGÊNCIA - "CONCESSIONÁRIAS DE RADIODIFUSÃO - COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA - CONSENTIMENTO DA UNIÃO (L. 4.117/62 - ART. 38).

1 - É lícito à autoridade que celebra contrato administrativo, declarar-lhe a nulidade, sem desconstituir os respectivos atos preparatórios.

2 - O art. 38 da Lei 4.117/62 não foi derogado pela Constituição Federal de 1988.

3 - O teor do art. 21, XII, "a", da CF, compete à União explorar os serviços de telecomunicações. Ora, quem explora, pode estabelecer as condições em que tal exploração pode ser concedida. Na hipótese, tais condições encontram-se no art. 38 da Lei 4.117 (Código Nacional de Telecomunicações).

4 - O controle estatal sobre a composição do capital das concessionárias de telecomunicações liga-se radicalmente ao potencial de influência que tais empresas exercem sobre a população.

Não é à toa que os exploradores de tais serviços arrogam-se o epíteto de "formadores de opinião".

5 - A alteração na composição acionária das concessionárias de telecomunicações, dependem de autorização da União, "ouvido o Conselho Nacional de Telecomunicações" (CBT, art. 38).

6 - Em meio ao processo de que resultou a candidata à concessão, é defeso à concessionária alterar seus estatutos sociais, sem as cautelas do CBT (art. 38).(STJ, MS8937-DF. Grifamos).

12. O raciocínio tanto mais se evidencia no voto-vista do sr. Ministro Luiz Fux. Senão, vejamos:

*Assim, imperioso é reconhecer que, sendo o processo de outorga constituído de várias fases distintas, em cada uma delas atuam autoridades também distintas, com poderes para declarar a nulidade dos atos praticados. Assim, se durante o procedimento licitatório for constatada alguma ilegalidade, cabe ao Ministro das Comunicações anular o ato maculado. Se o vício ocorrer na fase de deliberação do Congresso, nada impede que essa Casa também proceda da mesma forma, não aprovando a outorga. Finalmente, chega-se à fase de celebração do contrato. Nesta etapa, quem atua em nome da União é o Ministro de Estado das Comunicações, do que decorre a sua atribuição para anular esse acordo de vontades, caso seja verificada alguma eiva em sua emissão. De mais a mais, quando o processo da Impetrante foi submetido à apreciação do Congresso Nacional, não se tinha conhecimento da irregularidade; praticada quando da transferência das quotas, tendo aquela Casa Legislativa sido, a exemplo do então Ministro das Comunicações, induzida a erro, pois deliberou com base em ato nulo, vindo a aprovar a outorga concedida à Impetrante que, embora seja a mesma pessoa jurídica que foi declarada vencedora da Concorrência nº 140/97, passou, nos atos subsequentes, a possuir quadro societário totalmente distinto daquele apresentado à época da licitação."(fls. 254/264) STJ, Mandado de Segurança 8937/DF).*

13. A Consultoria Jurídica tem construído o entendimento de que todos os atos



decorrentes da homologação nula são, por consequência, nulos, logo, não subsiste nem mesmo o decreto legislativo, por ter sido fulminado pela nulidade dos atos que lhe são antecedentes. Há, portanto, **apenas a necessidade de comunicação à Casa Civil e Congresso Nacional**, sem que seja preciso que anulem os atos exarados naquele âmbito, visto que são atos por essência já nulos. Repita-se que já foram remetidas Exposições de Motivos e Ofícios àqueles órgãos, sem que qualquer resposta se delineasse. Destaque-se que a anulação da homologação que adjudicava o objeto do certame a RÁDIO DUNAS FM LTDA, foi precedida da oportunidade dos interessados se manifestarem em sede de contraditório e ampla defesa (fl. 111 do processo 53790.000212/2000). Porém, houve silêncio e nenhuma manifestação foi juntada aos autos.

14. A concorrência não pode ficar paralisada indefinidamente, já que reiteradas comunicações foram enviadas à Casa Civil, para entendimentos com o Congresso Nacional.

15. Posto isto, anulada a homologação e portaria de outorga que contemplavam a primeira colocada (RÁDIO DUNAS FM LTDA) na concorrência 037/2000, para a localidade de Chuí/RS, e, por conseguinte sendo nulo o próprio decreto legislativo, passa-se ao exame da documentação da segunda colocada no certame. Entretanto, faz-se necessária a desclassificação superveniente da licitante RÁDIO DUNAS FM LTDA, com fulcro no art.43, §3º da Lei 8.666/97. Tal providência pode ser adotada de imediato, porque já foi oportunizado o contraditório e a ampla defesa. Para tanto, publique-se o despacho ministerial d' desclassificação superveniente.

16. A segunda colocada para Chuí/RS é EMPRESA DE RADIODIFUSÃO EXTREMO SUL FM LTDA (fl.275 do processo principal).

17. Em relação ao procedimento licitatório para a localidade de Chuí, no Estado do Rio Grande do Sul, analisando a Concorrência nº 037/2000-SSR/MC, verifica-se que a referida Comissão observou as regras insculpidas no instrumento convocatório (edital), atendeu o rito procedimental do certame, bem como pugnou pelo cumprimento das exigências legais pertinentes a todo procedimento licitatório. Logo, cabe homologação com adjudicação do objeto à EMPRESA DE RADIODIFUSÃO EXTREMO SUL FM LTDA.

18. Diante de todo o exposto, opina-se:

a) Já foi anulada a homologação e a portaria de outorga que contemplavam RÁDIO DUNAS FM LTDA, uma vez que tal empresa efetivou distrato.

b) Necessidade de **desclassificação superveniente da licitante RÁDIO DUNAS FM LTDA**, com fulcro no art.43, §3º da Lei 8.666/97. **Publique-se despacho ministerial** nesse sentido.

c) Nulidade do Decreto Legislativo, contaminado pela nulidade dos atos que lhe eram antecedentes: ato de homologação e portaria de outorga, **Necessidade de comunicação à Casa Civil e Congresso Nacional**.

d) Pela **homologação da concorrência 037/2000** para a localidade de Chuí, no Estado do Rio Grande do Sul, com adjudicação do objeto à proponente EMPRESA DE RADIODIFUSÃO EXTREMO SUL FM LTDA.

À superior consideração.

  
TATIANE FLORES CAVALCANTE RAZUK  
Advogada da União

Brasília, 01 de dezembro de 2011.





ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO  
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO  
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
COORDENAÇÃO-GERAL DE ASSUNTOS JURÍDICOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA - CGCE

DESPACHO Nº 3210/2011/DPF/CGCE/CONJUR-MC/AGU

PROCESSO N.º: 53000.001210/2000

ASSUNTO : Concorrência 037/2000.

Aprovo o PARECER Nº 1583/2011/TFC/CGCE/CONJUR-MC/CGU/AGU, da lavra da Advogada da União Tatiane Flores Cavalcante Razuk.

Encaminhem-se os autos à apreciação pelo Sr. Consultor Jurídico.

Brasília, 21 de 12 de 2011.

  
DANIEL PEREIRA DE FRANCO

Advogado da União

Coordenador-Geral de Assuntos Jurídicos de Comunicação Eletrônica





ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO  
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO  
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
GABINETE DA CONSULTORIA JURÍDICA



DESPACHO Nº 3211/2011/JFB/GAB/CONJUR-MC/AGU

PROCESSO N.º: 53000.001210/2000

ASSUNTO : Concorrência 037/2000.

Aprovo o DESPACHO Nº 3210/2011/DPF/CGCE/CONJUR-MC/AGU, da lavra do Advogado da União, Dr. Daniel Pereira de Franco, Coordenador-Geral de Assuntos Jurídicos de Comunicação Eletrônica, que aprovou o PARECER Nº 1583/2011/TFC/CGCE/CONJUR-MC/CGU/AGU, de autoria da Advogada da União, Dra. Tatiane Flores Cavalcante Razuk.

Encaminhem-se os autos à Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica, em prosseguimento.

Brasília, 23 de janeiro de 2011.

  
JOSE FLÁVIO BIANCHI  
Consultor Jurídico



## MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES


## GABINETE DO MINISTRO



## DESPACHO DO MINISTRO

Em 8 de fevereiro de 2012.

Acolho o PARECER Nº 1583/2011/TFC/CONJUR-MC/CGU/AGU, invocando seus fundamentos como razão desta decisão, e determino que seja DESCLASSIFICADA SUPERVENIENTEMENTE a licitante RÁDIO DUNAS FM LTDA na concorrência 037/2000, nos termos do Edital e da legislação respectiva.

  
**PAULO BERNARDO SILVA**  
Ministro das Comunicações

## ANEXO ÚNICO

CONCORRÊNCIA SSR/MC	UF	LOCALIDADE	SERVIÇO	PROPONENTE	Nº DO PROCESSO
037/2000	FM	CHUI	FM	RÁDIO DUNAS FM LTDA	53790.000212/2000





**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**  
**GABINETE DO MINISTRO**

**DESPACHO DO MINISTRO**

Em 8 de fevereiro de 2012.

Acolho o **PARECER Nº 1583/2011/TFC/ CGCE/CONJUR-MC/CGUAGU**, invocando seus fundamentos como razão desta decisão, **HOMOLOGO** o certame e promovo as adjudicações respectivas, de acordo com o Anexo Único, nos termos da legislação vigente e das normas estabelecidas no respectivo Edital.

  
**PAULO BERNARDO SILVA**  
Ministro das Comunicações

**ANEXO ÚNICO**

Nº DA CONCORRÊNCIA SSR/MC	UF	Localidade	SERVIÇO	PROPONENTE VENCEDORA	Nº PROCESSO
037/2000	RS	CHUI	FM	EMPRESA DE RADIODIFUSÃO EXTREMO SUL FM LTDA	53790.000211/2000







PUBLICADO NO DIÁRIO
OFICIAL DE 04 / 05 / 12
Página 60 Seção 1
ANOTADO POR: <i>fox</i>



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 234 , DE 30 DE ABRIL DE 2012.

**O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES**, no uso de suas atribuições, em conformidade com o art. 32 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto nº 1.720, de 28 de novembro de 1995, e tendo em vista o que consta do Processo nº 53790.000211/2000, Concorrência nº 037/2000-SSR/MC, resolve:

Art. 1º Outorgar permissão à EMPRESA DE RADIODIFUSÃO EXTREMO SUL FM LTDA. para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, no Município de Chuí, Estado do Rio Grande do Sul.

Parágrafo único. A permissão ora outorgada reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subseqüentes, regulamentos e obrigações assumidas pela outorgada em suas propostas.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do artigo 223, § 3º, da Constituição.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

  
PAULO BERNARDO SILVA





MC 00000 EM

Brasília, de

de 2012.

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

De conformidade com as atribuições legais e regulamentares cometidas a este Ministério, determinou-se a publicação da Concorrência nº 037/2000-SSR/MC, com vistas à implantação de uma estação de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de Chuí, Estado do Rio Grande do Sul.

2. A Comissão Permanente de Licitação de Serviços de Radiodifusão, constituída pela Portaria nº 223, de 06 de junho de 2011, publicada no Diário Oficial da União de 07 subsequente, depois de analisar a documentação de habilitação e as propostas técnica e de preço pela outorga das entidades proponentes, com observância da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e da legislação específica de radiodifusão, concluiu que a Empresa de Radiodifusão Extremo Sul FM Ltda. (Processo nº 53790.000211/2000) obteve a maior pontuação do valor ponderado, nos termos estabelecidos pelo Edital, tornando-se assim a vencedora da Concorrência, conforme ato da mesma Comissão, que homologuei, havendo por bem outorgar a permissão, na forma da Portaria inclusa.

3. Esclareço que, de acordo com o § 3º do art. 223 da Constituição, o ato de outorga somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, para onde solicito seja encaminhado o referido ato.

Respeitosamente,

**PAULO BERNARDO SILVA**  
Ministro de Estado das Comunicações



ANEXO  
DECLARAÇÃO

"Os Responsáveis Legal e Técnico da Engenharia Sanitária declararam, para fins de inscrição de análise, que a documentação apresentada no expediente tem o mesmo conteúdo e é estatisticamente igual à documentação apresentada à ANVISA no processo nº 000.000.000.000.000, de acordo com a Legislação vigente, sob pena de incorrerem em infração sanitária, estando sujeitos às sanções cabíveis de acordo com a Legislação Brasileira que trata do assunto."

\*Representante Legal da Empresa (OBS: nome completo e assinatura) CPE nº:  
\*Representante Responsável (OBS: nome completo e assinatura) CPE nº:  
\*RECONTECER FIRMA

## DIRETORIA COLEGIADA

## CONSULTA PÚBLICA Nº 08, DE 3 DE MAIO DE 2012

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso da atribuição que lhe confere o inciso IV do art. 11 do Regulamento da ANVISA, aprovado pelo Decreto nº 1.024, de 16 de abril de 1999, e o inciso II, e §§ 1º e 2º do art. 54 do Regulamento Interno aprovado pela Portaria nº 334 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada em 21 de agosto de 2006 em revisão realizada em 2 de maio de 2012, adota a seguinte Consulta Pública e, no, Diretor-Presidente, determina a sua publicação.

Art. 1º Fica aberta, a partir da data de publicação desta Consulta Pública, o prazo de 30 dias para que sejam apresentadas críticas e sugestões relativas a proposta de Resolução que dispõe sobre alteração da RDC 38/08 para nacionalização do procedimento de análise em pesquisa clínica de estudos com cooperação estrangeira.

Art. 2º Informar que a proposta de Resolução está disponível na íntegra no site da Anvisa no endereço e que as sugestões deverão ser encaminhadas por escrito, em formulário próprio, para um dos seguintes endereços: Agência Nacional de Vigilância Sanitária/Secretaria Geral de Medicamentos/GMEDI, SIA Trecho 5, Área Especial 57, Brasília - DF, CEP 71.201-050, ou para o Fax: (61) 3462-5674 ou para o e-mail: [spXX.2012@anvisa.gov.br](mailto:spXX.2012@anvisa.gov.br).

1º A documentação objeto desta Consulta Pública e o formulário para envio de contribuições permanecerão à disposição dos interessados no endereço <http://www.anvisa.gov.br/consultaspublicas/consultas.htm>.

2º As contribuições recebidas serão públicas e permanecerão à disposição de todos no site da Anvisa no endereço.

3º As contribuições não enviadas no formulário de que trata o parágrafo anterior ou recebidas fora do prazo não serão consideradas para efeitos de consolidação do texto final do regulamento.

Art. 3º Fica o prazo estipulado no art. 1º da Agência Nacional de Vigilância Sanitária poderá articular-se com os órgãos e entidades envolvidas e aqueles que tenham manifestado interesse na matéria, para que indiquem representantes nos discussões posteriores, visando a consolidação do texto final.

Parágrafo único. A consolidação do texto final do regulamento e o Relatório de Análise de Contribuições serão disponibilizados no site da Anvisa na internet após a deliberação da Diretoria Colegiada.

(CONF. DIR. ANVISA) (CONF. DIR. ANVISA)

## SECRETARIA DE ATENÇÃO À SAÚDE

## PORTARIA Nº 384, DE 3 DE MAIO DE 2012

(Unidade executiva do Ministério da Saúde - Coordenação de Atenção em Alta Complexidade em Oncologia) (UNACON)

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Portaria SAS/MS nº 744, de 19 de dezembro de 2005, que regulamenta a assistência de alta complexidade no Rede de Atenção Oncológica;

Considerando a Portaria SAS/MS nº 387, de 23 de junho de 2007, que redefine as habilitações em Oncologia na Tabela de Habilitações de Serviços Especializados do Sistema do Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CENES);

Considerando a manifestação favorável da Secretaria de Estado de Saúde do Rio de Janeiro e a aprovação no âmbito da Comissão Intergestores Bipartite do Estado, por meio da Resolução (CIB) nº 1.401, de 19 de agosto de 2011;

Considerando a avaliação da Secretaria de Atenção à Saúde - Departamento de Atenção Especializada - Coordenação-Geral de Média e Alta Complexidade DAE/SAS/MS, resolve:

Art. 1º Fica habilitado o estabelecimento de saúde abaixo informado, como Unidade de Assistência de Alta Complexidade em Oncologia (UNACON), Código 17.04.

Estabelecimento - Município	CNES	CNPJ
Hospital Regional Darcy Vargas	2296241	31.517.493/0001-67 (gov.br)

Art. 2º O registro do impacto econômico gerado por esta habilitação correrá por conta do pagamento do Ministério da Saúde. Os recursos serão alocados no teto de Média e Alta Complexidade do Estado ou Município de acordo com o vínculo da unidade e modalidade da gestão.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

TELLETO MIRANDA MACIELAQUES TORRES

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.in.gov.br/assessoria/legislacao>, pelo código 0002012050000000.

## Ministério das Cidades

## CONSELHO NACIONAL DE TRÂNSITO

## DELIBERAÇÃO Nº 126, DE 3 DE MAIO DE 2012

Suspensão, revoga e extinção de licenças de trânsito e de circulação em trânsito - ECVA e LTRV.

O Presidente do Conselho Nacional de Trânsito, ad referendum do CONSELHO NACIONAL DE TRÂNSITO - CONTRAN, no uso das atribuições legais que lhe confere o art. 12, inciso I, da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, combinado com o art. 6º do Regulamento Interno do Conselho, aprovado pelo Decreto nº 4.711, de 29 de maio de 2003, que trata sobre a organização do Sistema Nacional de Trânsito - SNT,

Considerando a natureza operacional em curso neste Ministério das Cidades, promovida pela Companhia Geral da União, considerando o Despacho SE Nº 613, de 23 de abril de 2012, instruído pelo Excepcionalíssimo Senhor Secretário Executivo do Ministério das Cidades;

Considerando a responsabilidade exercida pela Companhia Geral da União, considerando o Despacho SE Nº 613, de 23 de abril de 2012, instruído pelo Excepcionalíssimo Senhor Secretário Executivo do Ministério das Cidades;

Considerando a necessidade de adoção de medidas administrativas sugeridas pelo órgão de controle do Poder Executivo para fins de aprimoramento operacional dos processos de credenciamento;

Considerando a necessidade de criação de um Grupo de Trabalho objetivando o aprimoramento dos credenciamentos estabelecidos na Resolução CONTRAN nº 282/08;

Considerando a Ação Civil Pública nº 76000-56/2010-4/013800, em trâmite na 1ª Vara de Justiça de Minas Gerais, o Mandado de Segurança nº 2010/01.1082635-5, em trâmite na 7ª Vara da Fazenda Pública do Distrito Federal - TJDF e o Processamento Administrativo nº 0001685-97/2011.3.26.0053, em trâmite na 14ª Vara de Fazenda Pública da Comarca de São Paulo;

Considerando as Recomendações nºs 14 e 15 do Ministério Público Federal/DF;

Considerando o que consta do Processo Administrativo nº 80000.045476/2010-99, resolve:

Art. 1º Ficam suspensos novos credenciamentos de Empresas Credenciadas em Viatura - ECVA e Unidades de Gestão Central - UGC, até que a Companhia Geral da União - CGU encerre os trabalhos de auditoria no âmbito da Secretaria de nº 2011.0452/2011 e sejam avaliadas as medidas administrativas eventualmente recomendadas pelo órgão de controle para fins de aprimoramento operacional dos credenciamentos.

Art. 2º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

RUI FLORES ARCOVERDE

## Ministério das Comunicações

## GABINETE DO MINISTRO

## PORTARIA Nº 225, DE 16 DE ABRIL DE 2012

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 3º da Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, e no art. 6º, inciso II, do Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nºs 5370.000610/1998 e 5370.002272/2008, resolve:

Art. 1º Fica renovada, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei nº 4.717, de 27 de agosto de 1962, por dez anos, a partir de 03 de outubro de 2008, a permissão outorgada, à RADIO BRASILEIRA DE DIVINÓPOLIS LTDA, pela Portaria nº 482, de 30 de setembro de 1968, publicada no Diário Oficial da União de 03 de outubro de 1968, para explorar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, no Município de Divinópolis, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º A execução do serviço de radiodifusão cuja outorga é revogada por esta Portaria, rege-se pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 3º Esta ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 2º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RUI FLORES ARCOVERDE

## PORTARIA Nº 225, DE 16 DE ABRIL DE 2012

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 3º da Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, e no art. 6º, inciso II, do Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nºs 53000.004474/2011, resolve:

Art. 1º Fica renovada, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei nº 4.717, de 27 de agosto de 1962, por dez anos, a partir de 03 de maio de 2012, a permissão outorgada, à RADIO CIDADE BELA

LTD, pela Portaria nº 604, de 04 de outubro de 2000, publicada no Diário Oficial da União de 17 de outubro de 2000, e reformada pelo Decreto Legislativo nº 39, de 2002, publicado no Diário Oficial da União de 12 de abril de 2003, para exercer, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, no Município de Campo Verde, Estado do Mato Grosso.

Art. 2º A execução do serviço de radiodifusão cuja outorga é revogada por esta Portaria, rege-se pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 2º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RUI FLORES ARCOVERDE

## PORTARIA Nº 225, DE 16 DE ABRIL DE 2012

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, em conformidade com o artigo 32 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto nº 1.720, de 28 de novembro de 1995, e tendo em vista o que consta do Processo nº 5370.000610/2000, Considerando nº 006/2000-SSR/MC, resolve:

Outorgar permissão à Sociedade Rádio Palmeira Ltda para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, pelo prazo de dez anos, no município de Curitiba, Estado do Rio Grande do Sul. A permissão ora outorgada somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do artigo 223, § 3º, da Constituição.

RUI FLORES ARCOVERDE

## PORTARIA Nº 225, DE 16 DE ABRIL DE 2012

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, em conformidade com o artigo 32 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto nº 1.720, de 28 de novembro de 1995, e tendo em vista o que consta do Processo nº 5370.000610/2000, Considerando nº 007/2000-SSR/MC, resolve:

Outorgar permissão à Empresa de Radiodifusão Tapajó Sul FM Ltda para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, pelo prazo de dez anos, no município de Cuiabá, Estado do Mato Grosso do Sul. A permissão ora outorgada somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do artigo 223, § 3º, da Constituição.

RUI FLORES ARCOVERDE

## PORTARIA Nº 225, DE 16 DE ABRIL DE 2012

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, em conformidade com o artigo 32 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto nº 1.720, de 28 de novembro de 1995, e tendo em vista o que consta do Processo nº 53000.013513/2010, Considerando nº 054/2000-CEL/MC, resolve:

Outorgar permissão à Martin Fayad Radiodifusão Ltda para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, pelo prazo de dez anos, no município de Campo Belo do Sul, Estado de Santa Catarina. A permissão ora outorgada somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do artigo 223, § 3º, da Constituição.

RUI FLORES ARCOVERDE

## PORTARIA Nº 225, DE 16 DE ABRIL DE 2012

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, em conformidade com o artigo 32 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto nº 1.720, de 28 de novembro de 1995, e tendo em vista o que consta do Processo nº 53000.003644/2010, Considerando nº 019/2009-CEL/MC, resolve:

Outorgar permissão à Nova Rádio de Teresina FM Ltda para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, pelo prazo de dez anos, no município de Lagoa do Paraíso, Estado de Minas Gerais. A permissão ora outorgada somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do artigo 223, § 3º, da Constituição.

RUI FLORES ARCOVERDE

## PORTARIA Nº 225, DE 16 DE ABRIL DE 2012

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, em conformidade com o artigo 32 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto nº 1.720, de 28 de novembro de 1995, e tendo em vista o que consta do Processo nº 53000.000402/2002, Considerando nº 163/2001-SSR/MC, resolve:



# MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Comercial

Coordenação-Geral de Pós Outorgas

Coordenação de Renovação de Outorga e de Alteração de Características Técnicas dos Serviços de Radiodifusão

Divisão de Renovação de Outorga e de Alteração de Características Técnicas dos Serviços de Radiodifusão

## DESPACHO

**Processo nº: 53790.000211/2000-68**

**Referência: Concorrência 037/2000-SSR/MC**

**Interessado: EMPRESA DE RADIODIFUSÃO EXTREMO SUL FM LTDA**

**Assunto:** Necessidade de homologação de nova minuta de Exposição de Motivos. Mudança de Titularidade desta Pasta. Remessa dos autos ao Gabinete do Secretário de Radiodifusão, para submissão do assunto à consideração do Senhor Ministro de Estado.

1. Em linhas gerais informo que, em virtude de mudança de titularidade do Senhor Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, faz-se necessário a readequação da minuta de Exposição de Motivos que trata da outorga deferida à Empresa de Radiodifusão Extremo Sul FM Ltda, para explorar pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Chuí, no estado do Rio Grande do Sul, objeto da Concorrência n.º 037/2000-SSR/MC.

3. Oportuno registrar que, as exigências solicitadas pela Casa Civil no Despacho externo acostado no evento SEI nº 2145287, foram devidamente atendidas e acostadas nos eventos SEI nº 4512503, 4512504, 4512506 e 4512507.

2. Face ao exposto esta Coordenação-Geral de Pós Outorgas - CGPO opina pela remessa do processo em comento ao Gabinete da Secretaria de Radiodifusão - SERAD, para submissão dos autos ao atual Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações. Empós, estando o Ministro de acordo, os autos devem ser encaminhados ao Gabinete do Ministro, para posterior envio à Casa Civil da Presidência da República.

Brasília, 19 de agosto de 2019.



Documento assinado eletronicamente por **Alicionete da Silva Luz, Agente Administrativo**, em 22/08/2019, às 10:20 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **João Eduardo Tabalipa Ferreira, Coordenador-Geral de Pós-Outorgas substituto**, em 22/08/2019, às 16:52 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Flavio Ferreira Lima, Diretor do**





**Departamento de Radiodifusão Comercial**, em 26/08/2019, às 13:43 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Elifas Chaves Gurgel do Amaral, Secretário de Radiodifusão**, em 29/08/2019, às 21:12 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **4452981** e o código CRC **59A49B3B**.

## Minutas e Anexos

### MINUTA DE EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

EM nº - MCTIC/2019

Brasília, de de 2019.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Tratam-se os autos de outorga de permissão para a execução do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Chuí, estado do Rio Grande do Sul, objeto da Concorrência n.º 037/2000-SSR/MC, deferida à licitante Empresa de Radiodifusão Extremo Sul FM Ltda., pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ nº 03.836.652/0001-59.

2. A Comissão Permanente de Licitação de Serviços de Radiodifusão, constituída pela Portaria nº 223, de 6 de junho de 2011, publicada no Diário Oficial da União do dia 7 subsequente e suas alterações, depois de analisar a documentação de habilitação e as propostas técnica e de preço pela outorga das entidades proponentes, com observância à Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e na legislação específica de radiodifusão, concluiu que a EMPRESA DE RADIODIFUSÃO EXTREMO SUL FM LTDA (Processo nº 53790.000211/2000-68) obteve a maior pontuação do valor ponderado, nos termos estabelecidos pelo Edital, tornando-se assim a vencedora da Concorrência, conforme ato da mesma Comissão. O ato de homologação do certame foi publicado no Diário Oficial da União de 10 de fevereiro de 2012, pelo Ministro da época Paulo Bernardo Silva.

3. Ato contínuo, considerando os termos do art. 6º, parágrafo 2º do Decreto n.º 52.795, de 31 de outubro de 1963, foi editada a Portaria n.º 234, datada em 30 de abril de 2012, publicada no Diário Oficial da União de 04 de maio de 2012, que outorga permissão à Empresa de Radiodifusão Extremo Sul FM



Ltda., para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Chuí, estado do Rio Grande do Sul.

4. Contudo, de acordo com o § 3º do art. 223 da Constituição Federal de 1988, o ato de outorga somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, para onde solicito seja encaminhado o referido ato.

Respeitosamente,

*(assinado eletronicamente)*

**MARCOS CESAR PONTES**

Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

---

**Referência:** Processo nº 53790.000211/2000-68

SEI nº 4452981



## MINUTA DE

### Exposição de Motivos

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Tratam-se os autos de outorga de permissão para a execução do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Chuí, estado do Rio Grande do Sul, objeto da Concorrência n.º 037/2000-SSR/MC, deferida à licitante Empresa de Radiodifusão Extremo Sul FM Ltda., pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ nº 03.836.652/0001-59.

2. A Comissão Permanente de Licitação de Serviços de Radiodifusão, constituída pela Portaria nº 223, de 6 de junho de 2011, publicada no Diário Oficial da União do dia 7 subsequente e suas alterações, depois de analisar a documentação de habilitação e as propostas técnica e de preço pela outorga das entidades proponentes, com observância à Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e na legislação específica de radiodifusão, concluiu que a EMPRESA DE RADIODIFUSÃO EXTREMO SUL FM LTDA (Processo nº 53790.000211/2000-68) obteve a maior pontuação do valor ponderado, nos termos estabelecidos pelo Edital, tornando-se assim a vencedora da Concorrência, conforme ato da mesma Comissão. O ato de homologação do certame foi publicado no Diário Oficial da União de 10 de fevereiro de 2012, pelo Ministro da época Paulo Bernardo Silva.

3. Ato contínuo, considerando os termos do art. 6º, parágrafo 2º do Decreto n.º 52.795, de 31 de outubro de 1963, foi editada a Portaria n.º 234, datada em 30 de abril de 2012, publicada no Diário Oficial da União de 04 de maio de 2012, que outorga permissão à Empresa de Radiodifusão Extremo Sul FM Ltda., para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Chuí, estado do Rio Grande do Sul.

4. Contudo, de acordo com o § 3º do art. 223 da Constituição Federal de 1988, o ato de outorga somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, para onde solicito seja encaminhado o referido ato.

Respeitosamente,

**MARCOS CESAR PONTES**

Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

#### **AVISO:**

***O presente documento é uma minuta e não possui validade jurídica.***

*A assinatura abaixo é de autoria da unidade geradora desta minuta.*

*Os efeitos de seu teor só terão validade quando sua versão **definitiva** for assinada pela autoridade competente.*





Documento assinado eletronicamente por **Ana Maria dos Santos, Agente Administrativo**, em 02/09/2019, às 16:57 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **4584203** e o código CRC **1E8A12D5**.

**Referência:** Processo nº 53790.000211/2000-68

SEI nº 4584203





**MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES**  
**COORDENAÇÃO-GERAL DO GABINETE DO MINISTRO - GM**

UNIDADE(S) DESTINATÁRIA(S):				
AECI	CGRL	CONJUR	<b>SERAD</b>	OUVID
AGME	CORREG	DAD	SEMPI	
ASPAR	CGPC	DGI	SETEL	
CGCS	COCCT	DEAIC	SEPLA	
CGMO	CONCEA	SUV	SEFAE	
CGGP	CTNBio	SEXEC	SETAP	

DEMANDA:		
Acompanhar	Examinar e adotar providências de praxe	Tomar ciência e devolver ao GM
Emitir manifestação	Responder ao requerente/interessado e arquivar	
<b>Emitir Nota Técnica</b>	Responder ao requerente/interessado c/c para o CGGM	
Emitir Parecer	Tomar ciência e arquivar	

OBSERVAÇÃO:
<b>De acordo com a orientação da Presidência da República, restitui-se o presente processo para inclusão da Nota Técnica.</b>



Documento assinado eletronicamente por **Daliane Mello de Souza, Assistente em Ciência e Tecnologia**, em 03/12/2019, às 14:49 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **4927089** e o código CRC **7E84BC36**.







# MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Gabinete da Secretaria de Radiodifusão

## DESPACHO

**Processo nº:** 53790.000211/2000-68

De ordem do Secretário de Radiodifusão, encaminho o presente Processo ao Departamento de Radiodifusão Comercial, para as providências consignadas na Papeleta de providências CGGM (4927089).



Documento assinado eletronicamente por **Ana Maria dos Santos, Agente Administrativo**, em 03/12/2019, às 15:41 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **4927670** e o código CRC **18D511FE**.

## Minutas e Anexos

Não Possui.

**Referência:** Processo nº 53790.000211/2000-68

SEI nº 4927670



# MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Comercial

Gabinete do Departamento de Radiodifusão Comercial

## DESPACHO

**Processo nº:** 53790.000211/2000-68

**Referência:** Despacho GSRAD 4927670

**Interessado:** Empresa de Radiodifusão Extremo Sul FM Ltda

**Assunto:** Emitir Nota Técnica

De ordem, encaminhe-se este processo à Coordenação-Geral de Pós-Outorgas (CGPO) para as providências cabíveis, conforme solicitado na Papeleta de Providências CGGM 4927089.



Documento assinado eletronicamente por **Daniella Borges Silverio Ferreira, Administradora**, em 03/12/2019, às 16:37 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **4927907** e o código CRC **F3FC364B**.

## Minutas e Anexos

Não Possui.

**Referência:** Processo nº 53790.000211/2000-68

SEI nº 4927907



# **MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES**

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Comercial

Coordenação-Geral de Pós-Outorgas

Coordenação de Renovação de Outorga e de Alteração de Características Técnicas dos Serviços de Radiodifusão

Divisão de Renovação de Outorga e de Alteração de Características Técnicas dos Serviços de Radiodifusão

## **NOTA TÉCNICA Nº 24268/2019/SEI-MCTIC**

**Processo nº: 53790.000211/2000-68 - Concorrência 037/2000-SSR/MC**

**Interessado: EMPRESA DE RADIODIFUSÃO EXTREMO SUL FM LTDA**

**Assunto: Processo retornou da Presidência. Confecção de nova minuta de Exposição de Motivos.** Remessa dos presentes autos à Consultoria Jurídica – Conjur para manifestação e avaliação jurídico-formal da Minuta de Exposição de Motivos e submissão do assunto à consideração do Senhor Ministro de Estado para decisão final e posterior envio à Casa Civil da Presidência da República.

### **SUMÁRIO EXECUTIVO**

---

1. Trata o presente feito de processo administrativo referente à entidade Empresa de Radiodifusão Extremo Sul FM Ltda., pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ nº 03.836.652/0001-59, vencedora do Edital de Concorrência 037/2000-SSR/MC, cujo objeto é a execução do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada (FM), pelo prazo de 10 (dez) anos, no município de Chuí, no estado do Rio Grande do Sul. Remessa dos autos à Conjur para manifestação do feito e posterior envio dos autos à Casa Civil acompanhado de nova minuta de Exposição de Motivos, após submissão do assunto à consideração do Senhor Ministro de Estado.

### **ANÁLISE**

---

2. Preliminarmente, é necessário esclarecer que o Despacho do Ministro opinando pela homologação do certame, com adjudicação do objeto à proponente Empresa de Radiodifusão Extremo Sul FM Ltda., foi publicado em 10.12.2012 (fl. 143 - evento SEI nº 0527862).

3. Os autos foram então encaminhados à Casa Civil da Presidência da República, para apreciação do Senhor Presidente da República, conforme se verifica dos termos do Exposição de Motivos n.º 00252/2016 MCTIC (evento SEI n.º 1782541).

4. Ocorre que o feito foi restituído a esta Pasta, por meio de Despacho externo (evento SEI n.º 2145287), para reavaliação da minuta de Decreto proposta inicialmente pela Serad, em razão da necessidade de incluir documentos essenciais à complementação da análise jurídica e de mérito.

5. As exigências solicitadas pela Casa Civil, no Despacho Externo SAJ Evento SEI nº 2145287, foram devidamente atendidas e acostadas aos autos através dos seguintes documentos: eventos SEI nº 4512503, nº 4512504, nº 4512506 e nº 4512507.

6. A Serad, nos termos do Despacho (evento SEI n.º 4452981), readequou a minuta de Exposição de Motivos que trata



da outorga deferida à Empresa de Radiodifusão Extremo Sul FM Ltda, para explorar pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Chuí, no estado do Rio Grande do Sul, e propôs, mais uma vez, o envio à Casa Civil da Presidência da República, procedimento que foi adotado no âmbito desta Pasta Ministerial por muito tempo.

7. É a síntese do necessário. Passa-se à efetiva análise do assunto.

8. Em novembro de 2019, os presentes autos foram devolvidos a esta Coordenação, conforme documento acostado ao evento SEI nº 4927089, para que proceda o envio da minuta proposta inicialmente por meio de Nota Técnica.

9. Por essa razão, a Serad promoveu as adequações solicitadas pelo Gabinete do Ministro. Assim, ultrapassadas as fases de habilitação e homologação realizados por esta Pasta, se faz necessário a elaboração de minuta de Exposição de Motivos, que se encontra disposta no campo próprio abaixo, a ser encaminhada à Casa Civil da Presidência da República, objetivando que o ato de outorga produza seus efeitos legais.

## CONCLUSÃO

10. Por fim, diante do exposto e considerando o lapso temporal da emissão da decisão no prosseguimento do feito exarada pela Consultoria Jurídica desta Pasta Ministerial, esta Coordenação-Geral de Pós-Outorgas, por prudência e com o fito de evitar decisões contraditórias no âmbito deste Ministério, sugere a remessa do presente processo à Consultoria Jurídica, com a minuta de Exposição de Motivos disposta no campo próprio abaixo, para reexame e manifestação jurídica. Caso a CONJUR opine pela continuidade, sejam os autos submetidos ao Senhor Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações para decisão final e posterior envio à Casa Civil da Presidência da República.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **João Eduardo Tabalipa Ferreira, Coordenador de Renovação de Outorga e de Alter. de Caract. Téc. dos Serv. de Radiodifusão**, em 05/12/2019, às 14:04 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Luciana Maria Monteiro de Lima, Coordenadora-Geral de Pós-Outorga**, em 05/12/2019, às 18:21 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Flavio Ferreira Lima, Diretor do Departamento de Radiodifusão Comercial**, em 11/12/2019, às 16:49 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Elifas Chaves Gurgel do Amaral, Secretário de Radiodifusão**, em 13/12/2019, às 14:53 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).







## Minutas e Anexos

### **MINUTA DE EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS**

EM nº - MCTIC/2019

Brasília, de de 2019.

Senhor Presidente da República,

1. Tratam-se os autos de outorga de permissão para a execução do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Chuí, estado do Rio Grande do Sul, objeto da Concorrência n.º 037/2000-SSR/MC, deferida à licitante Empresa de Radiodifusão Extremo Sul FM Ltda., pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ nº 03.836.652/0001-59.

2. A Comissão Permanente de Licitação de Serviços de Radiodifusão, constituída pela Portaria nº 223, de 6 de junho de 2011, publicada no Diário Oficial da União do dia 7 subsequente e suas alterações, depois de analisar a documentação de habilitação e as propostas técnica e de preço pela outorga das entidades proponentes, com observância à Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e na legislação específica de radiodifusão, concluiu que a EMPRESA DE RADIODIFUSÃO EXTREMO SUL FM LTDA (Processo nº 53790.000211/2000-68) obteve a maior pontuação do valor ponderado, nos termos estabelecidos pelo Edital, tornando-se assim a vencedora da Concorrência, conforme ato da mesma Comissão. O ato de homologação do certame foi publicado no Diário Oficial da União de 10 de fevereiro de 2012, pelo Ministro da época Paulo Bernardo Silva.

3. Ato contínuo, considerando os termos do art. 6º, parágrafo 2º do Decreto n.º 52.795, de 31 de outubro de 1963, foi editada a Portaria n.º 234, datada em 30 de abril de 2012, publicada no Diário Oficial da União de 04 de maio de 2012, que outorga permissão à Empresa de Radiodifusão Extremo Sul FM Ltda., para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Chuí, estado do Rio Grande do Sul.

4. Contudo, de acordo com o § 3º do art. 223 da Constituição Federal de 1988, o ato de outorga somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, para onde solicito seja encaminhado o referido ato.

Respeitosamente,



*(assinado eletronicamente)*

**MARCOS CESAR PONTES**

Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

---

**Referência:** Processo nº 53790.000211/2000-68

SEI nº 4929828





ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO  
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO  
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E  
COMUNICAÇÕES  
COORDENAÇÃO-GERAL DE ASSUNTOS JURÍDICOS DE COMUNICAÇÃO - CGJC  
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 910 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61) 2027-6535/6196

**PARECER n. 00003/2020/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU**

**NUP: 53790.000211/2000-68**

**INTERESSADOS: EMPRESA DE RADIODIFUSÃO EXTREMO SUL LTDA**

**EMENTA:** Assinatura de contrato para exploração de serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na localidade de Chuí, Estado do Rio Grande do Sul. Certame da **Concorrência 037/2000** já **homologado**. Sucessivos encaminhamentos dos autos à Casa Civil, porém, estes retornaram a esta Pasta Ministerial por suposta ausência de documentos, mais especificamente manifestação técnica conclusiva. Necessidade de nova remessa, com especificação da documentação. Os documentos estão nos autos e serão apontados individualmente, para resposta à Casa Civil da Presidência da República e viabilização da apreciação da matéria para emissão do competente Decreto Legislativo.

Senhor Coordenador-Geral de Assuntos Jurídicos de Comunicação,

**RELATÓRIO**

1. A Secretaria de Radiodifusão encaminha para análise e manifestação desta Consultoria Jurídica, por meio da Nota Técnica nº 24268/2019/SEI-MCTIC (SEI 4929828), os autos relativos à assinatura de contrato para exploração de serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na localidade de Chuí, Estado do Rio Grande do Sul.

2. Trata-se do deslinde do certame da **Concorrência 037/2000**, feito já homologado, cujo objeto fora adjudicado à EMPRESA DE RADIODIFUSÃO EXTREMO SUL LTDA.

3. Vislumbram-se sucessivos encaminhamentos dos autos à Casa Civil que os retornou a esta Pasta Ministerial por suposta ausência de documentos, mais especificamente manifestação técnica conclusiva. A Casa Civil apontou por email quais seriam os documentos supostamente ausentes (SEI 2145287) :

*“Em referência ao processo 53790.000211/2000-68, que versa sobre a outorga de Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, em favor da Empresa de Radiodifusão Extremo Sul FM Ltda, verificou-se a ausência, no processo inserido no SEI/PR, do documento de manifestação técnica- Infomação, Nota Técnica ou outro similar- que contenha a análise e avaliação da documentação de habilitação da Empresa de Radiodifusão Extremo Sul FM Ltda,*



**com o posicionamento final da Comissão de Licitação relativa Pa Concorrência 037/2000-SSR/MC.**

*Em caráter supletivo da instrução processual, sugere-se a inclusão no processo inserido no SEI/PR de **cópia do ato de Nulidade do Decreto Legislativo referente a portaria de outorga em favor da Rádio Dunas FM Ltda.**, uma vez que tal empresa efetivou distrato, conforme registro na alínea “c” do item 18 do Parecer nº 1583/2011/TFC/CGCE/CONJUR-MC/AGU, de 1º/12/2011. [...]”*

4. Ante às exigências da Subchefia para Assuntos Jurídicos da Presidência da República (SAJ-PR), houve nova apreciação dos autos pela Secretaria de Radiodifusão do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (SERAD). O resultado foi a emissão da Nota Técnica 24268/2019/SEI-MCTIC (SEI 4929828) que **entendeu pelo pleno atendimento às exigências da SAJ/PR**, sendo ora reproduzida:

*“1. Trata o presente feito de processo administrativo referente à entidade Empresa de Radiodifusão Extremo Sul FM Ltda., pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ nº 03.836.652/0001-59, vencedora do Edital de Concorrência 037/2000-SSR/MC, cujo objeto é a execução do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada (FM), pelo prazo de 10 (dez) anos, no município de Chuí, no estado do Rio Grande do Sul. Remessa dos autos à Conjur para manifestação do feito e posterior enviou dos autos à Casa Civil acompanhado de nova minuta de Exposição de Motivos, após submissão do assunto à consideração do Senhor Ministro de Estado.*

**ANÁLISE**

*2. Preliminarmente, é necessário esclarecer que o Despacho do Ministro opinando pela homologação do certame, com adjudicação do objeto à proponente Empresa de Radiodifusão Extremo Sul FM Ltda., foi publicado em 10.12.2012 (fl. 143 - evento SEI nº [0527862](#)).*

*3. Os autos foram então encaminhados à Casa Civil da Presidência da República, para apreciação do Senhor Presidente da República, conforme se verifica dos termos do Exposição de Motivos n.º 00252/2016 MCTIC (evento SEI n.º [1782541](#)).*

*4. Ocorre que o feito foi restituído a esta Pasta, por meio de Despacho externo (evento SEI n.º [2145287](#)), para reavaliação da minuta de Decreto proposta inicialmente pela Serad, em razão da necessidade de incluir documentos essenciais à complementação da análise jurídica e de mérito.*

**5. As exigências solicitadas pela Casa Civil, no Despacho Externo SAJ Evento SEI nº2145287, foram devidamente atendidas e acostadas aos autos através dos seguintes documentos: eventos SEI nº [4512503](#), nº [4512504](#), nº [4512506](#) e nº [4512507](#).**

*6. A Serad, nos termos do Despacho (evento SEI n.º [4452981](#)), readequou a minuta de Exposição de Motivos que trata da outorga deferida à Empresa de Radiodifusão Extremo Sul FM Ltda, para explorar pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Chuí, no estado do Rio Grande do Sul, e propôs, mais uma vez, o envio à Casa Civil da Presidência da República, procedimento que foi adotado no âmbito desta Pasta Ministerial por muito tempo.*

*7. É a síntese do necessário. Passa-se à efetiva análise do assunto.*

*8. Em novembro de 2019, os presentes autos foram devolvidos a esta Coordenação, conforme documento acostado ao evento SEI nº [4927089](#), para que proceda o envio da minuta proposta inicialmente por meio de Nota Técnica.*

*9. Por essa razão, a Serad promoveu as adequações solicitadas pelo Gabinete do Ministro. Assim, ultrapassadas as fases de habilitação e homologação realizados por esta Pasta, se faz necessário a elaboração de minuta de Exposição de Motivos, que se encontra disposta no campo próprio abaixo, a ser encaminhada à Casa Civil da Presidência da República, objetivando que o ato de outorga produza seus efeitos legais.*

**CONCLUSÃO**

*10. Por fim, diante do exposto e considerando o lapso temporal da emissão da decisão no prosseguimento do feito exarada pela Consultoria Jurídica desta Pasta Ministerial, esta Coordenação-Geral de Pós-Outorgas, por prudência e com o fito de evitar decisões contraditórias no âmbito deste Ministério, sugere a remessa do presente processo à Consultoria Jurídica, com a minuta de Exposição de Motivos disposta no campo próprio abaixo, para*



*reexame e manifestação jurídica. Caso a CONJUR opine pela continuidade, sejam os autos submetidos ao Senhor Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações para decisão final e posterior envio à Casa Civil da Presidência da República.”*

É o relatório. Proceda-se à análise jurídica do caso.

## FUNDAMENTAÇÃO

5. Inicialmente, registre-se que as Consultorias Jurídicas dos Ministérios são órgãos de execução da Advocacia-Geral da União que tem por finalidade precípua prestar assessoramento jurídico aos titulares das Pastas Ministeriais, nos termos dos artigos 2º, II, b, e 11, ambos da Lei Complementar nº 73/1993, sendo de se registrar que o inciso V do já mencionado art. 11 estipula que compete às Consultorias Jurídicas *“assistir a autoridade assessorada no controle interno da **legalidade administrativa** dos atos a serem por ela praticados ou já efetivados, e daqueles oriundos de órgão ou entidade sob sua coordenação jurídica”*.

6. Dessa feita, assuntos relacionados ao mérito dos atos administrativos e aspectos fáticos, tais como conferência e a autenticidade dos documentos recebidos, bem como cálculo de correção monetária, são de atribuição dos órgãos técnicos dos Ministérios, nos termos dos respectivos Regimentos. Tal posicionamento decorre também do procedimento recomendado pela Consultoria-Geral da União, mediante o Enunciado BPC nº 07, do Manual de Boas Práticas Consultivas, o qual assevera que **“O Órgão Consultivo não deve emitir manifestações conclusivas sobre temas não jurídicos, tais como os técnicos, administrativos ou de conveniência ou oportunidade.”**. Deste modo, a análise desta Consultoria será restrita a aspectos jurídico-formais, sem adentrar na matéria de natureza técnica ou no mérito administrativo.

7. Insta salientar que foi prolatado por esta Consultoria Jurídica o Parecer Referencial nº 00001/2019/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU (manifestação jurídica referencial- MJR- SEI 4577274), o qual **permite que a SERAD, por meio de sua área técnica competente, analise processos repetitivos que possam ser solucionados com mera conferência de documentos**. Os anexos da manifestação da Consultoria Jurídica apontam os documentos indispensáveis a serem cuidadosamente examinados pela SERAD. No caso concreto dos presentes autos, todavia, já foram exaradas algumas manifestações técnicas e jurídicas, a serem adiante apontadas.

8. Quando aprovado o respectivo decreto legislativo, visando à assinatura de contrato de outorga com o Poder Público, o processo deverá ser instruído pela Secretaria de Radiodifusão, em conformidade com o art. 5º da Ordem de Serviço Conjunta SSCE/CONJUR nº 1, de 3 de novembro de 2004, para prosseguimento no MCTIC.

9. Como sobredito, a Casa Civil exige a remessa de alguns documentos para o regular trâmite do feito. A *praxe* administrativa era de remessa de cópia integral dos autos para apreciação daquele órgão governamental e posterior remessa ao Congresso Nacional, conforme preceitua o artigo 223, §3º da Constituição da República.

10. Para não pairarem dúvidas, passo a descrever os procedimentos administrativos, para, ao final, listar os documentos que embasaram a homologação da Concorrência 037/2000 para a localidade de Chuí/RS, bem como a posterior portaria de outorga de FM. Tais documentos serão devidamente apontados, para envio à Casa Civil e afastamento das eventuais pendências.

11. Compulsando os autos da concorrência 037/2000, verifica-se que foi desconstituída a homologação do certame que adjudicara o objeto à licitante RÁDIO DUNAS FM LTDA, bem como a respectiva portaria de outorga, visto que a empresa não mais subsistia após ter efetivado distrato.

12. Na sequência, encaminhou-se comunicado à Casa Civil, a fim de que fosse providenciada, junto ao Congresso Nacional, a desconstituição do Decreto Legislativo nº 854, de 2009. Já houve, inclusive, reiteração nesse sentido.

13. Sobreveio a NOTA Nº 409/2011/TFC/CGCE/CONJUR-MC/CGU/AGU a qual recomendou enviar esforços para verificar o deslinde da questão, com o intuito de possibilitar o prosseguimento do certame e eventual homologação contemplando outra proponente. Para tanto, novo Aviso Ministerial seria dirigido com URGÊNCIA à Casa Civil.



14.O Tribunal de Contas da União já tem sustentado que cancelamento se refere a outorgas válidas, ao passo que, anulação recai sobre outorgas fulminadas pela ilegalidade. Seguido tal raciocínio, outorgas ilegais, mesmo que contem com decreto legislativo, para o TCU, poderiam ser anuladas, sem necessidade de ação judicial. A licitante RÁDIO DUNAS FM LTDA não manteve as condições de habilitação, visto que a própria pessoa jurídica deixou de existir, violando o edital e a lei. Tal ilegalidade fulmina sua outorga. Cite-se que o distrato foi registrado na Junta Comercial do Rio Grande do Sul em 17/12/2004 (fl. 120 do processo 53790.000212/00), ao passo que, a homologação se deu em 01 de junho de 2007 (fl. 102 do processo 53790.000212/00). Logo, no momento da homologação, RÁDIO DUNAS FM LTDA já não existia, embora a informação não constasse dos autos.

15.A necessidade de ação judicial de cancelamento nos casos de vícios no curso do certame licitatório deflagrado no âmbito desta Pasta Ministerial avalizados por decreto legislativo era embasada no supracitado artigo 223, §4º, da Constituição Federal. Porém, a Consultoria Jurídica vem evoluindo seu entendimento, alinhando-se com excerto da Corte de Contas e do Superior Tribunal de Justiça.

16.O Tribunal de Contas da União (Acórdão 1900/2008-TCU- Plenário, já citado no Parecer 1583/2011/TFC/CGCE/ CONJUR-MC/CGU/AGU juntado aos autos) sinalizou que é possível que o Ministro de Estado anule outorga, mesmo após o advento de decreto legislativo, sem a necessidade de ação judicial. Seu entendimento se firma na distinção entre anulação por ilegalidade e cancelamento, esta última é a terminologia adotada constitucionalmente.

17.A Consultoria Jurídica tem construído o entendimento de que todos os atos decorrentes da homologação nula são, por consequência, nulos, logo, não subsiste nem mesmo o decreto legislativo, por ter sido fulminado pela nulidade dos atos que lhe são antecedentes. Haveria, portanto, **apenas a necessidade de comunicação à Casa Civil e Congresso Nacional**, sem que fosse preciso que **comunicar a repercussão para os atos exarados naquele âmbito (Casa Civil e Congresso Nacional), visto que são atos por essência já nulos**. Repita-se que já foram remetidas Exposições de Motivos e Ofícios àqueles órgãos. Destaque-se que a anulação da homologação que adjudicara o objeto do certame a RÁDIO DUNAS FM LTDA, foi precedida da oportunidade dos interessados se manifestarem em sede de contraditório e ampla defesa (fl. 111 do processo 53790.000212/2000). Porém, houve silêncio e nenhuma manifestação foi juntada aos autos.

18.**A concorrência não pode ficar paralisada indefinidamente**, já que reiteradas comunicações foram enviadas à Casa Civil, para entendimentos com o Congresso Nacional.

19.Posto isto, anulada a homologação e portaria de outorga que contemplavam a primeira colocada (RÁDIO DUNAS FM LTDA) na concorrência 037/2000, para a localidade de Chuí/RS, e , por conseguinte sendo nulo o próprio decreto legislativo, passou-se ao exame da documentação da segunda colocada no certame. Entretanto, fez-se necessária a desclassificação superveniente da licitante RÁDIO DUNAS FM LTDA, com fulcro no art.43, §3º da Lei 8.666/97. Tal providência foi adotada de imediato, porque já fora oportunizado o contraditório e a ampla defesa. Para tanto, publicou-se o despacho ministerial de desclassificação superveniente.

20. Repise-se que no caso em voga, já havia sido exarado o decreto legislativo pelo Congresso Nacional, com aprovação da permissão que contemplava RÁDIO DUNAS FM LTDA, porém, restou comprovado que tal entidade não mais existe, ficando impossibilitada de firmar contrato com o Poder Público, em virtude de distrato efetuado pela empresa (fls. 120/121 do processo 53790.00212/2000).

21. A segunda colocada para Chuí/RS é EMPRESA DE RADIODIFUSÃO EXTREMO SUL FM LTDA (fl.275 do processo principal).

22.Em relação ao procedimento licitatório para a localidade de Chuí, no Estado do Rio Grande do Sul, analisando a Concorrência nº 037/2000-SSR/MC,verifica-se que a referida Comissão observou as regras insculpidas no instrumento convocatório (edital), atendeu o rito procedimental do certame, bem como pugnou pelo cumprimento das exigências legais pertinentes a todo procedimento licitatório. Logo, sobreveio a homologação com adjudicação do objeto à EMPRESA DE RADIODIFUSÃO EXTREMO SUL FM LTDA.

23. Seguiu-se a portaria ministerial de outorga e o envio dos autos à Casa Civil.

24. Observam-se nos presentes nos autos os seguintes atos administrativos:



a) primeira homologação, com adjudicação do objeto à RÁDIO DUNAS FM LTDA (DOU de 15/07/2005- Seção 3, fl. 77 dos autos 53790.000212/2000).

b) desclassificação superveniente de RÁDIO DUNAS FM LTDA (SEI 4512503- fl.01).

c) anulação da sobredita homologação e da portaria de outorga (SEI 4512504).

d) Comunicação das providências à Casa Civil, para remessa também ao Congresso Nacional (SEI 4512504- Fls. 5/6).

e) nova homologação contemplando EMPRESA DE RADIODIFUSÃO EXTREMO SUL LTDA (SEI 4512503- Fl.02).

f) Respectiva portaria de outorga dirigida à EMPRESA DE RADIODIFUSÃO EXTREMO SUL LTDA (SEI 4512507).

25. Assim, elencados os atos administrativos editados no Ministério, listam-se as manifestações técnicas e jurídicas que embasaram a elaboração de todos os atos ministeriais:

a) Ata de reunião nº 148/2010 (SEI 0773385- fls.376-378).

b) Declaração de EMPRESA DE RADIODIFUSÃO EXTREMO SUL LTDA como vencedora do certame pela Comissão de Licitação (fl.124- SEI 0527862).

c) Informação da Comissão de Licitação, apreciando os autos de forma conclusiva (Informação MC/CEL Nº 057/2010 (citada à fl.124- SEI 0527862- a ser providenciada pela SERAD).

d) Manifestações da Consultoria Jurídica:

- NOTA/AGU/CONJUR/KMM/520-2.29/2010 (fl. 381 do SEI 0773385)

- COTA 123/2010/DPF/CGCE/CONJUR-MC/AGU ( fl.395 do SEI 0773385)

- OFÍCIO 0866/2010/EHA/GAB/CONJUR-MC/ AGU ( fl. 396 do SEI 0773385)

- OFÍCIO 2146/2010/EHA/GAB/CONJUR-MC/ AGU ( fl. 398 do SEI 0773385)

- NOTA 409/2011/TFC/CGCE/ CONJUR-MC/CGU/AGU ( fl.400 do SEI 0773385)

- PARECER 1583/2011/TFC/CGCE/CONJUR-MC/AGU ( fl.404 do SEI 0773385).

26. Por derradeiro, ao examinar a minuta de Exposição de Motivos para encaminhamento à Casa Civil, anexa à Nota Técnica 24268/2019 (SEI 4929828), a CONJUR sugere que no item 2 seja corrigida a redação para apontar a COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO, que atuou nos autos à época, verificando-se a correta portaria que investiu seus membros das pertinentes atribuições. Deve-se citar a portaria correta.

27. No mais, a minuta não merece maiores reparos jurídicos, sendo responsabilidade da SERAD observar a numeração correta de autos e remissão a documentos .

## CONCLUSÃO



28. Ante a todo o exposto, sugere-se a elaboração de um Ofício à Subchefia para Assuntos Jurídicos da Presidência da República (SAJ-PR), informando que:

a) Os autos foram devidamente apreciados tanto pela área técnica, como pela área jurídica, do antigo Ministério das Comunicações ( para tanto, junte-se ao ofício TODOS os documentos listados nos itens 24 e 25 deste parecer)

b) Não há ausência de documento essencial, como demonstrariam os documentos anexos ao ofício.

c) A entidade tem peticionado alegando procrastinação na resolução de seu caso, posto que a homologação da licitação já conta com quase 8 anos (SEI 3410147- a ser também juntado em anexo ao ofício).

d) Caso necessite de algum documento específico que o solicite expressamente e aponte porque os documentos anexados não são suficientes, para melhor esclarecimento por parte do MCTIC, o qual se coloca inteiramente à disposição para solução da celeuma.

e) Junte-se ainda ao ofício o ato de habilitação de EMPRESA DE RADIODIFUSÃO EXTREMO SUL LTDA, com respectiva ata de reunião da CEL que habilitou a entidade (vide processo específico, não remetido à CONJUR na presente ocasião).

f) Cópia deste parecer também deve acompanhar o ofício.

29. **Conjuntamente ao ofício, deve ser remetida a Exposição de Motivos** desta Pasta Ministerial, com as correções apontadas nos itens 26 e 27 deste parecer.

À consideração superior.

Brasília, 02 de janeiro de 2020.

**TATIANE FLORES CAVALCANTE RAZUK**

Advogada da União

Coordenadora Jurídica de Licitação de Radiodifusão

---

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <http://sapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 53790000211200068 e da chave de acesso 8d18c499

---

Documento assinado eletronicamente por TATIANE FLORES CAVALCANTE RAZUK, de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 362402868 no endereço eletrônico <http://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): TATIANE FLORES CAVALCANTE



RAZUK. Data e Hora: 02-01-2020 16:39. Número de Série: 17397143. Emissor: Autoridade Certificadora SERPRORFBv5.

---





ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO  
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO  
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E  
COMUNICAÇÕES  
COORDENAÇÃO-GERAL DE ASSUNTOS JURÍDICOS DE COMUNICAÇÃO - CGJC  
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 910 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61) 2027-6535/6196

---

**DESPACHO n. 00042/2020/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU**

**NUP: 53790.000211/2000-68**

**INTERESSADOS: EMPRESA DE RADIODIFUSÃO EXTREMO SUL LTDA**

**ASSUNTOS: RADIODIFUSÃO**

1. De acordo. À consideração do Sr. Consultor Jurídico, para avaliação.

Brasília, 08 de janeiro de 2020.

EMMANUEL FELIPE BORGES PEREIRA SANTOS  
ADVOGADO DA UNIÃO  
COORDENADOR-GERAL DE ASSUNTOS DE COMUNICAÇÃO

---

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <http://sapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 53790000211200068 e da chave de acesso 8d18c499

---

Documento assinado eletronicamente por EMMANUEL FELIPE BORGES PEREIRA SANTOS, de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 363757632 no endereço eletrônico <http://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): EMMANUEL FELIPE BORGES PEREIRA SANTOS. Data e Hora: 08-01-2020 13:59. Número de Série: 264097435512019350. Emissor: AC CAIXA PF v2.

---





ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO  
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO  
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E  
COMUNICAÇÕES  
GABINETE

ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 910 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61) 2027-6535/6196

**DESPACHO n. 00052/2020/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU**

**NUP: 53790.000211/2000-68**

**INTERESSADOS: EMPRESA DE RADIODIFUSÃO EXTREMO SUL LTDA**

**ASSUNTOS: RADIODIFUSÃO**

1. Aprovo o **DESPACHO n. 00042/2020/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU** da lavra do Dr. Emmanuel Felipe Borges Pereira Santos, Advogado da União e Coordenador-Geral de Assuntos Jurídicos de Comunicação, aprovando o **PARECER n. 00003/2020/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU** exarado pela Advogada da União e Coordenadora Jurídica de Licitação de Radiodifusão, Tatiane Flores Cavalcante Razuk.
2. Encaminhem-se os autos à Secretaria de Radiofusão- SERAD para providências decorrentes.

Brasília, 08 de janeiro de 2020.

JULIO CESAR FERREIRA PEREIRA  
CONSULTOR JURÍDICO

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <http://sapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 53790000211200068 e da chave de acesso 8d18c499

Documento assinado eletronicamente por JULIO CESAR FERREIRA PEREIRA, de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 363884655 no endereço eletrônico <http://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): JULIO CESAR FERREIRA PEREIRA. Data e Hora: 13-01-2020 11:03. Número de Série: 13692269. Emissor: Autoridade Certificadora SERPRORFBv4.



# MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Apoio Técnico da Secretaria de Radiodifusão

## DESPACHO

**Processo nº:** 53790.000211/2000-68

De ordem do Secretário de Radiodifusão, encaminho o presente Processo ao Departamento de Radiodifusão Comercial, para conhecimento do Parecer Jurídico 003/2020 5039055 e providências que julgar necessárias.

Brasília, 13 de janeiro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Ana Maria dos Santos, Agente Administrativo**, em 13/01/2020, às 13:02 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **5039253** e o código CRC **ECCCFBF2**.

## Minutas e Anexos

Não Possui.

**Referência:** Processo nº 53790.000211/2000-68

SEI nº 5039253



# MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Comercial

Gabinete do Departamento de Radiodifusão Comercial

## DESPACHO

**Processo nº:** 53790.000211/2000-68

**Referência:** Parecer nº00003/2020/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU

**Interessado:** Empresa de Radiodifusão Extremo Sul Ltda.

**Assunto:** Concorrência 037/2000. Consulta Conjur. Devolução dos autos.

De ordem, encaminhe-se este processo à Coordenação-Geral de Pós-Outorgas (CGPO) para as providências cabíveis.



Documento assinado eletronicamente por **Anderson Zanati Dultra, Técnico de Nível Superior**, em 13/01/2020, às 17:14 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **5039870** e o código CRC **135AA1E9**.

## Minutas e Anexos

Não Possui.

**Referência:** Processo nº 53790.000211/2000-68

SEI nº 5039870



**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**  
**GABINETE DO MINISTRO**

**DESPACHO DO MINISTRO**

Em            de            de 2007.

Acolho o PARECER/MC/CONJUR/TFC/Nº0143-2.17/2007, invocando seus fundamentos como razão desta decisão e **HOMOLOGO** a presente licitação e adjudico seu objeto à vencedora, de acordo com o Anexo Único, nos termos da legislação vigente e das normas estabelecidas no respectivo Edital.

  
**HÉLIO COSTA**  
Ministro das Comunicações

**ANEXO ÚNICO**

Nº DA CONCORRÊNCIA SSR/MC	UF	Localidade	SERVI ÇO	PROPONENTE VENCEDORA	Nº PROCESSO
037/2000	RS	CIDREIRA	FM	PRISMA RADIODIFUSÃO LTDA	53790.000213/ 2000
037/2000	RS	CHUI	FM	RÁDIO DUNAS FM LTDA	53790.000212/ 2000
037/2000	RS	GUARANI DAS MISSÕES	FM	RÁDIO GUARAMANO LTDA	53790.000222/ 2000





SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**  
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO

das Comunicações  
370  
CEL

ATA DE REUNIÃO Nº 148/2010


CONCORRÊNCIA N.º 037/00 - SSR/MC

SERVIÇO : FREQUÊNCIA MODULADA (FM)

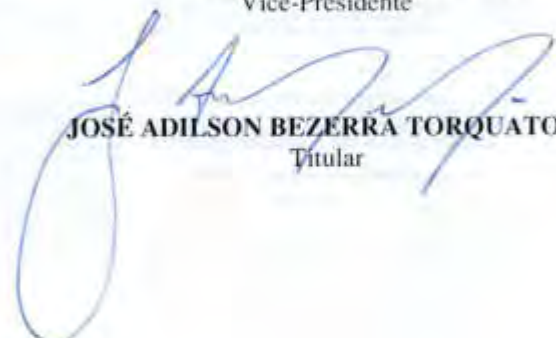
LOCALIDADE(S): CHUÍ/RS.

Em, 14 de abril de 2010, quinta feira, às 14h30 (quatorze horas e trinta minutos), na sala de reunião da Comissão Especial de Licitação – CEL/MC, na Sobreloja, sala 110, do Edifício Sede do Ministério das Comunicações, Bloco “R” da Esplanada dos Ministérios, nesta cidade de Brasília, Distrito Federal, reuniu-se a Comissão Especial de Licitação, constituída pela Portaria MC n.º 432, de 24/07/2009, publicada no DOU 27/07/2009 e suas alterações, com a participação de seu Presidente Alvimar Bertrand D. G. de Macêdo, Vice-Presidente Eriko Mendes Domenici e dos membros Edmar de Freitas Machado e José Adilson Bezerra Torquato, com o objetivo de apreciar o trabalho referente à análise do **“baixa no CNPJ extinção p/enc liq voluntária”** interposto pela licitante **RÁDIO DUNAS FM LTDA LTDA.**, os quais compreenderam, entre outras atividades: (1) O Senhor Presidente apresentou para exame e aprovação da Comissão a(s) informação(ões) contendo a análise do referido pedido. (2) Após a leitura do(s) documento(s) a Comissão aprovou o desenvolvimento e a(s) conclusão(ões) contida(s) na(s) **INFORMAÇÃO(ÕES) MC/CEL/Nº 057/2010**, constante(s) desta Ata, adotando as providências necessárias ao prosseguimento da presente licitação, com a prática do seguinte ato: (2) **fica excluída a proponente RÁDIO DUNAS FM LTDA LTDA.**, de participação da concorrência, localidades e serviço acima indicados. (3) Desta forma, uma vez extinta pessoa jurídica da proponente que se sagrou como vencedora, resta publicar nova classificação para a segunda colocada no certame, a proponente **EMPRESA DE RADIODIFUSÃO EXTREMO SUL FM LTDA.**, como vencedora, bem como a realização dos procedimentos necessários à sua homologação. Nada mais havendo a ser tratado, o Presidente deu por encerrada a presente sessão, lavrada a presente ata que, lida e achada conforme, vai assinada pelo Presidente, Vice-Presidente e Membros da Comissão.

  
ALVIMAR BERTRAND D. G. DE MACÊDO  
Presidente

  
ERIKO MENDES DOMENICI  
Vice-Presidente

  
EDMAR DE FREITAS MACHADO  
Titular

  
JOSÉ ADILSON BEZERRA TORQUATO  
Titular



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO

Memo. nº 96 /2010/CEL/MC

CONV. M. das  
372  
Comunicações  
Sede

Em, 16 de abril de 2010.

À

CONSULTORIA JURÍDICA/MC

Dr. ÉDIO HENRIQUE DE A. J E AZEVEDO

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
BRASÍLIA - DF

53000 018993/2010-12

ASS/GAB/SCE

16/04/2010-14:09

Prezado Consultor,

Encaminho, para homologação ao Excelentíssimo Ministro de Estado das Comunicações, o processo piloto e o(s) da(s) participante(s), da concorrência nº 037/2000, sendo a(s) vencedora(s), conforme quadro abaixo:

PROCESSO PILOTO Nº 53000.001210/00						
CONC Nº	UF	Localidade(s)	SER- VIÇO	PROPONENTE(S)		Nº PROCESSO
037/2000	RS	CHUI	FM	EMPRESA DE RADIODIFUSÃO EXTREMO SUL FM LTDA.	VENCEDORA	53790.000211/00
037/2000	RÁDIO DUNAS FM LTDA.					53790.000212/00
037/2000	FUNDAÇÃO NAVEGANTES DE PORTO LUCENA					53790.000224/00
037/2000	ANTÔNIO VIGNAGA & FILHO LTDA.					53790.000220/00
037/2000	RÁDIO JAVALI FM LTDA.					53790.000226/00
037/2000	H. SUL FM RADIODIFUSÃO LTDA.					53790.000215/00
037/2000	PRISMA RADIODIFUSÃO LTDA.					53790.000213/00
037/2000	SOCIEDADE RÁDIO SANTA FELICIDADE LTDA.					53790.000217/00
037/2000	RÁDIO MAGNIFICAT LTDA.					53790.000199/00
037/2000	EMPRESA RÁDIO DIFUSÃO BYTE LTDA.					53790.000221/00
037/2000	EDCOMUNICAÇÕES LTDA.					53790.000206/00
037/2000	PICCININI & LUCCA LTDA.					53790.000203/00
037/2000	RÁDIO SIDERAL LTDA.					53790.000197/00
037/2000	FREQUÊNCIA BRASILEIRA DE COMUNICAÇÕES LTDA.					53790.000179/00
037/2000	RÁDIO UIRAPURU LTDA.					53790.000209/00
037/2000	RÁDIO PRESIDENTE GETÚLIO VARGAS FM LTDA.					53790.000207/00
037/2000	SISTEMA PLUG DE COMUNICAÇÕES LTDA.					53790.000208/00
037/2000	NOVAKISKI & CIA. LTDA.					53790.000219/00
037/2000	RÁDIO OCEÂNICA CIDREIRENSE LTDA.					53790.000214/00
037/2000	RÁDIO ESTRELA DO SUL FM LTDA.					53790.000216/00





037/2000	HERVAL COMUNICAÇÕES LTDA.	53790.000225/00
037/2000	CAMARGO & VASSALI – EMPRESA DE RADIODIFUSÃO LTDA.	53790.000196/00
037/2000	RÁDIO ESPERANÇA LTDA.	53790.000195/00
037/2000	RÁDIO EDITORA MAGIA LTDA.	53790.000204/00
037/2000	RÁDIO NOVA ALIANÇA LTDA.	53790.000223/00
037/2000	SISTEMA NATIVA DE COMUNICAÇÕES LTDA.	53790.000210/00

Atenciosamente,



**ALVIMAR BERTRAND D. G. DE MACÊDO**  
Presidente da Comissão Especial de Licitação





164

ISSN 1677-7009

Diário Oficial da União - Seção 3

Nº 72, sexta-feira, 16 de abril de 2010

# SUPERINTENDÊNCIA DE TRENS URBANOS DE BELO HORIZONTE

## EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Espécie: Termo Aditivo Nº 001/Contrato Nº 045/CBTU/STU/ BH/2009. Contratante: Companhia Brasileira de Trens Urbanos - CBTU. Contratada: STRUTURAL MONTAGENS ESPECIAIS LTDA. Objeto: Restauração Fundamento Legal: art. 65, caput da Lei nº 8.666/93. Processo: PREC/0399/2010. Data de Assinatura: 15/04/10. Signatários: Pela CBTU - José Rosenbruch e Lister César Nascimento. Pela Contratada: Aramis Rogério Máximo de Azevedo.

# SUPERINTENDÊNCIA DE TRENS URBANOS DE RECIFE

## EXTRATOS DE TERMOS ADITIVOS

ESPÉCIE: 1º Termo Aditivo ao Contrato nº 019/2009. CONTRATANTE: CBTU/STU-REC. CONTRATADA: Prima Telecomunicações Ltda. RESUMO DO OBJETO: Aumento de 24,21% de serviços contratados. DATA DE ASSINATURA: 01/04/10. NOME E CARGO DOS SIGNATÁRIOS: Pela Contratante: Dr. José Marques de Lima-Superintendente e Dr. José Renato Freire de Lima-Correspondente de Administração e Finanças. Pela Contratada: Sr. Hélio Tadan Nakano - Representante legal.

ESPÉCIE: 1º Termo Aditivo ao Contrato nº 019/2009. CONTRATANTE: CBTU/STU-REC. CONTRATADA: Prima Telecomunicações Ltda. RESUMO DO OBJETO: Aumento de serviços. VALOR DO CONTRATO: R\$ 22.442,67. DATA DE ASSINATURA: 01/04/10. NOME E CARGO DOS SIGNATÁRIOS: Pela Contratante: Dr. José Marques de Lima-Superintendente e Dr. José Renato Freire de Lima-Correspondente de Administração e Finanças. Pela Contratada: Sr. Hélio Tadan Nakano - Representante legal.

## AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 9/2010-CBTU/STU/REC

Objeto: Contratação de Empresa para Prestação de Serviços de Elaboração e Execução do Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional-PCMSO e Realização de Exames Médicos Periódicos, Administrativos, Mudança de Função, Demissional, Retorno ao Trabalho, Elaboração de Laudos, Parecer Médico, Campanhas de Saúde, Exames Pré-Operatórios e Complementares, Ref. a Acidentes de Trabalho, para atender as Cláusulas do Acordo Coletivo de Trabalho dos Empregados desta CBTU/STU/REC. Data de recebimento das propostas: 04/05/2010 às 09:30 h. No Departamento de Licitação e Contratos desta Superintendência situado à Rua José Nogueira, 478, 3º andar - Anísio - Recife - PE. O critério de julgamento é o de MENOR PREÇO. Esta Licitação reger-se-á pela Lei 8.666/93, Lei 10.520 de 17/07/2002. Datas: 3.555.0000 e 6.234.007 e demais alterações. O edital encontra-se à disposição dos interessados para aquisição, mediante o pagamento no valor de R\$ 15,00 (Quinze) Reais, no período das 08:30 às 11:30 e das 13:30 às 15:15 h. Mais informações pelo fone: (0800) 21028520 ou 21028521.

MARCIO CAVALIERE DA SILVA JACIER  
Proprietário

# EMPRESA DE TRENS URBANOS DE PORTO ALEGRE S/A

## EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 01.120.046/2009-A

Espécie: Primeiro Termo Aditivo firmado com a LAI/ETEC EQUIPE TÉCNICA ENGENHARIA S/A LTDA. OBJETO: Aditar o prazo contratual por mais 90 (noventa) dias consecutivos, sem substituição de recursos financeiros, conforme permissão legal contida no Art. 65, II, da Lei 8.666/93, consolidada. Processo Administrativo nº 1722/2009. Assinatura: 02/03/2010.

## EDITAL Nº 9, DE 15 DE ABRIL DE 2010 CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE VAGAS E FORMAÇÃO DE CADASTRO DE RESERVA EM CARGOS DE NÍVEL SUPERIOR E MÉDIO: CONVOCAÇÃO PARA AVALIAÇÃO MÉDICA ADMISSIONAL E CHECAGEM DE PRÉ-REQUISITOS E COMPROVAÇÃO DE DOCUMENTOS

O Diretor-Presidente da Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S/A, doravante denominada Trensurb, com sede à Av. Ernesto Neugebauer, 1985, Porto Alegre, RS, CEP 91250-140, no ato de suas atribuições legais e artigo nº 36, letra "g", do Estatuto Social da Empresa, torna pública a convocação para a Avaliação Médica Admissional, etapa de caráter eliminatório, a qual deverá ocorrer entre de 16/04/2010 à 20/04/2010, das 08:00h às 12h e das 13h30min às 16h30min, no Setor de Pessoal (SEPE) da Trensurb, sito à Av. Ernesto Neugebauer, 1985, Prédio de Apoio Administrativo - Bairro Humaitá, Porto Alegre, CEP 90250-140 (com acesso, também, pela Estação Aeroporto - Trensurb). O candidato aprovado na etapa de AVALIAÇÃO MÉDICA ADMISSIONAL, submeter-se-á ao cumprimento da etapa de CHECAGEM DE PRÉ-REQUISITOS E COMPROVAÇÃO DE DOCUMENTOS - etapa de caráter eliminatório, estabelecido no Item 4, Edital nº 001/2009. O não comparecimento do candidato para a realização da Avaliação Médica Admissional, etapa de Checagem de Pré-Requisitos e Comprovação de Documentos, não será atenuante e todos os pré-requisitos associados ao cargo, no prazo estabelecido pela Trensurb, resultará na eliminação do candidato.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.tu.gov.br/interatividade.html>, pelo código 0003201004000164.

Judado no Conselho Público, na forma do item 12.1.2 - do Edital nº 001/2009. Cargo: analista de gestão - função: advogado candidato desistente: N. André Luis Durigou - público candidato substituto: convocado: 4º Marco Felipe Camacho

MARCO ARI DO PRATES DA EUNIA

## AVISO DE ADIAMENTO PREGÃO PRESENCIAL Nº 32/2010

A Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S/A - TREN SURB, vinculada ao Ministério das Cidades, torna público para fins de conhecimento dos interessados que houve adiamento da licitação em epígrafe publicado no DOU do dia 05/04/10, pág. 175 e jornal Correio do Povo, pág. 19, na mesma data. OBJETO: Contratação de empresa para implantar a recuperação de área verde em locais específicos. Aditado em decorrência de ampliação dos critérios de aceitabilidade da qualificação técnica das licitantes em decorrência de Pedido de Impugnação, sem alteração ao objeto licitado. Onde exigisse "Registro da Pessoa Jurídica no CREA", exige-se "Registro da Pessoa Jurídica no CREA ou CBRO". A nova data é 22 de abril de 2010, às 10 horas para abertura da Sessão Pública. Data limite para recebimento de propostas até às 10h da mesma data. Demais informações acesse o Edital no site [www.trensurb.gov.br](http://www.trensurb.gov.br) ou pelo fone (51) 3363-8247. Processo nº 0471/2010.

Porto Alegre, 15 de abril de 2010  
JAIR BERNARDO CORREIA  
Diretor

## Ministério das Comunicações

### GABINETE DO MINISTRO

#### EXTRATO DE ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA

Acordo de Cooperação Técnica nº 003/2010. PARTICIPANTES: Ministério das Comunicações e Ministério da Cultura. OBJETO: Parceria visando ao incremento das ações de inclusão digital no âmbito do Programa GEBAC. VIGÊNCIA: 42 meses a partir da data de

assinatura. SIGNATÁRIOS: Pelo Ministério das Comunicações: José Aníbal Filho Leite - Ministro de Estado das Comunicações, pelo Ministério da Cultura: João Luiz Silva Ferreira - Ministro de Estado da Cultura. DATA DE ASSINATURA: 09/04/2010

## EXTRATO DO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE CONCESSÃO

PARTES: Unilever e TV Altamira Ltda.  
ESPÉCIE: Termo Aditivo ao Contrato de Concessão.  
OBJETO: Concessão de canal de radiodifusão destinado à transmissão digital de serviços de radiodifusão de som e imagem, no âmbito do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre - SBTVD-T, na localidade de Porto Velho, Estado de Rondônia. VIGÊNCIA: O prazo para a utilização plena, pela Concessionária, do canal de radiodifusão destinado para a transmissão digital de serviços de radiodifusão de som e imagem, será até 30 de junho de 2010, observados os termos constantes da Cláusula 7º do Termo Aditivo.  
DATA E ASSINATURA: 20 de março de 2010. Hélio Costa - Ministro de Estado das Comunicações e Rômulo Vilhote Furtado - Socio-Gerente da TV Altamira Ltda.

### AVISO

A Comissão Especial de Licitação - CEL, por força do disposto no art. 48, da Lei nº 9.784/1999, convoca (a) participante(s) da Concorrência 031/1998 - SSRMC, FUNDAÇÃO JOÃO XENIL e de manifestar(em) no prazo de 10 (dez) dias, quanto à validade de R\$ 48 do processo de nº 53820/00017/1998. Que, nos termos da RESOLUÇÃO Nº 792/08/ACD/CONJUR/MC/AGU, encare o(s) candidato(s) a data da reunião de recebimento da documentação de habilitação e das propostas técnicas e de preço.

Os autos do(s) processo(s) estarão disponíveis na Secretaria da Comissão Especial de Licitação, Subseção - sala 108, Ministério das Comunicações, no seguinte endereço: Esplanada dos Ministérios, Bloco R, Ed. Sede, Brasília/DF, sendo que a contagem do prazo será iniciada a partir do presente dia até seguinte à presente publicação, a teor do §5º do art. 109 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

Brasília - DF, 15 de abril de 2010  
ALVIMAR BERTRAND D. G. DE MACTEO  
Presidente da Comissão

### AVISO

A Comissão Especial de Licitação, constituída pela Portaria MC nº 832, de 24 de julho de 2009, publicada no DOU de 27/07/2009, e suas alterações, torna pública, por meio deste aviso, a exclusão com a consequente desclassificação das inscrições RÁDIO DIGNAS FM LTDA, nos termos da ATA DE RJTUNIAO Nº 1462/2010, que aprova o Edital de Licitação. TORNAR SEM EFEITO a publicação contida no Diário Oficial da União nº 133 de 15/07/2009, referente a publicação das Propostas de Preço pela Quinova (PP) e do Valor Posicionado (VP), para ser(s) inscrite(s) de Chile, Estado do Rio Grande do Sul, Concorrência nº 037/2003-SSRMC, destinada a(s) fornecedor(es) para ser(s) inscrite(s), nos preterimentos que (s) inscrite(s) a(s) inscrite(s) inscrite(s) no Anexo Único.

Brasília - DF, 14 de abril de 2010  
ALVIMAR BERTRAND D. G. DE MACTEO  
Presidente da Comissão

### ANEXO ÚNICO

#### Concorrência nº 037/2003-SSRMC, localidade de Chile/RS

Processo Nº	Proprietário	Serviço	PP	VP
037/2003/0001/1000	Empresa de Radiodifusão Terrestre S/A FM Ltda	FM	67.474	90.240
037/2003/0002/1000	Sistema Navega de Comunicações Ltda	FM	65.839	90.784

## SECRETARIA EXECUTIVA SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO

### AVISOS DE LICITAÇÃO PREGÃO Nº 15/2010

Objeto: Pregão Eletrônico - Contratação de empresa especializada em Segurança da Tecnologia da Informação para fornecimento da solução integrada em alta disponibilidade de Firewall e VPN (Virtual Private Network) e software para controle segura aos dispositivos de rede do Ministério das Comunicações, bem como instalação de serviços de instalação, configuração e testes dos equipamentos e software fornecidos, transferência de conteúdos da solução implantada, com garantia de 24 meses. Total de Itens Licitados: 00004 - Edital 16/04/2010 de 08h00 às 12h00 e de 14h às 17h00. ENDEREÇO: Esplanada dos Ministérios, Bloco "B", sala 111 - Sobreloja Plano Piloto - BRASÍLIA - DF. Entrega das Propostas: a partir de 16/04/2010 às 08h00 no site [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br) - Alertas das Propostas: 20/04/2010 às 08h00 no site [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br)

(SÍDEC - 15/04/2010) 410003-00001-2010082000007

### PREGÃO Nº 15/2010

Objeto: Pregão Eletrônico - Contratação de empresa especializada para prestação dos serviços de pesquisa, ensino, orientação e monitoramento de voluntários de passagem aérea, marítima e internacional para o Ministério das Comunicações. Total de Itens Licitados: 00001 - Edital 16/04/2010 de 08h00 às 12h00 e de 14h às 17h00. ENDEREÇO: Esplanada dos Ministérios, Bloco "B", sala 111 - Sobreloja

Plano Piloto - BRASÍLIA - DF. Entrega das Propostas: a partir de 16/04/2010 às 08h00 no site [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br) - Alertas das Propostas: 20/04/2010 às 08h00 no site [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br)

SANTO AGUIAR OLIVEIRA  
Proprietário

(SÍDEC - 15/04/2010) 410003-00001-2010082000007

## AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES SUPERINTENDÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL

### GERÊNCIA-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO

#### EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

Processo nº 53501/0002/2010: Inscrição de servidores no evento "20th International Training Program Utility Regulation and Strategy", promovido pela Universidade da Flórida, EUA. Valor: R\$ 22.528,00. Amparo: art. 25, B, c/c, art. 13, VI da Lei nº 8.666/93. Apreciação: Gerente de Administração de Aquisições e Fornecimentos - An nº 2353, Ratificação: Luna Amélia Tavares de Sousa - Gerente Geral de Administração. An nº 2364, 14/04/10.

### AVISO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO TOMADA DE PREÇOS Nº 1/2010

A Análise técnica pública o resultado da Tomada de Preços nº 001, Processo nº 535001/2334/2010: serviço de consultoria em Estatística para subsidiar a revisão dos métodos amostrais utilizados pela fiscalização da Agência. Vencedor: Statistica Consultoria em

Documentos assinados digitalmente conforme MP nº 2.200-2, de 24/08/2003, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.





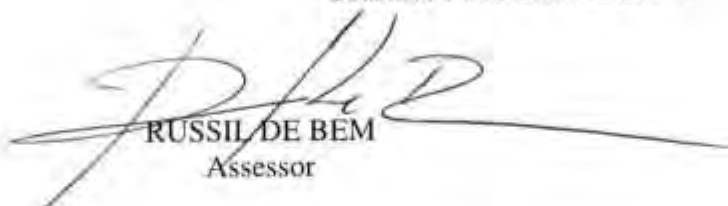
SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**  
**COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO**

**INFORMAÇÃO MC/CEL/N.º 057/2010**

**CONCORRÊNCIA :** 037/2000-SSR / MC  
**PROCESSO :** 53790 000212/2000  
**PROPONENTE :** **RÁDIO DUNAS FM LTDA.**  
**REFERÊNCIA :** **Análise de extinção de empresa e reclassificação**

1. Trata-se de análise do processo de extinção de pessoa jurídica promovida pela proponente RÁDIO DUNAS FM LTDA.,
2. A Comissão Especial de Licitação ante o documento acostado às fls. 110 dos autos, que comprova a extinção e baixa da pessoa jurídica da RÁDIO DUNAS FM LTDA., vencedora do certame sob referência para localidade de Chuí, no Estado do Rio Grande do Sul, solicitou à Consultoria Jurídica deste Ministério, por meio do Memorando nº 228/2009-CEL-MC, a revogação da Portaria de nº 377/2007, Publicada no Diário Oficial da União de 17.07.2007,
3. Realizado o procedimento de revogação requerido e consubstanciado nos argumentos jurídicos articulados na NOTA/AGU/CONJUR-MC/Nº0520-2.29/2010, que fundamenta o ato Ministerial, restou à Comissão Especial de Licitação rever o procedimento de classificação das proponentes no certame. Desta forma, uma vez extinta pessoa jurídica da proponente que se sagrou como vencedora, resta publicar nova classificação para considerar a segunda colocada no certame, a proponente EMPRESA DE RÁDIO DIFUSÃO EXTREMO SUL FM LTDA., como vencedora, bem como a realização dos procedimentos necessários à sua homologação.
4. Ante o exposto, sugiro a publicação da desclassificação da RÁDIO DUNAS FM LTDA., que seja realizado novo procedimento classificatório, para que após a consolidação deste ato., seja levada à homologação a EMPRESA DE RADIOIFUSÃO EXTREMO SUL FM LTDA.

Brasília, 14 de abril de 2010.

  
RUSSIL DE BEM  
Assessor





SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**  
**COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO**

Ministério das Comunicações  
Ps. 369  
Rubrica  
CEI

Em 14 de ABRIL de 2010.

Após exame do que constam dos presentes autos, proponho aos senhores Membros da Comissão Especial de Licitação a aprovação da informação de fls. 368. Submeta-se à consideração do Senhor Ministro, e consigne-se em ata própria a decisão tomada e publique-se.

  
**ALVIMAR BERTRAND D. G. DE MACÊDO**  
Presidente da Comissão Especial de Licitação





ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO  
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO

CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

NOTA/AGU/CONJUR-MC/KMM/N.º 0520 - 2.29 / 2010

CONC. 037/2000 – SSR/MC

PROCESSO PRINCIPAL: 53000.001210/00

PROponente REQUERENTE: EMPRESA DE RÁDIO DIFUSÃO EXTREMO SUL LTDA.

PROCESSO Nº: 53790.000211/00

PROponente REQUERIDA: RÁDIO DUNAS FM LTDA.

PROCESSO Nº: 53790.000212/00

LOCALIDADE: CHUI/RS

TEMA: DENÚNCIA DE DISTRATO DA PROponente DECLARADA VENCEDORA.



**EMENTA:** Concorrência nº 37/2000 – SSR/MC. Denúncia de distrato contratual realizado pela licitante declarada vencedora para a localidade de Chui/RS. RÁDIO DUNAS FM LTDA. Distrato ocorrido em 06/10/2004 com arquivamento na JCERS na data de 17/12/2004. Homologação em 25/01/2007. Conhecimento do fato em 14/10/2009 após denúncia da licitante EMPRESA DE RÁDIO DIFUSÃO EXTREMO SUL LTDA. Necessidade de tornar sem efeito o Parecer e o Despacho Ministerial que homologou e adjudicou o certame para a proponente RÁDIO DUNAS FM LTDA. Necessidade de encaminhamentos dos autos ao setor competente – Coordenação-Geral de Assuntos Jurídicos de Comunicação Eletrônica – CGCE - para tornar sem efeito a Portaria e manifestar-se sobre os demais atos subseqüentes.

Senhor Consultor Jurídico,

O certame da Concorrência nº 37/2000 – SSR/MC tem por objeto a outorga de **permissão** para exploração de Serviço de Radiodifusão Sonora em **Frequência Modulada (FM)** para a localidade de Chui, no Estado do Rio Grande do Sul.

2. A licitante EMPRESA DE RÁDIO DIFUSÃO EXTREMO SUL LTDA. manifestou-se na data de 14/10/2009, às fls. 115/123 denunciando distrato contratual promovido pela proponente RÁDIO DUNAS FM LTDA. Desse modo a licitante foi extinta para todos os efeitos civis e comerciais.

3. O referido distrato ocorreu na data de 06/10/2004, tendo sido registrado na Junta Comercial do Estado do Rio Grande do Sul somente na data de 17/12/2004.

4. Ocorre que a Administração Pública não tinha conhecimento do distrato porque a Empresa licitante RÁDIO DUNAS FM LTDA. ou seus ex-sócios não se dignaram a informar junto à Comissão Especial de Licitação sobre o ocorrido.

5. Assim, deu-se prosseguimento regular ao certame e a licitante RÁDIO DUNAS FM LTDA. foi declarada vencedora para a localidade de Chui/RS, conforme se verifica a publicação no Diário Oficial da União, Seção 3, de 15/07/2005, à fl. 77 dos autos da proponente.

6. A CEL atestou à fl. 92 a ausência de recursos pendentes de apreciação e ecaminhou os autos para análise desta Consultoria Jurídica.

NOTA/AGU/CONJUR-MC/KMM/Nº 0520 - 2.29/2010





ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO  
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO

CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

7. O PARECER/MC/CONJUR/TFC/Nº 0143 – 2.17/2007, às fls. 93/95, verificou a regularidade ante os documentos até então analisados e opinou pela homologação e adjudicação do certame à licitante RÁDIO DUNAS FM LTDA. declarada vencedora para a localidade de Chuí, no Estado do Rio Grande do Sul.

8. O Despacho Ministerial que acatou os fundamentos contidos no citado Parecer foi publicado no DOU, Seção 1, página 88, de 01/06/2007, à fl. 102.

9. A licitante EMPRESA DE RÁDIO DIFUSÃO EXTREMO SUL LTDA. manifestou-se, primeiramente, na data de 11/08/2009, à fl. 103, alegando o seguinte:

*“(…)*

*Aqui na cidade de CHUÍ, RS, comenta-se que a empresa RÁDIO DUNAS FM LTDA. estaria enfrentando alguns problemas administrativos e financeiros, levando seus sócios à decisão de desistir da concorrência (…)”.*

10. De posse da informação a CEL diligenciou junto a proponente RÁDIO DUNAS FM LTDA., às fls. 105/109. A diligência restou-se infrutífera de modo que a mesma Comissão intimou oficialmente, via DOU, à fl. 111 dos autos.

11. Novamente, nenhuma proponente se manifestou.

12. Por conseqüente, na data de 16/10/2009, à fl. 113, a CEL encaminhou os fatos a Consultoria Jurídica para que se providenciasse a revogação da Portaria nº 377/2007, publicada no DOU DE 17/07/2007 – cópia à fl. 114.

13. De igual modo, às fls. 115/122 foi juntada a segunda manifestação da licitante EMPRESA DE RÁDIO DIFUSÃO EXTREMO SUL LTDA. denunciando o distrato contratual.

14. Nesse ínterim, sobreveio o Decreto Legislativo nº 854, de 2009, publicado no DOU, Seção 1, de 20/11/2009 aprovando a outorga da permissão à proponente RÁDIO DUNAS FM LTDA.

15. Diante dos fatos e comprovações de distrato contratual realizado pela licitante RÁDIO DUNAS FM LTDA., que deixou de existir como pessoa jurídica, impossibilita a Administração Pública de celebrar contrato com parte inexistente. Dessa forma, não existe outra alternativa senão a revisão dos atos preteritamente praticados.

16. Mister tornar sem efeito os fundamentos contidos no PARECER/MC/CONJUR/TFC/Nº 0143 – 2.17/2007, às fls. 93/95, que opinou pela homologação e adjudicação do certame à licitante RÁDIO DUNAS FM LTDA., para a localidade de Chuí/RS. Por outro lado, deve-se manter o teor do Parecer das as demais localidades que não apresentaram vícios.

17. Opina-se pela necessidade urgente de tornar sem efeito o Despacho Ministerial de homologação publicado no DOU, Seção 1, página 88, de 01/06/2007, relativo a licitante RÁDIO DUNAS FM LTDA.





**ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO**  
**CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO**

**CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**

19. No tocante a revogação da Portaria nº 377/2007, publicada no DOU, Seção 1, página 32, de 17/07/2007, bem como os demais atos subsequentes, inclusive sobre o Decreto nº 854, de 2009, publicado no DOU, Seção 1, página 06, de 20/11/2009, opino pela remessa à Coordenação-Geral de Assuntos Jurídicos de Comunicação Eletrônica – CGCE para providências que entender cabíveis ao deslinde do caso.

20. Sobre a questão, mister reportar ao entendimento do e. Tribunal de Contas da União que sinalizou quanto a possibilidade de o Ministro de Estado anular outorga, mesmo após o advento de decreto legislativo, sem a necessidade de ação judicial.

21. O tema já foi objeto de análise desta Consultoria Jurídica no PARECER/AGU/CONJUR-MC/TFC/Nº 2047 – 2.29/2009, no seguinte sentido:

6. *A necessidade de ação judicial de cancelamento nos casos de vícios no curso do certame licitatório deflagrado no âmbito desta Pasta Ministerial avalizados por decreto legislativo era embasada no supracitado artigo 223, §4º, da Constituição Federal. Porém, a Consultoria Jurídica vem evoluindo seu entendimento, alinhando-se com excerto da Corte de Contas e do Superior Tribunal de Justiça.*

7. *O Tribunal de Contas da União sinalizou que é possível que o Ministro de Estado anule outorga, mesmo após o advento de decreto legislativo, sem a necessidade de ação judicial. Seu entendimento se firma na distinção entre anulação por ilegalidade e cancelamento, esta última é a terminologia adotada constitucionalmente.*

8. *Cite-se, assim, o Acórdão 1900/2008-TCU- Plenário, in verbis:*

*“A doutrina também converge no sentido de que ato ilegal não produz efeitos válidos, não gerando direitos. Sendo insanáveis, não podem ser convalidados, cabendo, portanto, a sua anulação que produzirá efeitos desde a sua origem, alcançando todos os atos dele decorrentes. Assim, ato que contenha o vício da ilegalidade deve ser anulado pela Administração ou pelo Poder Judiciário.*

*Por essa razão, o ato em exame- portaria que outorgou permissão de serviço de radiodifusão-comporta vício insanável, decorrente de ilegalidade ocorrida no procedimento licitatório (inabilitação ilegal de concorrente). Nesse sentido, a sua anulação não é forma de extinção unilateral da outorga, mas significa o reconhecimento de que se trata de outorga sem validade, pois concedida sob fundamento ilegal, representando ato que não existe no mundo jurídico como válido. Portanto, a anulação da outorga em foco não pode ser reconhecida como cancelamento que se subordine à prescrição do art.223, §4º, da Constituição Federal.*

*[...]*

*O entendimento do STJ foi no sentido de que a previsão constitucional do*

*(14)*





ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO  
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO

CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

art.223, §4º é para o cancelamento de outorgas válidas e não para o reconhecimento de nulidade, e que a autoridade que celebrou o contrato administrativo pode declarar sua nulidade sem desconstituir seus atos preparatórios. (TCU, Acórdão 1900/2008- Plenário. Grifos nossos).

9. A decisão do Superior Tribunal de Justiça invocada no Acórdão do TCU é o Mandado de Segurança 8937-DF, in litteris:

"CONTRATO ADMINISTRATIVO - DESCONSTITUIÇÃO - ATO COMPLEXO - CÓDIGO NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES (ART. 38) - RECEPÇÃO CONSTITUCIONAL -VIGÊNCIA - "CONCESSIONÁRIAS DE RADIODIFUSÃO - COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA - CONSENTIMENTO DA UNIÃO (L. 4.117/62 - ART. 38).

1 - É lícito à autoridade que celebra contrato administrativo, declarar-lhe a nulidade, sem desconstituir os respectivos atos preparatórios.

2 - O art. 38 da Lei 4.117/62 não foi derogado pela Constituição Federal de 1988.

3 - O teor do art. 21, XII, "a", da CF, compete à União explorar os serviços de telecomunicações. Ora, quem explora, pode estabelecer as condições em que tal exploração pode ser concedida. Na hipótese, tais condições encontram-se no art. 38 da Lei 4.117 (Código Nacional de Telecomunicações).

4 - O controle estatal sobre a composição do capital das concessionárias de telecomunicações liga-se radicalmente ao potencial de influência que tais empresas exercem sobre a população.

Não é à toa que os exploradores de tais serviços arrogam-se o epíteto de "formadores de opinião".

5 - A alteração na composição acionária das concessionárias de telecomunicações, dependem de autorização da União, "ouvido o Conselho Nacional de Telecomunicações" (CBT, art. 38).

6 - Em meio ao processo de que resultou a candidata à concessão, é defeso à concessionária alterar seus estatutos sociais, sem as cautelas do CBT (art. 38), " (STJ. MS8937-DF. Grifamos).

10. O raciocínio tanto mais se evidencia no voto-vista do sr. Ministro Luiz Fux. Senão, vejamos:

" Assim, imperioso é reconhecer que, sendo o processo de outorga constituído de várias fases distintas, em cada uma delas atuam autoridades também distintas, com poderes para declarar a nulidade dos atos praticados. Assim, se durante o procedimento licitatório for constatada alguma ilegalidade, cabe ao Ministro das Comunicações anular o ato maculado. Se o vício ocorrer na fase de deliberação do Congresso, nada impede que essa Casa também proceda da mesma forma, não aprovando a outorga. Finalmente, chega-se à fase de celebração do contrato. Nesta etapa, quem atua em nome da União é o Ministro de Estado das Comunicações, do que decorre a sua atribuição para anular esse acordo de vontades, caso seja verificada alguma eiva em sua emissão. De mais a mais, quando o processo da Impetrante foi submetido à apreciação do Congresso Nacional, não se tinha





ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO  
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO

CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

conhecimento da irregularidade; praticada quando da transferência das quotas, tendo aquela Casa Legislativa sido, a exemplo do então Ministro das Comunicações, induzida a erro, pois deliberou com base em ato nulo, vindo a aprovar a outorga concedida à Impetrante que, embora seja a mesma pessoa jurídica que foi declarada vencedora da Concorrência nº 140/97, passou, nos atos subsequentes, a possuir quadro societário totalmente distinto daquele apresentado à época da licitação."(fls. 254/264)"( STJ. Mandado de Segurança 8937/DF).



22. Diante do exposto, opino pelo seguinte:


- pelo conhecimento dos fatos noticiados pela licitante EMPRESA DE RADIODIFUSÃO EXTREMO SUL LTDA.,
- tornar sem efeito os fundamentos contidos no PARECER/MC/CONJUR/TFC/Nº 0143 - 2.17/2007, às fls. 93/95, que opinou pela homologação e adjudicação do certame à licitante RÁDIO DUNAS FM LTDA., para a localidade de Chul/RS,
- pela manutenção o teor do PARECER/MC/CONJUR/TFC/Nº 0143 - 2.17/2007 em relação as localidades de Cidreira/RS e Guarani das Missões/RS eis que não apresentaram vícios no certame,
- pela remessa à Coordenação-Geral de Assuntos Jurídicos de Comunicação Eletrônica - CGCE para providências que entender cabíveis em relação a Portaria nº 377/2007, publicada no DOU, Seção 1, página 32, de 17/07/2007, bem como os demais atos subsequentes, inclusive sobre o Decreto nº 854, de 2009, publicado no DOU, Seção 1, página 06, de 20/11/2009,
- ao Sr. Ministro,
- após, opino pela remessa dos autos à Comissão Especial de Licitação para providências cabíveis à nova classificação para a localidade de Chul/RS, bem como o atendimento da Ordem de Serviço Conjunta SSCE/CONJUR nº 01, de 03 de novembro de 2004.

Brasília, 25 de março de 2010.

  
KIYOMI MAEZOE

Assistente - CONJUR/MC

Em 30 / 03 /2010.

  
EDIO HENRIQUE DE A. J. EAZEVEDO  
Consultor Jurídico

NOTA/AGU/CONJUR-MC/KMM/Nº 0520 -2.29/2010





**ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO**  
**CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO**  
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
COORDENAÇÃO-GERAL DE ASSUNTOS JURÍDICOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA

COTA Nº 123/2010/DPF/CGCE/CONJUR-MC/AGU

PROCESSO Nº 53000.001210/00

ASSUNTO : Revogação da Portaria nº 377/2007 e realização de comunicação ao Congresso Nacional através do Aviso nº 71/2010.

Ilmo Senhor Consultor Jurídico,

1. Sirvo-me do presente para informar-lhe que os autos retornaram ao crivo desta Coordenação-Geral de Comunicação Eletrônica-CGCE, a fim de que sejam adotadas as providências requeridas no Memo nº 108/2010/GAB/CONJUR-MC, depreendido à fl. 380, em atendimento ao despacho exarado à fl. 384v, bem como à Cota de fl. 385.
2. Ocorre que esta Coordenação-Geral de Assuntos Jurídicos de Comunicação Eletrônica, s.m.j., entende já haver esgotado as providências necessárias, uma vez que conforme se verifica pela leitura dos documentos de fls. 381/384, a Portaria nº 424, de 11 de maio de 2010, assim como o encaminhamento do Aviso nº 71/2010/MC, de 12 de maio de 2010, ambos confeccionados por esta CGCE, atendem, em sua plenitude, ao solicitado pelo "item 5" do Memo nº 108/2010/GAB/CONJUR-MC.
3. No entanto, caso assim não seja entendido, solicito os préstimos de V. Sa. no sentido de que esta CGCE/CONJUR seja orientada a proceder da maneira mais conveniente ao caso ora em debate.
4. Isso posto, esta Coordenação-Geral de Assuntos Jurídicos de Comunicação Eletrônica, pugna pelo reencaminhamento dos autos ao Gabinete do Ilmo. Sr. Consultor Jurídico para as providências que entender necessárias, ao passo que solicitamos seja franqueado conhecimento deste expediente à Coordenação-Geral de Assuntos Administrativos.

DANIEL PEREIRA DE FRANCO

Advogado da União

Coordenador-Geral de Assuntos Jurídicos de Comunicação Eletrônica





ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO  
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO  
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
GABINETE DA CONSULTORIA JURÍDICA

CÓPIA



Ofício n.º 0866/2010/EHA/GAB/CONJUR-MC/AGU

Brasília, 24 de junho de 2010.

A Sua Senhoria o Senhor  
BETO FERREIRA MARTINS VASCONCELOS  
Subchefe para Assuntos Jurídicos da Casa Civil da Presidência da República  
Brasília - DF

Assunto: Comunicação de anulação do ato de homologação com consequente revogação da Portaria nº 377, de 13 de julho de 2007, que fora aprovada pelo Decreto Legislativo nº 854, de 2009.

Senhor Subchefe,

Após a publicação da Portaria nº 377, de 13 de julho de 2007, no Diário Oficial da União do dia 17 de julho de 2007, o Ministério das Comunicações submeteu à apreciação do Exmo. Sr. Presidente da República, por intermédio da Exposição de Motivos nº 304, de 17 de julho de 2007, o Processo Administrativo nº 53790.000212/2000, o qual outorgava permissão à RÁDIO DUNAS FM LTDA., para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de Chuí, Estado do Rio Grande do Sul.

Em prosseguimento, a matéria foi encaminhada ao Congresso Nacional, o que se deu por meio da Mensagem nº 712, de 2008, publicada no Diário Oficial da União em 19 de setembro de 2008. Por sua vez, o Congresso Nacional expediu o Decreto Legislativo nº 854, de 2009, publicado na data de 20 de novembro de 2009, no sentido de aprovar o ato de outorga da permissão à RÁDIO DUNAS FM LTDA.

Ocorre que, face à superveniência de apresentação de denúncia frente ao Ministério das Comunicações, no sentido de apontar para ocorrência de distrato contratual realizado pela outorgada, fato que culminou em sua extinção como pessoa jurídica, impossibilitando, a partir de então, a celebração do contrato de adesão ao serviço, após a adoção das cautelas necessárias à verificação de procedência dos termos constantes da denúncia, bem como o pleno atendimento aos ditames do contraditório e da ampla defesa, não restou alternativa outra a não ser a retirada dos efeitos do Despacho Ministerial de homologação publicado no Diário Oficial da União em 1º de junho de 2007.

Destaque-se que a decisão de retirada dos efeitos do Despacho Ministerial homologatório deu-se sob os fundamentos apontados em manifestação jurídica desta



Consultoria Jurídica (NOTA/AGU/CONJUR-MC/KMM/Nº 0520 - 2.29 / 2010), a qual faço anexar ao presente.

Insta consignar que, após a retirada dos efeitos do Despacho Ministerial de homologação, o Exmo. Senhor Ministro de Estado das Comunicações revogou a Portaria nº 377, de 13 de julho de 2007, conforme se verifica através da Portaria que também segue anexa.

Realço que o fato ora em comento foi devidamente notificado à Casa Civil da Presidência da República, por intermédio do Aviso Ministerial nº 00071/2010/MC, de 12 de maio de 2010, a fim de que fosse providenciada a imediata comunicação do ocorrido ao Congresso Nacional, para que, após conhecimento do fato, viesse a adotar as medidas pertinentes, no sentido de tornar sem efeito o supramencionado Decreto Legislativo nº 854, de 2009, e posterior remessa dos autos ao Ministério das Comunicações.

Sendo assim, peço a especial atenção de V. Sa. quanto ao desfecho da solicitação ministerial *supra*, haja vista a necessidade de, após a devida comunicação do fato ao Congresso Nacional e a consequente desconstituição dos efeitos do referido Decreto Legislativo nº 854, de 2009, dar-se prosseguimento ao então certame licitatório para a localidade de Chuí, no Rio Grande do Sul, oportunidade em que será convocada outra licitante para a execução do serviço.

Atenciosamente,



Edio Henrique de A. José e Azevedo  
Consultor Jurídico





ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO  
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO  
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
GABINETE DA CONSULTORIA JURÍDICA

CONJUR  
Fls. 383  
Rubrica  
M. das Comunicações

Ofício nº 2146/2010/EHA/GAB/CONJUR-MC/AGU

CÓPIA

Brasília, 13 de dezembro de 2010.

A Sua Senhoria o Ilmo. Senhor  
BETO FERREIRA MARTINS VASCONCELOS  
Subchefe para Assuntos Jurídicos da Casa Civil da Presidência da República  
Brasília - DF

Assunto: Reitera o Ofício nº 0866/2010/EHA/GAB/CONJUR-MC/AGU

Senhor Subchefe,

Cumprimentando-o, venho por meio deste reiterar os termos do Ofício nº 0866/2010/EHA/GAB/CONJUR-MC/AGU, de 24 de junho de 2010, por intermédio do qual se fez referência ao Aviso Ministerial nº 00071/2010/MC, de 12 de maio de 2010, o qual comunicou a revogação da Portaria nº 377, de 13 de julho de 2007, que outorgava permissão de radiodifusão sonora, em frequência modulada, à RÁDIO DUNAS FM LTDA., no Município de Chuí, Estado do Rio Grande do Sul.

Ocorre que o processo administrativo que trata da citada permissão (Processo nº 53790.000212/2000) já havia sido encaminhado ao Congresso Nacional, tendo sido emitido o Decreto Legislativo nº 854, de 2009, conforme o explicitado no referido ofício nº 0866/2010 (cópia em anexo).

Nesse contexto, solicitou-se dessa Casa Civil da Presidência da República que fossem adotadas as medidas cabíveis no sentido de se comunicar o fato ao Congresso Nacional a fim de que fosse tornado sem efeito o mencionado Decreto Legislativo.

Sendo assim, peço a especial atenção de V. Sa. quanto ao desfecho da solicitação ministerial que ora se reitera, haja vista a necessidade de, após a desconstituição dos efeitos do Decreto Legislativo, dar-se prosseguimento ao então certame licitatório para a localidade de Chuí, no Rio Grande do Sul, oportunidade em que será convocada outra licitante para a execução do serviço.

Atenciosamente,

  
Edio Henrique de A. José e Azevedo  
Consultor Jurídico

Esplanada dos Ministérios, Bloco "R" - sala 920 - CEP 70.044-900 - Brasília - DF  
Telefones: (61) 3311-6535/3311-6196 Fax: (61) 3311-6602 Email: [conjur@mc.gov.br](mailto:conjur@mc.gov.br)





**ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO**  
**CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO**  
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
COORDENAÇÃO-GERAL DE ASSUNTOS JURÍDICOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA

**NOTA Nº 409/2011/TFC/CGCE/CONJUR-MC/CGU/AGU**

**PROCESSO PRINCIPAL Nº 53000.001210/2000**

**INTERESSADOS :** EMPRESA DE RADIODIFUSÃO EXTREMO SUL LTDA. E RÁDIO DUNAS FM LTDA.

**ASSUNTO :** Análise da concorrência 037/2000 levada a efeito para permissão de serviços de Radiodifusão Sonora em Freqüência Modulada na localidade de Chuí, no Estado do Rio Grande do Sul.

Senhor Coordenador Geral,

A Comissão Especial de Licitação encaminha para exame e parecer desta Consultoria Jurídica os processos referentes à Concorrência 037/2000, deflagrada para outorgar permissão de serviço de Radiodifusão Sonora em Freqüência Modulada na localidade de Chuí, no Estado do Rio Grande do Sul. Os autos chegaram à minha apreciação nesta data.

2. Compulsando os autos da concorrência 037/2000, verifica-se que foi desconstituída a homologação do certame que adjudicara o objeto à licitante RÁDIO DUNAS FM LTDA, bem como a respectiva portaria de outorga, visto que a empresa não mais subsistia após ter efetivado distrato.

3. Na seqüência, encaminhou-se comunicado à Casa Civil, a fim de que fosse providenciada, junto ao Congresso Nacional, a desconstituição do Decreto Legislativo nº 854, de 2009. Já houve, inclusive, reiteração nesse sentido.

4. Isto posto, faz-se necessário envidar esforços para verificar o deslinde da questão, com o intuito de possibilitar o prosseguimento do certame e eventual homologação contemplando outra proponente. Para tanto, novo Aviso Ministerial deve ser dirigido com URGÊNCIA à Casa Civil.

À consideração superior.

**TATIANE FLORES CAVALCANTE RAZUK**

Advogada da União

Coordenadora Jurídica de Licitação de Radiodifusão e Assuntos Administrativos Diversos

Brasília, 02 de agosto de 2011





ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO  
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO  
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
COORDENAÇÃO-GERAL DE ASSUNTOS JURÍDICOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA – CGCE



PARECER Nº 1583/2011/TFC/CGCE/CONJUR-MC/AGU

PROCESSO Nº 53000.001210/2000

INTERESSADOS: RÁDIO DUNAS FM LTDA e EMPRESA DE RADIODIFUSÃO EXTREMO SUL FM LTDA.

EMENTA: Análise da concorrência 037/2000 levada a efeito para permissão de serviços de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada na localidade de Chuí, no Estado do Rio Grande do Sul.

I- Já foi anulada a homologação e a portaria de outorga que contemplavam RÁDIO DUNAS FM LTDA, uma vez que tal empresa efetivou distrato.

II- Necessidade de desclassificação superveniente da licitante RÁDIO DUNAS FM LTDA, com fulcro no art. 43, §3º da Lei 8.666/97.

III- Nulidade do Decreto Legislativo, contaminado pela nulidade dos atos que lhe eram antecedentes: ato de homologação e portaria de outorga. Necessidade de comunicação à Casa Civil e Congresso Nacional.

IV- Pela homologação da concorrência 037/2000 para a localidade de Chuí, no Estado do Rio Grande do Sul, com adjudicação do objeto à proponente EMPRESA DE RADIODIFUSÃO EXTREMO SUL FM LTDA.

A Comissão Especial de Licitação encaminha para exame e parecer desta Consultoria Jurídica os processos referentes à Concorrência 037/2000, deflagrada para outorgar permissão de serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada na localidade de Chuí, no Estado do Rio Grande do Sul. Os autos chegaram à minha apreciação nesta data.

2. Compulsando os autos da concorrência 037/2000, verifica-se que foi desconstituída a homologação do certame que adjudicava o objeto à licitante RÁDIO DUNAS FM LTDA, bem como a respectiva portaria de outorga, visto que a empresa não mais subsistia após ter efetivado distrato.

3. Na sequência, encaminhou-se comunicado à Casa Civil, a fim de que fosse providenciada, junto ao Congresso Nacional, a desconstituição do Decreto Legislativo nº 854, de 2009, já houve, inclusive, reiteração nesse sentido.

4. Sobreveio a NOTA Nº 409/2011/TFC/CGCE/CONJUR-MC/CGU/AGU a qual recomendou envidar esforços para verificar o deslinde da questão, com o intuito de possibilitar o prosseguimento do certame e eventual homologação contemplando outra proponente. Para tanto, novo Aviso Ministerial seria dirigido com URGÊNCIA à Casa Civil.



5. Ocorre que no caso em voga, já havia sido exarado o decreto legislativo pelo Congresso Nacional, com aprovação da permissão que contemplava RÁDIO DUNAS FM LTDA, porém, restou comprovado que tal entidade não mais existe, ficando impossibilitada de firmar contrato com o Poder Público, em virtude de distrato efetuado pela empresa (fls. 120/121 do processo 53790.00212/2000).

6. Primeiramente, confira-se o mandamento constitucional:

*Art. 223. Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal.*

*§ 1º - O Congresso Nacional apreciará o ato no prazo do art. 64, § 2º e § 4º, a contar da recebimento da mensagem.*

*§ 2º - A não renovação da concessão ou permissão dependerá de aprovação de, no mínimo, dois quintos do Congresso Nacional, em votação nominal.*

*§ 3º - O ato de outorga ou renovação somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, na forma dos parágrafos anteriores.*

*§ 4º - O cancelamento da concessão ou permissão, antes de vencido o prazo, depende de decisão judicial.*

*§ 5º - O prazo da concessão ou permissão será de dez anos para as emissoras de rádio e de quinze para as de televisão.(Grifamos).*

7. O Tribunal de Contas da União já tem sustentado que cancelamento se refere a outorgas válidas, ao passo que, anulação recai sobre outorgas fulminadas pela ilegalidade. Seguido tal raciocínio, outorgas ilegais, mesmo que contem com decreto legislativo, para o TCU, poderiam ser anuladas, sem necessidade de ação judicial. A licitante RÁDIO DUNAS FM LTDA não manteve as condições de habilitação, visto que a própria pessoa jurídica deixou de existir, violando o edital e a lei. Tal ilegalidade fulmina sua outorga. Cite-se que o distrato foi registrado na Junta Comercial do Rio Grande do Sul em 17/12/2004 (fl. 120 do processo 53790.000212/00), ao passo que, a homologação se deu em 01 de junho de 2007 (fl. 102 do processo 53790.000212/00). Logo, no momento da homologação, RÁDIO DUNAS FM LTDA já não existia, embora a informação não constasse dos autos.

8. A necessidade de ação judicial de cancelamento nos casos de vícios no curso do certame licitatório deflagrado no âmbito desta Pasta Ministerial avalizados por decreto legislativo era embasada no supracitado artigo 223, §4º, da Constituição Federal. Porém, a Consultoria Jurídica vem evoluindo seu entendimento, alinhando-se com excerto da Corte de Contas e do Superior Tribunal de Justiça.

9. O Tribunal de Contas da União sinalizou que é possível que o Ministro de Estado anule outorga, mesmo após o advento de decreto legislativo, sem a necessidade de ação judicial. Seu entendimento se firma na distinção entre anulação por ilegalidade e cancelamento, esta última é a terminologia adotada constitucionalmente.

10. Cite-se, assim, o Acórdão 1900/2008-TCU- Plenário, *in verbis*:

*A doutrina também converge no sentido de que ato ilegal não produz efeitos válidos, não gerando direitos. Sendo insanáveis, não podem ser convalidados, cabendo, portanto, a sua anulação que produzirá efeitos desde a sua origem, alcançando todos os atos dele decorrentes. Assim, ato que contenha o vício da ilegalidade deve ser anulado pela Administração ou pelo Poder Judiciário.*

*Por essa razão, o ato em exame- portaria que outorgou permissão de serviço de*



radiodifusão-comporta vício insanável, decorrente de ilegalidade ocorrida no procedimento licitatório (inabilitação ilegal de concorrente). Nesse sentido, a sua anulação não é forma de extinção unilateral da outorga, mas significa o reconhecimento de que se trata de outorga sem validade, pois concedida sob fundamento ilegal, representando ato que não existe no mundo jurídico como válido. Portanto, a anulação da outorga em foco não pode ser reconhecida como cancelamento que se subordine à prescrição do art.223, §4º, da Constituição Federal.

[...]

O entendimento do STJ foi no sentido de que a previsão constitucional do art.223, §4º é para o cancelamento de outorgas válidas e não para o reconhecimento de nulidade, e que a autoridade que celebrou o contrato administrativo pode declarar sua nulidade sem desconstituir seus atos preparatórios. (TCU, Acórdão 1900/2008-Plenário. Grifos nossos).

11. A decisão do Superior Tribunal de Justiça invocada no Acórdão do TCU é o Mandado de Segurança 8937-DF, *in litteris*:

CONTRATO ADMINISTRATIVO - DESCONSTITUIÇÃO - ATO COMPLEXO - CÓDIGO NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES (ART. 38) - RECEPÇÃO CONSTITUCIONAL - VIGÊNCIA - "CONCESSIONÁRIAS DE RADIODIFUSÃO - COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA - CONSENTIMENTO DA UNIÃO (L. 4.117/62 - ART. 38).

1 - É lícito à autoridade que celebra contrato administrativo, declarar-lhe a nulidade, sem desconstituir os respectivos atos preparatórios.

2 - O art. 38 da Lei 4.117/62 não foi derogado pela Constituição Federal de 1988.

3 - O teor do art. 21, XII, "a", da CF, compete à União explorar os serviços de telecomunicações. Ora, quem explora, pode estabelecer as condições em que tal exploração pode ser concedida. Na hipótese, tais condições encontram-se no art. 38 da Lei 4.117 (Código Nacional de Telecomunicações).

4 - O controle estatal sobre a composição do capital das concessionárias de telecomunicações liga-se radicalmente ao potencial de influência que tais empresas exercem sobre a população.

Não é à toa que os exploradores de tais serviços arrogam-se o epíteto de "formadores de opinião".

5 - A alteração na composição acionária das concessionárias de telecomunicações, dependem de autorização da União, "ouvido o Conselho Nacional de Telecomunicações" (CBT, art. 38).

6 - Em meio ao processo de que resultou a candidata à concessão, é defeso à concessionária alterar seus estatutos sociais, sem as cautelas do CBT (art. 38).(STJ, MS8937-DF. Grifamos).

12. O raciocínio tanto mais se evidencia no voto-vista do sr. Ministro Luiz Fux. Senão, vejamos:

*Assim, imperioso é reconhecer que, sendo o processo de outorga constituído de várias fases distintas, em cada uma delas atuam autoridades também distintas, com poderes para declarar a nulidade dos atos praticados. Assim, se durante o procedimento licitatório for constatada alguma ilegalidade, cabe ao Ministro das Comunicações anular o ato maculado. Se o vício ocorrer na fase de deliberação do Congresso, nada impede que essa Casa também proceda da mesma forma, não aprovando a outorga. Finalmente, chega-se à fase de celebração do contrato. Nesta etapa, quem atua em nome da União é o Ministro de Estado das Comunicações, do que decorre a sua atribuição para anular esse acordo de vontades, caso seja verificada alguma eiva em sua emissão. De mais a mais, quando o processo da Impetrante foi submetido à apreciação do Congresso Nacional, não se tinha conhecimento da irregularidade; praticada quando da transferência das quotas, tendo aquela Casa Legislativa sido, a exemplo do então Ministro das Comunicações, induzida a erro, pois deliberou com base em ato nulo, vindo a aprovar a outorga concedida à Impetrante que, embora seja a mesma pessoa jurídica que foi declarada vencedora da Concorrência nº 140/97, passou, nos atos subsequentes, a possuir quadro societário totalmente distinto daquele apresentado à época da licitação."(fls. 254/264) STJ, Mandado de Segurança 8937/DF).*

13. A Consultoria Jurídica tem construído o entendimento de que todos os atos



decorrentes da homologação nula são, por consequência, nulos, logo, não subsiste nem mesmo o decreto legislativo, por ter sido fulminado pela nulidade dos atos que lhe são antecedentes. Há, portanto, **apenas a necessidade de comunicação à Casa Civil e Congresso Nacional**, sem que seja preciso que anulem os atos exarados naquele âmbito, visto que são atos por essência já nulos. Repita-se que já foram remetidas Exposições de Motivos e Ofícios àqueles órgãos, sem que qualquer resposta se delineasse. Destaque-se que a anulação da homologação que adjudicava o objeto do certame a RÁDIO DUNAS FM LTDA, foi precedida da oportunidade dos interessados se manifestarem em sede de contraditório e ampla defesa (fl. 111 do processo 53790.000212/2000). Porém, houve silêncio e nenhuma manifestação foi juntada aos autos.

14. A concorrência não pode ficar paralisada indefinidamente, já que reiteradas comunicações foram enviadas à Casa Civil, para entendimentos com o Congresso Nacional.

15. Posto isto, anulada a homologação e portaria de outorga que contemplavam a primeira colocada (RÁDIO DUNAS FM LTDA) na concorrência 037/2000, para a localidade de Chuí/RS, e, por conseguinte sendo nulo o próprio decreto legislativo, passa-se ao exame da documentação da segunda colocada no certame. Entretanto, faz-se necessária a desclassificação superveniente da licitante RÁDIO DUNAS FM LTDA, com fulcro no art.43, §3º da Lei 8.666/97. Tal providência pode ser adotada de imediato, porque já foi oportunizado o contraditório e a ampla defesa. Para tanto, publique-se o despacho ministerial d' desclassificação superveniente.

16. A segunda colocada para Chuí/RS é EMPRESA DE RADIODIFUSÃO EXTREMO SUL FM LTDA (fl.275 do processo principal).

17. Em relação ao procedimento licitatório para a localidade de Chuí, no Estado do Rio Grande do Sul, analisando a Concorrência nº 037/2000-SSR/MC, verifica-se que a referida Comissão observou as regras insculpidas no instrumento convocatório (edital), atendeu o rito procedimental do certame, bem como pugnou pelo cumprimento das exigências legais pertinentes a todo procedimento licitatório. Logo, cabe homologação com adjudicação do objeto à EMPRESA DE RADIODIFUSÃO EXTREMO SUL FM LTDA.

18. Diante de todo o exposto, opina-se:

a) Já foi anulada a homologação e a portaria de outorga que contemplavam RÁDIO DUNAS FM LTDA, uma vez que tal empresa efetivou distrato.

b) Necessidade de **desclassificação superveniente da licitante RÁDIO DUNAS FM LTDA**, com fulcro no art.43, §3º da Lei 8.666/97. **Publique-se despacho ministerial** nesse sentido.

c) Nulidade do Decreto Legislativo, contaminado pela nulidade dos atos que lhe eram antecedentes: ato de homologação e portaria de outorga, **Necessidade de comunicação à Casa Civil e Congresso Nacional**.

d) Pela **homologação da concorrência 037/2000** para a localidade de Chuí, no Estado do Rio Grande do Sul, com adjudicação do objeto à proponente EMPRESA DE RADIODIFUSÃO EXTREMO SUL FM LTDA.

À superior consideração.

  
TATIANE FLORES CAVALCANTE RAZUK  
Advogada da União

Brasília, 01 de dezembro de 2011.



# **MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES**

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Comercial

Coordenação-Geral de Pós-Outorgas

Coordenação de Renovação de Outorga e de Alteração de Características Técnicas dos Serviços de Radiodifusão

Divisão de Renovação de Outorga e de Alteração de Características Técnicas dos Serviços de Radiodifusão

## **NOTA TÉCNICA Nº 5151/2020/SEI-MCTIC**

**Processo nº: 53790.000211/2000-68 - Concorrência 037/2000-SSR/MC**

**Interessado: EMPRESA DE RADIODIFUSÃO EXTREMO SUL FM LTDA**

**Assunto: Processo retornou da Presidência. Confecção de nova minuta de Exposição de Motivos.** Processo com Parecer de Deferimento oriundo da CONJUR. Remessa dos autos ao Gabinete do Secretário de Radiodifusão, para submissão do assunto à consideração do Senhor Ministro de Estado e posterior envio à Casa Civil da Presidência da República.

## **SUMÁRIO EXECUTIVO**

---

1. Trata o presente feito de processo administrativo referente à entidade Empresa de Radiodifusão Extremo Sul FM Ltda., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 03.836.652/0001-59, vencedora do Edital de Concorrência 037/2000-SSR/MC, cujo objeto é a execução do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada (FM), pelo prazo de 10 (dez) anos, no município de Chuí, no estado do Rio Grande do Sul. Processo encaminhado à Consultoria Jurídica - Conjur, Órgão setorial da Advocacia-Geral da União perante este Ministério e retornado a Serad por meio do Parecer nº 00003/2020/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU, opinando pela viabilidade jurídica do feito. Resta pendente chancela do Senhor Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações e posterior envio à Casa Civil da Presidência da República.

## **ANÁLISE**

---

2. Preliminarmente, é necessário esclarecer que o Despacho do Ministro opinando pela homologação do certame, com adjudicação do objeto à proponente Empresa de Radiodifusão Extremo Sul FM Ltda., foi publicado em 10.02.2012 (fl. 143 - evento SEI nº 0527862). Os autos foram então encaminhados à Casa Civil da Presidência da República, para apreciação do Senhor Presidente da República, conforme se verifica dos termos da Exposição de Motivos n.º 00252/2016 MCTIC (evento SEI n.º 1782541). Ocorre que o feito foi restituído a esta Pasta, por meio de Despacho externo (evento SEI n.º 2145287), para reavaliação da minuta de Decreto proposta inicialmente pela Serad, em razão da necessidade de incluir documentos essenciais à complementação da análise jurídica e de mérito.

3. As exigências solicitadas pela Casa Civil foram devidamente atendidas e acostadas aos autos por meio dos seguintes documentos: eventos SEI nº 4512503, nº 4512504, nº 4512506 e nº 4512507. A Serad, nos termos do Despacho (evento SEI n.º 4452981), readequou a minuta de Exposição de Motivos que trata da outorga deferida à Empresa de Radiodifusão Extremo Sul FM Ltda, para explorar pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, o serviço de



radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Chuí, no estado do Rio Grande do Sul, e propôs, mais uma vez, o envio à Casa Civil da Presidência da República, procedimento que foi adotado no âmbito desta Pasta Ministerial por muito tempo. Em novembro de 2019, os presentes autos foram devolvidos a esta Coordenação, conforme documento acostado ao evento SEI nº 4927089, para que proceda o envio da minuta proposta inicialmente por meio de Nota Técnica e não Despacho. É a síntese do necessário. Passa-se à efetiva análise do assunto.

4. Em dezembro de 2019, os presentes autos foram enviados, por meio da Nota Técnica nº 24268/2019/SEI-MCTIC (evento SEI nº 4929828), à Consultoria Jurídica desta Pasta, a fim que este órgão se manifestasse quanto ao processo e avaliasse os aspectos jurídico-formal da Minuta de Exposição de Motivos.

5. Em resposta a Conjur, emitiu o Parecer n. 00003/2020/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU (evento SEI nº 5039055), solicitando que fosse enviado Ofício à Subchefia para Assuntos Jurídicos da Presidência da República (SAJ-PR), informando o que segue:

(...)

a) Os autos foram devidamente apreciados tanto pela área técnica, como pela área jurídica, do antigo Ministério das Comunicações (para tanto, junte-se ao ofício TODOS os documentos listados nos itens 24 e 25 deste parecer)

b) Não há ausência de documento essencial, como demonstrariam os documentos anexos ao ofício.

c) A entidade tem peticionado alegando procrastinação na resolução de seu caso, posto que a homologação da licitação já conta com quase 8 anos (SEI 3410147- a ser também juntado em anexo ao ofício).

d) Caso necessite de algum documento específico que o solicite expressamente e aponte porque os documentos anexados não são suficientes, para melhor esclarecimento por parte do MCTIC, o qual se coloca inteiramente à disposição para solução da celeuma.

e) Junte-se ainda ao ofício o ato de habilitação de EMPRESA DE RADIODIFUSÃO EXTREMO SUL LTDA, com respectiva ata de reunião da CEL que habilitou a entidade (vide processo específico, não remetido à CONJUR na presente ocasião).

f) Cópia deste parecer também deve acompanhar o ofício.

(...)

6. Em cumprimento ao Parecer supramencionado, esta Coordenação-Geral de Pós Outorga - CGPO o elaborou Ofício nº 1196/2020/DIRAC/CORAC/CGPO/DECOM/SERAD/MCTIC (evento SEI nº 5048350) endereçado à Casa Civil da Presidência da República, encaminhando toda documentação acostada aos autos por meio dos seguintes documentos:

a) primeira homologação, com adjudicação do objeto à RÁDIO DUNAS FM LTDA (evento SEI nº 5209725).

b) desclassificação superveniente de RÁDIO DUNAS FM LTDA (evento SEI nº 4512506).

c) anulação da sobredita homologação e da portaria de outorga (fl. 2, evento SEI nº 4512504).

d) comunicação das providências à Casa Civil, para remessa também ao Congresso Nacional (fls. 5/6, evento SEI nº 4512504).

e) homologação contemplando EMPRESA DE RADIODIFUSÃO EXTREMO SUL LTDA (fl.02, evento SEI nº 4512503).



f) portaria de outorga dirigida à EMPRESA DE RADIODIFUSÃO EXTREMO SUL LTDA (evento SEI nº 4512507).

h) ata de reunião nº 148/2010 (evento SEI nº 5209982).

i) declaração de EMPRESA DE RADIODIFUSÃO EXTREMO SUL LTDA como vencedora do certame pela Comissão de Licitação (evento SEI nº 5210035).

j) informação MC/CEL Nº 057/2010 (evento SEI nº 5210126).

k) manifestações da Consultoria Jurídica: NOTA/AGU/CONJUR/KMM/520-2.29/2010 (evento SEI nº 5210206), COTA 123/2010/DPF/CGCE/CONJUR-MC/AGU (evento SEI nº 5210271), OFÍCIO 0866/2010/EHA/GAB/CONJUR-MC/AGU (evento SEI nº 5210321), OFÍCIO 2146/2010/EHA/GAB/CONJUR-MC/ AGU (evento SEI nº 5210370), NOTA 409/2011/TFC/CGCE/ CONJUR-MC/CGU/AGU (evento SEI nº 5212747) e PARECER 1583/2011/TFC/CGCE/CONJUR-MC/AGU (evento SEI nº 5212765).

7. Por essa razão, a Serad promoveu as adequações solicitadas pela Conjur. Assim, ultrapassadas as fases de habilitação e homologação realizadas por esta Pasta, faz se necessário a elaboração de minuta de Exposição de Motivos, que se encontra disposta no campo próprio abaixo, a ser encaminhada à Casa Civil da Presidência da República, objetivando que o ato de outorga produza seus efeitos legais.

## **CONCLUSÃO**

8. De acordo com os fatos narrados acima, esta Coordenação Geral de Pós Outorga-CGPO opina pela remessa dos presentes autos ao Gabinete do Senhor Secretário de Radiodifusão para submissão do assunto à consideração do Senhor Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, para posterior envio à Casa Civil da Presidência da República.

À consideração superior.

Possui. **Minutas e Anexos**

## **MINUTA DE OFÍCIO**

Ao Senhor  
Subchefe de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais - SAG  
Casa Civil da Presidência da República  
Brasília/DF

**Assunto: Outorga de Radiodifusão. Edital de Concorrência nº 037/2000-**



Senhor(a) Subchefe,

1. Cumprimentando-o cordialmente, sirvo-me do presente para comunicar que a Consultoria Jurídica - Conjur, Órgão setorial da Advocacia-Geral da União perante este Ministério, determinou, por meio do Parecer Jurídico nº 00003/2020/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU (cópia anexa), que a Subchefia para Assuntos Jurídicos da Presidência da República (SAJ-PR) seja informada que:

**a)** Os autos foram devidamente apreciados tanto pela área técnica, como pela área jurídica, do antigo Ministério das Comunicações ( para tanto, junte-se ao ofício TODOS os documentos listados nos itens 24 e 25 deste parecer);

**b)** Não há ausência de documento essencial, como demonstrariam os documentos anexos ao ofício;

**c)** A entidade tem peticionado alegando procrastinação na resolução de seu caso, posto que a homologação da licitação já conta com quase 8 anos (SEI 3410147- a ser também juntado em anexo ao ofício);

**d)** Caso necessite de algum documento específico que o solicite expressamente e aponte porque os documentos anexados não são suficientes, para melhor esclarecimento por parte do MCTIC, o qual se coloca inteiramente à disposição para solução da celeuma;

**e)** Junte-se ainda ao ofício o ato de habilitação de EMPRESA DE RADIODIFUSÃO EXTREMO SUL LTDA, com respectiva ata de reunião da CEL que habilitou a entidade (vide processo específico);

**f)** Cópia deste parecer também deve acompanhar o ofício.

29. Conjuntamente ao ofício, deve ser remetida a Exposição de Motivos desta Pasta Ministerial, com as correções apontadas nos itens 26 e 27 deste parecer.

2. Sendo assim, conforme disposto no Decreto nº 3.714, de 03 de janeiro de 2001, encaminho o processo em referência, acompanhado de nova minuta de Exposição de Motivos, que trata da outorga de permissão para exploração do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Chuí, Estado de Rio Grande do Sul.

Atenciosamente,

### **MINUTA DE EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS**

EM nº - MCTIC/2020.

Brasília, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2020.



Senhor Presidente da República,

1. Tratam os autos de outorga de permissão para a execução do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Chuí, estado do Rio Grande do Sul, objeto da Concorrência n.º 037/2000-SSR/MC, deferida à licitante Empresa de Radiodifusão Extremo Sul FM Ltda., pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ nº 03.836.652/0001-59.

2. A Comissão Especial de Licitação, constituída pela Portaria nº 432, de 24 de julho de 2009, publicada no Diário Oficial da União do dia 7 subsequente e suas alterações, depois de analisar a documentação de habilitação e as propostas técnica e de preço pela outorga das entidades proponentes, com observância à Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e na legislação específica de radiodifusão, concluiu que a EMPRESA DE RADIODIFUSÃO EXTREMO SUL FM LTDA (Processo nº 53790.000211/2000-68) obteve a maior pontuação do valor ponderado, nos termos estabelecidos pelo Edital, tornando-se assim a vencedora da Concorrência, conforme ato da mesma Comissão. O ato de homologação do certame foi publicado no Diário Oficial da União de 10 de fevereiro de 2012, pelo Ministro da época Paulo Bernardo Silva.

3. Ato contínuo, considerando os termos do art. 6º, parágrafo 2º, do Decreto n.º 52.795, de 31 de outubro de 1963, foi editada a Portaria n.º 234, datada em 30 de abril de 2012, publicada no Diário Oficial da União, de 04 de maio de 2012, que outorga permissão à Empresa de Radiodifusão Extremo Sul FM Ltda., para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Chuí, estado do Rio Grande do Sul.

4. Contudo, de acordo com o § 3º do art. 223 da Constituição Federal de 1988, o ato de outorga somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, para onde solicito seja encaminhado o referido ato.

Respeitosamente,

*(assinado eletronicamente)*

**MARCOS CESAR PONTES**

Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações



Documento assinado eletronicamente por **Luciana Maria Monteiro de Lima, Coordenadora-Geral de Pós-Outorga**, em 24/03/2020, às 17:42 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Flavio Ferreira Lima, Diretor do Departamento de Radiodifusão Comercial**, em 26/03/2020, às 13:47 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).





Documento assinado eletronicamente por **Elifas Chaves Gurgel do Amaral, Secretário de Radiodifusão**, em 01/04/2020, às 21:43 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **5280232** e o código CRC **12D56FE6**.

## Minutas e Anexos

Não Possui.

**Referência:** Processo nº 53790.000211/2000-68

SEI nº 5280232





ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO  
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO  
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E  
COMUNICAÇÕES  
COORDENAÇÃO-GERAL DE ASSUNTOS JURÍDICOS DE COMUNICAÇÃO - CGJC  
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 910 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61) 2027-6535/6196

**PARECER n. 00301/2020/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU**

**NUP: 53790.000211/2000-68**

**INTERESSADOS: EMPRESA DE RADIODIFUSÃO EXTREMO SUL LTDA**

**EMENTA:** Autos devolvidos pela Casa Civil da Presidência da República. A Secretaria de Radiodifusão (SERAD) realizou a confecção de nova minuta de Exposição de Motivos. Já houve manifestação da Consultoria Jurídica por meio do **PARECER n. 00003/2020/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU (SEI 5039055)**. Remessa dos autos ao Gabinete do Secretário de Radiodifusão, para submissão do assunto à consideração do Senhor Ministro de Estado e posterior envio à Casa Civil, para prosseguimento.

Senhor Coordenador-Geral,

1. Os autos foram encaminhados à análise da Consultoria Jurídica, órgão consultivo da Advocacia- Geral da União, por meio da Nota Técnica nº 5151/2020- SEI/MCTIC (SEI 5280232). Trata o presente feito de processo administrativo referente à entidade EMPRESA DE RADIODIFUSÃO EXTREMO SUL FM LTDA., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 03.836.652/0001-59, vencedora do Edital de Concorrência 037/2000-SSR/MC, cujo objeto é a execução do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada (FM), pelo prazo de 10 (dez) anos, no município de Chuí, no estado do Rio Grande do Sul.

2. Compulsando os autos da concorrência 037/2000, verifica-se que foi desconstituída a homologação do certame que adjudicara o objeto à licitante RÁDIO DUNAS FM LTDA, bem como a respectiva portaria de outorga, visto que a empresa não mais subsistia após ter efetivado distrato.

3. Empós, houve a homologação e elaboração da respectiva portaria de outorga contemplando EMPRESA DE RADIODIFUSÃO EXTREMO SUL FM LTDA.

4. Todos os pormenores já foram devidamente analisados pela Consultoria Jurídica, que exarou as seguintes manifestações:

- NOTA/AGU/CONJUR/KMM/520-2.29/2010 (fl. 381 do SEI 0773385)

-COTA 123/2010/DPF/CGCE/CONJUR-MC/AGU ( fl.395 do SEI 0773385)

- OFÍCIO 0866/2010/EHA/GAB/CONJUR-MC/ AGU ( fl. 396 do SEI 0773385)

- OFÍCIO 2146/2010/EHA/GAB/CONJUR-MC/ AGU ( fl. 398 do SEI 0773385)



- NOTA 409/2011/TFC/CGCE/ CONJUR-MC/CGU/AGU ( fl.400 do SEI 0773385)

- PARECER 1583/2011/TFC/CGCE/CONJUR-MC/AGU ( fl.404 do SEI 0773385).

- **PARECER n. 00003/2020/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU (SEI 5039055).**

5. Nota-se que o último parecer emitido, isto é, **PARECER n. 00003/2020/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU (SEI 5039055)**, já orientou a Secretaria de Radiodifusão sobre todos os aspectos necessários ao prosseguimento do feito com encaminhamento dos autos à Casa Civil, para posterior análise do Congresso Nacional, em estrita observância do preceito constitucional insculpido no artigo 223, §2º da Constituição da República.

6. Porém, retornaram os autos à Consultoria Jurídica – Conjor- Órgão setorial da Advocacia-Geral da União perante este Ministério, no intuito de que se examinem os aspectos jurídicos das minutas de Ofício e Exposição de Motivos a serem dirigidas à Casa Civil da Presidência da República.

7. É o relatório.

### **ANÁLISE JURÍDICA**

8. Inicialmente, registre-se que as Consultorias Jurídicas dos Ministérios são órgãos de execução da Advocacia-Geral da União que tem por finalidade precípua prestar assessoramento jurídico aos titulares das Pastas Ministeriais, nos termos dos artigos 2º, II, b, e 11, ambos da Lei Complementar nº 73/1993, sendo de se registrar que o inciso V do já mencionado art. 11 estipula que compete às Consultorias Jurídicas "*assistir a autoridade assessorada no controle interno da legalidade administrativa dos atos a serem por ela praticados ou já efetivados, e daqueles oriundos de órgão ou entidade sob sua coordenação jurídica*".

9. Dessa feita, assuntos relacionados ao mérito dos atos administrativos e aspectos fáticos, tais como **conferência e a autenticidade dos documentos recebidos**, bem como cálculo de correção monetária, são de atribuição dos órgãos técnicos dos Ministérios, nos termos dos respectivos Regimentos.

10. Tal posicionamento decorre também do procedimento recomendado pela Consultoria-Geral da União, mediante o Enunciado BPC nº 07, do Manual de Boas Práticas Consultivas, o qual assevera que "O Órgão Consultivo não deve emitir manifestações conclusivas sobre temas não jurídicos, tais como os técnicos, administrativos ou de conveniência ou oportunidade."

11. Deste modo, a análise desta Consultoria será restrita a aspectos jurídicos.

12. Posto isto, anulada a homologação e portaria de outorga que contemplavam a primeira colocada (RÁDIO DUNAS FM LTDA) na concorrência 037/2000, para a localidade de Chuí/RS, e , por conseguinte sendo nulo o próprio decreto legislativo, passou-se ao exame da documentação da segunda colocada no certame. Assim, fez-se necessária a desclassificação superveniente da licitante RÁDIO DUNAS FM LTDA, com fulcro no art.43, §3º da Lei 8.666/97. Tal providência foi adotada de imediato, porque já fora oportunizado o contraditório e a ampla defesa. Para tanto, publicou-se o despacho ministerial de desclassificação superveniente.

13. Repise-se que no caso em voga, já havia sido exarado o decreto legislativo pelo Congresso Nacional, com aprovação da permissão que contemplava RÁDIO DUNAS FM LTDA, porém, restou comprovado que tal entidade não mais existe, ficando impossibilitada de firmar contrato com o Poder Público, em virtude de distrato efetuado pela empresa (fls. 120/121 do processo 53790.00212/2000).

14. A segunda colocada para Chuí/RS é EMPRESA DE RÁDIO DIFUSÃO EXTREMO SUL FM LTDA (fl.275 do processo principal).



15. Em relação ao procedimento licitatório para a localidade de Chuí, no Estado do Rio Grande do Sul, analisando a Concorrência nº 037/2000-SSR/MC, verifica-se que a referida Comissão observou as regras insculpidas no instrumento convocatório (edital), atendeu o rito procedimental do certame, bem como pugnou pelo cumprimento das exigências legais pertinentes a todo procedimento licitatório. Logo, sobreveio a homologação com adjudicação do objeto à EMPRESA DE RADIODIFUSÃO EXTREMO SUL FM LTDA.

16. Seguiu-se a portaria ministerial de outorga e o envio dos autos à Casa Civil. Todavia, os autos retornaram para adequada manifestação técnica e juntada de documentos.

17. O **PARECER n. 00003/2020/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU (SEI 5039055)** assim orientou a SERAD:

*“24. Observam-se nos presentes nos autos os seguintes atos administrativos:*

*a) primeira homologação, com adjudicação do objeto à RÁDIO DUNAS FM LTDA (DOU de 15/07/2005- Seção 3, fl. 77 dos autos 53790.000212/2000).*

*b) desclassificação superveniente de RÁDIO DUNAS FM LTDA (SEI 4512503- fl.01).*

*c) anulação da sobredita homologação e da portaria de outorga (SEI 4512504).*

*d) Comunicação das providências à Casa Civil, para remessa também ao Congresso Nacional (SEI 4512504- Fls. 5/6).*

*e) nova homologação contemplando EMPRESA DE RADIODIFUSÃO EXTREMO SUL LTDA (SEI 4512503- Fl.02).*

*f) Respectiva portaria de outorga dirigida à EMPRESA DE RADIODIFUSÃO EXTREMO SUL LTDA (SEI 4512507).*

*25. Assim, elencados os atos administrativos editados no Ministério, listam-se as manifestações técnicas e jurídicas que embasaram a elaboração de todos os atos ministeriais:*

*a) Ata de reunião nº 148/2010 (SEI 0773385- fls.376-378).*

*b) Declaração de EMPRESA DE RADIODIFUSÃO EXTREMO SUL LTDA como vencedora do certame pela Comissão de Licitação (fl.124- SEI 0527862).*

*c) Informação da Comissão de Licitação, apreciando os autos de forma conclusiva (Informação MC/CELNº 057/2010 (citada à fl.124- SEI 0527862- a ser providenciada pela SERAD).*

*d) Manifestações da Consultoria Jurídica:*

*- NOTA/AGU/CONJUR/KMM/520-2.29/2010 (fl. 381 do SEI 0773385)*

*- COTA 123/2010/DPF/CGCE/CONJUR-MC/AGU (fl.395 do SEI 0773385)*

*- OFÍCIO 0866/2010/EHA/GAB/CONJUR-MC/ AGU (fl. 396 do SEI 0773385)*

*- OFÍCIO 2146/2010/EHA/GAB/CONJUR-MC/ AGU (fl. 398 do SEI 0773385)*

*- NOTA 409/2011/TFC/CGCE/ CONJUR-MC/CGU/AGU (fl.400 do SEI 0773385)*

*- PARECER 1583/2011/TFC/CGCE/CONJUR-MC/AGU (fl.404 do SEI 0773385).*



26. Por derradeiro, ao examinar a minuta de Exposição de Motivos para encaminhamento à Casa Civil, anexa à Nota Técnica 24268/2019 (SEI 4929828), a CONJUR sugere que no item 2 seja corrigida a redação para apontara COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO, que atuou nos autos à época, verificando-se a correta portaria que investiu seus membros das pertinentes atribuições. Deve-se citar a portaria correta.

27. No mais, a minuta não merece maiores reparos jurídicos, sendo responsabilidade da SERAD observara numeração correta de autos e remissão a documentos .

#### CONCLUSÃO

28. Ante a todo o exposto, sugere-se a elaboração de um Ofício à Subchefia para Assuntos Jurídicos da Presidência da República (SAJ-PR), informando que:

a) Os autos foram devidamente apreciados tanto pela área técnica, como pela área jurídica, do antigo Ministério das Comunicações ( para tanto, junte-se ao ofício TODOS os documentos listados nos itens 24 e 25 deste parecer)

b) Não há ausência de documento essencial, como demonstrariam os documentos anexos ao ofício.

c) A entidade tem peticionado alegando procrastinação na resolução de seu caso, posto que a homologação da licitação já conta com quase 8 anos (SEI 3410147- a ser também juntado em anexo ao ofício).

d) Caso necessite de algum documento específico que o solicite expressamente e aponte porque os documentos anexados não são suficientes, para melhor esclarecimento por parte do MCTIC, o qual se coloca inteiramente à disposição para solução da celeuma.

e) Junte-se ainda ao ofício o ato de habilitação de EMPRESA DE RADIODIFUSÃO EXTREMO SULLTDA, com respectiva ata de reunião da CEL que habilitou a entidade (vide processo específico, não remetido à CONJUR na presente ocasião).

f) Cópia deste parecer também deve acompanhar o ofício.

29. Conjuntamente ao ofício, deve ser remetida a Exposição de Motivos desta Pasta Ministerial, com as correções apontadas nos itens 26 e 27 deste parecer.

À consideração superior.

Brasília, 02 de janeiro de 2020.

TATIANE FLORES CAVALCANTE RAZUK

Advogada da União

Coordenadora Jurídica de Licitação de Radiodifusão”

18. Frise, pois, que o **PARECER n. 00003/2020/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU (SEI 5039055)** já fez os apontamentos jurídicos necessários. A conferência documental é de inteira responsabilidade da SERAD.

19. Para seguimento do certame, examinem-se, no presente momento, as minutas de Ofício e Portaria redigidos pela SERAD para encaminhamento à Casa Civil (Anexos do SEI 5280232). As observações da CONJUR para adequação das minutas virão destacadas em negrito, estão riscadas as expressões que devem ser retiradas do texto. O Decreto 3.714/2001, citado ao final da minuta de ofício foi revogado pelo Decreto 10.086/2019. Logo, a remissão deve



ser retirada. As alterações da Exposição de Motivos já foram incorporadas, a CONJUR não confere número de processos, de atos administrativos, portarias ou de CNPJ, e nem qualquer outro aspecto não jurídico. Vejamos:

#### “Minutas e Anexos

##### MINUTA DE OFÍCIO

Ao Senhor

Subchefe de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais - SAG

Casa Civil da Presidência da República

Brasília/DF

**Assunto: Outorga de Radiodifusão. Edital de Concorrência nº 037/2000- SSR/MC. Processo nº 53790.000211/2000-68.**

Senhor(a) Subchefe,

1. Cumprimentando-o cordialmente, sirvo-me do presente **para devolver os autos em epígrafe e encaminhar manifestação da** Consultoria Jurídica **desta Pasta, Órgão setorial da Advocacia-Geral da União perante este Ministério, determinou que opinou**, por meio do Parecer Jurídico nº 00003/2020/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU (cópia anexa), que a Subchefia para Assuntos Jurídicos da Presidência da República (SAJ-PR) seja informada que:

a) Os autos foram devidamente apreciados tanto pela área técnica, como pela área jurídica, do antigo Ministério das Comunicações ( para tanto, juntam-se ao ofício TODOS os documentos listados nos itens 24 e 25 **do Parecer Jurídico nº 00003/2020/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU** );

b) Não há ausência de documento essencial, **como demostram** os documentos anexos ao ofício;

c) A entidade tem peticionado alegando procrastinação na resolução de seu caso, posto que a homologação da licitação já conta com quase 8 anos (SEI 3410147- ~~a ser~~ também juntado em anexo ao ofício);

d) **Respeitosamente, requeremos que** caso necessite de algum documento específico que o solicite expressamente e aponte ~~porque os documentos anexados não são suficientes~~, **quaisquer falhas nos documentos ora ofertados** para melhor esclarecimento por parte do MCTIC, o qual se coloca inteiramente à disposição para solução da celeuma; **considerado o princípio da eficiência, regente da Administração Pública Federal.**

e) ~~Junte-se~~ Segue em anexo ~~ainda~~ ao ofício o ato de habilitação de EMPRESA DE RADIODIFUSÃO EXTREMO SUL LTDA, com respectiva ata de reunião da CEL que habilitou a entidade (vide processo específico);

f) ~~Cópia deste parecer~~ do **Parecer Jurídico nº 00003/2020/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU** também ~~deve acompanhar~~ **acompanha** o ofício.

29. Conjuntamente ao ofício, ~~deve ser remetida~~ **segue a** Exposição de Motivos desta Pasta Ministerial. ~~com as correções apontadas nos itens 26 e 27 deste parecer.~~

2. Sendo assim, ~~conforme disposto no Decreto nº 3.714, de 03 de janeiro de 2001~~, encaminho o processo em referência, acompanhado de nova minuta de Exposição de Motivos, que trata da outorga de permissão para exploração do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Chuí, Estado de Rio Grande do Sul, **objeto da Concorrência 037/2000.**

Atenciosamente,

[...]

##### MINUTA DE EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

EM nº - MCTIC/2020.

Brasília, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2020.

Senhor Presidente da República,



1. Tratam os autos de outorga de permissão para a execução do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Chuí, estado do Rio Grande do Sul, objeto da Concorrência n.º 037/2000-SSR/MC, deferida à licitante Empresa de Radiodifusão Extremo Sul FM Ltda., pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ nº 03.836.652/0001-59.

2. A Comissão Especial de Licitação, constituída pela Portaria nº 432, de 24 de julho de 2009, publicada no Diário Oficial da União do dia 7 subsequente e suas alterações, depois de analisar a documentação de habilitação e as propostas técnica e de preço pela outorga das entidades proponentes, com observância à Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e na legislação específica de radiodifusão, concluiu que a EMPRESA DE RADIODIFUSÃO EXTREMO SUL FM LTDA (Processo nº 53790.000211/2000-68) obteve a maior pontuação do valor ponderado, nos termos estabelecidos pelo Edital, tornando-se assim a vencedora da Concorrência, conforme ato da mesma Comissão. O ato de homologação do certame foi publicado no Diário Oficial da União de 10 de fevereiro de 2012, pelo Ministro da época Paulo Bernardo Silva.

3. Ato contínuo, considerando os termos do art. 6º, parágrafo 2º, do Decreto n.º 52.795, de 31 de outubro de 1963, foi editada a Portaria n.º 234, datada em 30 de abril de 2012, publicada no Diário Oficial da União, de 04 de maio de 2012, que outorga permissão à Empresa de Radiodifusão Extremo Sul FM Ltda., para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Chuí, estado do Rio Grande do Sul.

4. Contudo, de acordo com o § 3º do art. 223 da Constituição Federal de 1988, o ato de outorga somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, para onde solicito seja encaminhado o referido ato.

Respeitosamente,

*(assinado eletronicamente)*

**MARCOS CESAR PONTES**

Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações”

### **CONCLUSÃO**

20. Ante todo o exposto, a SERAD deve incorporar as sugestões do item 19 deste Parecer para melhor adequação jurídica das minutas propostas, com regular prosseguimento do certame.

Brasília, 06 de abril de 2020.

**TATIANE FLORES CAVALCANTE RAZUK**

Advogada da União

Coordenadora Jurídica de Licitação de Radiodifusão

---

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <http://sapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 53790000211200068 e da chave de acesso 8d18c499

---

Documento assinado eletronicamente por TATIANE FLORES CAVALCANTE RAZUK, de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 405621066 no endereço eletrônico <http://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): TATIANE FLORES CAVALCANTE



RAZUK. Data e Hora: 07-04-2020 15:52. Número de Série: 17397143. Emissor: Autoridade Certificadora SERPRORFBv5.

---





ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO  
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO  
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E  
COMUNICAÇÕES  
COORDENAÇÃO-GERAL DE ASSUNTOS JURÍDICOS DE COMUNICAÇÃO - CGJC  
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 910 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61) 2027-6535/6196

---

**DESPACHO n. 00841/2020/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU**

**NUP: 53790.000211/2000-68**

**INTERESSADOS: EMPRESA DE RADIODIFUSÃO EXTREMO SUL LTDA**

**ASSUNTOS: RADIODIFUSÃO**

1. De acordo. À consideração do Sr. Consultor Jurídico, para avaliação.

Brasília, 07 de abril de 2020.

EMMANUEL FELIPE BORGES PEREIRA SANTOS  
ADVOGADO DA UNIÃO  
COORDENADOR-GERAL DE ASSUNTOS DE COMUNICAÇÃO

---

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <http://sapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 53790000211200068 e da chave de acesso 8d18c499

---

Documento assinado eletronicamente por EMMANUEL FELIPE BORGES PEREIRA SANTOS, de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 405772555 no endereço eletrônico <http://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): EMMANUEL FELIPE BORGES PEREIRA SANTOS. Data e Hora: 08-04-2020 10:32. Número de Série: 63699179115455140128219511629. Emissor: Autoridade Certificadora SERPRORFBv5.

---





ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO  
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO  
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E  
COMUNICAÇÕES  
GABINETE

ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 910 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61) 2027-6535/6196

**DESPACHO n. 00847/2020/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU**

**NUP: 53790.000211/2000-68**

**INTERESSADOS: EMPRESA DE RADIODIFUSÃO EXTREMO SUL LTDA**

**ASSUNTOS: RADIODIFUSÃO**

1. Aprovo o **DESPACHO n. 00841/2020/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU** da lavra do Dr. Emmanuel Felipe Borges Pereira Santos, Advogado da União e Coordenador-Geral de Assuntos Jurídicos de Comunicação, aprovando o **PARECER n. 00301/2020/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU** exarado pela Dra. Tatiane Flores Cavalcante Razuk, Advogada da União e Coordenadora Jurídica de Licitação de Radiodifusão.
2. Encaminhem-se os autos à Secretaria de Radiodifusão – SERAD para o regular prosseguimento do feito.

Brasília, 14 de abril de 2020.

*(assinado eletronicamente por)*

**JULIO CESAR FERREIRA PEREIRA**

Consultor Jurídico

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <http://sapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 53790000211200068 e da chave de acesso 8d18c499

Documento assinado eletronicamente por JULIO CESAR FERREIRA PEREIRA, de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 406104393 no endereço eletrônico <http://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): JULIO CESAR FERREIRA PEREIRA. Data e Hora: 14-04-2020 17:12. Número de Série: 13692269. Emissor: Autoridade Certificadora SERPRORFBv4.



# MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Apoio Técnico da Secretaria de Radiodifusão

## DESPACHO

**Processo nº:** 53790.000211/2000-68

De ordem do Secretário de Radiodifusão, encaminho o presente Processo ao Departamento de Radiodifusão Comercial, para ciência do Parecer Jurídico 301/2020 (5392473) e adoção das providências cabíveis.

Brasília, 14 de abril de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Adelita Amaral Faria, Chefe de Gabinete da Secretaria de Radiodifusão**, em 14/04/2020, às 19:24 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **5392683** e o código CRC **A8ED45CC**.

## Minutas e Anexos

Não Possui.

**Referência:** Processo nº 53790.000211/2000-68

SEI nº 5392683



# MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Comercial

Gabinete do Departamento de Radiodifusão Comercial

## DESPACHO

**Processo nº:** 53790.000211/2000-68

**Referência:** Parecer nº 00301/2020/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU

**Interessado:** Empresa de Radiodifusão Extremo Sul Ltda.

**Assunto:** Confeção de nova minuta de Exposição de Motivos. Consulta Conjur.  
Devolução dos autos

Encaminhe-se este processo à Coordenação-Geral de Pós-Outorgas (CGPO) para as providências cabíveis.



Documento assinado eletronicamente por **Flavio Ferreira Lima, Diretor do Departamento de Radiodifusão Comercial**, em 15/04/2020, às 11:19 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **5392966** e o código CRC **3EE401C4**.

## Minutas e Anexos

Não Possui.

**Referência:** Processo nº 53790.000211/2000-68

SEI nº 5392966



# **MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES**

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Comercial

Coordenação-Geral de Pós-Outorgas

Coordenação de Renovação de Outorga e de Alteração de Características Técnicas dos Serviços de Radiodifusão

Divisão de Renovação de Outorga e de Alteração de Características Técnicas dos Serviços de Radiodifusão

## **NOTA TÉCNICA Nº 8009/2020/SEI-MCTIC**

**Processo nº: 53790.000211/2000-68 - Concorrência 037/2000-SSR/MC**

**Interessado:** EMPRESA DE RADIODIFUSÃO EXTREMO SUL FM LTDA

**Assunto: Devolução dos autos à Presidência da República. Homologação de nova minuta de Exposição de Motivos.** Deferimento da CONJUR para prosseguimento do feito. Remessa dos autos ao Gabinete do Secretário de Radiodifusão, para submissão do assunto à consideração do Senhor Ministro de Estado e posterior envio à Casa Civil da Presidência da República.

### **SUMÁRIO EXECUTIVO**

1. Trata o presente feito de processo administrativo referente à entidade Empresa de Radiodifusão Extremo Sul FM Ltda., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 03.836.652/0001-59, vencedora do Edital de Concorrência 037/2000-SSR/MC, cujo objeto é a execução do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada (FM), pelo prazo de 10 (dez) anos, no município de Chuí, no estado do Rio Grande do Sul.

2. Processo encaminhado à Consultoria Jurídica - ConjUR, Órgão setorial da Advocacia-Geral da União perante este Ministério e retornado a Serad por meio do Parecer nº 00003/2020/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU e Parecer nº 00301/2020/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU, opinando pela viabilidade jurídica do feito. Resta pendente chancela do Senhor Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações e posterior envio à Casa Civil da Presidência da República.

### **ANÁLISE**

3. Preliminarmente, é necessário esclarecer que o Despacho do Ministro opinando pela homologação do certame, com adjudicação do objeto à proponente Empresa de Radiodifusão Extremo Sul FM Ltda., foi publicado em 10.02.2012 (fl. 143 - evento SEI nº 0527862). Os autos foram então encaminhados à Casa Civil da Presidência da República, para apreciação do Senhor Presidente da República, conforme se verifica dos termos da Exposição de Motivos n.º 00252/2016 MCTIC (evento SEI n.º 1782541). Ocorre que o feito foi restituído a esta Pasta, por meio de Despacho externo (evento SEI n.º 2145287), para reavaliação da minuta de Decreto proposta inicialmente pela Serad, em razão da necessidade de incluir documentos essenciais à complementação da análise jurídica e de mérito.

4. As exigências solicitadas pela Casa Civil foram devidamente atendidas e acostadas aos autos por meio dos seguintes documentos: eventos SEI nº 4512503, nº 4512504, nº 4512506 e nº 4512507. A Serad, nos termos do Despacho (evento SEI n.º 4452981), readequou a minuta de Exposição de Motivos



que trata da outorga deferida à Empresa de Radiodifusão Extremo Sul FM Ltda, para explorar pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Chuí, no estado do Rio Grande do Sul, e propôs, mais uma vez, o envio à Casa Civil da Presidência da República, procedimento que foi adotado no âmbito desta Pasta Ministerial por muito tempo. Todavia, em novembro de 2019, os presentes autos foram devolvidos a esta Coordenação, conforme documento acostado ao evento SEI nº 4927089, para que proceda o envio da minuta proposta inicialmente por meio de Nota Técnica e não Despacho. É a síntese do necessário. Passa-se à efetiva análise do assunto.

5. Em dezembro de 2019, os presentes autos foram enviados, por meio da Nota Técnica nº 24268/2019/SEI-MCTIC (evento SEI nº 4929828), à Consultoria Jurídica desta Pasta, a fim que este órgão se manifestasse quanto ao processo e avaliasse os aspectos jurídico-formal da Minuta de Exposição de Motivos.

6. Em resposta a Conjur, emitiu o Parecer nº 00003/2020/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU e Parecer nº 00301/2020/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU (eventos SEI nº(s) 5039055 e 5392473), solicitando que fosse enviado Ofício à Subchefia para Assuntos Jurídicos da Presidência da República (SAJ-PR), informando o que segue:

(...)

a) Os autos foram devidamente apreciados tanto pela área técnica, como pela área jurídica, do antigo Ministério das Comunicações (para tanto, junte-se ao ofício TODOS os documentos listados nos itens 24 e 25 deste parecer)

b) Não há ausência de documento essencial, como demonstrariam os documentos anexos ao ofício.

c) A entidade tem peticionado alegando procrastinação na resolução de seu caso, posto que a homologação da licitação já conta com quase 8 anos (SEI 3410147- a ser também juntado em anexo ao ofício).

d) Caso necessite de algum documento específico que o solicite expressamente e aponte porque os documentos anexados não são suficientes, para melhor esclarecimento por parte do MCTIC, o qual se coloca inteiramente à disposição para solução da celeuma.

e) Junte-se ainda ao ofício o ato de habilitação de EMPRESA DE RADIODIFUSÃO EXTREMO SUL LTDA, com respectiva ata de reunião da CEL que habilitou a entidade (vide processo específico, não remetido à CONJUR na presente ocasião).

f) Cópia deste parecer também deve acompanhar o ofício.

(...)

7. Sendo assim, em cumprimento ao Parecer supramencionado, esta Coordenação-Geral de Pós-Outorgas - CGPO elaborou Ofício nº 1196/2020/DIRAC/CORAC/CGPO/DECOM/SERAD/MCTIC (evento SEI nº 5048350) endereçado à Casa Civil da Presidência da República, encaminhando toda documentação acostada aos autos por meio dos seguintes documentos:

- a) primeira homologação, com adjudicação do objeto à RÁDIO DUNAS FM LTDA (evento SEI nº 5209725).
- b) desclassificação superveniente de RÁDIO DUNAS FM LTDA (evento SEI nº 4512506).
- c) anulação da sobredita homologação e da portaria de outorga (fl. 2, evento SEI nº 4512504).
- d) comunicação das providências à Casa Civil, para remessa também ao Congresso Nacional



- (fls. 5/6, evento SEI nº 4512504).
- e) homologação contemplando EMPRESA DE RADIODIFUSÃO EXTREMO SUL LTDA (fl.02, evento SEI nº 4512503).
  - f) portaria de outorga dirigida à EMPRESA DE RADIODIFUSÃO EXTREMO SUL LTDA (evento SEI nº 4512507).
  - h) ata de reunião nº 148/2010 (evento SEI nº 5209982).
  - i) declaração de EMPRESA DE RADIODIFUSÃO EXTREMO SUL LTDA como vencedora do certame pela Comissão de Licitação (evento SEI nº 5210035).
  - j) informação MC/CEL Nº 057/2010 (evento SEI nº 5210126).
  - k) manifestações da Consultoria Jurídica: NOTA/AGU/CONJUR/KMM/520-2.29/2010 (evento SEI nº 5210206), COTA 123/2010/DPF/CGCE/CONJUR-MC/AGU (evento SEI nº 5210271), OFÍCIO 0866/2010/EHA/GAB/CONJUR-MC/AGU (evento SEI nº 5210321), OFÍCIO 2146/2010/EHA/GAB/CONJUR-MC/ AGU (evento SEI nº 5210370), NOTA 409/2011/TFC/CGCE/ CONJUR-MC/CGU/AGU (evento SEI nº 5212747) e PARECER 1583/2011/TFC/CGCE/CONJUR-MC/AGU (evento SEI nº 5212765).

8. Por essa razão, a Serad promoveu as adequações solicitadas pela Conjur. Assim, ultrapassadas as fases de habilitação e homologação realizadas por esta Pasta, faz se necessário a elaboração de minuta de Exposição de Motivos, que se encontra disposta no campo próprio abaixo, a ser encaminhada à Casa Civil da Presidência da República, objetivando que o ato de outorga produza seus efeitos legais.

---

## CONCLUSÃO

9. Em face do exposto, esta Coordenação Geral de Pós-Outorga - CGPO opina pela remessa dos presentes autos ao Gabinete do Senhor Secretário de Radiodifusão para submissão do assunto à consideração do Senhor Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, e posterior envio à Casa Civil da Presidência da República.

À consideração superior.

Possui. **Minutas e Anexos**



## **MINUTA DE OFÍCIO**

Ao Senhor  
Subchefe de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais - SAG  
Casa Civil da Presidência da República  
Brasília/DF

**Assunto: Outorga de Radiodifusão. Edital de Concorrência nº 037/2000-SSR/MC. Processo nº 53790.000211/2000-68.**

Senhor(a) Subchefe,

1. Cumprimentando-o cordialmente, sirvo-me do presente para devolver os autos em epígrafe e encaminhar manifestação da Consultoria Jurídica desta Pasta, Órgão setorial da Advocacia-Geral da União perante este Ministério, que opinou, por meio do Parecer Jurídico nº 00003/2020/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU (**cópia anexa**), que a Subchefia para Assuntos Jurídicos da Presidência da República (SAJ-PR) seja informada que:

**a)** Os autos foram devidamente apreciados tanto pela área técnica, como pela área jurídica, do antigo Ministério das Comunicações ( para tanto, juntem-se ao ofício TODOS os documentos listados nos itens 24 e 25, do Parecer Jurídico nº 00003/2020/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU);

**b)** Não há ausência de documento essencial, como demostram os documentos anexos ao ofício;

**c)** A entidade tem peticionado alegando procrastinação na resolução de seu caso, posto que a homologação da licitação já conta com quase 8 anos (SEI 3410147- também juntado em anexo ao ofício);

**d)** Respeitosamente, requeremos que caso necessite de algum documento específico que o solicite expressamente e aponte quaisquer falhas nos documentos ora ofertados, para melhor esclarecimento por parte do MCTIC, o qual se coloca inteiramente à disposição para solução da celeuma, considerado o princípio da eficiência, regente da Administração Pública Federal.

**e)** Segue em anexo ao ofício o ato de habilitação de EMPRESA DE RADIODIFUSÃO EXTREMO SUL LTDA, com respectiva ata de reunião da CEL que habilitou a entidade (vide processo específico);

**f)** Cópia do Parecer Jurídico nº 00003/2020/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU também acompanha o ofício.

29. Conjuntamente ao ofício, segue a Exposição de Motivos desta Pasta Ministerial.

2. Sendo assim, encaminho o processo em referência, acompanhado de nova minuta de Exposição de Motivos, que trata da outorga de permissão para exploração do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Chuí, Estado de Rio Grande do Sul, objeto da Concorrência 037/2000.

Atenciosamente,



## **MINUTA DE EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS**

EM nº - MCTIC/2020.

Brasília, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2020.

Senhor Presidente da República,

1. Tratam os autos de outorga de permissão para a execução do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Chuí, estado do Rio Grande do Sul, objeto da Concorrência n.º 037/2000-SSR/MC, deferida à licitante Empresa de Radiodifusão Extremo Sul FM Ltda., pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ nº 03.836.652/0001-59.

2. A Comissão Especial de Licitação, constituída pela Portaria nº 432, de 24 de julho de 2009, publicada no Diário Oficial da União do dia 7 subsequente e suas alterações, depois de analisar a documentação de habilitação e as propostas técnica e de preço pela outorga das entidades proponentes, com observância à Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e na legislação específica de radiodifusão, concluiu que a EMPRESA DE RADIODIFUSÃO EXTREMO SUL FM LTDA (Processo nº 53790.000211/2000-68) obteve a maior pontuação do valor ponderado, nos termos estabelecidos pelo Edital, tornando-se assim a vencedora da Concorrência, conforme ato da mesma Comissão. O ato de homologação do certame foi publicado no Diário Oficial da União de 10 de fevereiro de 2012, pelo Ministro da época Paulo Bernardo Silva.

3. Ato contínuo, considerando os termos do art. 6º, parágrafo 2º, do Decreto n.º 52.795, de 31 de outubro de 1963, foi editada a Portaria n.º 234, datada em 30 de abril de 2012, publicada no Diário Oficial da União, de 04 de maio de 2012, que outorga permissão à Empresa de Radiodifusão Extremo Sul FM Ltda., para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Chuí, estado do Rio Grande do Sul.

4. Contudo, de acordo com o § 3º do art. 223 da Constituição Federal de 1988, o ato de outorga somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, para onde solicito seja encaminhado o referido ato.

Respeitosamente,

*(assinado eletronicamente)*

**MARCOS CESAR PONTES**

Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações





Documento assinado eletronicamente por **João Eduardo Tabalipa Ferreira, Coordenador de Renovação de Outorga e de Alter. de Caract. Téc. dos Serv. de Radiodifusão**, em 24/04/2020, às 15:02 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Luciana Maria Monteiro de Lima, Coordenadora-Geral de Pós-Outorga**, em 26/04/2020, às 21:48 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Flavio Ferreira Lima, Diretor do Departamento de Radiodifusão Comercial**, em 04/05/2020, às 10:03 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Elifas Chaves Gurgel do Amaral, Secretário de Radiodifusão**, em 04/05/2020, às 21:46 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **5394798** e o código CRC **6F28EF0A**.

## Minutas e Anexos

Não Possui.

**Referência:** Processo nº 53790.000211/2000-68

SEI nº 5394798



# MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÕES

Secretaria-Executiva

Processos de Radiodifusão da Secretaria-Executiva

## DESPACHO

**Processo nº:** 53790.000211/2000-68

**Referência:**

**Interessado:** @nome\_interessado@

**Assunto:**

À Secretaria de Radiodifusão - SERAD

Considerando a edição da Medida Provisória nº 980, de 10/06/2020, que extingue o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações - MCTIC, e cria o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações e o Ministério das Comunicações, e considerando que essa Secretaria integra a estrutura do Ministério das Comunicações, incumbiu-me o Senhor Secretário-Executivo desta Pasta de restituir o presente procedimento a essa Secretaria de Radiodifusão, para o prosseguimento do trâmite.

**CAROLINE MENICUCCI SALGADO**

Chefe de Gabinete da Secretaria-Executiva

Brasília, 02 de julho de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Caroline Menicucci Salgado, Chefe de Gabinete da Secretaria Executiva**, em 02/07/2020, às 15:28 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **5649290** e o código CRC **3D5B65CC**.

## Minutas e Anexos

Não Possui.

**Referência:** Processo nº 53790.000211/2000-68

SEI-MCTI nº 5649290





# REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

## CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO <b>03.836.652/0001-59</b> MATRIZ	<b>COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL</b>	DATA DE ABERTURA <b>25/05/2000</b>
NOME EMPRESARIAL <b>EMPRESA DE RADIODIFUSAO EXTREMO SUL FM LTDA</b>		
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) *****	PORTE <b>ME</b>	
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL <b>60.10-1-00 - Atividades de rádio</b>		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS <b>Não informada</b>		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA <b>206-2 - Sociedade Empresária Limitada</b>		
LOGRADOURO <b>R COSTA RICA</b>	NÚMERO <b>37</b>	COMPLEMENTO *****
CEP <b>96.255-000</b>	BAIRRO/DISTRITO <b>CENTRO</b>	MUNICÍPIO <b>CHUI</b>
		UF <b>RS</b>
ENDEREÇO ELETRÔNICO	TELEFONE	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****		
SITUAÇÃO CADASTRAL <b>ATIVA</b>	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL <b>18/10/2003</b>	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL		
SITUAÇÃO ESPECIAL *****	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia **12/08/2020** às **14:53:15** (data e hora de Brasília).

Página: **1/1**





**REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**  
**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**

**EDITAL DE CONCORRÊNCIA Nº 037/2000 - SSR/MC**

**SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO**


**PERMISSÃO DE FM**

---

**Brasília-DF, Fevereiro de 2000**



## ÍNDICE

1. OBJETO
  2. DISPOSIÇÕES INICIAIS
  3. IMPUGNAÇÃO DO EDITAL
  4. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO
  5. REQUISITOS PARA HABILITAÇÃO DAS PROPONENTES
  6. CRITÉRIOS PARA ELABORAÇÃO DA PROPOSTA TÉCNICA
  7. CRITÉRIOS PARA ELABORAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇO PELA OUTORGA
  8. APRESENTAÇÃO E RECEBIMENTO DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO, DA PROPOSTA TÉCNICA E DA PROPOSTA DE PREÇO PELA OUTORGA
  9. ABERTURA E APRECIÇÃO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO
  10. ABERTURA, ANÁLISE E JULGAMENTO DA PROPOSTA TÉCNICA
  11. ABERTURA, ANÁLISE E JULGAMENTO DA PROPOSTA DE PREÇO PELA OUTORGA
  12. ADJUDICAÇÃO, HOMOLOGAÇÃO E FORMALIZAÇÃO DO CONTRATO
  13. RECURSOS E IMPUGNAÇÕES
  14. PENALIDADES
  15. DISPOSIÇÕES FINAIS
  16. ANEXOS
- 



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

CONCORRÊNCIA N.º 037/2000 – SSR/MC  
EDITAL

O MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES, neste ato representado por seu Titular, torna público que estará recebendo dos interessados em participar desta Licitação, simultaneamente, a Documentação de Habilitação, as Propostas Técnicas e as Propostas de Preço pela Outorga, doravante denominadas simplesmente Propostas, para a Exploração do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, nas localidades indicadas no ANEXO I, na data de 03/05/00, às 9:00 horas, na Delegacia do Ministério das Comunicações, no Estado do Rio Grande do Sul, situada à Avenida Princesa Isabel, 778 - 4º Andar - Sala 402 - Santana - Porto Alegre/RS.

A licitação, na modalidade Concorrência, será julgada pelo critério de maior valor da média ponderada da pontuação da Proposta Técnica e da Proposta de Preço pela Outorga.

A presente licitação reger-se-á pela Lei nº 4.117, de 27/08/62, pelo Decreto-lei nº 236, de 20/05/63, pela Lei nº 5.785, de 23/06/72, pelo Decreto nº 52.026, de 20/05/63, pelo Decreto nº 52.795, de 31/10/63 e suas alterações, pela Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, assim como pelos Regulamentos Técnicos específicos do serviço.

## 1. OBJETO

1.1 O objeto desta Concorrência é a outorga de Permissão para a exploração do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, em cada uma das localidades indicadas no ANEXO I, pelo prazo de 10 (dez) anos.

## 2. DISPOSIÇÕES INICIAIS

2.1 Quaisquer consultas sobre o conteúdo do Edital e de seus Anexos, deverão ser dirigidas ao Presidente da Comissão Especial de Licitação, mediante requerimento, a ser protocolizado diretamente ou através de objeto registrado, via postal, na Delegacia do Ministério das Comunicações no Estado do Rio Grande do Sul, situado conforme a seguir indicado, até 20 (vinte) dias antes da data fixada para recebimento da Documentação de Habilitação, da Proposta Técnica e da Proposta de Preço pela Outorga, devendo conter, sob pena de não conhecimento:

Externamente:

Ao  
Presidente da Comissão Especial de Licitação  
Licitação de Radiodifusão - SSR/MC  
Avenida Princesa Isabel, 778 - 4º Andar - Sala 402  
Santana  
90620-000 - Porto Alegre - RS

Internamente:





Internamente:

- a) identificação e qualificação da requerente;
- b) objeto do requerimento, com a indicação clara dos itens dos documentos questionados;
- c) fundamentação do pedido;
- d) data, nome e assinatura.

2.2 A Comissão Especial de Licitação responderá às consultas até cinco dias antes da data fixada para recebimento da Documentação de Habilitação, da Proposta Técnica e da Proposta de Preço pela Outorga, fazendo publicar no Diário Oficial da União e em jornal de grande circulação no Estado, o local e as condições pelas quais os interessados poderão obter cópias dos esclarecimentos. As consultas e respostas formuladas estarão disponibilizadas ao público em geral na salas de vistas das Comissões e na página da Internet do Ministério das Comunicações (<http://www.mc.gov.br>).

2.2.1 Independentemente da solicitação dos interessados, a Comissão poderá expedir esclarecimentos sobre o instrumento convocatório, comunicando àqueles que o tiverem adquirido e disponibilizando-os nas Secretarias das Comissões e na página da Internet do Ministério das Comunicações (<http://www.mc.gov.br>).

2.3 Antes do recebimento da Documentação de Habilitação e das Propostas, este Edital poderá ser alterado por razões de interesse público ou por exigência legal. Em qualquer caso, se a modificação a ser realizada afetar a formulação dos Documentos de Habilitação e das Propostas, a autoridade signatária do Edital fará publicar no Diário Oficial da União, aviso de alteração do Edital, fixando nova data para apresentação dos referidos Documentos de Habilitação e Propostas, com prazo não inferior àquele inicialmente estabelecido para esse fim.

2.4 O Ministro das Comunicações se reserva o direito de revogar a licitação, por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal decisão. Deverá anulá-la diante de ilegalidade, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

2.4.1 O recurso contra o ato de revogação ou anulação da licitação observará o disposto no artigo 109, inciso I, alínea "c" e § 4º da Lei n.º 8.666/93.

2.4.2 Não caberá qualquer indenização às proponentes em caso de revogação ou anulação do presente Edital.

2.5 Para efeito de contagem dos prazos estabelecidos neste Edital, exclui-se o dia do início e inclui-se o do vencimento.

2.5.1 Se na data marcada não houver expediente normal na referida Delegacia do Ministério das Comunicações, considerar-se-á o evento transferido para o primeiro dia útil seguinte, salvo manifestações em contrário da autoridade competente previamente divulgada.





2.6 A proponente, executante ou não do serviço de radiodifusão, que participar de licitação em várias localidades e sendo a vencedora, terá a quantidade de outorgas computadas a partir da assinatura, pelo Ministro das Comunicações, dos atos de outorga referentes às primeiras localidades, até atingir o limite de outorgas estabelecido no artigo 12 do Decreto-lei nº 236/67 e, será desclassificada nas demais localidades.

### **3. IMPUGNAÇÃO AO EDITAL**

3.1 Eventuais impugnações ao Edital serão recebidas até o quinto dia útil que anteceder a abertura dos envelopes de Documentação de Habilitação e Propostas.

3.2 O não oferecimento, no prazo legal, de impugnação ao Edital e a subsequente entrega da Documentação de Habilitação e das Propostas, pressupõe que a proponente tem dele pleno conhecimento e que aceita incondicionalmente os seus termos, vedadas alegações posteriores de desconhecimento ou discordância de suas cláusulas ou condições, bem como das normas regulamentares pertinentes.

3.3 Decairá do direito de impugnar os termos deste Edital a proponente que, mesmo indicando falhas ou irregularidades que o viciaram, não o fizer no prazo estabelecido no subitem 3.1, hipótese em que a correspondente comunicação não terá efeito de recurso.

3.4 Acolhida a impugnação, e havendo alteração das disposições do Edital, substancial ou relevante para a preparação da Documentação de Habilitação e das Propostas a Comissão Especial de Licitação divulgará aviso no Diário Oficial da União, e reabrirá o prazo inicialmente estabelecido para a apresentação da Documentação de Habilitação e das Propostas.

### **4. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO**

4.1 Em consonância com o art. 7º do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, poderão participar desta licitação:

4.1.1 As sociedades nacionais por ações nominativas ou por cotas de responsabilidade limitada, desde que ambas, ações ou cotas, sejam subscritas exclusivamente por brasileiros natos, brasileiros naturalizados há mais de dez anos ou portugueses com igualdade de direitos civis reconhecida;

4.1.2 As Fundações.

4.2 É vedada a participação na licitação de pessoa jurídica que se enquadrar nas seguintes situações:

4.2.1 Que tenha sido declarada inidônea por qualquer órgão da Administração Direta ou Indireta da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal, ou ainda, que esteja com o direito de licitar e contratar com o Ministério das Comunicações suspenso;

4.2.2. Cujas falências haja sido declarada ou que esteja em regime de concordata;



4.2.3 Que execute o mesmo tipo de serviço na localidade objeto de execução do serviço, ou que venha a exceder os limites previstos no art. 12 do Decreto-lei nº 236, de 28/02/67.

4.3 Cada proponente deverá apresentar uma única Documentação de Habilitação por Edital. As Propostas Técnica e as Propostas de Preço pela Outorga deverão ser apresentadas individual e separadamente por localidade de execução do serviço.

4.4 Não será admitida a inclusão de documento adicional ou, ainda, a substituição ou alteração dos já entregues, qualquer que seja a justificativa apresentada pela proponente.

4.5 Para os efeitos da presente licitação e da contratação respectiva é vedada a subpermissão.

## **5. REQUISITOS PARA A HABILITAÇÃO DAS PROPONENTES**

5.1 Para habilitar-se, a proponente estará obrigada a satisfazer as exigências relativas à Habilitação Jurídica, Qualificação Econômico-Financeira e Regularidade Fiscal, devendo apresentar, em 1 (uma) via, no Conjunto nº 1, os documentos, certidões, declarações e atestados a seguir especificados.

5.2 A proponente deverá provar sua Habilitação Jurídica com a apresentação de:

5.2.1 Ato constitutivo e suas alterações, ou a sua consolidação, devidamente registrados ou arquivados na repartição competente, constando dentre seus objetivos a execução de Serviço de Radiodifusão, bem assim, no caso de sociedade por ações, cópia da ata da Assembléia Geral que elegeu a diretoria e a relação de acionistas, em que conste a quantidade, o valor e o tipo de ações de cada sócio; no caso de Fundações, apresentar, também, cópia da ata da Assembléia Geral que elegeu a diretoria;

5.2.2 Cópia do ato de assentimento prévio emitido pelo órgão competente, se a localidade de execução do serviço, objeto do Edital, constar da relação dos municípios brasileiros da faixa de fronteira, publicados pela Diretoria de Geociências do IBGE, observado o art.9º do Decreto nº 85.064 de 26 de agosto de 1980;

5.2.3 Declaração, conforme ANEXO II, firmada pelos dirigentes,

5.2.4 Prova da condição de brasileiros natos ou naturalizados há mais de 10 (dez) anos, dos sócios e dirigentes da proponente, feita mediante a apresentação, somente, de um dos seguintes documentos: certidão de nascimento, certidão de casamento, certificado de reservista, título de eleitor, carteira profissional, carteira de identidade, ou comprovante de naturalização ou, para os portugueses, comprovante de reconhecimento de igualdade de direitos civis;

5.2.5 Certidões dos Cartórios Distribuidores Cíveis e Criminais e do de Protestos de Títulos dos locais de residência dos dirigentes, nos últimos 5 (cinco) anos, bem assim das localidades onde exercem ou exerceram, no mesmo período, atividades econômicas; as certidões deverão ser firmadas, emitidas ou revalidadas em data não superior a noventa dias anteriores à data marcada para abertura do recebimento da documentação e propostas;



5.2.6 Prova de que os dirigentes estão QUITES com suas obrigações eleitorais, mediante certidão fornecida pela Justiça Eleitoral;

5.3 A proponente deverá comprovar sua qualificação econômico-financeira mediante:

5.3.1 Para as proponentes em atividade, apresentação do Balanço Patrimonial e das demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios;

5.3.2 Para as proponentes que, de acordo com a legislação, na data de apresentação da Documentação de Habilitação e das Propostas, não tenham apurado as demonstrações financeiras referentes ao seu primeiro exercício social, e para as proponentes criadas exclusivamente para a execução do serviço de radiodifusão e inativas, apresentação do balanço de abertura, levantado em até 30 dias após a data da sua constituição e em conformidade com todos os requisitos da legislação societária e comercial;

5.3.3 A proponente será considerada em boa situação financeira, e portanto apta a assumir os compromissos decorrentes da execução do objeto da licitação, quando o exame de seu balanço patrimonial e de suas demonstrações contábeis ou do seu balanço de abertura, devidamente atualizado, apresentados na forma dos subitens 5.3.1 e 5.3.2, comprove que seu patrimônio líquido possui valor igual ou superior a 10% do valor do Preço Mínimo constante do Anexo I e que resulte na verificação do Índice de Solvência maior ou igual a 1,0 (um vírgula zero), segundo a fórmula abaixo:

$$IS = AT \div (PC + ELP) \geq 1,0$$

onde:

IS : Índice de Solvência

AT : Ativo Total

PC : Passivo Circulante

ELP : Exigível a Longo Prazo

5.3.4 Apresentação de certidão negativa de pedido de falência ou concordata, expedida pelos distribuidores da sede da proponente ou da comarca a que pertença, com data não anterior a 90 (noventa) dias daquela referida no preâmbulo deste Edital;

5.4 A proponente deverá comprovar sua regularidade fiscal mediante:

5.4.1 Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica CNPJ/MF, no cadastro de contribuintes estadual e no cadastro de contribuintes municipal, relativos à sede da pessoa jurídica;

5.4.1.1 A proponente, cuja sede estiver localizada em Municípios e Estados onde haja isenção de inscrição, deverá apresentar Declaração de Isenção emitida pelo órgão competente;

5.4.2 Prova de regularidade relativa a:

a) Previdência Social;

b) Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS.



5.4.3 Certidão de regularidade fiscal passada por órgão do lugar da sede da proponente, ou equivalente, na forma da lei:

- a) da Receita Federal ;
- b) da Procuradoria da Fazenda Nacional;
- c) da Fazenda Estadual ou do Distrito Federal e;
- d) da Fazenda Municipal

5.4.4 Os documentos exigidos nos subitens 5.4.1, 5.4.2 e 5.4.3 deverão ter validade na data de recebimento das propostas;

## **6. CRITÉRIOS PARA ELABORAÇÃO DA PROPOSTA TÉCNICA**

6.1 Para fins de pontuação, a proponente deverá elaborar e apresentar a Proposta Técnica conforme ANEXO III deste Edital, por localidade de execução do serviço, informando:

6.1.1 Tempo total diário de funcionamento da emissora, observadas as condições estabelecidas no subitem 10.7.1.1, preenchendo o item 1 (um) do modelo apresentado no ANEXO III;

6.1.2 O percentual do tempo total diário de funcionamento da emissora destinado a programas jornalísticos, educativos e informativos, observadas as condições estabelecidas no subitem 10.7.1.2 do Edital, preenchendo o item 2 (dois) do modelo apresentado no ANEXO III;

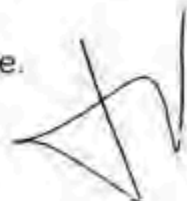
6.1.3 O percentual do tempo total diário de funcionamento da emissora destinado ao serviço noticioso, observadas as condições estabelecidas no subitem 10.7.1.3 do Edital, preenchendo o item 3 (três) do modelo apresentado no ANEXO III;

6.1.4 O percentual do tempo total diário de funcionamento da emissora destinado a programas culturais, artísticos e jornalísticos produzidos e gerados na própria localidade de execução do serviço ou no município ao qual pertence a localidade objeto da outorga, observadas as condições estabelecidas no subitem 10.7.1.4 do Edital e preenchendo o item 4 (quatro) do modelo apresentado no ANEXO III;

6.1.5 O percentual do tempo total diário de funcionamento da emissora destinado a serviço noticioso produzido e gerado na própria localidade de execução do serviço ou no município ao qual pertence a localidade objeto da outorga, observadas as condições estabelecidas no subitem 10.7.1.5 do Edital e preenchendo o item 5 (cinco) do modelo apresentado no ANEXO III;

6.1.6 O prazo, em meses, para início da execução do serviço em caráter definitivo, a partir da vigência da outorga, observadas as condições estabelecidas no subitem 10.7.1.6 do Edital, preenchendo o item 6 (seis) do modelo apresentado no ANEXO III.

6.2 A Proposta Técnica deverá ser datada e assinada pelos dirigentes da proponente.





6.3 A proponente que estabelecer na sua Proposta Técnica o tempo mínimo para funcionamento da emissora de 2/3 (dois terços) das horas a que estão autorizadas a funcionar, conforme previsto no artigo 54 do Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963 e, a qualquer momento aumentar o tempo de funcionamento da emissora, terá os percentuais propostos calculados com base nesse novo horário de funcionamento.

6.4 A Proposta Técnica apresentada pela proponente vencedora será anexada ao Contrato de Adesão de Permissão, constituindo-se parte integrante dele.

## **7. CRITÉRIOS PARA ELABORAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇO PELA OUTORGA**

7.1 A Proposta de Preço pela Outorga, por localidade de execução do serviço, deverá ser apresentada na forma do ANEXO IV.

7.2 A proponente deverá indicar o valor da importância que se propõe a pagar pela outorga, por extenso, em moeda corrente do País, que será pago em duas parcelas iguais, preenchendo o ANEXO IV.

7.3 O pagamento da primeira parcela deverá ser comprovado por ocasião da assinatura do Contrato de Adesão de Permissão, e a segunda parcela deverá ser paga no prazo de até doze meses a contar da data do referido contrato.

7.4 O valor proposto para pagamento da outorga não poderá ser inferior ao valor mínimo fixado para a outorga, estabelecido no ANEXO I.

7.5 A Proposta de Preço pela Outorga apresentada pela proponente vencedora será anexada ao Contrato de Adesão de Permissão, constituindo-se parte integrante deste.

## **8. APRESENTAÇÃO E RECEBIMENTO DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO, DA PROPOSTA TÉCNICA E DA PROPOSTA DE PREÇO PELA OUTORGA**

8.1 A proponente deverá apresentar uma única Documentação de Habilitação, mesmo que deseje apresentar Propostas para mais de 1 (uma) localidade de execução do serviço objeto deste Edital.

8.1.1 As Propostas Técnicas e Propostas de Preço pela Outorga deverão ser apresentadas individualmente e separadas para cada uma das localidades de prestação do serviço objeto deste Edital, de interesse da proponente.

8.2 Os Documentos de Habilitação e as Propostas deverão ser entregues, pessoalmente, pelo(s) dirigente(s) ou procurador(es) da proponente, na forma indicada no preâmbulo deste Edital, sendo vedada sua remessa via postal ou por qualquer outra forma não prevista neste Edital.

8.2.1 O(s) dirigente(s) das proponentes ou seu(s) procurador(es), detentor(es) de poderes suficientes, deverão comprovar suas qualificações por meio da apresentação:



a) da documentação prevista no subitem 5.2.1 deste Edital, no caso de dirigente(s);

b) de instrumento público ou particular de mandato, neste último caso com firma reconhecida, conforme Modelo do ANEXO VI, a ser entregue em separado, no ato de apresentação da Documentação de Habilitação e das Propostas respectivas, no caso de procurador(es).

8.2.1.1 Em qualquer caso, o(s) responsável(eis) pela entrega da Documentação de Habilitação e das Proposta deverá(ão) apresentar, no ato respectivo, sua carteira de identidade ou documento equivalente.

8.3 A Documentação de Habilitação e as Propostas deverão ser apresentadas separadamente, em invólucros distintos, indevassáveis, opacos, fechados e rubricados em todas as partes coladas, designados como Conjunto nº 1, Conjunto nº 2 e Conjunto nº 3, sendo os 2 (dois) últimos, por localidade de prestação de serviço de interesse da proponente, contendo na parte externa, obrigatoriamente, os seguintes dizeres:

<b>CONJUNTO Nº 1 – DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO</b> <b>Edital da Concorrência nº ____ / __ – SSR/MC</b> <b>SERVIÇO DE RÁDIODIFUSÃO</b>	
Localidade(s) de Prestação do	(indicar a localidade de interesse)
Razão Social da Proponente:	(indicar a Razão Social)
<b><u>Conteúdo:</u></b> <b>Conjunto nº 1 – Documentação de Habilitação:</b> <b>Habilitação Jurídica</b> <b>Qualificação Econômico-Financeira</b> <b>Regularidade Fiscal</b>	

<b>CONJUNTO Nº 2 – PROPOSTA TÉCNICA</b> <b>Edital da Concorrência nº ____ / __ – SSR/MC</b> <b>SERVIÇO DE RÁDIODIFUSÃO</b>	
Localidade de Prestação do Serviço:	(indicar a localidade de interesse)
Razão Social da Proponente:	(indicar a Razão Social)
<b><u>Conteúdo:</u></b> <b>Conjunto nº 2:</b> <b>Proposta Técnica</b>	



<p align="center"><b>CONJUNTO Nº 3 - PROPOSTA DE PREÇO PELA OUTORGA</b>  <b>Edital da Concorrência nº ____ / ____ – SSR/MC</b>  <b>SERVICO DE RADIODIFUSÃO</b></p>	
Localidade de Prestação do Serviço:	(indicar a localidade de interesse)
Razão Social da Proponente:	(indicar a Razão Social)
<p align="center"><b><u>Conteúdo:</u></b></p> <p><b>Conjunto nº 3:</b>  <b>Proposta de Preço pela Outorga</b></p>	

8.3.1 A inclusão, pela proponente, entre os Documentos de Habilitação ou das Propostas, de qualquer elemento que implique violação do sigilo de uma delas, acarretará em desclassificação.

8.3.2 Será recusado o invólucro que não contiver a indicação externa de seu conteúdo, conforme estabelecido no item 8.3.

8.3.3 Recomenda-se que, na elaboração dos Documentos de Habilitação e das Propostas, os aspectos essenciais e os quesitos formulados nos itens e subitens do presente Edital, constem de um índice visando a facilitar sua localização.

8.4 Entregues os invólucros, não será admitida a inclusão de documento adicional ou, ainda, a substituição ou alteração dos já entregues, qualquer que seja a justificativa apresentada pela proponente.

8.5 Todos os documentos, incluindo as declarações e atestados, deverão conter a qualificação do(s) seu(s) signatário(s) e a descrição dos fatos ou identificação dos eventos que comprovem o atendimento das exigências formuladas.

8.6 A Proposta Técnica e a Proposta de Preço pela Outorga, não poderão conter rasuras, emendas ou entrelinhas, mesmo que ressalvadas e, deverão ser preferencialmente, datilografadas ou impressas em papel tamanho A4 (A quatro), com, até, 44 linhas por página e letras no tamanho 14 pontos.

8.7 O conteúdo dos Conjuntos dos Documentos de Habilitação, da Proposta Técnica e da Proposta de Preço pela Outorga, deverá ser apresentado em 1 (uma) via, rubricada pelo representante legal da proponente no rodapé de cada folha, devendo, preferencialmente, cada uma das folhas estar numerada seqüencial e continuamente, por Conjunto, no ângulo superior direito.

8.8 Os documentos deverão ser apresentados em via original ou cópia legível autenticada por cartório competente ou por servidor da Administração ou, quando for o caso, na forma de publicação em órgão da imprensa oficial.

8.9 As procurações e as declarações apresentadas na forma prevista neste Edital deverão, sob pena de não aceitação, se fazer acompanhar de comprovação, na forma da lei, de que



seus signatários têm, no âmbito da sociedade outorgante ou declarante, poderes bastantes para a prática daquele ato.

## **9. ABERTURA E APRECIÇÃO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

9.1 As atribuições da Comissão Especial de Licitação e das Comissões de Assessoramento Técnico, bem como os trabalhos a serem por elas desenvolvidos, estão estabelecidas na Portaria MC nº 811, de 29/12/97, DOU de 30/12/97, além daquelas constantes deste Edital.

9.2 É facultada às Comissões, autorizadas pelo Presidente da Comissão Especial de Licitação, ou autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução da licitação, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar no original da Documentação de Habilitação e das Propostas.

9.3 De todas as sessões das Comissões, públicas ou não, será lavrada ata que, lida e aprovada, será assinada obrigatoriamente por seus membros e, no caso de reunião pública, também, pelos representantes legais das proponentes presentes.

9.4 Nas sessões públicas das Comissões, o Presidente solicitará aos representantes legais das proponentes que assinem a lista de presença, na qual indicarão a pessoa jurídica que representam e a respectiva qualificação, confrontando com os documentos exibidos no ato.

9.4.1 Somente um representante legal de cada proponente poderá manifestar-se em seu nome e assinar a ata, exceto quando a ocorrência de fatos supervenientes, durante a sessão, obrigue a sua substituição.

9.4.1.1 Cada proponente poderá ter mais de 1 (um) representante legal para rubricar os invólucros fechados e os documentos, após a abertura dos invólucros, que agirão sempre isoladamente.

9.4.1.2 O representante legal poderá manifestar-se em nome da proponente, bem como rubricar os invólucros fechados, a Documentação de Habilitação e as Propostas das demais proponentes, referentes apenas a(s) localidade(s) de prestação do serviço de seu interesse.

9.4.2 Nas sessões públicas das Comissões, o Presidente determinará a inclusão em ata, quando necessário, de eventuais manifestações dos representantes das proponentes, reduzindo-as a termo, o qual ficará anexo à ata da sessão.

9.4.3 Os representantes das proponentes não poderão interromper a leitura de qualquer documento, devendo solicitar a palavra, pela ordem, ao Presidente da Comissão. Não será admitido aparte nem discussão paralela entre os representantes das proponentes. O Presidente, para boa ordem dos trabalhos, fará as advertências cabíveis, inclusive, se não atendido, solicitará a retirada daqueles que estiverem, de qualquer forma, dificultando o bom andamento da sessão.

9.4.4 No dia, hora e local designados para as sessões públicas, a Comissão receberá, simultaneamente, a Documentação de Habilitação, a Proposta Técnica e a Proposta de Preço pela Outorga por localidade de prestação de serviço, em invólucros distintos, de acordo com o Capítulo 8 deste Edital, que serão rubricados em todas as partes coladas, pelos



representantes legais das proponentes, verificando a identificação dos invólucros, bem como a de seus respectivos representantes.

9.4.5 O Presidente, anunciará o nome de cada proponente, estabelecendo o critério para a abertura do Conjunto nº 1 - Documentação de Habilitação.

9.4.6 Após a abertura dos Conjuntos nº 1, por localidade, e rubrica dos Documentos de Habilitação pelos membros da Comissão e por um representante de cada proponente, será informado pelo Presidente a data de início de vista aos processos.

9.4.7 O resumo dos atos praticados durante a sessão será lavrado em ata que deverá ser assinada pelos membros da Comissão e por um representante de cada proponente presente à sessão.

9.5 A Comissão Especial de Licitação analisará, pela ordem, a conformidade dos Documentos de Habilitação com os termos do Edital e procederá a habilitação das proponentes mediante publicação do resultado da análise no Diário Oficial da União, abrindo o prazo de 5 (cinco) dias úteis para interposição de recurso.

9.6 A proponente julgada inabilitada fica impedida de participar das fases subseqüentes da licitação.

9.6.1 Após a fase de habilitação, serão devolvidos à proponente inabilitada, fechados, os invólucros relativos à sua Proposta Técnica (Conjunto nº 2) e Proposta de Preço pela Outorga (Conjunto nº 3), desde que não tenha havido recurso, ou após sua denegação.

9.7 Ultrapassada a fase de habilitação, as proponentes não serão mais desclassificadas por motivo relacionado à habilitação jurídica, qualificação econômico-financeira e regularidade fiscal, salvo em razão de fatos supervenientes, ou só conhecidos após a habilitação.

## **10. ABERTURA, ANÁLISE E JULGAMENTO DA PROPOSTA TÉCNICA.**

10.1 Transcorrido o prazo para interposição de recursos em relação à avaliação da Documentação de Habilitação ou após julgados os recursos interpostos, a Comissão convocará, com três dias úteis de antecedência, a Sessão Pública para abertura das Propostas Técnicas.

10.2. No local, dia e hora marcados para a sessão pública de abertura das Propostas Técnicas, a Comissão procederá à devolução das Propostas Técnicas e das Propostas de Preço pela Outorga, intactas, das proponentes inabilitadas na fase anterior, abrindo posteriormente, por localidade, as Propostas Técnicas (Conjuntos nº 2) das proponentes habilitadas.

10.2.1 Após a abertura dos Conjuntos nº 2 e rubrica dos documentos relativos às Propostas Técnicas pelos membros da Comissão e por um representante de cada proponente que tenha sido habilitada para aquela localidade, será informado pelo Presidente a data de início de vista aos processos.





10.2.2 O resumo dos atos praticados durante a sessão será lavrado em ata que deverá ser assinada pelos membros da Comissão e por um representante de cada proponente presente à sessão.

10.3 A Comissão Especial de Licitação analisará a conformidade da Proposta Técnica de cada uma das proponentes com os requisitos do Edital e atribuirá pontuação a cada proposta, por localidade de prestação do serviço, procedendo ao cálculo, conforme estabelecido no subitem 10.7 deste Edital.

10.4 Somente serão classificadas as Propostas Técnicas que obtiverem, pelo menos, a pontuação de 50 (cinquenta) pontos para os serviços enquadrados no grupo A, 60 (sessenta) pontos para os serviços enquadrados no grupo B e 70 (setenta) pontos para os serviços enquadrados no grupo C, conforme estabelecido no Decreto nº 52.795/63, alterado pelo Decreto nº 2.108/96, de 26/12/96 - Regulamento de Serviços de Radiodifusão.

10.5 A Comissão Especial de Licitação elaborará relatório circunstanciado da avaliação das Propostas Técnicas, lavrando a correspondente ata. O resultado da avaliação das Propostas Técnicas será publicado, por localidade de prestação do serviço, no Diário Oficial da União, abrindo-se o prazo de 5 (cinco) dias úteis para apresentação de recurso.

10.6 Será desclassificada a Proposta Técnica apresentada em desconformidade com o presente Edital e seus Anexos, ou manifestamente inexecutável e incompatível com os objetivos da licitação.

#### 10.7 CRITÉRIOS DE PONTUAÇÃO DA PROPOSTA TÉCNICA, POR LOCALIDADE DE PRESTAÇÃO DO SERVIÇO:

10.7.1 Para a pontuação das Propostas Técnicas das proponentes habilitadas, por localidade de prestação do serviço, será atribuída a seguinte pontuação:

10.7.1.1 A pontuação P1 relativa ao tempo total diário de programação da emissora (Tt), em horas, observado o tempo mínimo de funcionamento fixado no art. 28 do Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, e suas alterações, será:

a)  $P1 = 0,75 \times (Tt - 16)$  pontos, para  $16 < Tt \leq 24$

b) Condição Mínima:  $Tt = 16$  horas

10.7.1.2 A pontuação P2 relativa ao percentual do tempo total diário de funcionamento da emissora, excetuado o tempo mínimo fixado no art. 28 do Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, destinado a programas jornalísticos, educativos e informativos, de caráter geral (T), isto é, não incluindo o relativo ao subitem 10.7.1.4, será:

a)  $P2 = 65,0 \times [(\%T - 5) / (\%T + 5)]$ , para  $5\% \leq T \leq 8\%$

b) Condição Mínima:  $T = 5\%$

10.7.1.3 A pontuação P3 relativa ao tempo total diário de funcionamento da emissora, excetuado o tempo mínimo fixado no art. 28 do Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, destinado a serviço noticioso, de caráter geral (T), isto é, não incluindo o relativo ao subitem 10.7.1.5, será:



a)  $P3 = 65,0 \times [(\%T - 5) / (\%T + 5)]$ , para  $5\% \leq T \leq 8\%$

b) Condição Mínima:  $T = 5\%$

10.7.1.4 A pontuação P4 relativa ao percentual do tempo total diário de funcionamento da emissora destinado a programas culturais, artísticos e jornalísticos produzidos e gerados na própria localidade de execução do serviço ou no município ao qual pertence a localidade objeto da outorga (T), não incluindo o relativo ao subitem 10.7.1.2., será:

a)  $P4 = 78,0 \times [(\%T - 2) / (\%T + 2)]$ , para  $2\% \leq T \leq 4\%$

b) Condição Mínima:  $T = 2\%$

10.7.1.5 A pontuação P5 relativa ao percentual do tempo total diário de funcionamento da emissora, excetuado o tempo mínimo fixado no art. 28 do Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, destinado a serviço noticioso produzido e gerado na própria localidade de execução do serviço ou no município ao qual pertence a localidade objeto da Outorga (T), não incluindo o relativo ao subitem 10.7.1.3., será:

a)  $P5 = 18,0 \times [(\%T - 2) / (\%T + 2)]$ , para  $2\% \leq T \leq 4\%$

b) Condição Mínima:  $T = 2\%$

10.7.1.6 A pontuação P6 relativa ao prazo em meses (Pz), para iniciar a execução do serviço em caráter definitivo, será:

a)  $P6 = 8 + 40 \times [(36 - Pz) / (36 + Pz)]$ , para  $9 \leq Pz \leq 36$

B) Condição Mínima:  $Pz = 36$  meses

10.7.2 A programação constante da Proposta Técnica não deverá conter os percentuais relativos aos limites de tempo fixados e exigidos para cada tipo de programação, conforme determinado pelo art. 28 do Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963.

10.7.3 A valoração da Proposta Técnica da proponente (PT), será obtida pela soma dos pontos resultantes da verificação do enquadramento da mesma no disposto em cada quesito constante do subitem 10.7.1., conforme a seguir:

$PT = (P1 + P2 + P3 + P4 + P5 + P6)$  pontos.

10.8 O prazo de validade das Propostas é de 60 (sessenta) dias, findo o qual, as mesmas estarão automaticamente revalidadas por iguais e sucessivos períodos. Caso a proponente não pretenda manter válidas suas propostas até o final do processo licitatório, deverá se manifestar por escrito à Comissão Especial de Licitação, até cinco dias antes do transcurso de cada período.





## 11. ABERTURA, ANÁLISE E JULGAMENTO DA PROPOSTA DE PREÇO PELA OUTORGA

11.1 Transcorrido o prazo para interposição de recursos em relação à avaliação das Propostas Técnicas ou, após julgados os recursos interpostos, a Comissão convocará, com três dias úteis de antecedência, a sessão pública para abertura das Propostas de Preço pela Outorga.

11.2 No local, dia e hora marcados para a sessão pública de abertura das Propostas de Preço pela Outorga, a Comissão procederá à devolução das Propostas Técnicas, intactas, das proponentes cuja Proposta Técnica tenha sido desclassificada, por localidade de prestação do serviço.

11.3 Proceder-se-á então à abertura dos Conjuntos nº 3 e rubrica dos documentos relativos às Propostas de Preço pela Outorga pelos membros da Comissão e por um representante de cada proponente que tenha sido classificada naquela localidade.

11.4 A análise da Proposta de Preço pela Outorga será iniciada pela verificação de sua conformidade com o Edital e seus Anexos.

11.4.1 Será desclassificada a Proposta de Preço pela Outorga em desconformidade com o Edital e seus Anexos, ou financeiramente incompatível com os objetivos da Licitação, em especial as de valor zero, as de valor simbólico ou irrisório e aquelas cujo valor seja incompatível com os custos envolvidos na execução.

11.5 Será atribuída a pontuação à Proposta de Preço pela Outorga, por localidade, das proponentes, cujas Propostas Técnicas tenham sido classificadas. O critério de pontuação utilizará a seguinte fórmula:

$PP = 50 + 50 \times [(Vof - Vmin) / Vof]$  (Grupo de enquadramento A)

$PP = 60 + 40 \times [(Vof - Vmin) / Vof]$  (Grupo de enquadramento B)

$PP = 70 + 30 \times [(Vof - Vmin) / Vof]$  (Grupo de enquadramento C)

PP = Pontuação da Proposta de Preço pela Outorga

Vof = Valor do Preço ofertado pela Outorga

Vmin = Valor Mínimo fixado para a Outorga

11.6 O prazo de validade das Propostas é de 60 (sessenta) dias, findo o qual, as mesmas estarão automaticamente revalidadas por iguais e sucessivos períodos. Caso a proponente não pretenda manter válidas suas propostas até o final do processo licitatório, deverá se manifestar por escrito à Comissão Especial de Licitação, até cinco dias antes do transcurso de cada período.

### 11.7 CRITÉRIO DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS, POR LOCALIDADE DE PRESTAÇÃO DO SERVIÇO:

11.7.1 Será considerada vencedora da Licitação, por localidade de prestação do serviço, a proponente habilitada e classificada na Proposta Técnica e na Proposta de Preço pela Outorga, que obtiver o maior valor expresso pela seguinte fórmula:

$$VP = (0,90 PT + 0,10 PP) \text{ pontos (Grupo A)}$$



$VP = (0,50 PT + 0,50 PP)$  pontos (Grupo B)

$VP = (0,10 PT + 0,90 PP)$  pontos (Grupo C)

onde,

VP : Valor ponderado das pontuações da Proposta Técnica e da Proposta de Preço pela Outorga da proponente;

PT : Valor da pontuação da Proposta Técnica da proponente;

PP : Valor da pontuação da Proposta de Preço pela Outorga da proponente.

11.8 Ocorrendo, em relação a uma mesma localidade de prestação do serviço, empate entre duas ou mais proponentes, a seleção far-se-á, obrigatoriamente, por sorteio.

11.9 Concluída a fase de julgamento, o resultado final, por localidade de prestação do serviço, constará de ata e será publicado no Diário Oficial da União.

11.10 Transcorrido o prazo legal de 5 (cinco) dias úteis para interpor recursos, a partir da divulgação do resultado final, sem que eles tenham sido apresentados, ou julgados os recursos interpostos, a Comissão tomará as providências relativas à adjudicação à proponente vencedora.

## **12. ADJUDICAÇÃO, HOMOLOGAÇÃO E FORMALIZAÇÃO DO CONTRATO**

12.1 A permissão será adjudicada à proponente que tiver se habilitado e cujas Propostas Técnica e de Preço pela Outorga tiverem sido classificadas para a respectiva localidade de execução do serviço, e que tiver apresentado o maior resultado conforme o subitem 11.7.1.

12.2 O Ministro das Comunicações, à vista do relatório da Comissão Especial de Licitação proferirá sua decisão, homologando o resultado da Licitação, por localidade de execução do serviço.

12.3 O Ministro das Comunicações encaminhará Exposição de Motivos ao Presidente da República, por localidade de prestação do serviço, que por sua vez fará encaminhar todo o processo ao Congresso Nacional, para deliberação, nos termos do art. 223 da Constituição Federal.

12.4 O Contrato de Adesão de Permissão a ser firmado entre o Ministério das Comunicações e a adjudicatária, por localidade de execução do serviço, terá como objeto o constante no Capítulo 1 deste Edital.

12.5 A assinatura do Contrato de Adesão de Permissão, por localidade de execução do serviço, dar-se-á após a ratificação do ato de outorga pelo Congresso Nacional.

12.6 A adjudicatária terá o prazo de até 60 (sessenta) dias para a assinatura do Contrato, a partir da data de publicação do decreto legislativo que ratificar o ato de outorga da permissionária.

12.6.1 O Ministério das Comunicações convocará a adjudicatária para a assinatura do contrato, no intervalo do prazo indicado no item 12.6, com 10 (dez) dias de antecedência;



12.7 Se a empresa vencedora não efetuar o pagamento da primeira parcela no prazo estabelecido, decairá do direito de assinar o Contrato de Adesão de Permissão, devendo o Ministério das Comunicações convocar a segunda colocada, a qual deve aceitar as mesmas condições ofertadas pela primeira colocada, inclusive no que se refere aos termos de suas Propostas Técnica e Proposta de Preço pela Outorga, as quais se tornarão parte integrante do Contrato;

12.8 A empresa convocada para assumir o lugar da eliminada poderá se manifestar no ato, por escrito, ou no máximo em dois dias úteis, após a Comissão efetuar a convocação respectiva. A não manifestação no prazo estabelecido será entendida como não aceitação da convocação, sendo convocada a próxima proponente pela ordem de classificação e assim sucessivamente.

12.9 Se nenhuma das proponentes remanescentes concordar em assinar o Contrato, nas mesmas condições da Proposta vencedora, será comunicado, através do Diário Oficial da União, o cancelamento da Licitação em relação a essa localidade de execução do serviço e o prosseguimento dos trabalhos em relação às propostas relativas às localidades seguintes, se for o caso.

12.10 O não pagamento da segunda parcela na data fixada por este Edital, implicará o cancelamento da outorga, sujeitando a permissionária às sanções e penalidades previstas neste Edital e na legislação que regula esta Licitação.

12.11 O não cumprimento de qualquer compromisso assumido pela empresa vencedora em sua Proposta Técnica implicará o cancelamento da outorga.

12.12 O Ministério das Comunicações providenciará a publicação no Diário Oficial da União do extrato do contrato, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de 20 (vinte) dias subsequentes àquela data.

12.13 A eventual recusa injustificada da adjudicatária em assinar o Contrato, dentro do prazo estabelecido, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida e causará a decadência do direito de outorga, independentemente das ações legais que possam ser propostas.

### **13. RECURSOS E IMPUGNAÇÕES**

13.1 Dos atos da Comissão Especial de Licitação caberá recurso, por localidade de prestação do serviço, no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da intimação ou da lavratura da ata, nos casos de:

- a) habilitação ou inabilitação de proponente;
- b) julgamento das propostas;
- c) anulação ou revogação da Licitação.

13.2 Da decisão relacionada com o objeto da Licitação contra a qual não caiba recurso, será admitida representação, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da notificação.



13.2.1 A representação será dirigida à autoridade superior àquela que houver proferido a decisão.

13.3 Os recursos previstos nas letras "a" e "b" do subitem 13.1 terão efeito suspensivo.

13.4 Interposto o recurso, a Comissão Especial de Licitação cientificará as demais proponentes, que poderão impugná-lo no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

13.5 O recurso será sempre dirigido ao Presidente da Comissão Especial de Licitação.

13.5.1 O recurso e sua impugnação serão interpostos mediante petição, protocolizada na Delegacia do Ministério das Comunicações no Estado cuja jurisdição abranja a localidade de execução do serviço ou no Protocolo Geral do Ministério das Comunicações em Brasília, devendo conter, sob pena de não conhecimento:

a) identificação e qualificação da recorrente;

b) o nome e a qualificação do(s) seu(s) signatário(s), que deverá ser representante legal da proponente, detentor(es) de poderes suficientes, comprovados, no caso de dirigente, pela forma prevista no subitem 5.2.1 deste Edital e, no caso de procurador(es), por meio de procuração com poderes específicos, outorgada na forma da lei, a qual deverá vir acompanhando a petição;

c) objeto da petição, com a indicação clara dos atos e documentos questionados;

d) fundamentação do pedido.

13.5.2 Recebido o recurso e as impugnações, se houver, a Comissão, se não reconsiderar o ato recorrido, encaminhá-lo-á no prazo de 5 (cinco) dias úteis do seu recebimento, ao Ministro das Comunicações, com as informações que julgar necessárias;

13.5.3 O Ministro das Comunicações decidirá o recurso dentro de 5 (cinco) dias úteis, a contar de seu recebimento com as informações da Comissão.

13.6 Na fluência dos prazos para interposição do recurso ou impugnação, o processo ficará nas Secretarias das Comissões, onde as proponentes poderão ter vista dos autos.

13.6.1 As Secretarias das Comissões funcionarão nos dias úteis, no horário das 9 às 11 horas e das 15 às 17 horas;

13.6.2 Em nenhuma hipótese, será concedida vista ao processo fora das Secretarias das Comissões;

13.7 A anulação ou revogação da Licitação é ato privativo do Ministro das Comunicações.

## **14. PENALIDADES**

14.1 A eventual desistência da adjudicatária em relação a uma determinada localidade, o não pagamento da primeira parcela na forma e no prazo previstos no Edital, injustificadamente, ou



a eventual recusa injustificada em assinar o Contrato de Adesão de Permissão dentro do prazo estabelecido no Edital, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando a seguinte penalidade:

14.1.1 multa de 10 (dez) vezes o valor ofertado pela outorga;

14.1.2 O disposto no subitem anterior não se aplica à proponente convocada para assumir o lugar da proponente vencedora que não aceitar a contratação nas mesmas condições da proposta vencedora.

14.2 Pelo não cumprimento total ou parcial do Contrato de Adesão de Permissão, o Ministério das Comunicações poderá, assegurada ampla defesa, aplicar à permissionária as seguintes sanções:

- a) advertência;
- b) multa de 5 (cinco) vezes o valor ofertado pela outorga;
- c) suspensão temporária de participação em Licitação e impedimento de contratar com o Ministério das Comunicações, por prazo não superior a 2 (dois) anos;
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

14.2.1 As sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d", do item 14.2 poderão ser aplicadas cumulativamente com a da alínea "b", facultada a defesa do interessado no processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

14.3 Ocorrendo o cancelamento do ato de outorga da permissão pelo Ministério das Comunicações, a pedido da permissionária, ou o seu cancelamento, por decisão judicial, considerar-se-á o Contrato de Adesão de Permissão automaticamente rescindido, sem prejuízo do cumprimento das obrigações pecuniárias decorrentes do mesmo contrato.

14.4 As penalidades por infração na execução do serviço estão previstas nas leis, regulamentos e disposições normativas aplicáveis à radiodifusão, independentemente das previstas nos subitens 14.1 e 14.2.

## **15. DISPOSIÇÕES FINAIS**

15.1 A data de vigência da Outorga de permissão é a data de publicação do Ato de Deliberação da Outorga pelo Congresso Nacional.

15.2 No resultado dos cálculos previstos neste Edital, considerar-se-ão três decimais à direita da vírgula, arredondando-se a terceira casa, para cima, quando a quarta for maior ou igual a 5 (cinco).

15.3 A Comissão Especial de Licitação decidirá os casos omissos, com base na legislação que rege a matéria.

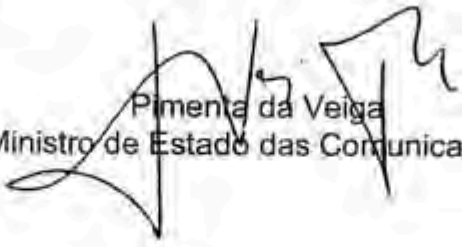




## 16. ANEXOS

- 16.1 ANEXO I - Especificações técnicas do serviço, por localidade de execução do serviço;
- 16.2 ANEXO II - Modelo de Declaração referente aos sócios e dirigentes da entidade proponente;
- 16.3 ANEXO III - Modelo de Proposta Técnica, por localidade de execução do serviço;
- 16.4 ANEXO IV - Modelo de Proposta de Preço pela Outorga, por localidade de execução do serviço;
- 16.5 ANEXO V - Minuta do Contrato de Adesão de Permissão;
- 16.6 ANEXO VI - Modelo de Procuração(particular).

Brasília, DF, 22 de fevereiro de 2000.

  
Pimenta da Veiga  
Ministro de Estado das Comunicações



ANEXO I

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DO SERVIÇO  
POR LOCALIDADE DE EXECUÇÃO DO SERVIÇO





ANEXO I

EDITAL DA CONCORRÊNCIA Nº 037/2000-SSR/MC

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS POR LOCALIDADE DE EXECUÇÃO DO SERVIÇO

Estado do Rio Grande do Sul

Localidade de Execução do Serviço	Tipo do Serviço de Radiodifusão	Canal	Classe	Grupo de Enquadramento	Preço Mínimo da Outorga (R\$)	Data de recebimento dos documentos
Chul	Sonora em Frequência Modulada	203	C	A	10.000,00	03/05/00
Cidreira	Sonora em Frequência Modulada	251	B1	A	10.000,00	03/05/00
Flores da Cunha	Sonora em Frequência Modulada	209	C	A	14.070,00	03/05/00
Getúlio Vargas	Sonora em Frequência Modulada	251	B1	A	13.355,00	03/05/00
Guarani das Missões	Sonora em Frequência Modulada	216	C	A	10.000,00	03/05/00
Herval	Sonora em Frequência Modulada	206	C	A	10.000,00	03/05/00

X



ANEXO II

MODELO DE DECLARAÇÃO  
REFERENTE AOS SÓCIOS E DIRIGENTES DA ENTIDADE PROPONENTE

A handwritten mark, possibly a signature or initials, consisting of a stylized 'H' or 'N' shape with a vertical line extending upwards from the right side.



ANEXO II  
MODELO DE DECLARAÇÃO

O(s) abaixo assinado(s), dirigente(s) da \_\_\_\_\_, declara(m) que:

a) a entidade não possui autorização para explorar o mesmo tipo de serviço, na localidade \_\_\_\_\_, Estado \_\_\_\_\_, e que não excederá os limites fixados no art. 12 do Decreto-lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967, caso venha a ser contemplada com a outorga;

b) a entidade não se encontra declarada inidônea por qualquer órgão da Administração Direta ou Indireta da União, dos Estados, do dos Municípios e do Distrito Federal, ou ainda, não está com o direito de licitar e contratar com o Ministério das Comunicações suspenso;

c) nenhum sócio integra o quadro societário de outra entidade exploradora do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade objeto deste Edital, nem de outras entidades exploradoras de serviços de radiodifusão em localidades diversas, além dos limites fixados no art. 12 do Decreto-lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967;

d) nenhum dirigente está no exercício de mandato eletivo, que lhe assegure imunidade parlamentar, nem exerce cargo de supervisão ou assessoramento na Administração Pública, do qual decorra foro especial;

e) nenhum dirigente participa da direção de outra entidade executante de serviço de radiodifusão, nem de outras empresas de radiodifusão, em localidades diversas, em excesso aos limites fixados no art. 12 do Decreto-lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967, mesmo que a proponente venha a ser contemplada com a outorga.

\_\_\_\_\_  
(local e data)

\_\_\_\_\_  
(nome(s) e assinatura(s) do(s) dirigente(s) e respectivo(s) CPF)





ANEXO III

MODELO DE PROPOSTA TÉCNICA  
POR LOCALIDADE DE EXECUÇÃO DO SERVIÇO

A handwritten signature or mark, possibly a stylized 'H' or 'N', located on the right side of the page.



### ANEXO III

#### Modelo de Proposta Técnica

Razão Social da Proponente: \_\_\_\_\_

CNPJ/MF: \_\_\_\_\_

UF: \_\_\_\_\_

Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Edital da Concorrência nº \_\_\_\_/\_\_\_\_-SSR/MC Localidade: \_\_\_\_\_

1. Tempo total diário de funcionamento da emissora (A): \_\_\_\_\_ (minutos)

2. Programas jornalísticos, educativos e informativos

programas jornalísticos, educativos e informativos	Tempo dos programas em minutos (B)	(%) (B/A)×100

3. Serviço noticioso

programas de serviço noticioso	Tempo dos programas em minutos (B)	(%) (B/A)×100

4. Programas culturais artísticos e jornalísticos produzidos e gerados na localidade ou no município ao qual pertence a localidade objeto da outorga

Programas culturais, artísticos e jornalísticos produzidos e gerados na própria localidade ou no município ao qual pertence a localidade objeto da outorga	Tempo dos programas em minutos (B)	(%) (B/A)×100



5. Serviço noticioso produzido e gerado na própria localidade ou no município ao qual pertence a localidade objeto da outorga.

Programas de serviço noticioso produzidos e gerados na própria localidade ou no município ao qual pertence a localidade objeto da outorga.	Tempo dos programas em minutos (B)	(%) (B/A)×100

6. Prazo de execução do serviço em caráter definitivo

Prazo para iniciar execução do serviço em caráter definitivo	meses


7. Local, data e assinatura do(s) dirigente(s)





ANEXO IV

MODELO DE  
PROPOSTA DE PREÇO PELA OUTORGA  
POR LOCALIDADE DE EXECUÇÃO DO SERVIÇO

A handwritten signature in black ink, consisting of a stylized 'A' followed by a vertical line and a small hook.



**ANEXO IV**  
**Modelo de Proposta de Preço pela Outorga**

Proposta sintética do Preço pela Outorga, por localidade de execução do serviço.

1. Razão Social da Proponente:

\_\_\_\_\_

2. CNPJ/MF: \_\_\_\_\_

3. Edital da Concorrência: nº \_\_\_\_\_-SSR/MC

4. Serviço \_\_\_\_\_

5. Localidade: \_\_\_\_\_ UF: \_\_\_\_\_

6. Valor Proposto: R\$ \_\_\_\_\_  
algarismo e por extenso

1ª Parcela: R\$ \_\_\_\_\_  
algarismo e por extenso:

2ª Parcela: R\$ \_\_\_\_\_  
algarismo e por extenso:

\_\_\_\_\_  
Local e Data

\_\_\_\_\_  
Nome e assinatura do Representante Legal da Empresa Proponente





ANEXO V

MINUTA DE CONTRATO DE ADESÃO DE PERMISSÃO POR LOCALIDADE DE  
EXECUÇÃO DO SERVIÇO

A handwritten mark, possibly a signature or initials, consisting of a stylized 'W' or 'M' shape with a vertical line through it.



## ANEXO V

### MINUTA DE CONTRATO DE ADESÃO DE PERMISSÃO

CONTRATO DE ADESÃO DE PERMISSÃO CELEBRADO  
ENTRE A UNIÃO E A \_\_\_\_\_ PARA EXPLORAR O  
SERVIÇO DE RÁDIODIFUSÃO SONORA DE  
FREQUÊNCIA MODULADA, NA CIDADE D  
\_\_\_\_\_ ESTADO D \_\_\_\_\_

Aos \_\_\_\_\_ dias do mês de \_\_\_\_\_ do ano de dois mil \_\_\_\_\_, o Ministro das Comunicações \_\_\_\_\_, CNPJ nº \_\_\_\_\_, representando a União, e \_\_\_\_\_, representada por seu \_\_\_\_\_, assinam o presente Contrato, decorrente da permissão outorgada à supramencionada entidade, pelo Decreto nº \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_, publicado no Diário Oficial da União do dia subsequente, aprovado pelo Decreto Legislativo nº \_\_\_\_\_, publicado no Diário Oficial da União de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_, para explorar o serviço de, na cidade d \_\_\_\_\_ Estado d \_\_\_\_\_, regendo-se referida permissão pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos e, cumulativamente, pelas cláusulas seguintes:

Cláusula 1ª - Fica assegurado à \_\_\_\_\_ o direito de explorar, sem exclusividade, na cidade d \_\_\_\_\_, Estado d \_\_\_\_\_, o serviço de radiodifusão sonora de, com finalidades educativas e culturais, visando aos superiores interesses do País e subordinada às obrigações instituídas neste ato.

Parágrafo único - A execução do serviço é vinculado aos termos do edital de concorrência nº \_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_-SSR/MC e propostas Técnica e de Preço pela Outorga apresentadas na Licitação pela permissionária, documentos que acompanham o presente Contrato de Adesão de Permissão como Anexos I e II, dele fazendo parte integrante.

Cláusula 2ª - A presente permissão é outorgada pelo prazo de 10 (dez) anos e entrará em vigor a partir da data de publicação do Ato de Deliberação da Outorga pelo Congresso Nacional.

Cláusula 3ª - A permissionária é obrigada a:

- a) executar o serviço dentro das condições técnicas indicadas pelo Ministério das Comunicações;
- b) submeter à aprovação do Ministério das Comunicações os locais escolhidos para a montagem da emissora no prazo máximo de 06 (seis) meses, contado da data da publicação do extrato deste Contrato de Adesão de Permissão;





- c) iniciar a execução do serviço, em caráter definitivo, no prazo de \_\_\_\_\_ meses, contado da data de vigência da outorga;
- d) admitir, como técnicos encarregados da operação dos equipamentos transmissores, somente brasileiros ou estrangeiros com residência exclusiva no País, devidamente registrados e inscritos na entidade profissional competente. Poderá ser permitida, em caráter excepcional e com autorização expressa do Ministério das Comunicações, a admissão de especialistas estrangeiros, mediante contratos, conforme estabelecido no item 6 do art. 28 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão;
- e) obedecer, na organização dos quadros de pessoal da entidade, às qualificações técnicas e operacionais fixadas pelo Ministério das Comunicações, conforme estabelecido no item 14 do art. 28 do mesmo Regulamento;
- f) observar a não participação de seus dirigentes e sócios na administração de mais de uma empresa executante do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na mesma localidade;
- g) ter o seu quadro societário constituído na forma da Constituição Federal;
- h) solicitar prévia aprovação do Ministério das Comunicações para constituir procurador com poderes para a prática de atos de gerência ou administração;
- i) ter a sua diretoria ou gerência constituída por brasileiros, na forma da Constituição Federal, os quais não poderão tomar posse nos cargos antes de estarem aprovados pelo Poder Concedente, nem exercer mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar, nem tampouco ocupar cargo de supervisão, direção ou assessoramento na administração pública, do qual decorra foro especial;
- j) solicitar prévia autorização do Ministério das Comunicações para modificar seus atos constitutivos, bem como para transferir, direta ou indiretamente, a permissão, ou ceder cotas ou ações representativas do capital social;
- l) manter, durante a vigência da permissão, as condições observadas por ocasião da habilitação e qualificação exigidas no Edital;
- m) observar as normas fixadas pelo Ministério das Comunicações para a execução do serviço;
- n) obedecer, na organização dos quadros de pessoal da entidade, às qualificações técnicas e operacionais fixadas pelo Ministério das Comunicações;
- o) criar, através da seleção de pessoal e de normas de trabalho, na estação, condições eficazes para evitar a prática das infrações previstas na legislação específica de radiodifusão;
- p) submeter-se aos preceitos estabelecidos nas convenções internacionais e regulamentos anexos, aprovados pelo Congresso Nacional, bem como a todas as disposições contidas em leis, decretos, regulamentos, portarias, instruções ou normas que existam ou venham a existir, referentes ou aplicáveis ao serviço;





q) facilitar a fiscalização, pelo Ministério das Comunicações, das obrigações contraidas, prestando todas as informações que lhe forem solicitadas;

r) suspender o serviço, no todo ou em parte, pelo tempo que for determinado, tão logo seja notificada pela autoridade competente, fazendo cessar as transmissões imediatamente após o recebimento da notificação, sem que, por isso, lhe assista direito a qualquer indenização.

Cláusula 4ª - Na organização da programação, a permissionária deverá:

a) subordinar os programas de informação, divertimento, propaganda e publicidade às finalidades educativas e culturais da radiodifusão;

b) manter um elevado sentido moral e cívico, não permitindo a transmissão de espetáculos, trechos musicais cantados, quadros, anedotas ou palavras contrárias à moral familiar e aos bons costumes;

c) não transmitir programas que atentem contra o sentimento público, expondo pessoas a situações que, de alguma forma, redundem em constrangimento, ainda que seu objetivo seja jornalístico;

d) destinar, diariamente, o percentual de \_\_\_\_\_ % do tempo total diário de funcionamento da emissora, excetuado o tempo mínimo fixado no art. 28 do Decreto 52.795, de 31 de outubro de 1963, a programas jornalísticos, educativos e informativos, de caráter geral, isto é, não incluindo o relativo à letra "f" desta cláusula;

e) destinar, diariamente, o percentual de \_\_\_\_\_ % do tempo total diário de funcionamento da emissora, excetuado o tempo mínimo fixado no art. 28 do Decreto 52.795, de 31 de outubro de 1963, à transmissão de serviço noticioso, de caráter geral, isto é, não incluindo o relativo à letra "g" desta cláusula;

f) destinar, diariamente, o percentual de \_\_\_\_\_ % do tempo total diário de funcionamento da emissora a programas culturais, artísticos e jornalísticos produzidos e gerados na própria localidade de execução do serviço ou no município ao qual pertença a localidade objeto da outorga, não incluindo o relativo à letra "d" desta cláusula;

g) destinar, diariamente, o percentual de \_\_\_\_\_ % do tempo total diário de funcionamento da emissora, excetuado o tempo mínimo fixado no art. 28 do Decreto 52.795, de 31 de outubro de 1963, a serviço noticioso produzidos e gerados na própria localidade de execução do serviço ou no município ao qual pertença a localidade objeto da outorga, não incluindo o relativo à letra "e" desta cláusula;

h) limitar ao máximo de 25% do tempo diário de funcionamento da emissora à publicidade comercial;

i) transmitir os programas semanais educacionais obrigatórios, além dos previstos na letra "d" desta cláusula;





j) destinar um mínimo de 5% (cinco por cento) do horário de sua programação diária, à transmissão de serviço noticioso, além do previsto nas letras "e" e "g" desta cláusula;

l) retransmitir diariamente, das 19 (dezenove) às 20 (vinte) horas, exceto aos sábados, domingos e feriados, o programa oficial de informações dos Poderes da República; (Este item não se aplica ao Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens (TV);

m) integrar gratuitamente as redes de radiodifusão, quando convocada pela autoridade competente;

n) obedecer às instruções baixadas pela Justiça Eleitoral, referentes à propaganda eleitoral;

o) não irradiar identificação da emissora utilizando denominação de fantasia, sem que esteja previamente autorizada pelo Ministério das Comunicações;

p) irradiar o indicativo de chamada e a denominação autorizada de conformidade com as normas baixadas pelo Ministério das Comunicações;

q) irradiar, com indispensável prioridade, e a título gratuito, os avisos expedidos pela autoridade competente, em casos de perturbações da ordem pública, incêndio ou inundação, bem como os relacionados com acontecimentos imprevistos;

r) irradiar, diariamente, os boletins ou avisos do serviço meteorológico;

s) manter em dia os registros da programação;

t) cumprir determinações estabelecidas na legislação referente a programas de radiodifusão, que não se encontram presentes nesta cláusula.

Cláusula 5ª - A Proponente que estabelecer na sua Proposta Técnica o tempo mínimo para funcionamento da emissora de 2/3 (dois terços) das horas a que estão autorizadas a funcionar, conforme previsto no artigo 64 do Decreto 52.795 de 31 de outubro de 1963 e, a qualquer momento aumentar o tempo de funcionamento da emissora, terá percentuais propostos calculados com base neste novo horário de funcionamento.

Cláusula 6ª - A \_\_\_\_\_ permissionária recolheu o valor de R\$ \_\_\_\_\_ pelo pagamento da primeira parcela do valor total da Outorga.

Cláusula 7ª - A \_\_\_\_\_ permissionária deverá recolher o valor de R\$ \_\_\_\_\_ em \_\_\_\_\_, referente à segunda parcela do valor da Outorga, conforme data prevista no Edital.

Cláusula 8ª - A freqüência consignada à entidade não constitui direito de propriedade e ficará sujeita às regras estabelecidas na legislação vigente, ou na que vier disciplinar a execução do serviço, incidindo sobre esta freqüência o direito de posse da União.





Cláusula 9ª - O Ministério das Comunicações poderá, a qualquer tempo, determinar que a permissionária de serviço de radiodifusão atenda, dentro de determinado prazo, às exigências do processo técnico-científico, tendo em vista sua maior perfeição e o mais alto rendimento dos serviços.

Cláusula 10ª - O Ministério das Comunicações reserva-se, a qualquer tempo, a liberdade de restringir o emprego de nova frequência, tendo em vista evitar interferência e tirar o melhor proveito das que já tenham sido consignadas.

Cláusula 11ª - O Ministério das Comunicações poderá, a qualquer tempo, proceder à revisão ou substituição das frequências consignadas, por motivo de ordem técnica, de defesa nacional ou de necessidade dos serviços federais.

Parágrafo Único: A substituição de frequência poderá se dar, ainda, a requerimento da sociedade, desde que haja possibilidade técnica e não importe a substituição em prejuízo para outras concessionárias ou permissionárias.

Cláusula 12ª - A permissionária deverá iniciar a execução do serviço em caráter definitivo, dentro do prazo proposto, sob pena de cancelamento da outorga, ficando, em consequência, liberada a frequência no Plano Básico de Distribuição de Canais, relativo ao serviço outorgado, sem que a entidade tenha qualquer direito a indenização ou a restituição.

Cláusula 13ª - O não cumprimento das leis, regulamentos e disposições normativas aplicáveis à radiodifusão, sujeita a entidade às penalidades estabelecidas na legislação vigente.

Cláusula 14ª - Pela inexecução total ou parcial do Contrato de Adesão de Permissão, o Ministério das Comunicações poderá, garantida ampla defesa, aplicar a permissionária as seguintes sanções:

- a) advertência;
- b) multa de 5 (cinco) vezes o valor ofertado pela outorga;
- c) suspensão temporária de participação em Licitação e impedimento de contratar com o Ministério das Comunicações, por prazo não superior a 2 (dois) anos;
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

Parágrafo Único: As sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d", nessa Cláusula poderão ser aplicadas juntamente com a da alínea "b", facultada a defesa do interessado no processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

Cláusula 15ª O não pagamento da segunda parcela na data fixada pelo Edital, implicará o cancelamento da outorga, sujeitando a permissionária às sanções e penalidades previstas neste Edital e na legislação que regula esta Licitação.

Cláusula 16ª Ocorrendo o cancelamento do ato de outorga da permissão pelo Ministério das Comunicações, a pedido da permissionária, ou o seu cancelamento, por decisão judicial,





considerar-se-á o Contrato de Adesão de Permissão automaticamente rescindido, sem prejuízo do cumprimento das obrigações pecuniárias decorrentes do mesmo contrato.

Cláusula 17ª As penalidades por infração na execução do serviço estão previstas nas leis, regulamentos e disposições normativas aplicáveis à radiodifusão, independentemente das previstas na Cláusula 14ª.

Cláusula 18ª - Findo o prazo da outorga, se não houver renovação, será a permissão declarada perempta, sem que a entidade tenha direito a qualquer indenização.

Cláusula 19ª - As partes elegem o foro de Brasília/DF para dirimir qualquer dúvida proveniente deste contrato.

Cláusula 20ª - Fazem parte integrante do presente contrato, como se nele estivessem transcritos, os seguintes anexos:

Anexo 1: Edital de Concorrência nº \_\_\_\_/\_\_\_\_ - SSR/MC;

Anexo 2: Proposta Técnica;

Anexo 3: Proposta de Preço pela Outorga.

E, por estarem de acordo, foi lavrado o presente Contrato de Adesão de Permissão em 3 (três) vias de igual teor e forma, que contém \_\_\_\_\_ folhas todas numeradas e rubricadas, com exceção da última, que vai assinada, perante duas testemunhas e 3 (três) - ANEXOS, composto de \_\_\_\_\_ folhas, todas também numeradas e rubricadas.

\_\_\_\_\_  
Ministro das Comunicações

\_\_\_\_\_  
Permissionária

Testemunhas:

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_





ANEXO VI

MODELO DE PROCURAÇÃO ( PARTICULAR )

A handwritten signature in black ink, consisting of a stylized 'Z' or 'N' shape with a vertical line extending upwards from the top right.



## ANEXO VI

### MODELO DE PROCURAÇÃO ( Particular)

( Denominação ou razão social da pessoa jurídica, endereço da sede, nº de inscrição no CNPJ), nomeia e constitui seu bastante procurador (nome, qualificação, documento de identidade nº do CPF) a quem outorga poderes para representá-la em todos os atos da Concorrência nº \_\_\_\_/\_\_\_\_-SSR/MC, promovida pelo Ministério das Comunicações, podendo apresentar Documentação de Habilitação, Proposta Técnica e Proposta de Preço pela Outorga, passar recibo, rubricar documentos, apresentar impugnações, assinar lista de presença e atas, desistir de prazo recursal, interpor recursos e impugná-los, ter vista dos autos, bem como praticar todos os atos necessários ao fiel cumprimento deste mandato.

(local e data)

(identificação do(s) representante(s) legal(is) da Proponente que assinarem a procuração, com a indicação de sua(s) função(ões) na pessoa jurídica.)

OBS.: A procuração só será aceita se contiver firma reconhecida do signatário.









Id solicitação: 57dbac3be3969

## Informações da Entidade

Dados da Entidade	
<b>Nome da Entidade:</b> EMPRESA DE RADIODIFUSAO EXTREMO SUL FM LTDA.	
<b>Nome Fantasia:</b>	
<b>Telefone: ()</b>	<b>E-mail:</b>
<b>CNPJ:</b> 03.836.652/0001-59	<b>Número do Fistel:</b> 50409548596
<b>Tipo Usuário:</b> Adm Privada	<b>Tipo Taxa:</b> Integral
<b>Data do contrato:</b>	<b>Serviço:</b> 230 - Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada
<b>Carater:</b> Primário	<b>Local específico:</b>
<b>Rede:</b>	<b>Categoria da Estação:</b> Principal
<b>Observações:</b> RESOLUCAO ANATEL 125/99	

Endereço Sede		
<b>Logradouro:</b> RUA COSTA RICA	<b>Complemento:</b>	
<b>Bairro:</b> CENTRO	<b>Numero:</b> 37	
<b>Município:</b> Chuí	<b>UF:</b> RS	<b>CEP:</b> 96255000

Endereço Correspondência		
<b>Logradouro:</b>	<b>Complemento:</b>	
<b>Bairro:</b>	<b>Numero:</b>	
<b>Município:</b>	<b>UF:</b>	<b>CEP:</b>

## Informações do Plano Básico

Localização	
<b>Município:</b> Chuí	<b>UF:</b> RS

Parâmetros Técnicos			
<b>Canal:</b> 203	<b>Frequência:</b> 88.5 MHz	<b>Classe:</b> C	<b>ERP Máxima:</b> -kW
<b>HCI:</b> m	<b>Pareamento:</b>	<b>Decalagem:</b>	<b>Fase:</b> 0

## Informações da Estação

Informações Gerais	
<b>Número da Estação:</b>	<b>Número Indicativo:</b>
<b>Data Último Licenciamento:</b>	<b>Número da Licença:</b>

Estação Principal		
Localização		
<b>Latitude:</b> -	<b>Longitude:</b> -	<b>Cota da base:</b> 0 m

Transmissor Principal	
<b>Código Equipamento:</b>	<b>Modelo:</b> Equipamento não encontrado
<b>Fabricante:</b>	<b>Potência de Operação:</b> kW

Linha de Transmissão Principal			
<b>Modelo:</b>	<b>Fabricante:</b>		
<b>Comprimento da Linha:</b> m	<b>Atenuação:</b> dB/100m	<b>Perdas Acessórias:</b> 0.5 dB	<b>Impedância:</b> ohms



Antena Principal					
<b>Modelo:</b>			<b>Fabricante:</b>		
<b>Ganho:</b> dBd	<b>Beam-Tilt:</b> °	<b>Orientação NV:</b> °	<b>Polarização:</b>	<b>HCI:</b> m	<b>ERP Máxima:</b> 0 kW

Padrão de Antena dBd											
0°: 0	5°: 0	10°: 0	15°: 0	20°: 0	25°: 0	30°: 0	35°: 0	40°: 0	45°: 0	50°: 0	55°: 0
60°: 0	65°: 0	70°: 0	75°: 0	80°: 0	85°: 0	90°: 0	95°: 0	100°: 0	105°: 0	110°: 0	115°: 0
120°: 0	125°: 0	130°: 0	135°: 0	140°: 0	145°: 0	150°: 0	155°: 0	160°: 0	165°: 0	170°: 0	175°: 0
180°: 0	185°: 0	190°: 0	195°: 0	200°: 0	205°: 0	210°: 0	215°: 0	220°: 0	225°: 0	230°: 0	235°: 0
240°: 0	245°: 0	250°: 0	255°: 0	260°: 0	265°: 0	270°: 0	275°: 0	280°: 0	285°: 0	290°: 0	295°: 0
300°: 0	305°: 0	310°: 0	315°: 0	320°: 0	325°: 0	330°: 0	335°: 0	340°: 0	345°: 0	350°: 0	355°: 0

Coordenadas por radial											
0°: Lat - Lon -	5°: Lat - Lon -	10°: Lat - Lon -	15°: Lat - Lon -	20°: Lat - Lon -	25°: Lat - Lon -	30°: Lat - Lon -	35°: Lat - Lon -	40°: Lat - Lon -	45°: Lat - Lon -	50°: Lat - Lon -	55°: Lat - Lon -
60°: Lat - Lon -	65°: Lat - Lon -	70°: Lat - Lon -	75°: Lat - Lon -	80°: Lat - Lon -	85°: Lat - Lon -	90°: Lat - Lon -	95°: Lat - Lon -	100°: Lat - Lon -	105°: Lat - Lon -	110°: Lat - Lon -	115°: Lat - Lon -
120°: Lat - Lon -	125°: Lat - Lon -	130°: Lat - Lon -	135°: Lat - Lon -	140°: Lat - Lon -	145°: Lat - Lon -	150°: Lat - Lon -	155°: Lat - Lon -	160°: Lat - Lon -	165°: Lat - Lon -	170°: Lat - Lon -	175°: Lat - Lon -
180°: Lat - Lon -	185°: Lat - Lon -	190°: Lat - Lon -	195°: Lat - Lon -	200°: Lat - Lon -	205°: Lat - Lon -	210°: Lat - Lon -	215°: Lat - Lon -	220°: Lat - Lon -	225°: Lat - Lon -	230°: Lat - Lon -	235°: Lat - Lon -
240°: Lat - Lon -	245°: Lat - Lon -	250°: Lat - Lon -	255°: Lat - Lon -	260°: Lat - Lon -	265°: Lat - Lon -	270°: Lat - Lon -	275°: Lat - Lon -	280°: Lat - Lon -	285°: Lat - Lon -	290°: Lat - Lon -	295°: Lat - Lon -
300°: Lat - Lon -	305°: Lat - Lon -	310°: Lat - Lon -	315°: Lat - Lon -	320°: Lat - Lon -	325°: Lat - Lon -	330°: Lat - Lon -	335°: Lat - Lon -	340°: Lat - Lon -	345°: Lat - Lon -	350°: Lat - Lon -	355°: Lat - Lon -

Distância por radial											
0°:	5°:	10°:	15°:	20°:	25°:	30°:	35°:	40°:	45°:	50°:	55°:
60°:	65°:	70°:	75°:	80°:	85°:	90°:	95°:	100°:	105°:	110°:	115°:
120°:	125°:	130°:	135°:	140°:	145°:	150°:	155°:	160°:	165°:	170°:	175°:
180°:	185°:	190°:	195°:	200°:	205°:	210°:	215°:	220°:	225°:	230°:	235°:
240°:	245°:	250°:	255°:	260°:	265°:	270°:	275°:	280°:	285°:	290°:	295°:
300°:	305°:	310°:	315°:	320°:	325°:	330°:	335°:	340°:	345°:	350°:	355°:

Estação Auxiliar	
Transmissor Auxiliar	
<b>Código Equipamento:</b>	<b>Modelo:</b> Equipamento não encontrado
<b>Fabricante:</b>	<b>Potência de Operação:</b> kW

Transmissor Auxiliar 2	
<b>Código Equipamento:</b>	<b>Modelo:</b> Equipamento não encontrado
<b>Fabricante:</b>	<b>Potência de Operação:</b> kW

Linha de Transmissão Auxiliar			
<b>Modelo:</b>	<b>Fabricante:</b>		
<b>Comprimento da Linha:</b> m	<b>Atenuação:</b> dB/100m	<b>Perdas Acessórias:</b> dB	<b>Impedância:</b> ohms

Antena Auxiliar					
<b>Modelo:</b>			<b>Fabricante:</b>		
<b>Ganho:</b> dBd	<b>Beam-Tilt:</b> °	<b>Orientação NV:</b> °	<b>Polarização:</b>	<b>HCI:</b> m	<b>ERP Máxima:</b> 0 kW

Informações do documento de Outorga							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
9999	234	Portaria	MC	30/04/2012	04/05/2012	Outorga	Jurídico



Informações do documento de Aprovação de Locais							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
Histórico de Documentos Emitidos							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
Horário de funcionamento							



# MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Comercial

Coordenação-Geral de Pós-Outorgas

Coordenação de Renovação de Outorga e de Alteração de Características Técnicas dos Serviços de Radiodifusão

Divisão de Renovação de Outorga e de Alteração de Características Técnicas dos Serviços de Radiodifusão

## **NOTA TÉCNICA Nº 8316/2021/SEI-MCOM**

**Processo nº: 53790.000211/2000-68 - Concorrência 037/2000-SSR/MC**

**Interessado:** EMPRESA DE RADIODIFUSÃO EXTREMO SUL FM LTDA

**Assunto: Devolução dos autos à Presidência da República. Homologação de nova minuta de Exposição de Motivos.** Deferimento da CONJUR para prosseguimento do feito. Remessa dos autos ao Gabinete do Secretário de Radiodifusão, para submissão do assunto à consideração do Senhor Ministro de Estado e posterior envio à Casa Civil da Presidência da República.

### **SUMÁRIO EXECUTIVO**

1. Trata o presente feito de processo administrativo referente à entidade Empresa de Radiodifusão Extremo Sul FM Ltda., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 03.836.652/0001-59, vencedora do Edital de Concorrência 037/2000-SSR/MC, cujo objeto é a execução do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada (FM), pelo prazo de 10 (dez) anos, no município de Chuí, no estado do Rio Grande do Sul.
2. Processo encaminhado à Consultoria Jurídica - Conjur, Órgão setorial da Advocacia-Geral da União perante este Ministério e retornado a SERAD por meio do Parecer nº 0003/2020/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU e Parecer nº 0301/2020/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU, opinando pela viabilidade jurídica do feito. Resta pendente chancela do Senhor Ministro de Estado das Comunicações e posterior envio à Casa Civil da Presidência da República.

### **ANÁLISE**

3. A Concorrência n.º 037/2000-SSR/MC, refere-se ao serviço de frequência modulada, Canal 203, classe C, no município **Chuí**, estado do **Rio Grande do Sul**, de acordo com o extrato do MOSAICO (Sei nº 7857757)
4. Preliminarmente, é necessário esclarecer que o Despacho do Ministro opinando pela homologação do certame, com adjudicação do objeto à proponente Empresa de Radiodifusão Extremo Sul FM Ltda., foi publicado em 10 de fevereiro de 2012 (fl. 143 - SEI nº 0527862). Os autos foram então encaminhados à Casa Civil da Presidência da República, para apreciação do Senhor Presidente da República, conforme se verifica dos termos da Exposição de Motivos n.º 00252/2016 MCTIC (SEI n.º 1782541). Ocorre que o feito foi restituído a esta Pasta, por meio de Despacho externo (SEI n.º 2145287), para reavaliação da minuta de Decreto proposta inicialmente pela Serad, em razão da necessidade de incluir documentos essenciais à complementação da análise jurídica e de mérito.
5. As exigências solicitadas pela Casa Civil foram devidamente atendidas e acostadas aos autos por meio dos seguintes documentos: SEI nº 4512503, nº 4512504, nº 4512506 e nº 4512507. A SERAD, nos termos do Despacho (SEI



n.º 4452981), readequou a minuta de Exposição de Motivos que trata da outorga deferida à Empresa de Radiodifusão Extremo Sul FM Ltda, para explorar pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Chuí, no estado do Rio Grande do Sul, e propôs, mais uma vez, o envio à Casa Civil da Presidência da República, procedimento que foi adotado no âmbito desta Pasta Ministerial por muito tempo. Todavia, em novembro de 2019, os presentes autos foram devolvidos a esta Coordenação, conforme documento acostado ao evento SEI nº 4927089, para que proceda o envio da minuta proposta inicialmente por meio de Nota Técnica e não Despacho. É a síntese do necessário. Passa-se à efetiva análise do assunto.

6. Em dezembro de 2019, os presentes autos foram enviados, por meio da Nota Técnica nº 24268/2019/SEI-MCTIC (SEI nº 4929828), à Consultoria Jurídica desta Pasta, a fim que este órgão se manifestasse quanto ao processo e avaliasse os aspectos jurídico-formal da Minuta de Exposição de Motivos.

7. Em resposta, a Conjur, emitiu o Parecer nº 00003/2020/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU e Parecer nº 0301/2020/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU (SEI nº(s) 5039055 e 5392473), solicitando que fosse enviado Ofício à Subchefia para Assuntos Jurídicos da Presidência da República (SAJ-PR), informando o que segue:

(...)

a) Os autos foram devidamente apreciados tanto pela área técnica, como pela área jurídica, do antigo Ministério das Comunicações (para tanto, junte-se ao ofício TODOS os documentos listados nos itens 24 e 25 deste parecer)

b) Não há ausência de documento essencial, como demonstrariam os documentos anexos ao ofício.

c) A entidade tem peticionado alegando procrastinação na resolução de seu caso, posto que a homologação da licitação já conta com quase 8 anos (SEI 3410147- a ser também juntado em anexo ao ofício).

d) Caso necessite de algum documento específico que o solicite expressamente e aponte porque os documentos anexados não são suficientes, para melhor esclarecimento por parte do MCTIC, o qual se coloca inteiramente à disposição para solução da celeuma.

e) Junte-se ainda ao ofício o ato de habilitação de EMPRESA DE RADIODIFUSÃO EXTREMO SUL LTDA, com respectiva ata de reunião da CEL que habilitou a entidade (vide processo específico, não remetido à CONJUR na presente ocasião).

f) Cópia deste parecer também deve acompanhar o ofício.

(...)

8. Sendo assim, em cumprimento ao Parecer supramencionado, foi elaborado Ofício nº 1196/2020/DIRAC/CORAC/CGPO/DECOM/SERAD/MCTIC (SEI nº 5048350) endereçado à Casa Civil da Presidência da República, encaminhando toda documentação acostada aos autos por meio dos seguintes documentos:

- a) primeira homologação, com adjudicação do objeto à RÁDIO DUNAS FM LTDA (evento SEI nº 5209725).
- b) desclassificação superveniente de RÁDIO DUNAS FM LTDA (evento SEI nº 4512506).
- c) anulação da sobredita homologação e da portaria de outorga (fl. 2, evento SEI nº 4512504).
- d) comunicação das providências à Casa Civil, para remessa também ao Congresso Nacional (fls. 5/6, evento SEI nº 4512504).



- e) homologação contemplando EMPRESA DE RADIODIFUSÃO EXTREMO SUL LTDA (fl.02, evento SEI nº 4512503).
- f) portaria de outorga dirigida à EMPRESA DE RADIODIFUSÃO EXTREMO SUL LTDA (evento SEI nº 4512507).
- h) ata de reunião nº 148/2010 (evento SEI nº 5209982).
- i) declaração de EMPRESA DE RADIODIFUSÃO EXTREMO SUL LTDA como vencedora do certame pela Comissão de Licitação (evento SEI nº 5210035).
- j) informação MC/CEL Nº 057/2010 (evento SEI nº 5210126).
- k) manifestações da Consultoria Jurídica: NOTA/AGU/CONJUR/KMM/520-2.29/2010 (evento SEI nº 5210206), COTA 123/2010/DPF/CGCE/CONJUR-MC/AGU (evento SEI nº 5210271), OFÍCIO 0866/2010/EHA/GAB/CONJUR-MC/AGU (evento SEI nº 5210321), OFÍCIO 2146/2010/EHA/GAB/CONJUR-MC/ AGU (evento SEI nº 5210370), NOTA 409/2011/TFC/CGCE/ CONJUR-MC/CGU/AGU (evento SEI nº 5212747) e PARECER 1583/2011/TFC/CGCE/CONJUR-MC/AGU (evento SEI nº 5212765).

9. Por essa razão, a SERAD promoveu as adequações solicitadas pela Conjur. Assim, ultrapassadas as fases de habilitação e homologação realizadas por esta Pasta, faz se necessário a elaboração de minuta de Exposição de Motivos, que se encontra disposta no campo próprio abaixo, a ser encaminhada à Casa Civil da Presidência da República, objetivando que o ato de outorga produza seus efeitos legais.

## CONCLUSÃO

10. Em face do exposto, esta Coordenação de Licitação - COLIC, opina pela remessa dos presentes autos ao Gabinete do Senhor Secretário de Radiodifusão para submissão do assunto à consideração do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, e posterior envio à Casa Civil da Presidência da República.

À consideração superior.

Brasília, 20 de setembro de 2021.

*(documento assinado eletronicamente)*  
**LIANNA EVANGELISTA DE SOUSA**  
 Assistente Técnico

*(documento assinado eletronicamente)*



**CRISTINA DE OLIVEIRA SOUZA**  
Coordenadora de Licitação

De acordo, encaminhe-se os autos à Secretaria de Radiodifusão para adoção das providências cabíveis.

Brasília, 20 de setembro de 2021.

*(documento assinado eletronicamente)*

**EDER EUSTAQUIO ALVES**  
Coordenador-Geral de Licitação em Radiodifusão



Documento assinado eletronicamente por **Lianna Evangelista de Sousa, Assistente Técnico**, em 20/09/2021, às 14:54 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Cristina de Oliveira Souza, Coordenadora de Licitação de Radiodifusão**, em 20/09/2021, às 14:53 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Eder Eustáquio Alves, Coordenador-Geral de Licitação em Radiodifusão**, em 20/09/2021, às 15:12 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **7857757** e o código CRC **A7CFC8BF**.

## Minutas e Anexos

### MINUTA DE EM

EM nº - MCOM/2021.

Brasília, de de 2021.

Senhor Presidente da República,

1. Tratam os autos de outorga de permissão para a execução do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Chuí, estado do Rio Grande do Sul, objeto da Concorrência n.º 037/2000-SSR/MC, deferida à licitante Empresa de Radiodifusão Extremo Sul FM Ltda., pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ nº 03.836.652/0001-59.

2. A Comissão Especial de Licitação, constituída pela Portaria nº 432, de 24 de julho de 2009, publicada no Diário Oficial da União do dia 7 subsequente e suas alterações, depois de analisar a documentação de habilitação e as



propostas técnica e de preço pela outorga das entidades proponentes, com observância à Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e na legislação específica de radiodifusão, concluiu que a EMPRESA DE RADIODIFUSÃO EXTREMO SUL FM LTDA. Processo nº 53790.000211/2000-68, obteve a maior pontuação do valor ponderado, nos termos estabelecidos pelo Edital, tornando-se assim a vencedora da Concorrência, conforme ato da mesma Comissão. O ato de homologação do certame foi publicado no Diário Oficial da União de 10 de fevereiro de 2012, pelo Ministro da época.

3. Ato contínuo, considerando os termos do art. 6º, parágrafo 2º, do Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, foi editada a Portaria nº 234, datada em 30 de abril de 2012, publicada no Diário Oficial da União, de 04 de maio de 2012, que outorga permissão à Empresa de Radiodifusão Extremo Sul FM Ltda., para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Chuí, estado do Rio Grande do Sul.

4. Contudo, de acordo com o § 3º do art. 223 da Constituição Federal de 1988, o ato de outorga somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, para onde solicito seja encaminhado o referido ato.

Respeitosamente,

*(assinado eletronicamente)*

**FABIO FARIA**

Ministro de Estado das Comunicações

---

**Referência:** Processo nº 53790.000211/2000-68

SEI nº 7857757



**Brasília, 20 de setembro de 2021.**

Senhor Presidente da República,

1. Tratam os autos de outorga de permissão para a execução do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Chuí, estado do Rio Grande do Sul, objeto da Concorrência n.º 037/2000-SSR/MC, deferida à licitante Empresa de Radiodifusão Extremo Sul FM Ltda., pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ nº 03.836.652/0001-59.

2. A Comissão Especial de Licitação, constituída pela Portaria nº 432, de 24 de julho de 2009, publicada no Diário Oficial da União do dia 7 subsequente e suas alterações, depois de analisar a documentação de habilitação e as propostas técnica e de preço pela outorga das entidades proponentes, com observância à Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e na legislação específica de radiodifusão, concluiu que a EMPRESA DE RADIODIFUSÃO EXTREMO SUL FM LTDA. Processo nº 53790.000211/2000-68, obteve a maior pontuação do valor ponderado, nos termos estabelecidos pelo Edital, tornando-se assim a vencedora da Concorrência, conforme ato da mesma Comissão. O ato de homologação do certame foi publicado no Diário Oficial da União de 10 de fevereiro de 2012, pelo Ministro da época.

3. Ato contínuo, considerando os termos do art. 6º, parágrafo 2º, do Decreto n.º 52.795, de 31 de outubro de 1963, foi editada a Portaria n.º 234, datada em 30 de abril de 2012, publicada no Diário Oficial da União, de 04 de maio de 2012, que outorga permissão à Empresa de Radiodifusão Extremo Sul FM Ltda., para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Chuí, estado do Rio Grande do Sul.

4. Contudo, de acordo com o § 3º do art. 223 da Constituição Federal de 1988, o ato de outorga somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, para onde solicito seja encaminhado o referido ato.

Respeitosamente,

**FABIO FARIA**

Ministro de Estado das Comunicações



Documento assinado eletronicamente por **Fábio Salustino Mesquita Faria, Ministro de Estado das Comunicações**, em 07/10/2021, às 10:58 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **8128658** e o código CRC **F410DBDB**.







Ofício Interno nº 10398/2021/MCOM

Brasília, 20 de setembro de 2021

Ao Senhor  
**Wagner Primo Figueiredo Neto**  
Chefe de Gabinete do Ministro  
Ministério das Comunicações

**Assunto: Encaminha Exposição de Motivos (8128658)**

Senhora Chefe de Gabinete,

De acordo com o disposto na Nota Técnica nº 8316/2021/MCOM-SEI (7857757), encaminho a Vossa Senhoria a Exposição de Motivos (8128658), para conhecimento e providências subsequentes.

Atenciosamente,

**Maximiliano Salvadori Martinhão**  
Secretário de Radiodifusão



Documento assinado eletronicamente por **Maximiliano Salvadori Martinhão, Secretário de Radiodifusão**, em 23/09/2021, às 10:58 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **8129708** e o código CRC **C82284CB**.



Brasília, 7 de outubro de 2021

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Tratam os autos de outorga de permissão para a execução do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Chuí, estado do Rio Grande do Sul, objeto da Concorrência n.º 037/2000-SSR/MC, deferida à licitante Empresa de Radiodifusão Extremo Sul FM Ltda., pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ nº 03.836.652/0001-59.
2. A Comissão Especial de Licitação, constituída pela Portaria nº 432, de 24 de julho de 2009, publicada no Diário Oficial da União do dia 7 subsequente e suas alterações, depois de analisar a documentação de habilitação e as propostas técnica e de preço pela outorga das entidades proponentes, com observância à Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993, e na legislação específica de radiodifusão, concluiu que a EMPRESA DE RADIODIFUSÃO EXTREMO SUL FM LTDA. Processo no 53790.000211/2000-68, obteve a maior pontuação do valor ponderado, nos termos estabelecidos pelo Edital, tornando-se assim a vencedora da Concorrência, conforme ato da mesma Comissão. O ato de homologação do certame foi publicado no Diário Oficial da União de 10 de fevereiro de 2012, pelo Ministro da época.
3. Ato contínuo, considerando os termos do art. 6º, parágrafo 2º, do Decreto n.º 52.795, de 31 de outubro de 1963, foi editada a Portaria n.º 234, datada em 30 de abril de 2012, publicada no Diário Oficial da União, de 04 de maio de 2012, que outorga permissão à Empresa de Radiodifusão Extremo Sul FM Ltda., para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Chuí, estado do Rio Grande do Sul.
4. Contudo, de acordo com o § 3o do art. 223 da Constituição Federal de 1988, o ato de outorga somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, para onde solicito seja encaminhado o referido ato.

Respeitosamente,



***Assinado eletronicamente por: Fábio Salustino Mesquita de Faria***





**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**  
Gabinete do Ministro das Comunicações

OFÍCIO Nº 21635/2021/MCOM

Ao Senhor  
Subchefe de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais - SAG  
Casa Civil da Presidência da República  
Brasília/DF

**Assunto: Outorga de autorização de radiodifusão - Processo  
nº 53790.000211/2000-68**

Senhor Subchefe,

Encaminho a Vossa Senhoria o presente processo que trata de outorga de autorização de radiodifusão para conhecimento e providências subsequentes.

Atenciosamente,

MARCUS BARBOSA  
Coordenador-Geral do Gabinete do Ministro



Documento assinado eletronicamente por **Marcus Vinicius Queiroz Barbosa, Coordenador-Geral do Gabinete do Ministro**, em 07/10/2021, às 15:00 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **8212886** e o código CRC **E2E34AB0**.